

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (DOUTORADO)

ARNALDO JOSÉ DA LUZ

A SEGURANÇA NA FRONTEIRA: O PAPEL DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE  
FRONTEIRA (BPFron) NO ESTADO DO PARANÁ

PONTA GROSSA

2020

ARNALDO JOSÉ DA LUZ

A SEGURANÇA NA FRONTEIRA: O PAPEL DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE  
FRONTEIRA (BPFRON) NO ESTADO DO PARANÁ

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Geografia, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Geografia –  
Doutorado, da Universidade Estadual de Ponta  
Grossa – UEPG.

Orientador: Prof. Dr. Edson Belo C. de Souza.

PONTA GROSSA

2020

Ficha Catalográfica

L979a Luz, Arnaldo José  
A segurança na fronteira: o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) no Estado do Paraná / Arnaldo José da Luz. Ponta Grossa, 2020.  
229 f.

Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado), Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Orientador: Prof. Dr. Edson Belo C. de Souza.

1. Território. 2. Agentes de segurança. 3. Criminalidade. 4. Narcotráfico. I. Souza, Edson Belo C. de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado. III. T.

CDD: 320.12

## TERMO DE APROVAÇÃO

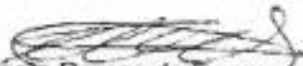
ARNALDO JOSÉ DA LUZ

**“A SEGURANÇA NA FRONTEIRA: O PAPEL DO BPFRO NO ESTADO DO PARANÁ”**

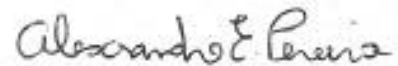
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



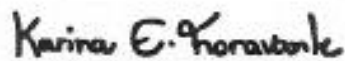
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza  
UEPG



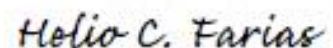
Celso Antônio Ramos da Fonseca Rosas  
UEPG



Alexsandro Eugênio Pereira  
UFPR



Karina Eugênia Fioravante  
UEPG



Hélio Caetano Farias  
IMM - ECEME

Ponta Grossa, 03 de abril de 2020

À minha amada esposa, Mariana. Sempre ao meu lado oferecendo todo seu apoio e torcendo pela minha vitória. E que, durante a construção dessa Tese, me surpreendeu com um maravilhoso presente, o maior de todos: o dom da vida. A chegada da minha filha me enche de orgulho e torna-se um elemento a mais para continuar minha jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, acima de tudo, pelo dom da vida, pela saúde, discernimento e determinação. Elementos vitais para superar as barreiras impostas em minha jornada;

À minha mãe, Maria Tereza, que sempre me incentivou a prosseguir com os estudos. Mesmo sem ter frequentado à escola, de alguma maneira ela sabia que somente no interior do espaço escolar é que eu conseguiria melhorar a difícil situação de vida em que eu nasci.

Ao meu pai, Genipo Amaro da Luz (*in memoriam*). Mesmo sem proferir muitas palavras de incentivo, eu percebia que ele apoiava a minha caminhada em busca de estudo, a fim de obter mais conhecimento e uma vida digna.

Ao meu professor e orientador, Edson Belo Clemente de Souza, que com toda paciência e tolerância me passou seus conhecimentos ao longo desses quatro anos e me guiou até o final do trabalho da Tese.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG, que, sob diversas maneiras, sempre estavam prestes a ajudar, seja na forma da transmissão de conhecimentos, conselhos ou dicas para o aperfeiçoamento do trabalho.

Determinação, coragem e persistência são fatores decisivos para a vitória. Se estivermos possuídos por uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los.

Dalai Lama

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a segurança pública na fronteira paranaense, região que fica entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, e o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira – BPFron neste contexto. Entende-se que o BPFron, instalado em alguns municípios do Oeste e Sudoeste paranaense, reflete a política da segurança pública na tríplice fronteira, do lado brasileiro. A tese apresenta como recorte temporal o período de criação do BPFron, 2012, ao período atual. Enquanto recorte espacial a área de atuação do BPFron, que está distribuída em três companhias pelos cento e trinta e nove municípios nas regiões Oeste e Sudoeste da faixa de fronteira paranaense. Dentre esses municípios será dada especial atenção aqueles com maiores índices de violência, tendo como base os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na seção *Perfil Municipal*. O *corpus* da pesquisa se caracteriza nos crimes mais combatidos na faixa de fronteira, como a disputa pelo território entre os narcotraficantes, o contrabando (de cigarros), o descaminho e o tráfico de drogas. Os municípios que apresentaram significativo aumento em suas taxas de homicídio, de 2015 para 2016, tendo como parâmetro as médias nacional e estadual, foram: Matelândia, São Pedro do Iguaçu, Santa Helena, Terra Roxa, Vera Cruz do Oeste, Cidade Gaúcha, conforme levantamento do IPARDES. Apresenta-se como hipótese que os municípios de fronteiras são mais suscetíveis aos problemas relacionados com a falta de segurança pública. Além desses problemas citados acima, há dificuldade de controle por parte das forças de segurança. No contexto da segurança pública está o BPFron que atua na Tríplice Fronteira, tanto na fronteira seca como ao longo do rio Paraná. Metodologicamente, optou-se por enfatizar o tráfico de drogas e armas, contrabando de cigarros e descaminho como referências de análises de crimes pelo expressivo registro de apreensões, haja vista os dados estatísticos fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública (SESP) do Estado do Paraná, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD). Esses órgãos de segurança disponibilizam o acesso público de suas operações no combate a criminalidade.

**Palavras-chave:** Território. Agentes de segurança. Criminalidade. Narcotráfico.



## ABSTRACT

This thesis aims to analyze public security at the Paraná state border, a region that lies between Brazil, Paraguay and Argentina, and the role of the Border Police Battalion – BPFron in this context. It is understood that BPFron, installed in some municipalities in the West and Southwest of Paraná, reflects the public security policy on the triple border, on the Brazilian side. The thesis presents as a time frame the period of creation of BPFron, 2012, to the current period. As a spatial cut-off, bpfron's area of activity, which is distributed in three companies by one hundred and thirty-nine municipalities in the West and Southwest regions of the paraná border strip. Among these municipalities, special attention will be given to those with higher rates of violence, based on data from the Secretariat of Public Security (SSP), The Paraná Institute of Economic and Social Development (IPARDES), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the Municipal Profile section. The corpus of the research is characterized by the most fought crimes in the border strip, such as the dispute for the territory between drug traffickers, smuggling (cigarettes), misdirection and drug trafficking. The municipalities that showed a significant increase in their homicide rates, from 2015 to 2016, having as parameter the national and state averages, were: Matelândia, São Pedro do Iguaçu, Santa Helena, Terra Roxa, Vera Cruz do Oeste, Cidade Gaúcha, according to a survey by IPARDES. It is hypothesized that border municipalities are more susceptible to problems related to the lack of public security. In addition to these problems mentioned above, there is difficulty in controlling the security forces. In the context of public security is BPFron that operates in the Triple Frontier, both on the dry border and along the Paraná River. Methodologically, we chose to emphasize the trafficking of drugs and weapons, smuggling of cigarettes and detour as references of crime analysis by the expressive record of seizures, given the statistical data provided by the Secretariat of Public Security (SESP) of the State of Paraná, Federal Police (PF), Federal Highway Police (PRF) and The National Anti-Drug Secretariat of Paraguay (SENAD). These security agencies provide public access to their operations in the fight against crime.

**Keywords:** Territory. Security agents. Crime. Drug trafficking.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização espacial da área de atuação do BPFron .....	17
Figura 2 - Ponte Internacional da Amizade .....	33
Figura 3 - Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves.....	34
Figura 4 - A Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina .....	36
Figura 5 - Faixa e Zona de Fronteira.....	40
Figura 6 - Atividades econômicas na região da fronteira brasileira, com destaque para as criminosas .....	42
Figura 7 - O uso das tecnologias a serviço da segurança pública .....	55
Figura 8 - Municípios paranaenses lindeiros ao lago de Itaipu, sob jurisdição do BPFron.....	58
Figura 9 - Plantação de maconha na região da cidade paraguaia de Pedro Juan Cabalero .....	62
Figura 10 - Eventos criminosos realizados à Zona de Fronteira, segundo a UF (Brasil – 2008).....	76
Figura 11 - Municípios banhados pelo Lago de Itaipu e beneficiados pelos royalties da Itaipu.....	82
Figura 12 - Localização do município de Foz do Iguaçu (PR) .....	93
Figura 13 - Localização do município de Guaíra (PR).....	96
Figura 14 - As Cidades-Gêmeas de Guaíra (BR) e Salto Del Guairá (PY).....	97
Figura 15 - Localização do município de Matelândia (PR) .....	99
Figura 16 - Localização do município de Vera Cruz do Oeste - Paraná.....	101
Figura 17 - Localização do município de Moreira Sales (PR).....	103
Figura 18 - Localização do município de Cidade Gaúcha (PR).....	105
Figura 19 - Localização do município de Rio Bonito do Iguaçu (PR) .....	107
Figura 20 - Localização do município de Espigão Alto do Iguaçu (PR).....	109
Figura 21 - Localização espacial dos departamentos paraguaios, e suas respectivas taxas de homicídios .....	112
Figura 22 - Assassinatos no Brasil e na Síria entre os anos de 2012 e 2016 .....	119
Figura 23 - Taxa de homicídios na América Latina em 2017 .....	122
Figura 24 - Militares atuam no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, com o apoio do SISFRON.....	141
Figura 25 - Área de cobertura do PEFRON.....	148
Figura 26 - Organograma do GEFRON.....	165
Figura 27 - Rodovia Internacional MS-165, Fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai .....	172
Figura 28 - Patrulhamento do Exército ao longo da rede fluvial da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia .....	174
Figura 29 - Organograma parcial da Polícia Militar do estado do Paraná, destaque para o BPFron.....	179
Figura 30 - Municípios pertencentes à área de atuação da 1ª Companhia do BPFron – Marechal Cândido Rondon, PR .....	181

Figura 31 - Municípios pertencentes à área de atuação da 2ª Companhia do BPFron – Guáira, PR.....	183
Figura 32 - Municípios pertencentes à área de atuação da 3ª Companhia do BPFron – Santo Antônio do Sudoeste .....	185
Figura 33 - Os dez produtos mais contrabandeados no Brasil em 2015.....	189
Figura 34 - Carregadores em porto clandestino de Ciudad Del Este .....	190
Figura 35 - Apreensões do BPFron em 2017 .....	192
Figura 36 - Apreensão de maconha - a maior apreensão já realizada pelo BPFron.....	196

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologias das fronteiras políticas – Ratzel .....	35
Quadro 2 - Notícias sobre a criminalidade na fronteira .....	86
Quadro 3 - Notícias sobre a criminalidade na fronteira .....	87
Quadro 4 - Taxa de homicídios por departamento paraguaio para cada 100.000 habitantes – 2014 .....	111
Quadro 5 - Penalidade para os crimes cometidos no Brasil e no Paraguai.....	117
Quadro 6 - Comparativo entre a taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes) no Brasil e em alguns países sul-americanos – 2017 .....	121
Quadro 7 - Fases das políticas públicas.....	128
Quadro 8 - Atribuições das forças de segurança pública no Brasil .....	135
Quadro 9 - Divisão das atribuições entre os Ministérios da Justiça e Segurança Pública .....	137
Quadro 10 - Alguns resultados dos trabalhos do 4º BPAF .....	168
Quadro 11 - Municípios pertencentes à área de atuação da 1ª Companhia do BPFron.....	182
Quadro 12 - Municípios pertencentes à área de atuação da 2ª companhia do BPFron.....	184
Quadro 13 - Municípios pertencentes à área de atuação da 3ª Companhia do BPFron.....	186
Quadro 14 - Três anos de atuação do BPFron (06/2012-06/2015) .....	188
Quadro 15 - Apreensões de drogas (em toneladas) nos municípios que sediam as Companhias do BPFron – 2014 e 2015.....	191
Quadro 16 - Apreensões do BPFron durante a gestão do tenente-coronel Sanson - 21/09/2018 a 30/12/2019.....	193

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mortalidade por homicídios (por 100 mil habitantes) em alguns municípios situados na Faixa de Fronteira paranaense – 2015-2016 .....	85
Tabela 2 - Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes para cada estado brasileiro, mais o Distrito Federal .....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de registros de homicídios por 100 mil habitantes, entre os municípios de Zona de Fronteira e fora da Zona de Fronteira (2007).....77

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ESTADO DA ARTE DA SEGURANÇA PÚBLICA EM REGIÕES DE FRONTEIRA</b> .....	<b>29</b>
1.1 FRONTEIRA: TERRITÓRIO ESPECIAL .....	29
1.1.1 Faixa de fronteira.....	37
1.1.2 Zona de fronteira .....	39
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA ATÉ O PERÍODO ATUAL.....	44
1.3 TERRITÓRIO, REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA .....	46
1.3.1 Território.....	46
1.3.2 A organização do espaço em redes e a era digital.....	52
1.3.3 Circuitos espaciais de produção das drogas (produção no território paraguaio, distribuição, comercialização e consumo) .....	59
1.4 CONCEITOS DE ESCALA POLÍTICA.....	63
1.5 ESTADO DA ARTE SOBRE SEGURANÇA NA FRONTEIRA .....	66
<b>2 A REALIDADE NA FRONTEIRA: VIOLÊNCIA E OUTROS ASPECTOS</b> .....	<b>74</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA SOB O PONTO DE VISTA DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE .....	74
2.1.1 As fronteiras brasileiras e a criminalidade .....	74
2.1.2 Os principais crimes cometidos na tríplice fronteira paranaense .....	78
2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS QUE APRESENTAM ALTAS TAXAS DE HOMICÍDIOS .....	88
2.2.1 Foz do Iguaçu.....	92
2.2.2 Guaíra .....	95
2.2.3 Matelândia.....	98
2.2.4 Vera Cruz do Oeste.....	101
2.2.5 Moreira Sales .....	102
2.2.6 Cidade Gaúcha.....	104
2.2.7 Rio Bonito do Iguaçu .....	106
2.2.8 Espigão Alto do Iguaçu.....	108
2.3 COMPARATIVO ENTRE A VIOLÊNCIA NOS DEPARTAMENTOS DO PARAGUAI E EM ALGUNS ESTADOS BRASILEIROS.....	110
2.4 CRIMES PRATICADOS NO BRASIL E NO PARAGUAI .....	116
2.5 QUANTIFICAÇÃO DOS CRIMES COMETIDOS NA SÍRIA, NA AMÉRICA LATINA, NO BRASIL E NO PARANÁ .....	118
2.5.1 A guerra na Síria .....	119

<b>3 POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA EM DIFERENTES ESCALAS</b> .....	<b>125</b>
3.1 AS DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA .....	125
3.1.1 Tipos de políticas públicas .....	125
3.2 POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NACIONAL .....	129
3.3 SEGURANÇA PÚBLICA PARA AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS.....	138
3.3.1 SISFRON: A tecnologia no combate aos crimes transfronteiriços .....	139
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ESTADUAL.....	143
3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PARA A FRONTEIRA.....	147
3.5.1 Policiamento Especializado de Fronteiras – PEFRON .....	147
3.5.2 Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras– ENAFRON .....	150
3.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA .....	153
3.6.1 Acordos de cooperação internacional para as fronteiras.....	153
3.6.2 Acordos de cooperação bilateral: Brasil e Paraguai .....	156
<b>4 BATALHÃO DA POLÍCIA DE FRONTEIRA – BPFron: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	<b>159</b>
4.1 A CRIAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE FRONTEIRA – BPFron.....	159
4.2 OUTROS BATALHÕES DE FRONTEIRA QUE REALIZAM TRABALHOS SIMILARES AOS DO BPFron .....	162
4.2.1 Criação das polícias militares estaduais: breve histórico .....	162
4.2.3 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira (BPAF) .....	167
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ COM OUTRAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS.....	170
4.3.1 Mato Grosso do Sul: Fronteira com o Paraguai .....	170
4.3.2 Tríplice Fronteira: Brasil, Peru e Colômbia .....	173
4.4 O BPFron E OS CRIMES TRANSNACIONAIS/TRANSFRONTEIRIÇOS .....	176
4.4.1 A conjuntura política e socioeconômica da faixa de fronteira paranaense e a atuação do BPFron.....	177
4.4.2 Primeira Companhia do BPFron: Marechal Cândido Rondon (Oeste/PR) .....	180
4.4.3 Segunda Companhia do BPFron: Guaíra (Oeste/PR) .....	182
4.4.4 Terceira Companhia do BPFron: Santo Antônio do Sudoeste (Sudoeste/PR).....	184
4.5 ATUAÇÃO DO BPFron EM SUAS ÁREAS DE DOMÍNIO .....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>204</b>
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA 1ª CIA DO BPFron, EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON</b> .....	<b>214</b>
<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA DO EX-TENENTE-CORONEL DO BPFron, SANSON, AO JORNAL O PRESENTE</b> .....	<b>217</b>



<b>APÊNDICE C - MOSAICO – NOTÍCIAS SOBRE A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO A - APREENSÕES, PRISÕES E ABORDAGENS POR PARTE DO BPFロン .....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXO B - MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO BPFロン .....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXO C - MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE .....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

A tese tem como objetivo geral analisar a segurança pública na fronteira paranaense, região que fica entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, bem como o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), uma unidade da polícia militar do Estado do Paraná, no contexto da segurança pública estadual, especialmente em suas áreas de cobertura. Tem como objetivos específicos: i) compreender as políticas públicas de segurança formuladas para a região da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina; ii) identificar os principais conflitos que permeiam a segurança na tríplice fronteira; iii) verificar as principais ações do BPFron nas suas áreas de intervenção ou domínio; iv) averiguar os crimes de maior incidência na tríplice fronteira; e v) comparar a segurança na fronteira com outras regiões fronteiriças e também se existem outros batalhões de polícia de fronteira.

Apresenta como recorte espacial, a área sob a cobertura do BPFron, os cento e trinta e nove municípios paranaenses, dispostos pelos 150 km na faixa de fronteira brasileira, todos na Região Geográfica Intermediária de Cascavel<sup>1</sup>. Esta Região detém uma linha de Fronteira internacional de 447 km, sendo 208 km com o Paraguai e 239 km com a Argentina (SESP/PMPR, 2016). O batalhão é um aporte à política da segurança pública na tríplice fronteira, do lado brasileiro.

Apresenta como recorte temporal o ano de criação do BPFron (2012 a 2019) e como recorte espacial a área de atuação do BPFron distribuído em três companhias pela faixa de fronteira paranaense. Dentre esses municípios será dada especial atenção aqueles com maiores índices de violência, com base nos dados da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na seção *Perfil Municipal*, Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD) e Polícia Rodoviária Federal do Brasil (PRF).

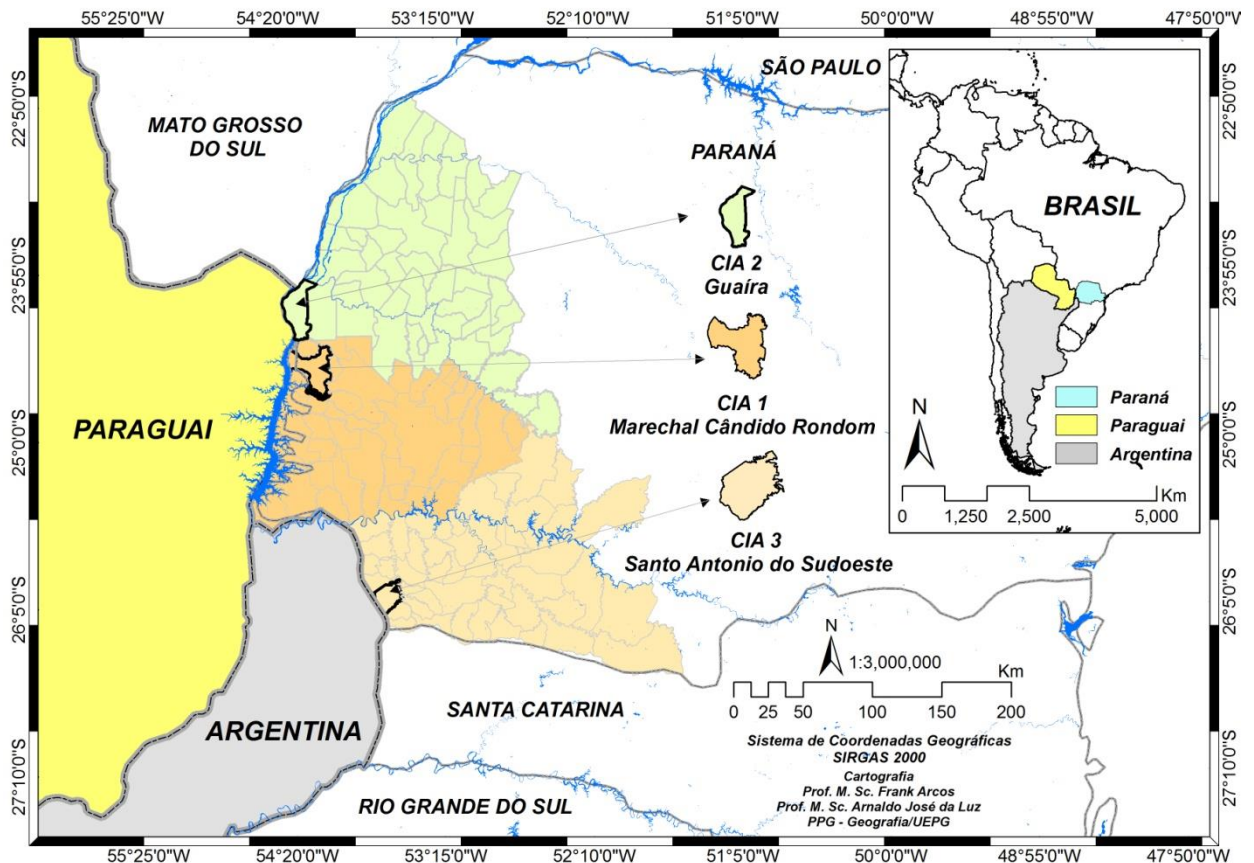
---

<sup>1</sup> “As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (DIVISÃO...2017) Assim, esse novo recorte regional do Brasil incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. A Região Geográfica Intermediária de Cascavel incorporou a antiga Mesorregião Oeste e a Sudoeste do Paraná.

De acordo com os dados estatísticos informados pelos órgãos governamentais (SESP, IBGE e IPARDES) os municípios com maior incidência de violência e, que embasarão a pesquisa, tendo como parâmetro a média nacional e estadual, e que servem ainda como recorte espacial da tese são: Foz do Iguaçu, Guaíra, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Moreira Sales, Cidade Gaúcha, Rio Bonito do Iguaçu e Espigão Alto do Iguaçu, segundo levantamento do IPARDES nos anos de 2015-2016.

A Figura 1 mostra a área de cobertura do BPFron, os cento e trinta e nove municípios paranaenses, divididos em três áreas de atuação.

Figura 1 - Localização espacial da área de atuação do BPFron



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Os municípios da faixa de fronteira paranaense pertencem a Região Geográfica Intermediária de Cascavel, conforme o IBGE (2017). A região faz fronteira com o Paraguai e a Argentina, além dos estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Devido a sua posição geográfica, é região de grande fluxo de armas e drogas. Esta condição impõe aos municípios um aumento significativo na

criminalidade e em suas respectivas taxas de homicídios, em virtude de “acertos de contas” e disputas por controle de territórios, haja vista, que se tornaram ao longo dos anos mercados consumidores das drogas.

A Figura 1 ainda destaca as três Companhias (CIAs) em que está dividido o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron). Cada CIA é responsável por uma determinada quantidade de municípios. A CIA 1, e sede do BPFron, fica instalada no município de Marechal Cândido Rondon. A CIA 2, está instalada em Guaíra e a CIA 3 está instalada em Santo Antônio do Sudoeste.

O estado do Paraná possui cento e trinta e nove municípios na faixa de fronteira brasileira, até 150 km da linha de fronteira, sendo 42 municípios no sudoeste e 97 no oeste do estado. Detém uma linha de Fronteira internacional de 447 km, sendo 208 km com o Paraguai e 239 km com a Argentina (SESP/PMPR, 2016).

A faixa de fronteira abriga uma maior quantidade de organizações criminosas, o que acarreta em mais crimes. Conforme Naím (2006 in Amaral, 2007) essa região é considerada um ponto de encontro para contrabandistas de todos os tipos, devido à legislação ineficiente e à falta de fiscalização, aumentando a incidência de crimes nessas localidades.

Bartolomé (2003) salienta que na fronteira Brasil-Paraguai existe um importante relacionamento entre o terrorismo, o crime organizado e a corrupção de agentes públicos, que facilitam as práticas ilícitas nessa fronteira.

Ao buscar fatores que influenciam a criminalidade, Santos e Kassouf (2008) chegaram aos resultados de que a desigualdade de renda, os retornos do crime e os efeitos espaciais têm contribuição significativa no aumento da criminalidade.

O *corpus* da pesquisa se caracteriza nos crimes mais combatidos na faixa de fronteira. Estudos preliminares, incluindo visitas a campo e aplicação de questionário ao comandante do BPFron em Marechal Cândido Rondon, informam que os crimes mais praticados na fronteira são o contrabando (de cigarros) e descaminho e o tráfico de drogas, principalmente a maconha.

O artigo 334 do Código Penal brasileiro menciona os crimes de contrabando e descaminho. Embora eles estejam no mesmo artigo, são crimes distintos e quase sempre confundidos. Contrabando é a entrada ou saída de produto proibido, ou que atente contra a saúde ou moralidade. Já o descaminho é a entrada ou saída de produtos permitidos, mas sem passar pelos trâmites burocráticos-tributários devidos:

A conduta de importar cigarros de marca que não seja comercializada no país de origem enquadra-se no delito de contrabando (artigo 334-A – “Importar ou exportar mercadoria proibida”). Em se tratando de proibição constante no texto de lei, estaremos diante, em tese, do delito de contrabando. Por outro lado, caso sejam permitidas a importação e exportação, sem vedações legais, mas a operação ocorrer sem o devido pagamento de direito ou imposto respectivos, estaremos, em tese, diante do crime de descaminho (Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco).

Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2016, áreas críticas são os municípios com problemas mais graves quanto aos homicídios, violência, rede de proteção e vulnerabilidade socioeconômica. Assim, os municípios escolhidos são esses com a peculiaridade definida pelo FBSP.

Quando se comparam as regiões de zona de fronteira às demais regiões, salienta-se que os municípios com população de até 50.000 habitantes possuem maiores taxas de homicídios do que os que estão fora das zonas fronteiriças. Os resultados dessa análise corroboram a relevância da implementação de um projeto de segurança rigoroso nas fronteiras brasileiras, dotando o corpo policial de todos os recursos necessários para operação, como logística, recursos humanos e demais materiais fundamentais para aperfeiçoamento da eficiência e eficácia das ações cometidas (DEPRO-SENASP, 2009-10).

As fronteiras do Brasil com os demais países sul-americanos estabelecem rotas de entrada e saída de produtos que impactam diretamente na situação da segurança pública do país. Anualmente, são roubados ou furtados cerca de 400.000 veículos e 15.000 cargas, sendo a maioria destinado para outros países trafegando pelas fronteiras. São 125.000 apreensões de entorpecentes e 80.000 apreensões de armas de fogo que entram no Brasil por meio de suas fronteiras. Pode-se afirmar que a maioria das 33.000 pessoas que desaparecem todos os anos no Brasil são levadas para fora do país passando pelas fronteiras (DEPRO-SENASP, 2009-10).

O debate sobre políticas públicas de segurança tem merecido destaque no Brasil na atualidade. Discute-se de que forma as políticas públicas estão geografizadas, como por exemplo, na dimensão espacial que permeia esse tema, como a questão da distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional, assim como as desigualdades regionais em que são formuladas e implementadas as políticas públicas de segurança no Brasil (SERPA, 2011). Estuda-se, nesse contexto, se os territórios transfronteiriços (que ultrapassam as fronteiras geográficas de um país) recebem menor atenção do Estado ou não.

Como objeto da Geografia, interessa ainda discutir a articulação das escalas e recortes na formulação e implementação das políticas públicas. Para Milton Santos (1994), o nível de intencionalidade do governo nacional assim como sua abrangência de atuação não são os mesmos para os governos estaduais e municipais. As escalas podem servir de alicerce para os planos e projetos das políticas públicas, pois, pode se dimensionar o território que será realizado as políticas públicas de segurança e verificar se as mesmas são suficientes para o território escolhido.

Diante do contexto apresentado nessa Tese, têm-se como perguntas de partida: i) como reflexo das políticas públicas formuladas para as fronteiras brasileiras, e paranaense, em que medida o BPFron contribui para melhorar a segurança na faixa de fronteira paranaense? Suas estratégias amenizam a violência na região?

Apresenta como hipótese que a segurança pública no estado do Paraná possui significativa defasagem de investimentos nos últimos anos. Como problemas pontuais da segurança pública paranaense podem-se citar a superlotação em carceragens, atraso na construção de presídios e falta de efetivo nas polícias Civil e Militar.

Na urgência da geração das políticas públicas para a segurança e de maneira a conter o avanço da criminalidade no estado, foi implementado em 2011 o programa Paraná Seguro. O Programa surge para reestruturar os investimentos pelas unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP), que inclui a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica (Instituto Médico-Legal e Instituto de Criminalística) e Corpo de Bombeiros (SESP, 2018).

O estado do Paraná tem um plano próprio de segurança pública para a sua fronteira, com o Paraguai e a Argentina. Em razão dos crimes de tráfico de drogas, contrabando e descaminho frequentes, foi instalado no ano de 2012 o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) no município fronteiriço de Marechal Cândido Rondon. Os policiais do BPFron recebem treinamento especial para combater crimes transfronteiriços (SESP, 2018).

Em 2013, no âmbito do BPFron, entrou em funcionamento o Pelotão Cobra que visa combater a criminalidade nas águas do Lago de Itaipu (SESP, 2018). No

ano de 2014, foram instaladas a 2ª Companhia (Cia) do BPFron no município de Guaíra e a 3ª Cia do BPFron em Santo Antônio do Sudoeste.

Como parte do Programa Paraná Seguro foi reforçado o Comando Regional da Polícia Militar (PM) em Cascavel e criado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), atrelando as forças de segurança estaduais, municipais e federal e que conta com representantes de autoridades da segurança pública do Paraguai e da Argentina, para atuar em ações e operações conjuntas no combate à criminalidade.

O debate aqui proposto, sobre a formulação de políticas públicas de segurança para a região de fronteira, com reflexos sobre todo o território nacional, merece que seja dada atenção as origens que levaram a essa discussão. Ao questionar a segurança pública na região da fronteira paranaense, com destaque para a criação do Batalhão de Polícia de Fronteira nesse contexto, se faz necessário, antes, compreender, ainda que brevemente, os motivos que levaram a estrutura pública a intervir por meio do modelo desse Batalhão.

A Tese, que apresenta caráter investigativo, informativo e questionador, procura dar sentido a análise da segurança pública sobre um debate mais amplo do que somente as políticas públicas de segurança. Trás como proposição que as políticas públicas de segurança tenham em seu bojo a relação com a formulação de outras políticas públicas, tais quais na área da educação, qualificação profissional, saúde e geração de emprego e renda.

A formulação dessa Tese se justifica, ainda, ao contribuir com a pertinente discussão sobre as políticas públicas de segurança no Brasil, no Paraná e quais seriam os seus desdobramentos na faixa de fronteira. Pois, após as pesquisas realizadas, se encontrou poucos trabalhos acerca desse tema. O interesse pelo tema ocorre diante do avanço da criminalidade em nosso país percebendo-se que são pelas nossas fronteiras que entram grande parte das drogas e armas geradoras e financiadoras da ação dos criminosos pelos grandes centros urbanos e demais municípios brasileiros e fronteiriços.

Nas regiões de fronteira existe um número expressivo de pessoas vulneráveis à violência e expostas as mais diversas práticas de crimes. Contribuem para essa vulnerabilidade pessoas com dezoito anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal. E, ainda, pessoas de quinze a vinte e quatro anos que não estudam nem trabalham estão mais expostas à pobreza (FBSP, 2016).

Dadas as lacunas deixadas diante da formulação de políticas públicas em áreas estratégicas como segurança, educação e saúde, a violência foi se ampliando na faixa de fronteira. Este contexto explica, em certa medida, a urgência de se reforçar o policiamento na fronteira, a exemplo da criação do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron).

A faixa de fronteira tornou-se abrigo fundamental para o crime organizado, pois, conforme Barboza (2004), possui uma importante rede viária de alcance nacional com fluxo de diversos tipos de veículos. Tendo ainda estratégica conexão com cidades com grande fluxo de comércio, a exemplo de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, onde a precária fiscalização e falta de cooperação entre as autoridades favorecem a propagação da criminalidade.

As taxas de homicídios nos municípios fronteiriços são mais altas que no restante do Brasil, conforme estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (IDESF). As mortes violentas se relacionam com o contrabando e o narcotráfico, tendo relevantes impactos socioeconômicos na fronteira e a nível nacional como um todo. Não se pode negar que a violência deixa profundas e negativas marcas na economia e na sociedade em geral. Nas cidades gêmeas da faixa de fronteira brasileira a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes foi de 34,2 enquanto a média nacional foi de 27,71 no ano de 2013.

As taxas de criminalidade e a prevenção dos delitos transfronteiriços dependem, em grande parte, da situação social, econômica, técnica e institucional dos municípios da fronteira. O Brasil possui quinhentos e oitenta e oito municípios na sua faixa de fronteira existindo, portanto, uma grande dificuldade de se fazer o levantamento em todos e a amostra de dados secundários se mostra insuficiente para a identificação e caracterização de aspectos específicos de cada realidade municipal (SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS/ENAFRON, 2016).

Somam-se aos problemas de segurança pública vivenciados na fronteira a dificuldade de controle por parte das forças de segurança, inclusive do BPFron. Isso decorre, normalmente, por conta de uma grande área a ser vigiada, seja por via terrestre ou fluvial, e do pouco efetivo que contam as forças de segurança. Ademais, a região fronteiriça é lugar de passagem de pessoas dos mais diversos municípios seja do Brasil, Paraguai ou Argentina, sendo uma parcela dessa população transfronteiriça buscando práticas ilícitas ou ilegais.



A região do Lago de Itaipu apresentou um índice de 62,2 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2010. Esse valor foi o dobro da média paranaense. Há pelo menos uma década a taxa de homicídios na fronteira paranaense é o dobro da estadual. No ano 2000 era de 47,3 na fronteira e 21 no estado (IPARDES/IPEA, 2018).

Municípios como Foz do Iguaçu e Guaíra, apresentaram médias superiores à do estado, uma vez que atingiram 43 e 68 homicídios, respectivamente, em 2013. A média do estado foi de 25,7 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2013 (IPARDES/IPEA, 2018).

Em um período que compreende o ano 2000 até 2010, dos dezesseis municípios que fazem margem com o Lago de Itaipu<sup>2</sup> apenas três fecharam o ano de 2010 sem assassinatos, sendo Itaipulândia, Entre Rios do Oeste e Mercedes. Em todos os municípios com assassinatos a taxa passa de 10 para cada grupo de mil habitantes, considerada epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em Foz do Iguaçu, município mais violento do Paraná, os assassinatos cresceram 12% nos últimos anos, em Guaíra cresceu três vezes e em Marechal Cândido Rondon cresceu cerca de oito vezes, ambos comparados com Foz do Iguaçu (IPARDES/IPEA, 2018).

Os municípios banhados pelo Lago de Itaipu recebem um repasse anual da Usina de acordo com a área alagada. Os municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu e Itaipulândia são os que recebem os maiores valores. O montante recebido deve ser aplicado em áreas estratégicas para a melhoria das condições de vida das populações desses municípios, tais como infraestrutura, educação, saúde, turismo e lazer.

A seguir os procedimentos metodológicos e suas variáveis que se consubstanciarão em estratégias de operacionalizar os objetivos propostos na pesquisa.

---

<sup>2</sup> Dos dezesseis municípios que são banhados pelo lago de Itaipu, quinze pertencem ao estado do Paraná, sendo Medianeira, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, e um pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul, sendo Mundo Novo.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, optou-se por enfatizar o tráfico de drogas e armas, contrabando de cigarros e descaminho como referências de análises de crimes pelo expressivo registro de apreensões, haja vista os dados estatísticos fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública (SESP) do Estado do Paraná, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD). Estes órgãos de segurança disponibilizam o acesso público de suas operações no combate a criminalidade.

Como procedimentos teóricos são discutidas as políticas públicas de segurança para a fronteira paranaense do ponto de vista do território. Considera-se importante para o trabalho, enquanto estudo da Geografia, entender a distribuição espacial das políticas públicas de segurança, como se distribuem e se (re)organizam pelo território.

Analisou-se o papel dos governantes, como promotores das políticas de segurança pública, a atuação dos policiais do BPFron, os moradores, que são agentes sociais diretamente impactados pela (in)segurança pública dos municípios fronteiriços e os criminosos, a exemplo dos narcotraficantes, contrabandistas e assassinos.

Haja vista a grande quantidade de municípios sob a área de domínio das Companhias do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), optou-se por trabalhar com os municípios mais violentos, aqueles em que os índices de homicídios estão entre os maiores da região, conforme informações levantadas no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Como fonte primária da pesquisa foi realizada a aplicação de um questionário na Sede do BPFron, junto ao comandante do órgão na oportunidade, ano de 2016. E, houve ainda, a realização de três entrevistas. Uma na Sede do BPFron e duas na Aduana Brasil-Paraguai.

O objetivo da aplicação das entrevistas na Aduana Brasil-Paraguai e na 1ª Cia do BPFron, assim como do questionário na 1ª CIA, foi o de identificar quais são os crimes mais praticados e combatidos na região de fronteira. O intuito foi o de verificar como os agentes das forças de segurança têm atuado em suas áreas de domínio e quais as dificuldades encontradas para a realização de seu trabalho.

O modelo do questionário foi o de perguntas diretas relacionadas à temática (questionário aberto), em que a resposta foi apresentada textualmente e de forma livre pelo agente responsável.

Houve a realização de três entrevistas em dias e locais diferentes. A primeira junto ao comandante do BPFron, e, as demais, uma com um agente da Receita Federal e a outra com um policial do BPFron em atuação durante uma força conjunta, denominada “Operação Muralha”, em operação a partir da Aduana Brasil-Paraguai.

As entrevistas foram pautadas na exploração do conhecimento/experiência dos agentes em questões sensíveis como “o volume de apreensão diária e/ou se há dias específicos de maiores apreensões”, “como identificar indivíduos em atitude suspeita” e “se há trabalho conjunto com os demais órgãos de segurança”. A partir dos relatos dos entrevistados, as informações foram compiladas e utilizadas durante a construção da Tese.

No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtivemos as informações sobre o perfil socioeconômico dos municípios que estão sob o domínio do BPFron, a fim de se verificar se o padrão social e econômico dos municípios impacta direta ou indiretamente sobre a criminalidade.

Ao mesmo tempo buscaram-se outras informações em diversos sites que tratam de segurança, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Receita Federal do Brasil (RFB), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Observatório da Fronteira, entre outros. As informações foram buscadas nos sites dos governos argentino e paraguaio, como a Polícia Federal Argentina (PFA) e o *Ministerio de Seguridad* da Argentina (MAS), e o portal da Polícia Federal do Paraguai (PFP) e Ministério da Justiça e Cidadania (MJC).

Documentos como o Plano Diretor e as Leis dos municípios mais atingidos pela criminalidade nos últimos anos também foram analisados via sites das prefeituras ou até mesmo impressos, quando cedidos pelas instituições e, em conjunto, realizamos a revisão bibliográfica em teses, dissertações, monografias, sites, Portal da CAPES, artigos acadêmicos, periódicos, jornais e revistas especializados no assunto de segurança pública.

Foram realizados levantamentos de notícias sobre a criminalidade na fronteira junto à imprensa regional, na mídia digital, como o jornal O Presente, Portal Guaíra, Fronteira Online, Portal Agora Notícias e O Paraná, que tratam, especialmente, de notícias sobre a criminalidade nos municípios fronteiriços.

Da base de dados do IBGE e do IPARDES em formato vetorizado foi extraído os limites do estado do Paraná, com destaque para a região da fronteira com o Paraguai, no rio Paraná, e com a Argentina, no rio Iguaçu. Com as informações em formato *Shapefile* (polígonos e pontos) em ambiente SIG foi produzido alguns cartogramas que visam demonstrar e espacializar os 139 municípios paranaenses sob o domínio do BPFron.

Tendo como referência os dados dos anos de 2015 e 2016 da Secretaria da Saúde do Paraná (SESA-PR) e do Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS (DATASUS) foram coletadas e tabuladas as taxas de homicídios para cada 100 mil habitantes nesses anos.

A partir dos dados, destacaram-se nos cartogramas para a faixa de fronteira paranaense, os municípios com as mais altas taxas de homicídios, quando comparados com os índices nacionais e estaduais. Neste sentido, destacamos os municípios onde a violência aumentada de maneira considerável entre as décadas de 2015 e 2016 e o levantamento de políticas públicas voltadas à área de segurança e combate ao tráfico de drogas ilícitas, diminuição da taxa de homicídios no Brasil e no Paraguai.

Os municípios com taxas de assassinatos superiores a média estadual, são Foz do Iguaçu, Guaíra, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Moreira Sales, Cidade Gaúcha, Rio Bonito do Iguaçu e Espigão Alto do Iguaçu, registrados no período entre 2015 e 2016, conforme levantamento do IPARDES.

Com a montagem anterior do BD (Banco de Dados) e das ferramentas do SIG (Sistema de Informações Geográficas) com projeção no formato SIRGAS, foi possível realizar a análise espacial dos dados e apresentá-los de forma temática, consistindo assim, para a visualização das informações nas regiões onde se situam as três Companhias do BPFron.

O uso de técnicas da cartografia em meio digital, como ferramenta de apoio às confirmações da presente pesquisa, se conecta a trabalhos científicos. Por exemplo, ao estudo desenvolvido para o governo federal pelo Grupo de pesquisa Retis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado '*Analysis of*

*public policies for developing the brazilian border strip'* (Análise de políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira), onde os autores utilizaram o SIG e um consistente banco de dados para tratar das fronteiras brasileiras em escala municipal, seguindo especificações e nomenclaturas definidas em Kruger (2017).

Além dos mapas (figuras) confeccionados para esta tese, foram utilizados como recursos metodológicos gráficos a partir do programa Microsoft Office Excel 2007 para mostrar a evolução da violência no Brasil, no Paraná e em alguns municípios fronteiriços. Nos quadros e tabelas foram separados os municípios mais violentos e mostradas às taxas de homicídios significativas e o número de apreensões das drogas e produtos ilegais que transitam pela faixa de fronteira.

Nos quadros demonstram-se as funções de cada força de segurança pública que atua no Brasil e, um comparativo as penalidades para os crimes correlatos que são praticados no Brasil, no Paraguai e na Argentina. Assim, obtivemos os volumes das apreensões que reflete a produção e circulação de produtos ilegais na região estudada.

Com vistas a atingir os objetivos propostos pela presente Tese, o texto está ordenado em quatro capítulos, além desta introdução, da metodologia e das Considerações Finais:

- ✓ No primeiro capítulo, a fundamentação teórica e o Estado da Arte da Segurança pública na fronteira. Será abordada a fronteira em seus diversos aspectos e a formação das redes sobre o território fronteiriço, confrontando autores especialistas nesta temática. Ao final desse capítulo, será realizado um levantamento de dissertações, teses e artigos sobre segurança na fronteira.
  
- ✓ No segundo capítulo, abordam-se as causas que motivaram a criação das políticas públicas de segurança para a fronteira. Far-se-á ainda a caracterização da fronteira sob o ponto de vista da violência e da criminalidade, como os principais crimes cometidos na tríplice fronteira e a origem e as consequências dos conflitos que ocorrem na tríplice fronteira. Neste capítulo serão analisados ainda os aspectos socioeconômicos dos municípios fronteiriços mais afetados pela criminalidade.

- ✓ O terceiro capítulo dedica-se à análise das políticas públicas voltadas à segurança na Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina. Ainda foi realizado o levantamento das políticas públicas de segurança para o Brasil, para o estado do Paraná e para as fronteiras, inclusive com a criação do BPFron neste contexto.
  
- ✓ No quarto capítulo estuda-se a atuação do batalhão de polícia de fronteira (BPFron) no âmbito das políticas públicas de segurança na fronteira paranaense. De maneira comparativa será verificado se existem e como atuam outros batalhões de polícia de fronteira pelo território brasileiro, e se realizam trabalhos similares ao do BPFron. Neste capítulo, será realizada ainda uma comparação da criminalidade entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e outras regiões fronteiriças. Por fim, serão estudadas as principais estratégias do BPFron para prevenir e combater a criminalidade e assegurar a segurança em suas áreas de domínio.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ESTADO DA ARTE DA SEGURANÇA PÚBLICA EM REGIÕES DE FRONTEIRA.**

De forma estrutural e organizacional optou-se por dividir esta seção em eixos de discussões. Sendo assim, serão tratados os conceitos considerados fundamentais para esta pesquisa, tais como: a fronteira, assim como zona de fronteira e faixa de fronteira; o território e as redes. Outros conceitos relacionados podem surgir no decorrer da pesquisa. Entende-se que para esse trabalho as políticas públicas de segurança nacional e, especialmente, aquelas realizadas na região de fronteira devam interagir com esses conceitos.

### **1.1 FRONTEIRA: TERRITÓRIO ESPECIAL**

A fronteira é uma região que, devido as suas características específicas, necessita de tratamento diferenciado no que se refere às políticas públicas disponibilizadas, em especial no âmbito da segurança pública, educação, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

Parte-se do pressuposto que as áreas fronteiriças são mais suscetíveis aos problemas relacionados com a segurança pública, especialmente aos crimes relacionados ao tráfico de drogas e armas. O tráfico de drogas e armas que assolam as regiões das fronteiras acaba por interferir diretamente nas questões políticas, econômicas e sociais de uma sociedade, nesse caso dos municípios fronteiriços e áreas próximas.

A fronteira internacional sempre foi tida como um território vulnerável. Em meados do século XX, Turner (1920) analisou a fronteira como o lugar da barbárie. Na atualidade, a percepção desse autor adquiriu contornos específicos, apresentadas as dinâmicas ilícitas transfronteiriças recentes: o contrabando, o tráfico de drogas e de armas de fogo e munições. Visto que os impactos que a repercussão desses fluxos nos centros urbanos tem ocasionado a violência como um novo fenômeno social<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O tráfico e o consumo de drogas foram apontados em uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Senado Federal, em 2007, como uma das causas da violência no Brasil.

As fronteiras devem receber especial atenção do Estado devido ao seu caráter estratégico, uma vez que é por essa região que transitam pessoas de diferentes nacionalidades, produtos e mercadorias legalizados e de extrema importância para a economia nacional, assim como produtos ilegais, fruto do contrabando e do narcotráfico.

Santos (1996) aborda os impasses diante da integração e da proteção das regiões de fronteira. O autor corrobora que esse território ainda é um local particular das relações de poder e de diferentes interesses, relevantes não somente para a Geopolítica dos países, mas, ainda, para as relações políticas e sociais, seja no interior dos limites das fronteiras ou cruzando-as por meios transnacionais.

O dicionário Michaelis aponta a fronteira como um marco, uma linha ou um limite que separa duas ou mais regiões, cidades, estados ou países. A fronteira marca a soberania do governo de um país que tem autoridade dentro dos limites fronteiriços. Conforme Cataia (2010), o que ocorre do outro lado da fronteira, ainda que seja a uns poucos metros de distância, está fora da competência territorial. Todavia, o autor ressalta que a conjuntura só é válida se os interesses do território nacional não estejam comprometidos.

As fronteiras podem ser artificiais, definidas política ou socialmente ou naturais, uma montanha ou um rio. As fronteiras podem ser terrestres, mas também existem fronteiras marítimas, fluviais, lacustres (junto de lagos) e mesmo aéreas. As fronteiras costumam serem vigiadas para evitar a entrada clandestina de imigrantes ou de produtos proibidos/ilícitos como drogas ou contrabando.

As fronteiras naturais são aquelas constituídas por obstáculos geográficos, ou seja, que resultam da própria natureza. Como exemplos tem-se o caso dos cursos de água e das montanhas. Porém, o termo referido a fronteira natural se remete a fronteira política. A fronteira não pode ser vista como apenas uma linha mapeada cartograficamente e descrita em seus marcos geodésicos para separar duas ou mais unidades espaciais. Pois, os problemas relativos aos limites territoriais se restringiriam à tecnologia empregada para proceder referido traçado e descrição.

Ao mencionar os termos limite territorial ou fronteira, faz-se necessário remeter às noções mais amplas de território e de territorialidade. Conforme Haesbaert (2004) o território vincula-se à categoria poder, porém, não apenas ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder



simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência.

Segundo Souza (2003) “[...] sendo o espaço delimitado por e a partir de relações de poder, o território não se refere somente aos limites político-administrativos estabelecidos por linhas ou marcos divisórios”. O autor ainda reitera que a sua abrangência é múltipla, que envolve diferentes espaços e agentes sociais, desde a ação do Estado delimitando as fronteiras de um país, até a definição dos bairros, de conjuntos habitacionais, de ocupações, etc.

As relações de poder exercem controle sobre parcelas do espaço, constituindo territórios, seja no sentido mais político do termo, seja na perspectiva simbólica. Cataia (2008) salienta que é a partir da indigência de controle sobre o território que emergem as noções de fronteiras, manifestando-se como a expressão espacial do uso político do território.

Quando se fala em fronteira deve-se refletir sobre duas visões científicas bem definidas: “[...] trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e [...] trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças” (FERRARI, 2014, p. 23).

Mesmo tendo um rio ou uma montanha como marco divisório entre duas regiões a escolha, este ou aquele rio ou montanha, foi socialmente construída (CATAIA, 2010). Para este autor, a questão sociopolítica se sobressai aos limites traçados naturalmente nas fronteiras.

Nos séculos XIII e XIV, o termo fronteira tinha um cunho militar e constituía a linha de frente da batalha de um exército pronto para a guerra. Atualmente, há uma tendência em se utilizar a palavra fronteira mais com o sentido limites (“limes”) ou de fines, e a partir desse momento: confins. No mesmo período, a fronteira já significava o *front*, não mais de um exército, mas de um país (KERN, 2016).

Para Quarlery (2009), as fronteiras podem representar frentes inimigas (em uma definição mais clássica), os limites a serem expandidos (missões colonizadoras), as margens espaciais (duplas periferias), divisões jurisdicionais (administrativas) ou áreas de difícil acesso (confins)<sup>4</sup>. Embora seja importante situar

---

<sup>4</sup> QUARLERY, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Prata*. Buenos Aires, Fondo e Cultura Económica, 2009. P. 71, nota 2.

a fronteira conceitualmente, não se deve pensar a fronteira apenas como um objeto espacial, algo fixo no espaço.

Conforme Kern (2016), o que coloca a fronteira como objeto forte de discussão e das polêmicas, que envolvem a criminalidade e segurança pública, são os agentes sociais que vivenciam a fronteira em seu cotidiano, e que são atingidos diretamente pelos reflexos daquilo que ocorre nos limites de seus países. São essas populações que sofrem o impacto direto da tensão, dos conflitos e da violência, em virtude da complexidade regional e de sua localização espacial.

A fronteira é um conjunto de conceitos organizados e adequados a uma realidade específica: a dos espaços transitáveis entre dois povos posicionados frente a frente. Ao se estudar a fronteira percebe-se que existem muitos contrastes. Podem ser vivas e tensas, como a Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), neutra ou morta, caso dos grandes espaços, como Amazônia, ou inóspitas como as regiões desérticas, que dificultam as relações entre as sociedades ocorrendo os contatos eventualmente entre as mesmas (KERN, 2016).

Como nenhum Estado é completamente homogêneo, dentro de seu território existem diversos grupos historicamente e socialmente construídos, com suas características específicas. E entre esses grupos existem fronteiras internas ao Estado, que normalmente não devem ser ultrapassadas com o risco de gerar conflitos. No caso da Tríplice Fronteira podem-se citar os narcotraficantes brasileiros e paraguaios, as forças de segurança e os populares, moradores da fronteira.

Como geração de renda na fronteira Brasil-Paraguai existe as mais diversas formas de trabalho buscadas pelas pessoas, seja formal ou informal, ou até mesmo de fontes ilícitas. Do ponto de vista da busca pela renda formal e informal, existe a procura pelos trabalhos nos hotéis, restaurantes, postos de combustíveis e comércio em geral. Como fonte de renda informal está a busca dos produtos em Ciudad del Este. Esta última conhecida como “trabalho informal”, pois não gera uma segurança ao trabalhador e não se recolhe os devidos tributos fiscais, todavia emprega uma parcela importante da população.

A Figura 2 ilustra a Ponte Internacional da Amizade, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, à Ciudad del Este, no Paraguai. Uma intrínseca malha de circulação de pessoas (os sacoleiros) se movimenta todos os dias por essa Ponte.

Figura 2 - Ponte Internacional da Amizade



Fonte: Disponível em: <<http://emdoseunica.blogspot.com/2011/06/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Aos milhares as pessoas cruzam a Ponte com carros, vans, ônibus, *motoboys* ou a pé, na intenção de comprar produtos baratos em Ciudad del Este e revender com melhores preços no mercado brasileiro. Uma atividade rentável para muitos que não possuem emprego formal no Brasil. Entretanto, dentro desse fluxo, estão os criminosos que transportam drogas e armas no intuito de abastecer o mercado ilegal nos grandes centros urbanos do país.

A fronteira Brasil-Paraguai tornou-se um espaço de circulação diária de pessoas que, além dos brasileiros, paraguaios, argentinos e brasiguaios, circulam libaneses, chineses, israelitas, além de diversas outras etnias (oitenta no total), que fazem da fronteira seu espaço de vivência e de trabalho. O fluxo desses povos pelas cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú é intenso. Pela região estão algumas importantes referências como a hidrelétrica de Itaipu (Itaipu Binacional), o Parque Nacional de Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu (SOUZA, 2015).

A Figura 3 ilustra a Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, entre Brasil e Argentina.

Figura 3 - Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves



Fonte: Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/conheca-a-historia-da-ponte-tancredo-neves-que-liga-o-brasil-a-argentina/3288184/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

A Figura 3 mostra a Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, sobre o rio Iguazú. A Ponte une as cidades de Foz do Iguazú, no Brasil, à Puerto Iguazú, na Argentina. Essa região possui uma dinâmica diferenciada daquela encontrada na Ponte Internacional da Amizade. Aqui o fluxo é mais intenso nos carros e ônibus, uma vez que Puerto Iguazú não é um tradicional centro de compras.

Puerto Iguazú atrai as pessoas, em sua maioria turistas, pelo turismo ecológico, a citar a Garganta del Diablo, o Parque Nacional Iguazú e as Cataratas del Iguazú (lado Argentino). No centro comercial encontra-se a “feirinha”, onde se pode comprar produtos artesanais, bons vinhos e queijos, assim como produtos alimentícios em geral, com preços acessíveis. Os produtos são mais baratos quando comparados com o mercado brasileiro, uma vez que a moeda local (peso argentino) se encontra desvalorizado diante do real<sup>5</sup>. O turista ainda pode gastar seus reais, dólares ou pesos argentinos nos cassinos da cidade.

Dentro do espaço fronteiriço abordado, existem ainda as populações que buscam fontes de lazer e visitação, como o turismo comercial, gastronômico,

---

<sup>5</sup> Em 10/05/2020, 1\$ (um Peso Argentino) equivalia a R\$ 0,09 (nove centavos de Real). Informação disponível em: <<https://www.dolarhoje.net.br/pesoargentino.php>>.

histórico, cultural e natural. Para essa forma de turismo, além das populações da região, existe a visitação de pessoas de todas as nacionalidades do mundo.

Becker (2007, p. 20) afirma que fronteira deve ser compreendida como “[...] um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas [...]”. Por isso, elas podem coexistir, dependendo das suas atividades econômicas contextualizadas em um mesmo território. O Quadro 1 apresenta alguns tipos de fronteira políticas, conforme Ratzel.

Quadro 1 - Tipologias das fronteiras políticas – Ratzel

<b>Tipo de fronteira</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplos</b>
Fronteiras efetivas	Representam limites territoriais reconhecidos internacionalmente.	A fronteira entre Brasil e Uruguai.
Fronteiras em litígio	Há um limite territorial de fato, sobre o qual não se encontrou um acordo ou que está sujeito a arbitragem.	Como acontece com o Suriname e as Guianas.
Fronteiras indefinidas	Sem demarcação de limites fixos entre os Estados, nos limites aparecem somente áreas aproximadas de soberania	Iêmen e a Arábia Saudita.

Fonte: Ratzel (1987; 1988).

Existem também as fronteiras econômicas e geopolíticas. Aquelas que nem sempre separam Estados nacionais. Elas podem representar os limites de entidades supranacionais, como a União Europeia, o MERCOSUL, o NAFTA, etc. Durante o período da Guerra Fria (Mundo Bipolar) houve o aparecimento de uma fronteira bem peculiar, que separava a parte capitalista da porção socialista: a chamada Cortina de Ferro.

Frente ao mundo globalizado que vivenciamos existem as fronteiras criadas pelas desigualdades socioeconômicas e de acessos, à tecnologia, por exemplo, o marco que separa os países do Norte (ricos e industrializados) dos países do Sul (agrários e em processo de desenvolvimento). As recentes migrações, dos países pobres para os países ricos, criaram algumas fronteiras fortemente vigiadas para barrar o grande fluxo de imigrantes ilegais. Dois exemplos dessas fronteiras são a do México com os Estados Unidos e a do Marrocos com a Espanha.

Como fronteiras naturais têm-se os rios e montanhas e as chamadas faixas de transição, como os diferentes ecossistemas. No Brasil os ecossistemas



amazônicos e da caatinga são separados pela Zona dos Cocais, na região nordestina conhecida como Meio Norte. Pelo mundo, destacam-se as áreas semiáridas que formam uma fronteira natural ao redor dos desertos.

A fronteira natural também se destaca na região conhecida como a Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai e Argentina. Esses três países são separados pelos rios Paraná e Iguaçu, sendo o primeiro rio limite entre Brasil e Paraguai e o segundo responsável pela fronteira parcial entre Brasil e Argentina.

A Figura 4 ilustra as regiões limitadas pelos rios Paraná e Iguaçu, na tríplice fronteira.

Figura 4 - A Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=triplice+fronteira> [...]>.

Não se deve entender a fronteira apenas como um espaço natural, um marco físico entre duas regiões. O que melhor caracteriza as fronteiras são as especificidades dos sujeitos que vivenciam esse espaço em sua totalidade. Esses sujeitos ficam entre a geopolítica formal, estipulada pelos idealizadores e políticos, a

geopolítica prática dos chanceleres e a geopolítica popular com vistas a construir um lugar ideal para se viver (PERRIER BRUSLÉ, 2015).

O rio Iguaçu é o responsável pela fronteira entre Brasil e Argentina e no alto o rio Paraná, que faz fronteira entre o Paraguai e o Brasil. Neste rio, na fronteira, está instalada a hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo em geração de energia, responsável por praticamente toda a energia elétrica utilizada no Paraguai e de grande parte do consumo brasileiro<sup>6</sup>. A usina de Itaipu foi construída pelo Brasil e Paraguai aproveitando as vantagens naturais da localização geográfica. Desta forma, o rio Paraná na fronteira ensejou um grande potencial de aproveitamento hidroelétrico.

Quando se estuda o espaço fronteiriço apenas nas bibliografias não se tem a real dimensão da complexidade desse espaço. Todavia, quando se vivencia na prática, é possível compreender as particularidades sociais do povo que vive na fronteira e a autonomia dos agentes do narcotráfico e contrabandistas, que se usufruem de uma região carente de investimentos e políticas públicas para praticarem seus crimes (KERN, 2016).

### 1.1.1 Faixa de fronteira

No Brasil, faixa de fronteira é a parte interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, agregando as informações existentes (código geográfico e nome do município) com as produzidas na identificação e/ou classificação do município dentro da faixa, tais como: fronteiriço, parcial ou totalmente na faixa, referências da sede a linha de fronteira e ao limite da faixa interna (IBGE, 2016).

A faixa de fronteira remonta um período histórico que teve como alicerce a apreensão do Estado com sua soberania desde a época de Colônia. A principal legislação em vigor sobre a Faixa de Fronteira foi promulgada em 1979, mas o

---

<sup>6</sup> A Itaipu Binacional é líder mundial em produção de energia limpa e renovável, tendo produzido mais de 2,6 bilhões de Megawatts-hora (MWh) desde o início de sua operação, em 1984. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece 15% da energia consumida no Brasil e 90% no Paraguai. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>. Acessado em: 10/07/2019.

espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira existe desde o Segundo Império (CDIF, 2016).

Sob o governo de Dom Pedro II a largura estabelecida foi de dez léguas ou 66 quilômetros. Desde então, a extensão da Faixa de Fronteira foi sendo alterada, primeiramente para 100 e nos anos de 1930 para 150 quilômetros, permanecendo assim até hoje. A Constituição de 1988 avalizou essa disposição que manteve o ideal focado na defesa territorial. A Lei nº 6.634, de 1979, ainda persiste como a referência jurídica sobre a Faixa de Fronteira, que corresponde à aproximadamente 27% do território Nacional com 15.719 km de extensão. Abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados Brasileiros, e faz divisa com dez países da América do Sul (CDIF, 2016).

A inquietação com a segurança da Nação e soberania territorial<sup>7</sup> legítima, todavia não tem sido seguida de uma política pública coerente com as suas características. Devido às baixas densidades demográficas, nos extremos da ocupação do país, que se iniciou e se manteve na costa atlântica, agregada as relevantes distâncias e problemas de comunicação com os principais centros político-econômicos, a faixa de fronteira provou um isolamento que a colocou à margem das políticas de desenvolvimento. Como resultado, esse fato contribuiu para desenvolver um panorama singular, marcado pela formação de uma identidade própria, influenciada pelas populações vizinhas na fronteira (CDIF, 2016).

Nos últimos anos, o alicerce territorial das atuações do Governo Federal para a Faixa de Fronteira, constitui como áreas de planejamento três grandes Arcos (Norte, Central e Sul), definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração (CDIF, 2016).

---

<sup>7</sup> De onde surge a criação do território ao longo do limite internacional terrestre do estado.



### 1.1.2 Zona de fronteira

A Zona de Fronteira é porção do território nacional que, por sua especial proximidade com a fronteira, merece atenção especial do Poder Público, no sentido de promover seu povoamento e estimular seu progresso (JUSBRASIL, 2016).

De maneira geral, a zona de fronteira é composta por faixas territoriais de cada lado do limite internacional, assinaladas por algumas ligações que, mesmo internacionais, estipulam um espaço geográfico particular da fronteira. Esses espaços são visíveis, principalmente, por quem vive a realidade dentro de uma escala local ou regional das interações entre duas ou mais fronteiras.

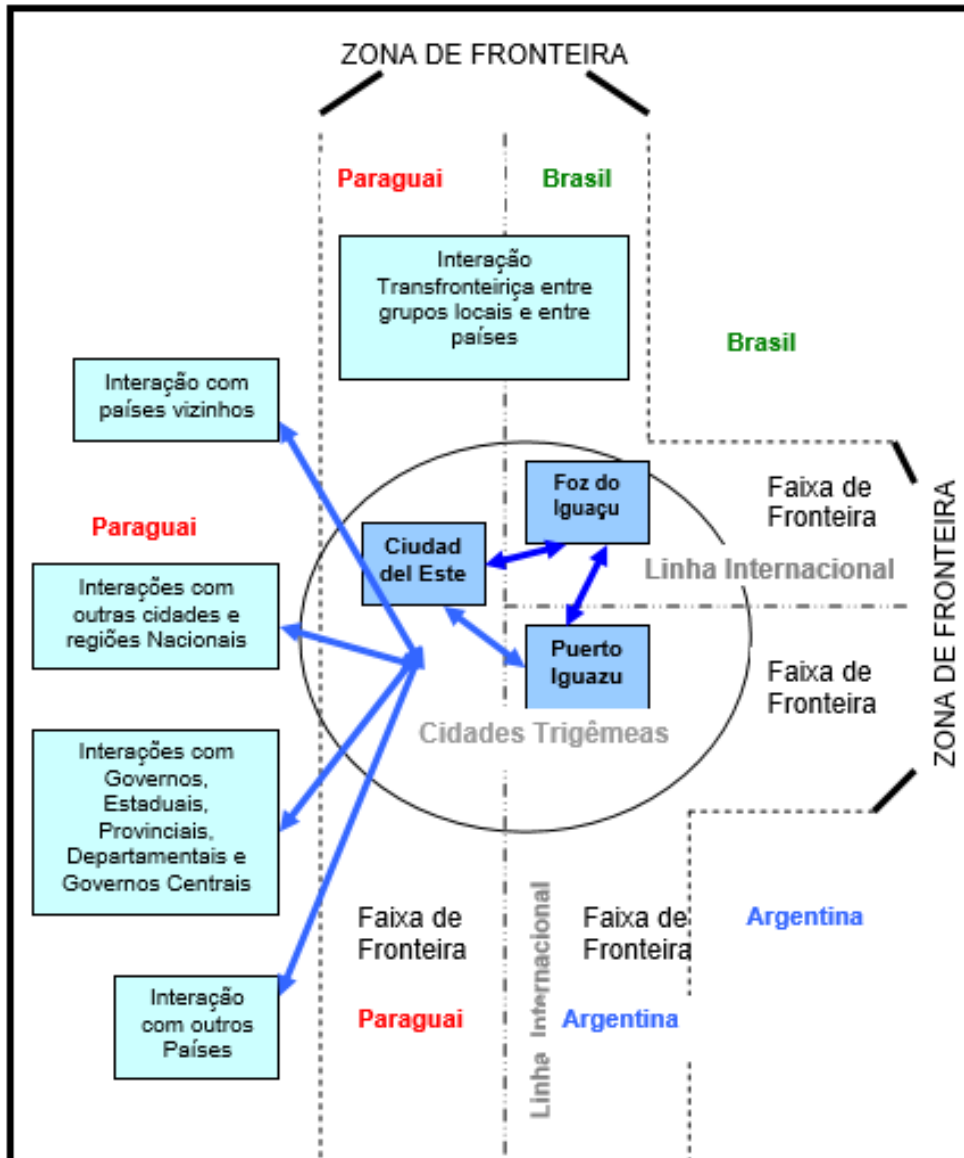
Uma ótima ilustração para se caracterizar uma zona de fronteira nas escalas local e regional são as cidades-gêmeas ou trigêmeas, caso de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este-Puerto Iguazú, pois, nesses casos, envolvem os dois lados da fronteira. Conforme o Ministério de Integração Nacional as cidades-gêmeas são complexos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja seca ou fluvial, com ou sem obras de infraestrutura, que oferecem relevante potencial de conexão econômica e cultural. Da mesma forma, ofertam manifestações singulares de questões fronteiriças, que nesse meio condicionam maior densidade, com impactos diretos sobre o desenvolvimento local/regional e de cidadania.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional e publicado no Diário Oficial da União, o Brasil possui trinta e duas cidades-gêmeas<sup>8</sup>. Estas cidades estão nas zonas de fronteira, precisam ter mais de dois mil habitantes e ficam uma ao lado da outra, mas em países distintos. A Figura 5 mostra a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, destacando os limites da Faixa e da Zona de Fronteira.

---

<sup>8</sup> O que define as cidades-gêmeas no Brasil é a Portaria Nº 213, de 19 de julho de 2016, do Ministério de Integração Nacional.

Figura 5 - Faixa e Zona de Fronteira



FONTE: BRASIL, 2005. Organizado e adaptado por CURY, 2008.

O Paraná possui quatro cidades-gêmeas: a cidade de Santo Antônio do Sudoeste (18,8 mil habitantes), vizinha à argentina Santo Antonio; a cidade de Barracão (9,7 mil habitantes), que forma tríplice fronteira com Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen na Argentina; Guaíra (30,7 mil habitantes), vizinha de Salto del Guairá (Paraguai) e Mundo Novo (Mato Grosso do Sul) e Foz do Iguaçu (256 mil habitantes), conforme dados do IBGE, em 2010. Esta última forma ainda uma tríplice fronteira com Ciudad del Este (301.815 habitantes), no Paraguai, e a cidade argentina de Puerto Iguazú (80.020 habitantes), de acordo com o Instituto INDEC, em 2010.

Conforme Corrêa (1997) as cidades-gêmeas são um ótimo exemplo de grande interação espacial, o alicerce das relações de troca em um determinado território e com força para promover mudanças no espaço em um pequeno período. A legalização das cidades-gêmeas ocorre para atender as demandas das políticas públicas particulares desses lugares, que contêm um importante fluxo de integração entre países. Entretanto, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) e uma pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) de 2015 apontam que não existe uma política nacional para estes municípios, ainda que haja um decreto-lei de 2014.

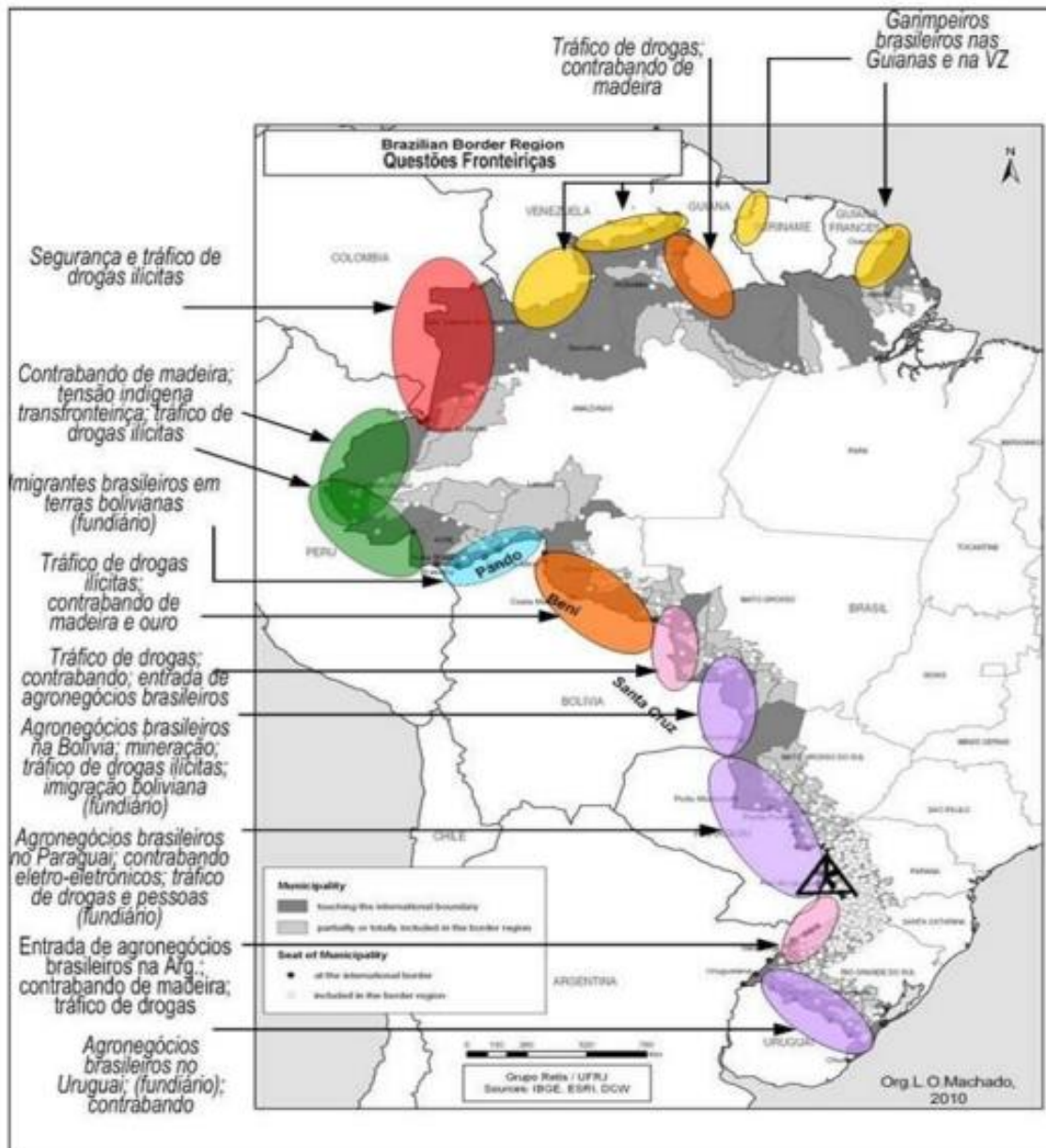
Neste sentido, as cidades-gêmeas são os “objetos geográficos” onde melhor se expressam os problemas e potencialidades da fronteira servindo como laboratório privilegiado para a observação de fenômenos com características eminentemente fronteiriças (MACHADO, 2005).

A região da fronteira brasileira é lugar de importantes atividades econômicas, muitas vezes ilegais e ilícitas. No caso da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, as atividades mais comuns são os agronegócios brasileiros no Paraguai e Argentina, contrabando de madeira na Argentina, o contrabando de eletroeletrônicos e o tráfico de drogas e pessoas. A maioria desses crimes está relacionado com o Paraguai. O número dos homicídios nessa fronteira também costuma serem superiores as médias do restante dos países envolvidos.

Conforme Minayo (1994), as vítimas fatais por homicídio são um dos principais eventos da violência social, relacionadas com as desigualdades socioeconômicas. O principal responsável pelas perdas humanas é o Estado, que deve sempre desenvolver as políticas públicas de segurança de modo a conter a massificação dos homicídios. Quando as políticas públicas são precárias acaba por gerar a impunidade, fortalecimento de grupos de extermínio, organização do narcotráfico e de sequestros, posse ilegal de armas, entre outros eventos criminosos.

A Figura 6 ilustra as principais atividades econômicas, principalmente as criminosas, na região da fronteira brasileira.

Figura 6 - Atividades econômicas na região da fronteira brasileira, com destaque para as criminosas



Fonte: Grupo Retis/UFRJ, 2010.

Peres (2011) salientou que o homicídio é um tema de grande complexidade, uma vez que muitos fatores, individuais, culturais, sociais e econômicos concorrem para a sua ocorrência. Entre esses fatores, na América do Sul cabe destacar as desigualdades sociais e o narcotráfico. O tráfico de drogas é um elemento gerador de grande violência pelo país atingindo todas as camadas da sociedade. Todavia, atua com mais rigor nas classes mais pobres, que além de transformar em usuários os cidadãos mais humildes, arrebanha parte dessa população para exercer as atividades ilícitas.

As causas externas da mortalidade abrangem as lesões cometidas por meio da violência, tais como agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos. Estas causas se impõem como uma grande barreira a ser ultrapassada pelas autoridades de saúde e segurança pública.

No Brasil as causas externas são responsáveis pela terceira maior causa de morte. As pessoas mais atingidas são os homens adultos, com faixa etária de 20 a 39 anos. A violência no país se tornou relevante nos últimos anos, um fenômeno individual e coletivo, sendo um indicador negativo da qualidade de vida (MINAYO, 2005). A violência atinge o campo social, a segurança pública e a área da saúde. Existe um grande peso social, não somente pelas perdas fatais, mas também por lesarem a sociedade com gastos diretos e indiretos.

A baixa densidade demográfica, as dificuldades de locomoção e comunicação são alguns dos fatores que impuseram um isolamento à região de fronteira e a colocou a margem das políticas públicas que promovem o desenvolvimento do país.

O Brasil faz fronteira com os principais produtores de drogas do mundo. Bolívia, Peru e Colômbia são grandes produtores de cocaína e juntos somam mais de sete mil quilômetros de fronteira com o Brasil, sejam por rios, canais e florestas. Com o Paraguai, o maior produtor de maconha da América do Sul (JIFE, 2014)<sup>9</sup>, o Brasil tem uma extensão de 1.365 quilômetros de fronteira (SCDL-MRE, 2020)<sup>10</sup>, sendo 928 quilômetros formados por rios, fator gerador de dificuldade para a ação policial.

Em razão da grande quantidade de conurbações urbanas entre Brasil e Paraguai, esse país fronteiriço desempenha um papel importante na consolidação de rotas do tráfico de drogas de origem paraguaia para o Brasil, e que serve ainda como refúgio de criminosos brasileiros. Nesta fronteira específica existem índices alarmantes de violência, reflexo do tráfico de drogas e armas na região (NUNES, 2017). As rotas servem ainda como passagem para os criminosos brasileiros chegarem a esconderijos no Paraguai.

---

<sup>9</sup> A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) é um órgão de fiscalização independente para a implementação das Convenções Internacionais das Nações Unidas de controle de drogas. Foi estabelecida em 1968 de acordo com a Convenção de Drogas de 1961. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/jife.html>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>10</sup> Conforme a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Disponível em: <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

## 1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA ATÉ O PERÍODO ATUAL

As fronteiras do Brasil devem ser compreendidas e estudadas de forma diferenciada das demais regiões do país. Pois, detêm particularidades regionais que, em muitas situações, são ignoradas. Na fronteira as relações são mais complexas, pois, a realidade decidida para esta região passa por diferentes países e governos. A diversidade cultural tem uma grande riqueza, que em várias situações são pouco exploradas (OLIVEIRA, *et al.*, 2011).

Ao longo da sua história, o Brasil passou por oito fases de construção da sua fronteira terrestre. Destas fases, sete se destacam, quais sejam:

- Tratado de Tordesilhas (1494);
- Capitânicas Hereditárias (1534);
- Movimento das Bandeiras Paulistas (Tratado de Madri, 1750);
- Inconfidência Mineira (1789);
- Início da República (1889);
- Territórios de fronteira (1943); e
- Pós-Constituição Federal (1988).

Em todas essas fases, o território brasileiro sofreu modificações com significativa transformação na sua extensão fronteiriça com os demais países da América do Sul. Algumas mudanças ocorreram de maneira conflituosa, caso, por exemplo, do Amapá, por meio de arbitragem. Outras alterações ocorreram por meio de acordo bilateral, Questão do Acre e transferência de faixas de terras para outros países, caso da Bolívia.

A região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina esteve na mira de conflitos nacionais entre civis e militares no final do século XIX e início do século XX. Neste contexto ocorreu uma disputa pelo poder político entre as tropas revolucionárias oligárquicas das províncias de São Paulo, Minas Gerais e o governo Federal. Este último, por sua vez, desagradou os outros estados brasileiros.

Com a Revolução de 1930 e a criação do Estado Novo em 1937, as obrages<sup>11</sup> entraram em declínio em razão da anulação das diversas concessões de terras no Paraná. Fato esse que ocorreu em virtude da inoperância e o não cumprimento de cláusulas contratuais (ZAAR, 1999). O retorno de 2.300.000 hectares de terras (WESTPHALEN et al., 1968) para o Governo é que permite a chegada de ondas migratórias, vindas especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para o oeste paranaense (COLODEL, 1988).

O oeste paranaense foi povoado por dezenas dessas obrages que contavam com milhares de trabalhadores. A força operacional não era composta de brasileiros. A mão-de-obra era formada, especialmente, por paraguaios de descendência indígena (WACHOWICZ, 1987).

A partir de 1940, as terras passaram a ser compradas pelas companhias colonizadoras. Assim, os territórios dos futuros municípios teriam como base geográfica as antigas obrages (COLODEL, 1988). Os migrantes que chegaram para povoar a região de fronteira possuíam grandes dificuldades financeiras e apresentaram um modo de vida simples.

Ficou ao encargo do setor privado, com apoio estatal, mediar às transações de terras na região fronteira. Da década de 1930 até 1950 o estado do Paraná apresentou uma política voltada para a modernização dos setores sociais e econômicos (IPARDES, 2006).

O povoamento da região de fronteira do lado paraguaio ocorreu por meio do Projeto Nacional de Marcha para o Leste. As convenções políticas e econômicas permitiram condições de fato para a expansão da fronteira agrícola no leste daquele país. Conforme Bárbara (2005) a partir da segunda metade do século XX foi transferindo-se do raio de ação argentino para a órbita de influência geoeconômica e cultural do Brasil.

No ano de 1959, o governo paraguaio, na figura de Alfredo Stroessner, iniciou uma importante mudança na agropecuária. O governo colocou em prática políticas voltadas para a colonização e modernização da sua fronteira agrícola. No início da

---

<sup>11</sup> Schons (SCHONS, 2007) aborda relações de trabalho nas explorações dos sertões paranaenses. Segundo ela, as propriedades destinadas à exploração do mate e da madeira, nessas regiões, recebiam o nome de obrages. Os obrageros eram os empreendedores, que não tinham interesse de povoar e colonizar suas áreas. O que interessava era a exploração de produtos nativos.

política agrícola para a região de fronteira a prioridade era distribuir as terras para militares e líderes do partido da situação (Partido Colorado) e contratar empresas brasileiras, norte-americanas, alemãs e japonesas para cuidarem da colonização. Diversos agricultores paraguaios foram retirados de suas propriedades devido a essa política (MARQUES, 2009).

A partir da década de 1960 a região da Tríplice Fronteira foi marcada por um crescente aumento no contingente populacional. Especialmente na década de 1970, a região deixaria de focar apenas nas práticas agrícolas para se concentrar na construção da barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A Usina empregou 40.000 operários entre os anos de 1970 e 1980. Nesse período a população de Foz do Iguaçu teve um rápido crescimento, saindo de 33.966 para 132.321 habitantes (BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006, p. 24).

Além de brasileiros, argentinos e uruguaios, vieram trabalhar na Usina muitos árabes que fugiam dos conflitos no Oriente Médio naquela época, especialmente da Guerra no Líbano. Como reflexo daquela época, atualmente as estimativas calculam um número de 18.000 árabes moradores na região da Tríplice Fronteira, a grande maioria de libaneses (BÉLIVEAU & MONTENEGRO, 2006, p. 24).

Atualmente, a região da tríplice Fronteira conta com uma rica diversidade étnico-cultural construída ao longo das últimas décadas que, além dos brasileiros, paraguaios e argentinos, conta com povos libaneses, sírios, chineses, coreanos, entre outros.

Na próxima seção serão abordados os temas Território, Redes e Políticas Públicas de Segurança. Estes conceitos serão debatidos e relacionados entre si e com outros temas da pesquisa.

### 1.3 TERRITÓRIO, REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

#### 1.3.1 Território

O território é fruto da ação dos agentes formadores das políticas públicas de segurança. Como pano de fundo os conflitos que se desenvolvem no território, vislumbram-se a partir de quais urgências essas políticas de segurança foram se



construindo ao longo das décadas pelo território fronteiriço, especialmente nos municípios do oeste e sudoeste Paranaense.

A existência de uma sociedade está representada em território, ou seja, para Ratzel, a perda de território aponta a decadência de uma sociedade, e para a sociedade progredir, avançar, ela precisaria conquistar novas terras (RATZEL, 1990, p.180). Conforme o autor, o território é um espaço controlado por um grupo e que lhe assegura sua sustentabilidade. É fundamental para o Estado que seu território seja ampliado para que seu poder e soberania sejam maiores.

Embora a noção de território de Ratzel (1990) seja reducionista, onde a simples posse de terras seria a base para alcançar o progresso e hegemonia de um povo, essa visão evidenciou o interesse imperialista do poder da Alemanha na 1ª Guerra Mundial.

Milton Santos propôs uma discussão sobre os processos de construção das fronteiras sobre os mais diversos territórios, sejam “territórios em si” ou “territórios usados”. O primeiro aparece como “forma” e o segundo permeado por “objetos e técnicas”. O autor utilizou conceitos de espaço natural (que muito se aproxima do território em si) e de espaço geográfico (que se confunde com o conceito de território usado) (SANTOS, 2000).

Para Santos (2000) o território nacional é a base, o alicerce do Estado-Nação, o território estatizado, a base de uma sociedade, o espaço de todos. É a partir do território nacional ou estatal que ocorre a mediação com o local e com o global podendo fazer assim uma compreensão melhor do mundo que se vive. Milton Santos (2007, p. 13) ainda afirma que “o território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

O território não deve ser entendido somente como algo pertencente à natureza propriamente dita. Deve ser percebido como a natureza por nós habitada e transformada. E a partir do momento em que pertencemos a determinado território temos o sentimento que ele também nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, BECKER, 2007)

Para Bonnemaïson (1981) o território está ligado ao espaço geográfico, do ponto de vista de uma condição de existência, de afetividade, em que se remetem

as noções de cotidiano, identidade e discrepância. Neste conjunto, o território aparece sob uma ótica cultural e compreensiva da realidade. No território fronteiriço, ainda que distante dos grandes centros e mesmo com municípios com grande violência, as pessoas optam por ficar e garantir sua sustentabilidade, pois ali foi construída sua história e sua identidade ao passar dos anos e das suas gerações. Não obstante,

a territorialidade de um grupo ou de um indivíduo não pode se reduzir ao estudo de seu sistema territorial. A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba ao mesmo tempo a relação com o território, e a partir dele, a relação com o espaço 'estrangeiro'. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são os seus e o que está além do território, ali onde começa 'o espaço' (BONNEMAISON, 1981, p. 256).

O território pode se apresentar nas mais diversas formas no espaço e no tempo. No que se refere à escala espacial o território pode se apresentar em grandes níveis, como o território nacional ou extensões de controle dos governos, até pontos menores, como os territórios de domínio dos narcotraficantes em áreas específicas, como alguns pontos da Tríplice Fronteira. Estes pontos de domínio exercidos pelos narcotraficantes na região transfronteiriça se cruzam com as áreas de atuação de outros criminosos e das forças de segurança, criando assim os conflitos territoriais na fronteira.

Nas áreas de domínio dos narcotraficantes na Tríplice Fronteira normalmente acabam ocorrendo confrontos pelo controle cada vez maior daquele território. Conforme o Observatório da Fronteira, em julho de 2016 foi assassinado na fronteira do Brasil com o Paraguai o narcotraficante brasileiro Jorge Rafaat Toumani, também conhecido como o "rei da fronteira".

Conforme a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) do Paraguai, a morte de Jorge Rafaat foi a mando de Jarvis Chimenes Pavão, que atualmente assumiu o controle do tráfico de drogas na região da fronteira (OBSERVATÓRIO DA FRONTEIRA, 2017). A disputa pelo poder, como do mercado consumidor e das principais rotas das drogas, acaba sendo constante nesse território em particular.

As escalas temporais dos territórios se referem às transformações em determinados períodos. Em um momento existe certo domínio e em outro já não é mais daquela forma. Conforme o exemplo ilustrado anteriormente, é notável que a derrubada de um grande líder do narcotráfico abra lacunas para que os demais

grupos rivais possam a preencher e, assim, dar continuidade a onda de crimes pelo território transfronteiriço.

O controle realizado pelas forças de segurança também altera a noção de espaço e tempo do território. Quando o controle policial fica mais contundente em determinado lugar do território obriga os narcotraficantes a buscarem novos lugares para realizarem suas atividades criminosas. Já a noção de tempo é modificada quando existe maior ou menor intervenção das forças de segurança em determinados períodos, como aumento do efetivo ou em momentos de grandes operações na fronteira, diminuindo a criminalidade nesses períodos.

Entender como se distribuem e se (re)organizam as políticas públicas de segurança sobre o território fronteiriço é crucial para este trabalho. O território, que pode ser analisado como parte do espaço, se constrói a partir dos laços históricos, sociais e políticos, sendo o Estado protagonista na gestão, controle e soberania. Para Raffestin (1993, p. 144) “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.”

Para Sack (1986) território é um lugar que está sob o controle de determinada autoridade. Os acessos aos recursos fazem parte da territorialidade, ou seja, faz parte de uma estratégia que estabelece diversos tipos de acesso. Já Soja (1971) se refere ao território como um espaço organizado politicamente.

Sobre o território se formam as mais diversas territorialidades, que são determinados pontos do território sob controle de grupos com os mais variados interesses. Sack (1986) salienta que a territorialidade é uma manifestação do poder, que não é instintiva e nem agressiva, uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, nas mais diferentes escalas.

Sack (1986, p. 19) corrobora que territorialidade é "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica, o território". O território fronteiriço serve como palco da ação de diversos agentes que por ele circulam e se conflitam, construindo assim suas territorialidades, a exemplo dos policiais do BPFron, dos narcotraficantes, dos turistas e dos moradores.

A territorialidade se caracteriza quando determinado grupo impõe sua forma de atuar sobre uma dada realidade. Quando essa territorialidade se manifesta em lugares conectados entre si se configuram nos territórios-rede.

Conforme as discussões aqui apontadas, o território pode ser discutido sob as mais diferentes formas, quiçá sob uma visão multifacetada. A maneira vai depender sempre de qual é a abordagem, qual é o interesse do pesquisador. Nesta tese, entende-se que a análise do território ao lado das relações de poder seja a ótica mais relevante a ser estudada. Nesta perspectiva, Raffestin e Haesbaert realizam uma importante discussão e contribuição para a pesquisa, no que tange as relações de poder sobre o território.

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Conforme o autor, o território é uma apropriação de uma porção do espaço geográfico a partir de uma relação de dominação e do exercício do poder. Esse fato criaria o controle e a soberania, contidos tanto nas relações políticas imensuráveis quanto nas relações locais de controles.

Para Raffestin (1993) o território é fruto das relações de poder desempenhadas historicamente sobre determinada porção do espaço. Já Haesbaert (2004) aponta que a relação de poder pode ser tanto na esfera política quanto na dominação ou ao poder simbólico, ligado a apropriação de determinados grupos com seu espaço de vivência.

Por meio das horizontalidades existe um novo funcionamento do território, que são os lugares próximos reunidos por uma continuidade territorial. Neste novo modelo de território, proposto por Milton Santos, as verticalidades seriam pontos distantes uns dos outros ligados pelas formas e processos sociais. Essas verticalidades podem ser explicadas pelas redes.

Conforme Santos (2008) é a ação do poder que determina aquilo que de real acontece no território. Para o autor, o que ocorre fora do território está diretamente associado aquilo que ocorre em seu interior (SANTOS, 2008, p. 105). Desta maneira, a forma de atuação do poder interno é o fator determinante nas relações fora do território.

O território da Tríplice Fronteira é fluído, multicultural e contraditório, no que se refere às diversas representações a ele imputadas. Conforme Haesbaert (2011, p. 15), esse espaço, consente “acionar mais de uma identidade territorial, dependendo das estratégias de poder que estiverem em jogo”. Estas estratégias de poder são denominadas por Hissa (2006, p. 35) de “fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Que foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder”.

É a precisão que impõe à fronteira o fluxo de bens, serviços e pessoas, no período e na quantia determinada pelo poder econômico, que tem a seu favor o poder político dos países para poder atuar nos territórios. Saquet (2011, p. 40) chama esse fluxo de “[...] movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades”, de territorialização. Quando essa territorialização ocorre em territórios transfronteiriços passam a ser chamadas de estratégias geopolíticas que apresenta a fronteira em movimento.

Esta tese procura dar sentido à análise da fronteira sob o viés das disputas de poder realizadas nesse território. E reitera, conforme Fraga (2011, p.71) que “o verdadeiro poder se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, quer econômica, quer social ou cultural”. Em geral, o poder se exerce em rede, ou seja, todas as pessoas se movimentam pela estrutura já estabelecida e exercem seu poder ou sofrem sua ação.

Ainda que os territórios sejam demarcados se orientando pelos diversos critérios, como idioma, *habitat*, tamanho da terra, etc., não se combinam corretamente. As mais variadas escalas em que se divide o espaço se deparam na fronteira com uma grande quantidade de ações e determinações que pertencem à dinâmica da fronteira. Esta conjuntura faz com que o território transfronteiriço se apresente como local ou como nacional e até mesmo como internacional, dependendo das determinações em que se depara. Para os que fazem da fronteira o seu sustento, a dinâmica pode servir como limite ou possibilidade, ou os dois, em lados diferentes da fronteira (RAFFESTIN, 2011).

As dinâmicas da fronteira estão presentes no processo de relacionamento ocorridos nas diversas escalas do poder. Percebe-se esse movimento diante da pressão exercida pelo sujeito diante do lugar. Sendo assim, “o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]” (RAFFESTIN, 2011, p. 52).

Dentre os problemas enfrentados pelas forças de segurança no território transfronteiriço estão os criminosos brasileiros que migram para o Paraguai e Argentina para cometer seus ilícitos naquele país, a fim de manter um controle maior sobre a produção e comercialização das drogas. O traficante brasileiro acusado de ser o líder da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), Thiago Ximenez (o Matrix), se abrigava no Paraguai após cometer vários crimes no Brasil (AGÊNCIA ESTADO, 2019).

O Matrix é acusado de diversos crimes no Brasil, na Argentina e no Paraguai, inclusive de tomar parte em um assalto a uma agência bancária em Foz do Iguaçu, em 2014. Acusado ainda de ter assaltado uma transportadora de valores e sequestrado um comerciante paraguaio. Em 2014 o traficante fugiu para o Paraguai, pelo rio Paraná, uma importante rota de fuga para criminosos em geral. Na Argentina cometeu crimes e foi preso, mas acabou fugindo da penitenciária logo depois.

O traficante estava preso no Paraguai até dezembro de 2018, quando conseguiu empreender fuga de uma penitenciária em Assunção. Foi recapturado pela polícia paraguaia e “devolvido”, sob as ordens do presidente paraguaio Mario Abdo Benitez, ao governo brasileiro em onze de março de 2019. O traficante foi levado para a sede da Polícia Federal em Foz do Iguaçu e encaminhado posteriormente para uma penitenciária federal brasileira (AGÊNCIA ESTADO, 2019).

### 1.3.2 A organização do espaço em redes e a era digital

O espaço geográfico, segundo muitas abordagens, constrói-se e articula-se a partir das redes, que transportam as regras e normas. Milton Santos fez reconhecidas constatações sobre a importância, complexidade e hierarquização das redes geográficas, formadas, segundo ele, por um conjunto de pontos fixos interligados por meio dos fluxos. Neste ínterim, formam-se diversos tipos e subtipos, como as redes de transportes, as digitais e as urbanas.

São os fluxos entre dois ou diversos elementos que criam as redes. Todavia, esses fluxos transfronteiriços são impulsionados pelos diferenciais que existem entre os conjuntos socioespaciais limítrofes. Esses fluxos perpassam os reflexos da economia e da sociedade e tem no deslocamento populacional sua representatividade.

A questão da mobilidade sobre a fronteira é essencial para se compreender aquele território. A forma de locomoção e comunicação utilizada pela grande parcela daquela população se estabelece em suas estratégias de sobrevivência quase que diária. Este fato se deve à sua posição sobre uma parcela do espaço, especialmente aquela carente das políticas públicas governamentais (PEITER, 2005).

A abordagem do presente estudo torna-se importante em virtude da relação entre a situação da fronteira e o risco dos homicídios e demais crimes particulares daquele território, para que possa pensar em políticas públicas adequadas que visem à diminuição da criminalidade na fronteira e no Brasil como um todo.

Assim, podem-se perceber as redes como um conjunto de locais da superfície terrestre conectado ou interligado entre si. Estas conexões podem ser materiais, digitais e culturais, além de envolver o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros. Este conceito servirá para entender, acima de tudo, como se formam e se difundem as redes do narcotráfico pela Tríplice Fronteira.

Ao conceito de rede se pressupõe uma sociedade inserida em um contexto onde os indivíduos estão integrados de maneira sistêmica constituídos de múltiplas relações. A rede propicia uma realidade complexa onde tudo está conectado. Na rede está intrínseca a realidade social, econômica e política em que se destacam as relações dos indivíduos e as zonas de concentração na rede (SCHNEIDER, 2005, p. 52).

Importante analisar como a concepção de redes de políticas públicas, assim como a rede do tráfico e contrabando, se desenvolveu acompanhado do aparecimento de novas tecnologias do conhecimento. A Era Digital oferece uma grande potencialidade de expansão da comunicação entre os mais diversos sujeitos e a transposição das fronteiras transnacionais (KENIS & SCHNEIDER, 1991).

O governo brasileiro investiu 76 bilhões de reais na área da segurança pública no ano de 2015. No ano seguinte houve um acréscimo de 2 bilhões<sup>12</sup> nos investimentos nesta área. Ainda que os investimentos em segurança pública tenham aumentado, os níveis de violência não sofrem retrocesso no país. Conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre os anos de 2005 e 2015, a taxa de homicídios evoluiu em mais de 10%.

Diante da Era Digital que vivemos, dificilmente tomaremos uma ação sem que essa interaja com algum tipo de tecnologia. Sendo assim, do ponto de vista da segurança pública, as forças de segurança devem ser cada vez mais equipadas e

---

<sup>12</sup> Considerando que o dólar em dezembro de 2015 custava 3,87 reais, os investimentos brasileiros em Segurança Pública no mesmo ano contabilizaram 19,6 bilhões de dólares, conforme o Banco Central do Brasil.

especializadas de modo a aproveitar ao máximo as tecnologias a seu favor no combate ao crime.

De maneira geral, os criminosos aproveitam as tecnologias para cometer suas práticas criminosas, como contrabando e tráfico de drogas. As tecnologias utilizadas pelos criminosos são diversas, tais como serviços de telefonia, internet, softwares, transportes, rádios amadores, etc. A polícia deve se apropriar também das tecnologias para atuar na interceptação, investigação (descobrir quando e onde os criminosos irão agir e quem são esses criminosos) e gerar as provas para prender e manter encarcerados os criminosos.

A utilização das tecnologias pode ajudar a reduzir as taxas de homicídios no território transfronteiriço e no país como um todo. Para que isso ocorra, é fundamental a aplicação de uma metodologia correta. Pois, a partir de um planejamento devidamente estruturado é que as ferramentas tecnológicas atingirão seu máximo potencial.

Conforme Luciana Fernandes, diretora de marketing da Suntech / Grupo Verint, é relevante que a metodologia não seja a simples utilização das ferramentas digitais, mas a melhor maneira de colocar esses recursos em prática. Por mais eficientes que sejam as tecnologias, elas não estão em primeiro lugar. As táticas eficazes de segurança pública se iniciam nas observações dos problemas para, depois disso, tomar as atitudes corretas, investigar, gerar provas e solucionar os crimes. Pois, é necessário, antes de tudo, analisar o conceito operacional e definir a metodologia de trabalho, e, posteriormente, averiguar a melhor tecnologia a ser empregada.

Para acompanhar a era digital a serviço da segurança pública, é importante que os agentes das forças de segurança se mantenham atualizados com as ferramentas tecnológicas. Entende-se que a capacitação desses profissionais deve ser periódica, para que possam estar à frente dos criminosos na investigação, geração de provas, interceptação de pessoas e produtos e condenar os culpados.

O Plano Nacional de Segurança Pública institui a criação de Núcleos de Inteligência Policial. Embora diversos órgãos de segurança pública disponham de serviços de inteligência, uma grande parte do combate ao crime no Brasil tem sido o combate corpo a corpo ou o excessivo número de policiais nas fronteiras e nas ruas do país. O diferencial deve ser os serviços de inteligência ajustados ao uso das mais diversas tecnologias.



Os agentes de segurança convivem diariamente com o perigo. Por isso, é necessário ofertar um grande suporte para esses profissionais, como capacitação para o uso dos serviços de inteligência e tecnologias. Pois, existe uma grande urgência combater o crime organizado e diminuir as taxas de homicídios em nosso país.

A Figura 7 mostra a utilização das tecnologias a serviço da segurança pública.

Figura 7 - O uso das tecnologias a serviço da segurança pública



Fonte: Imagem disponível em: <<https://suntech.com.br/artigos/4-opcoes-melhorar-seguranca-publica-era-digital>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Conforme demonstrado na Figura 7, o monitoramento preventivo é um importante aliado das forças de segurança, pois, em caso de acontecimento de um crime permite uma ação rápida da polícia e na identificação dos criminosos para que sejam punidos por suas ações.

Dentro da conjuntura regional que se desenha na tríplice fronteira, está a conexão das redes do tráfico, que se articula entre os municípios daquela região. Compreender como se formam essas redes, seja a do território paraguaio, argentino ou brasileiro, é relevante para verificar a disseminação da criminalidade e a atuação das forças de segurança na região transfronteiriça.

Castells (2005) afirma que as redes de tecnologias digitais é que proporcionam o surgimento de redes que vão além de sua abrangência histórica. De acordo com Castells (2005, p.17) as redes podem “ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autônomos”.

Sendo assim, conforme aponta Castells, é nessa etapa de descentralização da *performance* dos agentes sociais no campo mediático que se coloca um processo de desterritorialização, o qual cede diante da distância inserida no espaço entre esses agentes. Esse processo propicia a coexistência em uma sociedade em redes, ou seja, abdica das fronteiras haja vista que não existe local de chegada ou de partida, uma vez que todas as conexões estão interligadas (MOURA; MOURA, 2011).

Giddens (1990, p.45) reitera que, nessa conjuntura, “as relações sociais são deslocadas dos contextos territoriais de interação e reestruturam-se por meio de extensões indefinidas de espaço tempo, favorecendo uma organização racional da vida humana, mudança esta só viabilizada por um sistema técnico que permite um controle do espaço e do tempo”. Ademais, Haesbaert (2009, p.107) frisa a relevância de não compreendermos a distinção entre territorialização e desterritorialização de uma maneira dicotômica:

pois mesmo no atual período técnico-científico, onde o “espaço desterritorializado”, esvaziado de “seus conteúdos particulares”, perde seu conteúdo relacional e identitário, transformando-se numa rede funcional ou “espaço abstrato, racional, deslocalizador” (ORTIZ 1994, p. 105/107), também há margem para importantes processos de reterritorialização.

De acordo com Haesbaert,

assim com a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re) territorialização, pois na prática proliferam as interseções e as ambigüidades. Podemos afirmar que o que caracteriza o espaço moderno é tomado por empréstimos o termo de Latour (1991) num contexto um pouco diferente, a hibridização e os ritmos acelerados que transpassam territorialização e desterritorialização (HAESBAERT 2009, p.198)

Castells (2005) revê o papel da informação na sociedade moderna por via das redes formadas entre as suas características sociais, econômicas e políticas, ligadas pela tecnologia e pela informação. As alterações estruturais da economia mundial são desencadeadas por essas articulações em rede, no qual a informação e o conhecimento são pilares fundamentais nas dinâmicas laborais e empresariais.

Estes dois conceitos, na forma de meios concretos, materializam-se com o recurso à tecnologia, o que leva a que, à sua existência, esteja relacionada à polarização e a exclusão de países que não dispõem de tanta acessibilidade e, por isso, de tanta informação.

As transformações estruturais da economia global são desencadeadas por essas articulações em rede, onde a informação e o conhecimento são pilas vitais nas dinâmicas laborais e empresariais. Estes dois conceitos, na forma de meios concretos, materializam-se com o recurso à tecnologia, o que leva à sua existência, que está incluída a polarização e a exclusão de países que não tem acessos a uma gama de informações. A globalização acaba por não servir como solução a essa contingência, não resolvendo questões associadas às distribuições desiguais de meios e fundos, levando a uma menor competitividade de quem sai prejudicado nessas distribuições (CASTELLS, 2005).

Já Milton Santos (1999) define rede como caráter de articulação e interdependência. Para Dias (2001) as redes implicam fluxos e conectividade. O tráfico (de drogas e/ou armas) evidencia sua internacionalização através da criação de redes. Conforme Milton Santos (1996, p.125): “a noção de rede global se impõe nesta fase da história [...]”.

O evento do contrabando e tráfico se assenta em alguns territórios e coloca sua lógica de produção, com a vantagem de possuir amplo conhecimento do espaço ocupado como fundamental condição para promover a livre circulação. A dispersão espacial e a flexibilização de ligação entre diferentes pontos dos territórios que ocorrem dentro do tráfico é que o torna articulado em redes, até mesmo ao nível internacional (GEMELLI, 2012).

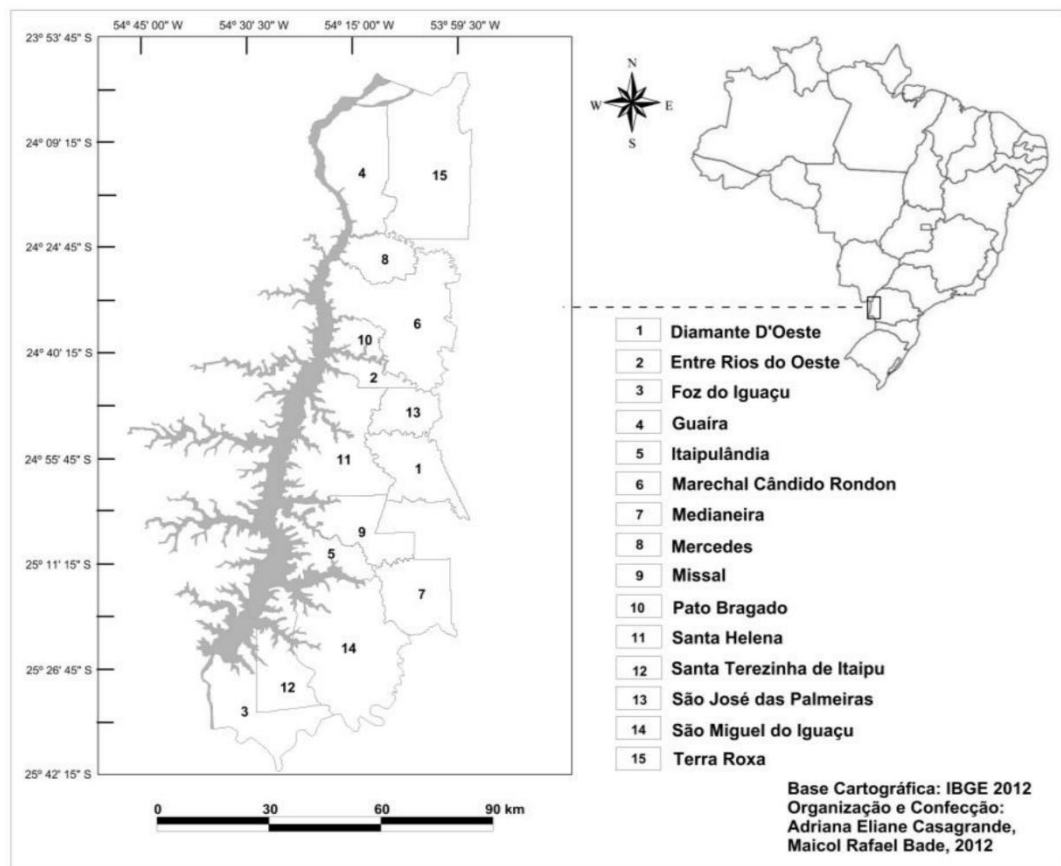
Raffestin assinala que existe o controle cada vez maior das redes de circulação dos sujeitos e dos bens. No presente estudo destaca-se o controle das redes pelos traficantes de drogas e armas em face ao controle das redes em sua área de domínio pelos policiais do BPFron. Nesta relação de poder entende-se que “controlar as redes é controlar os homens e impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (RAFFESTIN, 1993, p. 213).

É na Tríplice Fronteira e na região do Lago Itaipu que se formam as “redes do narcotráfico”. Por ser uma região de grande extensão territorial há uma grande dificuldade de se controlar esse território por parte das forças de segurança. Combater a criminalidade em uma grande área de cobertura, como o Lago Itaipu e

todos os cento e trinta e nove municípios da faixa de fronteira paranaense, com efetivo inferior ao previsto, é uma das grandes dificuldades encontradas pelo Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron).

O Lago de Itaipu vem sendo um dos principais pontos de atuação do BPFron. Formado em 1982, o Lago possui uma extensão de 170 km, com locais onde a distância entre as margens brasileira e paraguaia ultrapassa os 12 km, assim como há locais em que as distâncias são inferiores a 500 metros. São quinze municípios paranaenses banhados pelo Lago de Itaipu, conforme Figura 8, e que pertencem a área de atuação do BPFron.

Figura 8 - Municípios paranaenses lindeiros ao lago de Itaipu, sob jurisdição do BPFron



Fonte: IBGE, 2012.

As implicações da disputa pelo controle do tráfico não se limitam apenas à região da fronteira. As redes do tráfico se estendem por todo o território nacional e até para outros países. O Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína, depois dos EUA, segundo a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, ligada às Nações Unidas.

Conforme o Observatório da Fronteira (2017), a rede formada pelos narcotraficantes dentro do território nacional e que conta com criminosos paraguaios, permite a difusão das drogas por diferentes regiões e dificulta a ação das forças de segurança.

### 1.3.3 Circuitos espaciais de produção das drogas (produção no território paraguaio, distribuição, comercialização e consumo)

Ao estudar o conceito de circulação deve-se perceber que se refere a uma mescla de fatores como a técnica, a economia, a política, a movimentação das pessoas, mercadorias, informações, recursos financeiros, ideias, como patentes, marcas e ideologias. Trata-se dos fluxos materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, incluindo as questões econômicas (SILVA JUNIOR, 2007).

A circulação é um conceito central da Geografia quando consideradas as redes, os sistemas das ações, as normas e as percepções de fluidez do espaço e do território. No mundo contemporâneo, a circulação necessita da utilização dos transportes, comunicações e tecnologias da informação (SILVA JUNIOR, 2007).

Os transportes são os meios, como carros, caminhões, aviões, navios, etc., e as vias são as ruas, rodovias, hidrovias, etc. Os transportes são os fluxos de mercadorias, pessoas, comunicações e informações. No que diz respeito às comunicações tem-se a internet, o rádio, o telefone e o fax. Tais meios são movidos pelo sistema tecnológico, dependentes dos satélites e dos cabos de fibras óticas que passam pelas infovias. O que movimenta as tecnologias da informação são os computadores e softwares (SILVA JUNIOR, 2007).

Toda infraestrutura disponível, tanto nos fluxos como nos fixos, é construída pelos governos e, em parte, pelas empresas. A utilização dessa infraestrutura está disponível para qualquer sujeito, sejam eles os cidadãos dos municípios fronteiriços, os turistas, os trabalhadores em geral e até mesmo os criminosos. Estes últimos se apropriam da infraestrutura e das redes criadas pelo Estado e pelas empresas para produzir, transportar, distribuir e comercializar os produtos ilícitos, por meio do contrabando e do tráfico de drogas.

No que se refere à produção, distribuição, comercialização e consumo de drogas, o Paraguai se destaca na produção da maconha, sobremaneira, estrategicamente na região de fronteira,

O plantio de maconha se iniciou nos anos 1960 no distrito paraguaio de Amambay, fronteiro com o Brasil. Atualmente, ocorre a expans3o do cultivo para o norte e centro do Paraguai. O governo paraguaio acredita que as plantat3es da maconha ocupam de seis a sete mil hectares pelo pa3s. Conforme a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD), 80% da produat3o da maconha paraguaia 3 contrabandeada para o Brasil. A plantat3o e o com3rcio da maconha s3o ilegais tanto no Brasil quanto no Paraguai (AG3NCIA P3BLICA, 2018).

Conforme o IBGE, 4,1% dos alunos do 9º ano fazem uso da erva. Oito milh3es de brasileiros, 7% da populaat3o adulta, j3a experimentaram maconha alguma vez na vida, segundo o II Levantamento Nacional de 3lcool e Drogas da Universidade Federal de S3o Paulo. Usu3rios frequentes equivalem a 3% da populaat3o adulta do pa3s, ou 3 milh3es de pessoas (AG3NCIA P3BLICA, 2018). Por meio dos estudos realizados percebe-se o qu3o promissor 3 o mercado consumidor brasileiro como destino da maconha paraguaia, fator que serve como incentivo ao plantio nas fazendas produtoras.

Como j3a dito, o Paraguai 3 o maior produtor de maconha da Am3rica do Sul e o maior abastecedor do mercado brasileiro, que se apoia no aumento do n3mero de usu3rios no Brasil e em pa3ses vizinhos. As plantat3es est3o pr3ximas da fronteira, facilitando a log3stica para o Brasil. Em poucos pa3ses do mundo se conseguem ter quatro safras da maconha no ano, a exemplo do que ocorre no Paraguai, conforme a Pol3cia Federal em Curitiba.

No Brasil, a maconha paraguaia 3 vendida a um preat3o dez vezes superior quando comparada com o preat3o no pa3s de origem, que custa entre 30 e 50 reais. Este valor quando calculado em grandes quantidades tem enriquecido muitos traficantes paraguaios e brasileiros. Como exemplo tem-se as doze toneladas apreendidas em Guaira em novembro de 2010, que se contabilizado o valor que seria vendido no Brasil ter3amos uma soma entre 360 mil e 600 mil reais. A qualidade agregada a um 3timo preat3o com a venda da droga atraiu para o Paraguai narcotraficantes brasileiros, como Fernandinho Beira-Mar (GROWROOM, 2018).

A presenat3a crescente dos narcotraficantes no territ3rio paraguaio compromete a seguranat3a p3blica nesse pa3s, na fronteira e nos munic3pios brasileiros. Conforme Marcos Koren, chefe de comunicaat3o social da Pol3cia Federal em Curitiba, os vultosos lucros, a facilidade do plantio e a pouca fiscalizaat3o s3o fatores que contribuem para a continuidade da grande produat3o. A pol3cia paraguaia

não tem estrutura para realizar o combate às drogas, especialmente na base desse problema, que seria nas plantações, demonstrando a urgência de se realizar parcerias com as forças de segurança do Brasil e Argentina (GROWROOM, 2018).

É extremamente importante a integração entre as forças de segurança brasileira e paraguaia no combate as plantações das drogas visando enfraquecer essa atividade nesses países. Na parceria, o Brasil oferece dados de inteligência, localização e extensão das plantações e o Paraguai fornece o serviço dos policiais e a permissão para a atuação das forças brasileiras.

Mesmo trabalhando de maneira integrada, o governo brasileiro e paraguaio não conseguirão acabar com as plantações ou com a ação do narcotráfico. Mas, aumentando a fiscalização, em um trabalho permanente, conseguirá atenuar a produção das drogas fazendo com que chegue uma quantia cada vez menor aos centros urbanos do Brasil e, por consequência, diminuindo a violência nesses municípios (BRASIL, 2019).

Serve como exemplo da parceria Brasil-Paraguai no combate ao narcotráfico a Operação Nova Aliança, que se trata de uma ação da SENAD (Secretaria Nacional Anti-Drogas – do Paraguai) e conta com auxílio financeiro, de inteligência e logístico da Polícia Federal do Brasil. A Operação, que iniciou em 2008 e que tem ações periódicas durante o ano, é resultado de um convênio celebrado há treze anos entre Brasil e Paraguai para o combate ao tráfico de drogas (SINPEFMS, 2018).

Durante as ações da Operação Nova Aliança, a SENAD e a PF buscam localizar as plantações, normalmente situadas em locais de difícil acesso na mata, e drogas já embaladas e destruí-las, assim como realizar as apreensões dos envolvidos nas plantações (SINPEFMS, 2018). A Figura 9 ilustra uma plantação de maconha na cidade paraguaia de Pedro Juan Cabalero.



Figura 9 - Plantação de maconha na região da cidade paraguaia de Pedro Juan Cabalero



Fonte: Polícia Federal do Brasil, 2018.

Como resultado da importante parceria entre Brasil e Paraguai no combate ao tráfico de drogas houve uma apreensão de 865 toneladas de maconha, na região da cidade paraguaia de Pedro Juan Cabalero. A Operação realizada no mês de abril de 2018 contou com agentes da SENAD, da PF brasileira e outras forças policiais de combate ao tráfico de drogas internacional. Conforme a PF, em 2017 foram apreendidas no Brasil 354 toneladas de maconha, ou seja, representou apenas 40% do volume localizado nessa ação conjunta que duraram doze dias (GAUCHAZH, 2018).

Os policiais da SENAD reforçam que tem conseguido reduzir a produção de maconha no Paraguai. A Operação Nova Aliança II tem importante papel no combate a disseminação da droga. Em 2009 houve uma diminuição de 25% no plantio na região de Capitão Bado e de 40% ao redor de Pedro Juan Caballero, quando comparado com o ano anterior. Estas são grandes áreas produtoras da maconha. Estudos da SENAD informam que com as operações realizadas nos últimos anos, com a participação do Brasil, houve a redução de 1/3 da produção total do país (Ministério Público, 2018).



Além da questão da segurança pública, que é afetada diariamente em virtude da comercialização da maconha pelos municípios brasileiros, ocorre ainda o impacto que o desmatamento da mata natural sofre para ceder espaço para os grandes plantios da droga. Os plantios avançam até mesmo sobre áreas de proteção ambiental, como o Parque San Rafael, no sul do Paraguai e que conta com reduzida fiscalização (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018).

O combate a maconha paraguaia extrapola as preocupações dos governos do Brasil e do Paraguai. Atualmente, o problema afeta a segurança pública de todos os países do MERCOSUL<sup>13</sup>. Cerca de 80% da maconha produzida no Paraguai é endereçada ao Brasil e o restante tem como destino países como Argentina, Chile e o próprio Paraguai. Com essa justificativa, o governo paraguaio reforça a importância de esses países ajudarem no combate ao narcotráfico.

#### 1.4 CONCEITOS DE ESCALA POLÍTICA

As políticas realizadas, seja na área da segurança ou não, atendem aos mais diferentes níveis, seja internacional, nacional, regional ou local. Em geral, pode-se perceber que o poder exerce sua força de maneira hierárquica iniciando do global, por meio das instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), até chegar ao local, haja vista o papel destas agências no cenário político das relações de poder existentes na atualidade<sup>14</sup>.

Quando estudamos o conceito de escala devemos primeiramente ter uma noção cartográfica de escala. De acordo com Castro (2005, p.117) seria “uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas de sua representação

---

<sup>13</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional que se iniciou em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Atualmente, conta com a participação da Venezuela. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/> Acessado em: 17/08/2018.

<sup>14</sup> São muitos os países que usufruem dos empréstimos fornecidos pelo FMI, inclusive o Brasil, que com a orientação da instituição, aplicou diversas medidas econômicas com a finalidade de equilibrar a economia nacional. Apesar da aparente intenção de fornecer ajuda aos países, especialmente aos pobres, o FMI tem sido usado com um instrumento para alcançar os anseios dos países ricos, uma vez que são eles que dirigem e que decidem os rumos da instituição. A partir da centralização do poder nas mãos de dirigentes originados de países ricos e industrializados, as nações pobres e subdesenvolvidas, para conseguir empréstimos e financiamentos, são induzidas a cumprir procedimentos e medidas que favorecem diretamente os interesses dos países credores. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/fmi-ajuda-ou-prejudica.htm>. Acessado em: 02/02/2020.

gráfica”. Remetem a “modos de concepção e percepção do real” (*ibidem*, p.118). Assim, em vez de uma mera medida, a escala compõe, ou associa, uma “estratégia de aproximação do real” (*ibidem*) ou de “apreensão da realidade” (*ibidem*, p.120), “uma maneira de contemplar o mundo e de torná-lo visível” (*ibidem*, p.127).

Ao longo dos tempos, as escalas são construídas politicamente, territorialmente e socialmente. Contudo, além disso, estão intrinsecamente ligadas ao campo e objeto de estudos e conflitos com os indivíduos que sugerem as diferentes escalas e a fim de transformar o mundo e as escalas que o organizam (VAINER, 2002).

Em muitas situações, pode-se superar a falta de autonomia que têm as escalas quando confrontadas com os atores políticos. De acordo com Swyngedouw (1997) as escalas são geradas em situações altamente dissimilares, conflituosas, contestáveis e contestadas. Ainda “a escala não está nem ontologicamente dada nem é um território geográfico definível *a priori* nem uma estratégia discursiva neutra politicamente na construção de narrativas” (*Ibidem*, p. 147).

Para Borja e Castells (1997), são os governos locais que têm um controle mais eficiente sobre a atração de empresas e a promoção da competitividade entre elas, assim como ofertar o alicerce histórico e cultural para a interação das pessoas. Informam ainda que

A importância estratégica do local como centro de gestão do global no novo sistema técnico-econômico pode ser apreciada em três âmbitos principais: o da produtividade e competitividade econômicas, o da integração sociocultural e o da representação e gestão políticas. (Borja e Castells, 1997, p. 14)

Os estados nacionais são pequenos para controlar todos os fluxos (de poder, riquezas, drogas, pessoas e tecnologias) transnacionais e transfronteiriços e muito grandes para controlar a pluralidade de interesses sociais e culturais da sociedade, perdendo legitimidade e eficiência enquanto instituição representativa (BORJA; CASTELLS, 1997).

Quando comparados com os governos nacionais, os governos locais dispõem de duas principais vantagens, tais como uma relevante capacidade de representar as pessoas e a legitimação. O governo local é uma instituição de integração social e cultural dos grupos presentes naquele território. Goza, portanto, de maior adaptação e capacidade de manobrar esses grupos em um mundo globalizado, com sistemas

econômicos e tecnológicos descentralizados e com muitas demandas e fluxos de grande complexidade (BORJA; CASTELLS, 1997).

Ao analisar o conceito de local, Franco (1998) refuta a comparação de pequeno, diminuição ou redução. Ao trabalhar o local, o autor considera os diversos setores como os municípios ou, até mesmo, uma região que engloba muitos municípios.

O local se caracteriza como centro social e territorial das ações que determinam o seu desenvolvimento integrado e sustentável. Vainer (2002) afirma que o local não é ocupado somente pelas instituições internacionais, todavia, ainda por reivindicações estratégicas patrióticas e competitivas. Para o autor, o local proporciona novos contornos das atuações políticas além dos alcances da dimensão nacional, abandonando as organizações políticas enraizadas no território, com uma grandeza global.

A partir do local se pode administrar novas relações, projetos, iniciativas de lutas e cooperação entre os indivíduos, lugares, múltiplos territórios. Em diversas circunstâncias, o local permite um autogoverno com condições administrativas exercidas por meio de relações de poder e conflitos, para se conquistar direitos e desenvolvimento, construir e se ampliar para além das fronteiras (VAINER, 2002).

Importante persistir no estudo das escalas do poder seja global, nacional, regional ou local. O entendimento da reconfiguração das escalas permite realizar um planejamento adequado para a gestão do território que se pretende atender. Conseguirão obter mais ganhos aqueles que têm a percepção do funcionamento de cada escala em cada nível e das correlações das forças que surgem entre si (VAINER, 2002).

Apesar de considerar importante o poder das escalas a nível regional e local, o poder não está apenas em suas dimensões escalares, caso da hierarquia do global ao local. Conforme sugere Vainer (2002) o poder se encontra na eficácia de articular as escalas, de explorar e interferir de maneira transescalar. A escala da ação política representa ser fundamental, seja para os que desejam perceber o mundo atual seja para os que pretendem mudá-lo.

## 1.5 ESTADO DA ARTE SOBRE SEGURANÇA NA FRONTEIRA

A presente seção tem por objetivo discutir a segurança pública em área de fronteira, a partir de alguns autores que já se debruçaram sobre o tema. Sendo assim, buscaram-se Artigos, Dissertações e Teses relacionadas às temáticas em questão. O intuito de se buscar estudos já realizados sobre as fronteiras e segurança pública serve para demonstrar a importância do tema sob o ponto de vista do Estado da Arte.

As buscas pelos trabalhos já realizados na área de segurança pública e criminalidade na fronteira foram realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) nas universidades brasileiras. Ao final, constatou-se que, segundo relatório da CAPES, existem cinquenta e sete PPGGEO stricto sensu no Brasil. São vinte e nove com os níveis de mestrado e doutorado e vinte e oito somente com o nível de mestrado.

Dentre as Dissertações pesquisadas, dez apresentaram maior familiaridade sobre as temáticas. Na dissertação intitulada “As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai”, de 2013, pela UNIOESTE, Vanderleia Gemelli debate a problemática do tráfico das drogas ilícitas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai e seus impactos sobre esses países. O tema abordado colabora para esta pesquisa, pois se reporta ao tráfico de drogas, as redes utilizadas pelos criminosos e algumas políticas públicas realizadas em região de fronteira, especialmente no Lago Itaipu.

O Lago de Itaipu serve como um dos principais fatores de dificuldade para as forças de segurança, inclusive o BPFron, conter o avanço da criminalidade por essa região. A sua grande extensão favorece o desenvolvimento do tráfico de drogas nesse território específico (GEMELLI, 2013).

Percebe-se no narcotráfico uma premissa para a formação das redes ilegais sobre esse território. Gemelli (2013) salienta ainda que dada as diversas rotas existentes, não é possível saber quais são as principais rotas utilizadas para os transportes. Além das rotas fixas das drogas, o narcotráfico demonstra desde o Paraguai até os consumidores finais no Brasil, uma complexa movimentação por meio da rede ilegal construída sobre o território.

A dissertação “Efeitos de Políticas Públicas em cidades de fronteira: Uruguaiana e Santana do Livramento (RS)” refletem as cidades-gêmeas. Este trabalho é de autoria de Cristiane de Souza Mota Adiala (2006) vinculado a

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estes municípios que têm uma importante posição geográfica, ao longo da fronteira de dois países, sofrem influências mútuas, mas em algumas vezes em escalas territoriais distintas em seus diferentes fluxos. A contribuição ocorrerá ao analisar o trabalho como um todo e de que forma são realizadas as políticas públicas para esses municípios transfronteiriços.

O trabalho “Contrabando e Contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul – (1851 – 1864)” evidencia a histórica ação da criminalidade pelo território transfronteiriço, com a prática do contrabando. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2007), vinculada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) mostra essas práticas antigas do trânsito com mercadorias ilegais e/ou ilícitas pela fronteira e quais eram as políticas públicas de segurança utilizadas pelos governos para combater a criminalidade naquela época.

A dissertação escrita em 2010 por Rodrigo Bertoglio Cardoso (UFRGS) e intitulada “Cooperação Internacional e segurança na fronteira norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003 – 2008)” retrata acordos de cooperação internacional e segurança na fronteira. Esse trabalho aborda acordos diplomáticos entre países que estão preocupados com o seu desenvolvimento através das fronteiras e com a segurança entre os países.

O trabalho “Efeito Fronteira, tráfico internacional de pessoas e direitos humanos: o caso de Bela Vista (Brasil) e Belle Vista do Norte (Paraguai)” de autoria de Cicero Rufino Pereira (2012) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) trata a fronteira tanto como limite territorial de um Estado como zona de interação e integração. Aborda ainda a questão do trabalho na fronteira, e o enfrentamento, por meio de trabalho jurídico e policial, do trabalho escravo e o tráfico internacional de pessoas. Dentre várias questões, destaca-se os conceitos que giram em torno da fronteira, a questão social, como a geração de empregos, e a rede do tráfico formada nessas regiões.

Luciane Gregório Soares Linjardi (2012), ligada a UFMS, disserta sobre a atuação de mulheres no tráfico. A pesquisa tem o título de “Mulheres traficantes de drogas na fronteira de Corumbá e Ladário/BR” retrata a região de fronteira internacional formada pelas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Suarez e Puerto Quijarro, no Estado Boliviano. Dentre outras questões, o trabalho estuda o crime de tráfico de drogas ilícitas praticado por mulheres.

Diante dessa integração de fato ou funcional, Linjardi (2012) questiona sobre a eficácia da atual política criminal brasileira, investigando, também, o perfil socioeconômico dessas mulheres. A contribuição dessa dissertação é o estudo do tráfico e dos traficantes de drogas pela região de fronteira e verifica as políticas de integração na área de segurança pelo governo brasileiro com outros países.

O estudo de Luciana Grespan Zago (2007) vinculada a Universidade de Passo Fundo (UPF-RS) “Fronteira e Segurança Nacional no extremo oeste paranaense: um estudo do município de Marechal Candido Randon” discorre sobre os municípios que se tornaram Área de Interesse da Segurança Nacional, durante o período de 1968 a 1985, em plena vigência da Ditadura Militar. Visa contribuir sobre a importância política e estratégica que historicamente os municípios transfronteiriços detêm no cenário nacional.

A dissertação “Segurança Internacional e Novas Ameaças: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira” finalizada em 2013 por Caroline Cordeiro Viana e Silva, ligada a Universidade Federal do Paraná (UFPR), traz importantes subsídios para a esta pesquisa, pois retrata a evolução das políticas públicas na área da segurança, e especificamente o combate ao narcotráfico. Securitização refere-se ao assunto que deixa de fazer parte da esfera padrão política para ser necessária uma ação pontual, imediata que extrapola a política comum. A dissertação apresenta como questão central se é o tráfico ilícito de drogas securitizado pelo Estado Brasileiro.

A dissertação “Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai” de autoria de José Lindomar C. Albuquerque (2005) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) visa contribuir à medida que se estuda o tráfego de pessoas pela fronteira como imigrantes, especialmente em direção ao Paraguai e todos os conflitos que este tipo de cenário possa oferecer.

A pesquisa de 2013 de autoria de Giovanni França Oliveira intitulada “Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: o comércio de drogas na fronteira”, ligada a UFMS, demonstra as dinâmicas específicas do comércio fronteiro de drogas ilícitas, assim como os processos de integração funcional que possibilitam as peculiaridades desse comércio nas cidades de Corumbá (Brasil) – Puerto Quijarro/ Puerto Suárez (Bolívia).

A Dissertação “Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-

Uruguai”, de Maurício Kenyatta Barros da Costa (2017) vinculado a Universidade de Brasília (UNB) avalia os desafios de segurança brasileiros nas fronteiras e as respostas a esses desafios tal como depreendidas das iniciativas e políticas assumidas desde o Governo José Sarney até o Governo Dilma Rousseff. Desenvolvem-se, em particular, dois estudos de caso, concernentes às fronteiras com o Uruguai e com o Paraguai.

Cristiane Adiala (2006) discute as políticas públicas realizadas para as cidades-gêmeas. A autora procura demonstrar a dificuldade de se implantar essas políticas em, pelo menos, dois municípios que, apesar de estarem próximos, na linha de fronteira, apresentam características político-econômico-culturais distintas.

Acompanhando o pensamento de Adiala (2006), Silva e Ugoski (2013) afirmam que as Políticas de Assistência Social (PAS) nas cidades-gêmeas requerem ações enérgicas devido ao constante fluxo dos cidadãos transfronteiriços, independente de sua nacionalidade, que necessitam de amparos sociais em razão de sua condição de vulnerabilidade. Albuquerque (2005), assim como Adiala (2006), disserta sobre o complexo fluxo das pessoas sobre o território transfronteiriço e as dificuldades impostas aos governos diante desse dinamismo populacional.

Em suas pesquisas, especialmente no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Silva e Ugoski (2013) evidenciaram que a maioria dos acordos transfronteiriços em vigor está voltado para a Previdência Social, para as relações de trabalho. Na área da colaboração social tem poucos registros.

Existe uma grande e urgente demanda pelas políticas públicas assistenciais nas cidades-gêmeas. Isso ocorre em virtude dos *déficits* históricos de amparo à população que reside nessas zonas de fronteira. Essas demandas não se esgotam com ações pontuais e, normalmente, as políticas continuadas acabam esbarrando na legislação nacional de cada país. Em geral, para serem atendidas, as pessoas têm que comprovar residência e frequência escolar e, assim sendo, ocorre à ausência de cidadania brasileira, se a demanda for por assistência no Brasil, por exemplo (SILVA; UGOSKI, 2013).

Conforme Sousa (2008) há um trabalho executado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), no âmbito do MERCOSUL Social para o amparo social daqueles que residem em cidades-gêmeas. Há um debate que direciona para a criação de políticas sociais regionais, que visa à integração econômica e social entre os países da Tríplice Fronteira e também do MERCOSUL (MARTINS; SILVA,

2011). Essas políticas sociais atenderiam das pessoas que não dispõem de nacionalidade brasileira, mas que estão dentro dos padrões de vulnerabilidade e risco social.

Conforme Draibe (2007) os governos têm a obrigação de garantir uma cidadania social por meio de políticas sociais integradas. Para o autor, o Estatuto de Cidadania do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ações do MERCOSUL podem se constituir em mecanismos que ampliarão possibilidades de acesso e reconhecimento. Aponta-se ainda, que mesmo diante da complexidade desse tema, percebe-se como fundamental constituir uma concepção de cidadania para além dos limites de nacionalidade.

Flores (2007) disserta sobre o processo histórico do tráfico de mercadorias ilegais e/ou ilícitas pela fronteira. De maneira histórica, ainda, a autora trás algumas políticas públicas antigas elaboradas para esse território. Silva (2013) trás importantes subsídios históricos ao retratar a evolução das políticas públicas na área da segurança na fronteira.

Pereira (2012) trata a fronteira como limite territorial de um Estado e, também, como zona de interação e integração. Zago (2007) destaca a importância desse território limite, como estratégico, para a soberania nacional. Percebe-se, aqui, a grande importância do território transfronteiriço como lugar de passagem de criminosos e produtos ilegais que invadem os territórios nacionais e a urgência dos governos combaterem esses crimes ainda na zona de fronteira, para que não alcancem outros diversos municípios.

Cardoso (2010) disserta sobre a cooperação Internacional e a segurança na fronteira. A Tese acompanha o pensamento de que somente por meio de ações cooperadas e integradas entre os governos brasileiro, paraguaio e argentino é que as populações fronteiriças terão mais segurança e melhor qualidade de vida. De maneira unilateral, dificilmente se obterão resultados satisfatórios.

No que se refere às Teses averiguadas, quatro mereceram destaque sobre os temas aqui estudados. A iniciar pela tese intitulada "A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica". Sánches (2002) discute aspectos muito mais da fronteira política e cultural do que das fronteiras artificiais, uma vez que a configuração da região é específica. Contribui para o meu estudo, pois permite compreender a articulação entre os limites culturais e jurídicos entre esses países.



O trabalho “As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais” Scherma (2015) chama a atenção para o estudo das fronteiras com enfoque para o importante fluxo de pessoas e mercadorias. A urgência de se realizarem acordos de cooperação entre governos nas áreas de segurança, econômica e social. Sendo a região fronteira uma área de impactos positivos ou negativos sobre a população, dependendo do nível de importância dispensado a esse território.

A tese “Plano estratégico de fronteiras, rumos e desafios da integração e cooperação em segurança pública no contexto dos gabinetes de gestão integrada de fronteiras” Neves (2016) debate as estratégias adotadas pelo governo federal brasileiro para potencializar e aprimorar a integração dos órgãos de segurança pública nos últimos anos, especialmente no contexto dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, instituídos a partir da implantação do Plano Estratégico de Fronteiras. Estuda ainda os desafios da governança e cooperação entre os diversos órgãos e atores envolvidos com a segurança pública nas regiões de fronteira.

A tese Defesa Nacional, segurança pública e relações internacionais: uma análise sobre a fronteira Bolívia-Brasil (2005 – 2014) destaca a articulação entre as políticas de defesa nacional e de segurança pública da Bolívia e do Brasil na zona de fronteira comum, com foco no período de 2005 a 2014. Gimenez (2015) Contribui com a minha tese, uma vez que aborda, principalmente, a segurança pública realizada pelo Brasil em região de fronteira.

A seguir serão visitados alguns artigos sobre a Segurança Pública nacional e as fronteiras brasileiras. A procura pelos artigos acadêmicos ocorreu nos sites das universidades com cursos de pós-graduação em Geografia, e áreas afins, e se pautou em palavras-chave como fronteira, território e segurança pública. A ideia principal foi localizar trabalhos com esses temas a fim de atualizar e dar prosseguimento nos estudos nessas áreas do conhecimento. As buscas dão suporte ao ineditismo da Tese. Os artigos serão apresentados a partir do sobrenome do autor, ano e respectivo título.

No artigo “Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do ‘Arco Norte” Hirata (2015) faz uma relação entre a Segurança Pública no Brasil e o controle das fronteiras, especialmente do Arco Norte. O artigo contribui com a temática central da segurança pública e o controle das fronteiras por parte dos governos.

Em “Políticas públicas e o papel da Geografia” Serpa (2011) aborda como a Geografia pode contribuir para a formulação e implementação das políticas públicas para a segurança. Analisa como são realizadas as políticas públicas de segurança no âmbito nacional e em áreas de fronteira e o papel da Geografia neste contexto.

“Polícia e Fronteira no Paraná: uma análise sobre políticas públicas de segurança” Schkalei e Souza (2014) configura em um trabalho em que os autores analisam as políticas de segurança pública para as regiões brasileiras de fronteira.

O artigo “Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina” Souza (2009) analisa a tríplice fronteira, especialmente na região Oeste paranaense, região que envolve áreas contíguas do Brasil, do Paraguai e da Argentina.

O estudo “Ações integradas: segurança pública em área de fronteira” Campos (2009) tem como proposta identificar as relações institucionais entre órgãos de segurança do Brasil e da Argentina, especificamente na fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Província de Misiones.

O trabalho “Desafios para a implementação de políticas de pessoal de segurança pública nas fronteiras brasileiras” Caruso e Nascimento (2014) abordam o tema da concepção e implementação de políticas de pessoal de segurança pública lotados em região de fronteira e as diferentes formas de construir políticas de pessoal.

“O Estado brasileiro e a segurança pública no combate ao crime organizado” Prado (2014) discute a fronteira a partir do mundo Globalizado, onde a criminalidade está conectada no nível global, impondo assim grandes dificuldades no controle das fronteiras.

“O Plano estratégico de fronteiras e gestão para o resultado em políticas de segurança pública” Campos (2012) debate o desenvolvimento de uma política nacional de segurança em fronteiras. O artigo “Políticas públicas, fronteiras e integração sul-americana” debate as políticas públicas e a integração nas fronteiras do Brasil com demais países sulamericanos.

Os artigos “Participação e políticas públicas em territórios de fronteira” e “Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira” Gomes e Machado (2015) têm como objetos de estudo as políticas públicas em áreas de fronteira e políticas para o desenvolvimento das regiões fronteiriças.

Por fim, “Territorialidade de fronteira: Uma contribuição ao estudo da questão fronteiriça Brasil-Uruguai no contexto do MERCOSUL” Santos (2011) propõe uma redefinição das fronteiras no âmbito do MERCOSUL. O estudo contribui devido ao esforço do autor em estudar a complexidade da formação dessa fronteira. Pois, a mesma envolve inúmeros atores que advém da mobilidade da população marcada pela diferença do imaginário de cada um.

Abordar os temas segurança pública e fronteira no Brasil da atualidade não é uma simples tarefa, muito pelo contrário. O fato ocorre em virtude da gama de fatores que envolvem o tema segurança, nesse caso, em especial, na região de fronteira. Os autores, em suas dissertações, teses e artigos se esforçaram em trazer esses temas à luz dos debates, de maneira a contribuir com essa discussão para a presente Tese e, acima de tudo, com o cenário nacional, carente de políticas públicas de segurança para as nossas fronteiras.

Ao final, dessa seção, apesar da relevância que o tema merece, constatou-se que os estudos sobre a segurança pública em regiões fronteiriças não têm merecido grande destaque nas produções científicas nas universidades brasileiras.

A seguir, o Capítulo 2 abordará a criminalidade nas fronteiras brasileiras, com especial atenção para a Tríplice Fronteira, região que fica entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

Serão debatidos ainda os aspectos socioeconômicos dos municípios da Faixa de Fronteira paranaense que apresentaram as maiores taxas de homicídios nos últimos anos. Ao final do Capítulo 2, será realizada uma comparação das taxas de homicídios nos Departamentos paraguaios e em alguns estados brasileiros.

## **2 A REALIDADE NA FRONTEIRA: VIOLÊNCIA E OUTROS ASPECTOS**

Neste capítulo serão estudadas as principais causas e os tipos de crimes mais realizados na fronteira. De maneira geral, serão abordadas as fronteiras brasileiras e a criminalidade, com especial atenção para a Tríplice Fronteira, região que fica entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Dentre as causas da criminalidade na fronteira estão o considerável aumento na violência, como os homicídios violentos, o tráfico de drogas e armas e o descaminho.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA SOB O PONTO DE VISTA DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE**

#### **2.1.1 As fronteiras brasileiras e a criminalidade**

As fronteiras do Brasil com os demais países sul-americanos estabelecem rotas de entrada e saída de produtos que impactam diretamente na situação da segurança pública do país. Anualmente, são roubados ou furtados cerca de 400.000 veículos e 15.000 cargas, sendo a maioria destinada para outros países trafegando pelas fronteiras. São 125.000 apreensões de entorpecentes e 80.000 apreensões de armas de fogo que entram no Brasil através de suas fronteiras. Pode-se afirmar que a maioria das 33.000 pessoas que desaparecem todos os anos no Brasil são levadas para fora do país pelas fronteiras.

Além do impacto na segurança pública nacional, as regiões de fronteira se caracterizam por serem altamente violentas. Quando comparadas as regiões de zona de fronteira às demais regiões, salienta que os municípios com população de até 50.000 habitantes localizados nas zonas de fronteira possuem maiores taxas de homicídios do que os que estão fora das zonas fronteiriças.

O Quadro 2 apresenta uma distribuição da incidência dos principais eventos criminosos derivados da inserção na zona de fronteira por Unidade da Federação (DEPRO-SENASP, 2009-10).

Quadro 2 - Eventos Criminosos Relacionados à Zona de Fronteira Segundo UF (Brasil – 2008)

EVENTOS CRIMINOSOS	GRAU DE PRIORIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO											Estados Presentes
	ALTA							MÉDIA				
	AP	RS	MS	SC	AM	RR	PR	AC	RO	MT	PA	
Tráfico de drogas												11
Roubo de cargas, veículos												10
Tráfico de Armas e Munições												9
Crimes ambientais												9
Refugio de criminosos												9
Contrabando e descaminho												9
Exploração sexual infanto-juvenil												7
Tráfico de pessoas												4
Rota de veículos roubados												4
Abigeato (roubo de gado)												4
Pistolagem												3
Evasão de divisas												2
Turismo sexual												1
<b>Eventos Criminosos Presentes</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

Observa-se no Quadro 2 que os crimes mais cometidos e combatidos pelas forças de segurança nas Unidades de Federação (UF) são o tráfico de drogas, roubos de cargas e veículos e tráfico de armas e munições. Em destaque (na cor vermelha) estão as UF's em que os crimes acontecem com mais frequência, das mais diversas naturezas.

Nas UF's representadas pela cor vermelha, caso do Amapá, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Roraima e Paraná, a atenção dos governos voltada para a segurança pública deve ser redobrada. A realização das políticas públicas de segurança ocorre por meio de investimentos substanciais, programas de cooperação e integração das forças policiais. As ações visam combater e reduzir a criminalidade de maneira significativa, proporcionando a população local maior segurança e melhor qualidade de vida.

Percebe-se que no Paraná, estado que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina, os crimes mais praticados e que devem ser combatidos são o tráfico de drogas, armas e munições, contrabando e descaminho, os roubos de cargas e veículos, rota de veículos roubados e exploração sexual infanto-juvenil. O Paraguai serve ainda como local para o refúgio dos criminosos brasileiros, em especial, dos traficantes de drogas e armas.

A Figura 10 mostra os eventos criminosos realizados na Zona de Fronteira do Brasil.

Figura 10 - Eventos criminosos realizados à Zona de Fronteira, segundo a UF (Brasil – 2008)



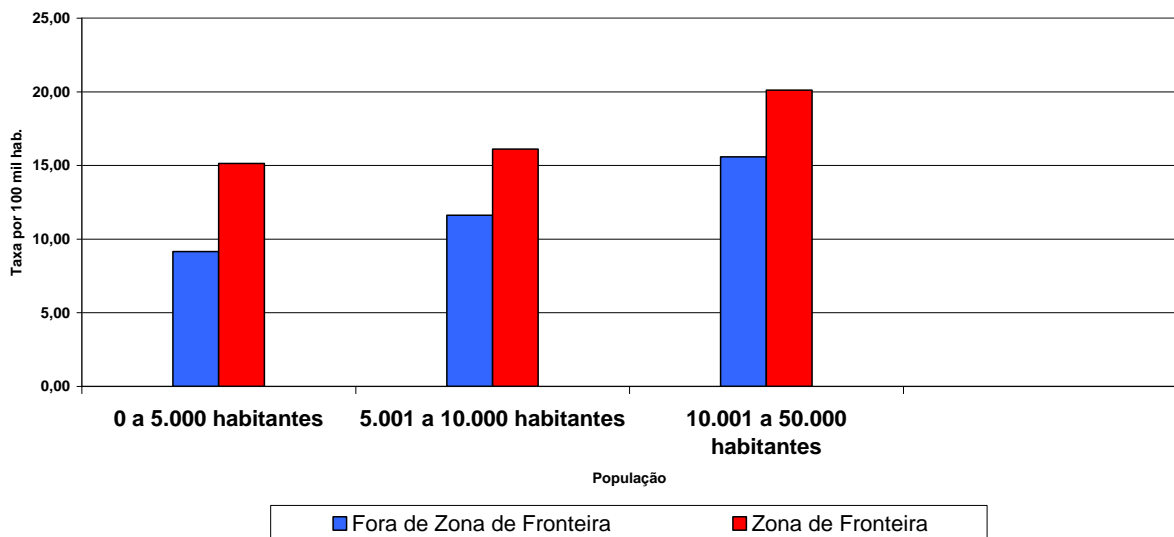
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Departamento de Políticas, Programas e Projetos – SENASP/MJ

A Figura 10 ilustra os crimes realizados com mais incidência nas fronteiras brasileiras, como roubo de gado, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições e tráfico de drogas. No estado do Paraná, destaca-se o tráfico de armas e

munições, tráfico de pessoas, roubo de cargas e veículos, roubo de gado, tráfico de drogas, exploração sexual infanto-juvenil e contrabando e descaminho. O estudo, através da análise dos dados, visa contribuir para se realizarem políticas de segurança pública específicas para se combater esses crimes na fronteira paranaense.

Os resultados da análise corroboram para a relevância da implementação de um projeto de segurança rigoroso nas fronteiras brasileiras, dotando o corpo policial de todos os recursos necessários para operação, como logística, humanos e demais materiais fundamentais para aperfeiçoamento da eficiência e eficácia das ações cometidas (DEPRO-SENASP, 2009-10). O Gráfico 1 compara as taxas de registros de homicídios entre os municípios dentro e fora da Zona de Fronteira.

Gráfico 1 – Taxas de registros de homicídios por 100 mil habitantes, entre os municípios de Zona de Fronteira e fora da Zona de Fronteira (2007)



Fonte: Ministério da Saúde / SVS e IBGE.

O Gráfico 1 mostra a comparação das taxas de registros de homicídios por 100 mil habitantes, entre os municípios em Zona de Fronteira e fora da Zona de Fronteira, divididos por faixas de população, em 2007. Observa-se que tanto nos municípios com população de até 5.000 habitantes quanto nos municípios mais populosos com até 50.000 habitantes, os municípios situados na Zona de Fronteira possuem taxas mais elevadas de criminalidade. Mesmo nos municípios pouco habitados e antes pacatos, quando posicionados na Zona de Fronteira, a

criminalidade tende a ser maior devido a maior circulação de drogas e armas e a presença marcante do narcotráfico.

### 2.1.2 Os principais crimes cometidos na tríplice fronteira paranaense

Diante da questão tributária, o Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FCNP) frente a um levantamento realizado no ano de 2015 estipulou que o Brasil teve perdas em torno de cento e quinze bilhões de reais em piratarias, contrabando e sonegações. Para minimizar essas perdas é fundamental para o governo tratar da questão tributária e de fiscalização da fronteira contra o contrabando e tráfico com ações coordenadas e sistemáticas. O controle das fronteiras é fundamental nesse caso (Observatório da Fronteira, 2016).

Entre as principais causas da pirataria, contrabando e tráfico estão os entrepostos paraguaios e o trânsito aduaneiro para Ciudad Del Leste (Paraguai), a indisposição dos países que têm fronteira com o Brasil e a complacência com os “crimes pequenos”. A pouca diplomacia com o governo paraguaio impede que o Brasil realize parcerias efetivas para combater o tráfico e o contrabando (Observatório da Fronteira, 2016).

Conforme Medeiros (2005, p. 21) “pirataria é a atividade ilícita de copiar, reproduzir e utilizar sem autorização do autor ou do fabricante original, qualquer produto, com o objetivo de lucro”. Há que se ressaltar ainda que, conforme Galdelman (2007, p. 86), “não é considerada pirata a cópia única, realizada em casa, para uso exclusivamente pessoal”. Mas, o autor reitera que, se a cópia sair de casa para ser reproduzida, alugada, trocada, exibida publicamente sem a prévia autorização do autor, aí ela se torna pirata.

As causas e consequências da pirataria são complexas, envolvem diversas variáveis, mas, passam essencialmente pela questão tributária. Medeiros (2005) afirma que o Brasil precisa criar uma legislação mais abrangente para lidar com essa questão, a fim de fortalecer os órgãos de pesquisa e controle dos nossos bens naturais. Estes órgãos devem ser equipados com instrumentos de alta tecnologia para conter os contraventores.

Conforme apontam Dantas e Lonadorni (2011), os produtos que mais são pirateados no mercado brasileiro são aqueles da área musical. Os mesmos são colocados por preços altos, ou seja, não acessíveis à classe C, a maior



consumidora. Conforme o IBOPE, 66% da população brasileira faz parte dessa classe. De acordo com os autores, se a indústria colocasse no mercado produtos com valores mais acessíveis a essa classe social haveria menor procura pelos pirateados, uma vez que existe a consciência da qualidade inferior dos produtos piratas.

Ao realizar uma pesquisa entre os alunos de uma escola da rede estadual, no município de Cianorte, no Paraná, Dantas e Lonadorni (2011) constataram que o fator crucial para a aquisição de produtos piratas pelos alunos é o baixo preço. A maioria da população é de baixa renda, relataram 80% dos alunos, “as pessoas não hesitam em recorrer a produtos pirateados, e muitos com a mesma qualidade dos produtos vendidos legalmente, a um preço bem acessível”.

Segundo pesquisa divulgada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ) e Instituto Ipsos, nos meses de julho e agosto de 2016, três em cada dez brasileiros consumiam produtos piratas. Apesar da retração de 2011, quando cinco em cada dez consumiam os pirateados, a parcela consumidora ainda é importante. Tal fato, corroborando com o estudo de Dantas e Lonadorni (2011), se atribui aos preços menos elevados, quando comparados com os produtos nacionais.

Medeiros (2005) utiliza o cigarro para ilustrar a questão da pirataria e seus baixos custos. No Brasil, o cigarro é carregado de 78% de tributos, fato que, obviamente, encarece o preço desse produto. Os cigarros contrabandeados do Paraguai custam entre cinquenta centavos e um real. Já as marcas nacionais custam em média um real e quarenta centavos.

O Brasil deixa de arrecadar anualmente um bilhão e quatrocentos milhões somente com os carregamentos que chegam do Paraguai. Em contrapartida, os contrabandistas lucram um bilhão e oitocentos milhões de reais com essa atividade. O dinheiro serve para financiar outras práticas criminosas, como do narcotráfico (MEDEIROS, 2005).

Se os consumidores de cigarros percebessem que o produto que estão adquirindo mais barato serve para financiar atividades ilegais, além de colocar em risco sua própria saúde, provavelmente, não consumiriam tantos cigarros oriundos do país vizinho.

Diante da questão da pirataria, se coloca uma importante variável econômica e, ao mesmo tempo, social: o emprego. Com a ilegalidade, muitos postos de

trabalhos formais são desconsiderados. Contudo, de outro lado, existe a formação de um grupo de trabalhadores informais: os “sacoleiros”. A maioria desses sacoleiros é formada por pessoas honestas, cumpridoras de suas obrigações familiares e com a sociedade, todavia, uma vez sem a renda formal, são lançadas nesse tipo de empreitada.

É de extrema relevância que o governo olhe com mais atenção para esse setor, o da informalidade, e, de alguma forma, coloque uma solução pontual. Quiçá, realizar um cadastro para aqueles sacoleiros que tem essa atividade como única fonte de renda a fim de permitir que eles continuem trabalhando, com produtos permitidos pelo governo. Ou, ainda, estipular um valor permitido mensalmente, como uma cota, e, caso se extrapole a quantia estabelecida, se cobre impostos gradativamente sobre o valor ultrapassado.

Conclui-se, parcialmente, diante do breve debate, que a pirataria não ocorre apenas em virtude de sua diferença de preço com os produtos nacionais, com altos tributos. No contexto, ainda deve se considerar o custo maior das matérias-primas dos produtos nacionais e os fatores culturais.

O Comitê Inter-secretarial de Combate à Pirataria do Estado de São Paulo, mediante pesquisa realizada, constatou que todas as classes sociais<sup>15</sup> consomem produtos piratas, devido aos seus preços inferiores. O estudo concluiu que seis em cada dez *softwares* instalados em computadores nacionais são falsificados.

O Ibope afirmou em suas pesquisas que 49% das pessoas que compõem a Classe A, seguida de 63% da Classe B, compram produtos falsificados: “se eu posso pagar dez reais em um produto, por que pagaria cinquenta?”. A pirataria se transformou em um fator cultural em nosso país. As pessoas não se importam se, ao utilizar os produtos piratas, fecharão muitos postos de trabalhos ou alimentarão a atividade do narcotráfico, elas adquirem por conveniência (DANTAS; LONADORNI, 2011).

Além da pirataria, apontam-se ainda como fontes de renda ilegais: i) o contrabando de drogas lícitas, como bebidas; tráfico de drogas ilícitas, exemplo da maconha e da cocaína, o crime de descaminho, lavagem de dólares e exploração

---

<sup>15</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide as classes sociais em cinco categorias básicas, segundo a renda familiar mensal: Classe A (acima de 20 salários mínimos), Classe B (de 10 a 20 salários mínimos), Classe C (de 4 a 10 salários mínimos), Classe D (de 2 a 4 salários mínimos) e a Classe E (recebe até 2 salários mínimos).

sexual. Entretanto, tem parte marcante no contexto regional a acentuada atuação da criminalidade, com destaque para o trânsito de cigarros e tráfico de drogas, como a maconha.

Entende-se por drogas lícitas quando é permitida a produção, utilização, comercialização e circulação e é considerada legal perante o governo, tendo como exemplos alguns remédios, bebidas e cigarros. Já as drogas ilícitas são aquelas cuja produção, utilização, comercialização e circulação não são permitidas. A sua prática é vista como ilegal perante o governo, sendo exemplos a maconha, o haxixe, a cocaína etc.

Fontes do governo, como o Ministério da Saúde (2016), indicam que os problemas da insegurança e da violência nos municípios fronteiriços maiores e com maior circulação de pessoas, como Foz do Iguaçu e Guaíra, além de não serem solucionados, ainda se espalham para os municípios vizinhos antes considerados pacatos e sem grandes problemas de segurança pública, especialmente nos casos ligados ao contrabando e ao narcotráfico.

Em um período que compreende o ano 2000 até 2010, dos dezesseis municípios que fazem margem com o Lago de Itaipu<sup>16</sup> apenas três fecharam o ano de 2010 sem assassinatos, sendo Itaipulândia, Entre Rios do Oeste e Mercedes. Em todos os municípios com assassinatos a taxa passa de 10 para cada grupo de cem mil habitantes, considerada epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em Foz do Iguaçu, município mais violento do Paraná, os assassinatos cresceram 12% nos últimos anos, em Guaíra cresceu três vezes e em Marechal Cândido Rondon cresceu cerca de oito vezes, ambos comparados com Foz do Iguaçu (GAZETA DO POVO, 2012).

Na Figura 11 podem-se observar os municípios brasileiros banhados pelo lago de Itaipu.

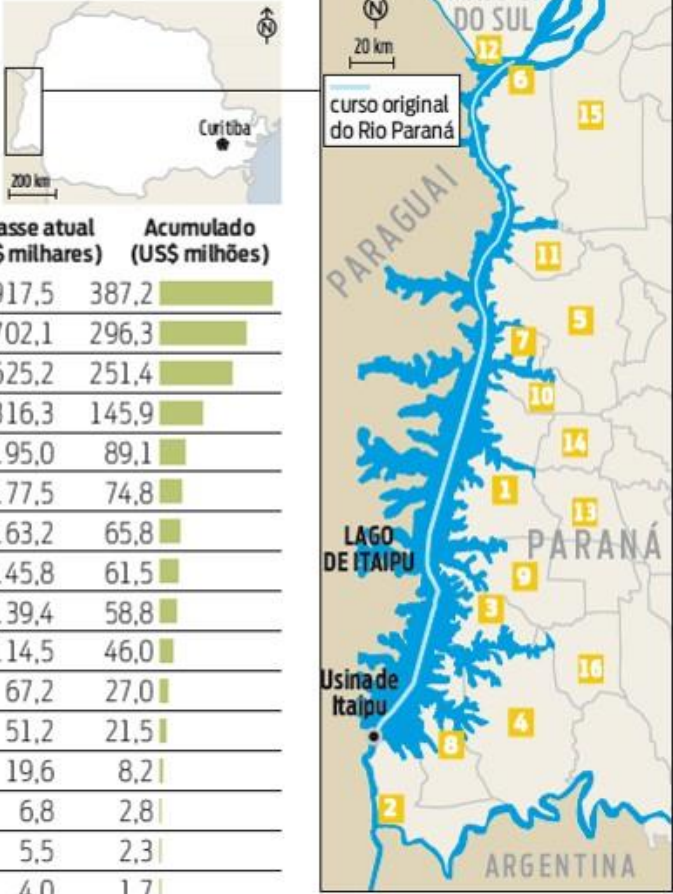
---

<sup>16</sup> Dos dezesseis municípios que são banhados pelo lago de Itaipu, quinze pertencem ao estado do Paraná, sendo Medianeira, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, e um pertencente ao estado do Mato Grosso do Sul, sendo Mundo Novo.

Figura 11 - Municípios banhados pelo Lago de Itaipu e beneficiados pelos royalties da Itaipu Binacional

## DISTRIBUIÇÃO

Além dos governos brasileiro e paraguaio, 16 municípios são beneficiados com o pagamento de royalties por Itaipu.



Município	Área alagada (km <sup>2</sup> )	Repasso atual (US\$ milhares)	Acumulado (US\$ milhões)
1 Santa Helena	263,8	917,5	387,2
2 Foz do Iguaçu	201,8	702,1	296,3
3 Itaipulândia	179,7	625,2	251,4
4 São Miguel do Iguaçu	90,9	316,3	145,9
5 Mal. Cândido Rondon	56,0	195,0	89,1
6 Guaíra	51,0	177,5	74,8
7 Pato Bragado	47,1	163,2	65,8
8 Santa Terez. de Itaipu	41,9	145,8	61,5
9 Missal	40,1	139,4	58,8
10 Entre Rios do Oeste	32,9	114,5	46,0
11 Mercedes	19,3	67,2	27,0
12 Mundo Novo (MS)	14,7	51,2	21,5
13 Diamante do Oeste	5,6	19,6	8,2
14 São J. das Palmeiras	1,9	6,8	2,8
15 Terra Roxa	1,6	5,5	2,3
16 Medianeira	1,2	4,0	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.350 km<sup>2</sup></b>	<b>3,7 milhões</b>	<b>1,54 bilhão</b>

Fonte: Itaipu Binacional.  
Infografia: Gazeta do Povo.

Fonte: Itaipu Binacional, 2019.

Os municípios lindeiros recebem um repasse mensal da Usina Hidrelétrica de Itaipu de acordo com a área alagada. Os municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu e Itaipulândia são os que recebem os maiores valores. O montante recebido deve ser aplicado em áreas estratégicas para a melhoria das condições de vida das populações desses municípios, tais como infraestrutura, educação, saúde, turismo e lazer.

A Itaipu apoia as forças de segurança do Brasil e do Paraguai no combate ao crime organizado. Entre os dias 27 de setembro e 03 de outubro de 2019 realizou-se a Operação Paraná, com a participação de 300 militares do Brasil e do Paraguai. A Operação ocorreu nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, com diversas manobras militares, inclusive na Usina (ITAIPU, 2019).

Conforme Francisco Ronald Fernandes, chefe da Assessoria de Informações da Hidrelétrica, as ações na Usina são relevantes para o Brasil e o Paraguai, pois, se trata de um espaço binacional. Tendo a soberania das duas nações, não se pode pensar em uma atuação unilateral. Entretanto, aproveitar todas as oportunidades para fortalecer as ações militares entre esses dois países.

De acordo com o diretor-geral brasileiro da Usina, general Joaquim Silva e Luna, ex-ministro da Defesa, cada vez mais os governantes do Brasil e do Paraguai devem unir forças no combate ao crime organizado. Para o ex-ministro,

As organizações criminosas movimentam um volume de dinheiro tão elevado que, para combatê-las, é preciso um amplo esforço de inteligência e de ações vigorosas, envolvendo as forças de segurança não apenas na fronteira, mas no destino final do tráfico (ITAIPU, 2019).

O aumento da criminalidade nos municípios da fronteira paranaense deve-se ao avanço da atividade do tráfico de drogas, tanto nos municípios com contexto histórico de circulação de drogas – como Foz do Iguaçu – quanto nos municípios considerados pacíficos e que, nos últimos anos, tiveram aumentadas as taxas de homicídios como Terra Roxa, Santa Helena, Matelândia e Marechal Cândido Rondon.

Em todos os municípios com assassinatos, a taxa passa de dez para cada grupo de cem mil habitantes, taxa considerada epidêmica pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Em Foz do Iguaçu os assassinatos cresceram 12% nos últimos anos, em Guaíra cresceram três vezes e, em Marechal Cândido Rondon, cerca de oito vezes, ambos comparados com Foz do Iguaçu (GAZETA DO POVO, 2012).

Os municípios limieiros recebem royalties da união de acordo com a área alagada. Os municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu e Itaipulândia são os que receberam<sup>17</sup>, em abril de 2020, os maiores valores, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O montante recebido deve ser aplicado em áreas estratégicas para a melhoria das condições de vida das populações desses

---

<sup>17</sup> Santa Helena=US\$1.264.408,42; Foz do Iguaçu=US\$967.577,32; Itaipulândia=US\$861.586,76, sendo que o câmbio do dia 08/04/2020 foi de R\$5,2217 (Disponível em: <[http://www2.aneel.gov.br/aplicaçõescmpf/gerencial/CMPF\\_Royalties/ROY\\_Municipios.cfm](http://www2.aneel.gov.br/aplicaçõescmpf/gerencial/CMPF_Royalties/ROY_Municipios.cfm)>. Acesso em 17 abr de 2020).

municípios, tais como infraestrutura, segurança, educação, saúde, turismo e lazer, de acordo com o Tratado de Itaipu<sup>18</sup>.

Os municípios de Matelândia, São Pedro do Iguaçu, Santa Helena, Terra Roxa, Vera Cruz do Oeste e Cidade Gaúcha apresentaram significativo aumento em suas taxas de homicídio do ano de 2015 para o ano de 2016. Em Vera Cruz do Oeste e Cidade Gaúcha as taxas dobraram.

Se comparadas as taxas de homicídios dos municípios da faixa de fronteira com a Síria, no mesmo período, que enfrentou taxas de 43 em 2015 e 41 em 2016, percebe-se que muitos municípios apresentam taxas mais altas que o país que enfrenta uma guerra civil desde 2011. Resguardadas as devidas proporções nos números absolutos de cada população entre o país sírio e os municípios paranaenses.

A violência se espalha pelos municípios da faixa de fronteira, mas, ainda, de maneira gradativa e heterogênea. Existem municípios mais afetados, como Guaíra e Foz do Iguaçu, que além de seu caráter histórico e geográfico, por se situarem na linha de fronteira com o Paraguai, possuem diversas rotas a serviço do narcotráfico.

A Tabela 1 mostra os municípios, com destaque para as Companhias, com as maiores taxas de homicídios na área de domínio do BPFron. Os municípios fronteiriços apresentam taxas semelhantes ou superiores à média nacional e estadual.

---

<sup>18</sup> O Tratado de Itaipu é o instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelo Brasil e pelo Paraguai, assinado em Brasília em 26 de abril de 1973, no qual o Paraguai se obrigou a vender o excedente energético ali produzido ao Brasil até 2023. Dentre outros aspectos, o Anexo C estabelece a divisão dos royalties proporcional às terras alagadas. O cálculo do valor considera a quantidade de energia gerada mensalmente e índices de atualização do dólar. A distribuição é feita de acordo com a legislação de cada país.

Tabela 1 - Mortalidade por homicídios (por 100 mil habitantes) em alguns municípios situados na Faixa de Fronteira paranaense – 2015-2016

Municípios	2015	2016
<b>BRASIL</b>	<b>28,90</b>	<b>30,30</b>
<b>PARANÁ</b>	<b>25,30</b>	<b>25,96</b>
Cascavel	24,94	26,25
Foz do Iguaçu	41,32	37,51
<b>Guaira* (2ª Cia)</b>	<b>79,78</b>	<b>64,06</b>
<b>Marechal Cândido Rondon* (1ª Cia)</b>	<b>9,84</b>	<b>23,39</b>
Matelândia	40,37	51,46
São Pedro do Iguaçu	15,65	47,35
Santa Helena	15,74	27,27
Boa Vista do Aparecida	25,10	37,79
Terra Roxa	22,83	28,45
Vera Cruz do Oeste	33,34	66,98
São Miguel do Iguaçu	33,09	21,95
Moreira Sales	47,21	47,38
Cidade Gaúcha	16,57	81,97
<b>Santo Antônio do Sudoeste* (3 Cia)</b>	<b>-</b>	<b>14,96</b>
Rio Bonito do Iguaçu	36,93	29,53
Espigão Alto do Iguaçu	88,07	89,01

\*

Fonte: IPARDES, 2018.

\* Municípios que sediam as Companhias do BPFron.

Já Espigão Alto do Iguaçu enfrentou índices alarmantes de homicídios no período analisado, 2015-2016. Conforme o “Atlas da Violência de 2019” esse município não se configura entre aqueles que representam a realidade dos crimes no Paraná. O município apresentou taxas divergentes entre os municípios considerados muito pequenos, com população abaixo de dez mil habitantes.

A realidade da criminalidade em Espigão Alto do Iguaçu ainda é recente para que se possam fazer considerações mais precisas. O município se configurou como o mais violento do sudoeste do estado, no período analisado, e está sob o domínio da 3ª Cia do BPFron. Os municípios do sudoeste, em geral, apresentaram baixas taxas de homicídios. Não se encontra em uma rota com maior vigilância das forças de segurança, em especial da PRF, diferente da BR 277.

O Quadro 3 mostra diversas notícias coletadas na mídia eletrônica da região fronteiriça. Cotidianamente são divulgadas notícias sobre a criminalidade nos municípios da faixa de fronteira paranaense ilustrando os altos índices de violência.

Quadro 2 - Notícias sobre a criminalidade na fronteira

(continua)

<b>FONTE/JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TÍTULO</b>
O Presente	15/02/2018	Boa Vista da Aparecida	ROTAM apreende caminhão com 200 caixas de cigarros na PR-484.
O Presente	15/02/2018	Guáira	BPFron apreende diversas caixas de contrabando.
O Presente	15/02/2018	Santa Terezinha de Itaipu	Rapaz é preso com sete revólveres pela PRF.
O Presente	17/02/2018	Mariópolis	PRE apreende 10 kg de maconha com passageiro de ônibus.
O Presente	18/02/2018	Guáira	Confronto armado entre BPFron e criminosos termina com um morto e outro ferido em Guáira.
Fronteira Online	17/02/2018	Quedas do Iguaçu	Jovem morre e três ficam feridos após serem baleados no Paraná.
Portal Agora Notícias	11/02/2018	Francisco Beltrão	Mulher é presa transportando 13 kg de maconha em Francisco Beltrão.
Portal Guáira	16/02/2018	Foz do Iguaçu	DENARC desarticula quadrilha especializada em tráfico de drogas.
Fronteira Online	10/02/2018	Santo Antônio do Sudoeste	Três são presos por tráfico de drogas, em Santo Antônio do Sudoeste.
Portal Guáira	18/02/2018	Matelândia	BPFron e Receita Federal apreendem ônibus contrabandeando produtos do Paraguai.
O Paraná	16/02/2018	Cascavel	Quase 300 kg de maconha apreendidos pela polícia.
Portal Guáira	17/02/2018	Porto Camargo	PRF intercepta comboio, recupera quatro carros e detém sete envolvidos.
Portal Guáira	17/02/2018	Santa Terezinha de Itaipu	Homem é acusado de mandar matar cunhado por desavença com tráfico de drogas.
Portal Guáira	18/02/2018	Santa Terezinha de Itaipu (BR 277)	Contrabandista de cigarros atropela e mata pedestre.



Quadro 2 - Notícias sobre a criminalidade na fronteira

(conclusão)

<b>FONTE/JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TÍTULO</b>
Fronteira Online	12/09/2019	Realeza	Mulher é presa transportando 15 quilos de maconha em ônibus.
Fronteira Online	12/09/2019	Nova Prata do Iguaçu	Ladrões tentam furtar barco e fogem a nado no lago do Iguaçu.
O Presente	17/10/2019	Ouro Verde do Oeste	BPFron intercepta caminhão com R\$ 650 mil em cigarros contrabandeados em Ouro Verde do Oeste.
O Presente	15/10/2019	Alto Paraíso	PRF apreende carro com 335 quilos de maconha.
O Presente	14/10/2019	Santa Terezinha de Itaipu	Polícia apreende 2,8 toneladas de maconha em caminhão-tanque; motorista vai preso.
O Presente	22/10/2019	Toledo	Acusado de homicídio e outro indivíduo são presos com dez quilos de maconha em Toledo.
Portal Guaira	22/10/2019	Guaira	PRF apreende 165 kg de maconha em três ocorrências.
Portal Guaira	17/10/2019	Terra Roxa	Policiais apreendem carros, cigarros contrabandeados e prendem uma pessoa.
O Presente	23/10/2019	Entre Rios do Oeste	Maconha que saiu de Entre Rios do Oeste é apreendida e dois suspeitos são presos.
Jornal do Oeste	22/10/2019	Marechal Cândido Rondon	PRF apreende 285 mil carteiras de cigarro em Marechal Cândido Rondon.
O Presente	24/10/2019	Guaira	Acusado de roubo, tráfico e homicídio é preso na região com carro furtado.
O Presente	23/10/2019	Guaira	PRF prende mulher com maconha e skunk em Guaira.
Portal Guaira	25/10/2019	Iporã	Jovem de 18 anos é detida com 14 quilos de maconha.

Fonte: O Autor.

Os dados estatísticos e do noticiário demonstram a violência na fronteira e subsidiam as forças de segurança, inclusive o BPFron, para atuar com maior atenção nesses municípios.

## 2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS QUE APRESENTAM ALTAS TAXAS DE HOMICÍDIOS

A fronteira pode ser concebida como um espaço contraditório, ou seja, de um lado se torna um acesso fácil entre dois ou mais territórios, entre diversos povos e culturas, propiciando geração de empregos, turismo, lazer e outras diversas funcionalidades inerentes a região fronteira, de outro, a fronteira deixa os territórios suscetíveis ao surgimento das redes criminosas, como as do tráfico, contrabando e descaminho e, dada a sua dimensão espacial e política, existe a dificuldade da atuação das forças de segurança em conter os criminosos que atuam na região.

Um relatório elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), em 2015, informa que os municípios fronteiriços que mais sofrem com a violência são aqueles que apresentam a pior estrutura educacional e de saúde e menos oportunidades de emprego formais. Conforme Peralva (1997), o aumento nas taxas de crimes violentos nos grandes centros urbanos do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, ocorre a partir de 1983. A data coincide com relevantes cortes nos custos *per capita* com a segurança pública, assim como no montante total dos gastos do Estado nesse setor.

A falta de investimentos em segurança pública serve ainda como uma forma de exclusão. O insuficiente aparelhamento policial e judiciário, que não funciona de maneira eficaz, impacta diretamente sobre a população mais carente dos grandes centros urbanos do Brasil.

Como fato ilustrativo tem-se o município do Rio de Janeiro. Neste município, as pessoas jovens e pobres despontam no quadro geral da criminalidade. As classes sociais mais baixas sentem o impacto direto da onda de violência que teve relevante avanço após os anos 1980.

A criminalidade se beneficia da incapacidade do Estado em garantir a segurança dos seus cidadãos e atrai uma parte da juventude para atuar no tráfico internacional de drogas. Neste contexto, estão os “entrepostos” ilegais de drogas,

como a cocaína e a maconha, que aumentam sua importância e tem como integrantes intermediários os grupos de jovens das periferias.

Nas áreas metropolitanas, ocorre a solidificação do narcotráfico, assim como o acréscimo da população que trabalha e tem suas vivências nas ruas, constrangida pela crescente pobreza e a concretização dos grupos de extermínio. Por conseguinte, o aumento da violência e das mortes por homicídio reflete o aprofundamento da violência estrutural (MACEDO; *et al.*, 2001).

Em geral, as taxas de homicídios são apresentadas associadas às baixas remunerações das pessoas. A baixa renda serve como forte demonstração de que a violência urbana não se dissocia da grande desigualdade presente na sociedade, com uma forte tendência a se tornar mais desigual, mais injusta, menos confiável e mais hostil (Macedo, A. C.; *et al.*, 2001).

Se a pobreza e as desigualdades sociais não devem ser apontadas como os únicos fatores geradores da violência e criminalidade, ambas têm sua significativa contribuição. Os resultados de um estudo realizado em Recife (Lima & Ximenes, 1998), por exemplo, robustecem a ideia de que as desigualdades sociais se associam aos homicídios cometidos naquele espaço urbano.

Conforme o IDESF (2015), os indicadores sociais dos municípios fronteiriços estão abaixo da média nacional. As matrículas na pré-escola são mais baixas e os índices de reprovação, assim como a evasão escolar na fronteira são mais altos que no restante do país. Os baixos níveis educacionais impactam na criação de emprego e renda, a falta de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e falta de oportunidades. A relação da baixa escolaridade com poucas oportunidades de trabalho pode resultar em municípios mais violentos.

A educação é a base para o desenvolvimento de um país, e o investimento na área deve passar por todos os seus municípios. Os alunos do ensino fundamental dos municípios situados na faixa de fronteira apresentam índices de aprovação inferior à média dos demais municípios brasileiros, que em geral não é muito alto. No mesmo nível de ensino, a reprovação também é superior quando comparada com a dos demais municípios brasileiros (IDESF, 2019).

As taxas de reprovação e evasão escolar no ensino médio são mais altas que no ensino fundamental. A baixa escolaridade impacta diretamente na conquista de empregos, de renda e de conhecimentos sobre cuidados básicos com a saúde e

com as crianças. Sendo assim, as taxas de mortalidade infantil na faixa de fronteira e nas cidades-gêmeas são superiores à média dos demais municípios do país.

Os baixos níveis de escolaridade refletem na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) das cidades-gêmeas, por exemplo, é inferior à média do restante do país, consequência da falta de empregos formais. A arrecadação dos municípios fica muito abaixo dos demais municípios brasileiros, como Curitiba e São Paulo. Como seqüela, os municípios fronteiriços são mais dependentes dos recursos da União e dos Estados.

Como consequência direta de uma educação precária, estão os índices alarmantes da violência. Vários municípios da fronteira superam a média do país, que já é elevada conforme a Organização das Nações Unidas (ONU).

A educação contribui para um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM dos municípios fronteiriços, em geral, é inferior a média brasileira, que foi de 0,699 em 2010 (BRASIL, 2010<sup>19</sup>), e a educação têm peso negativo sobre os baixos valores. O IDHM nas cidades-gêmeas foi de 0,674 em 2010 e o que mais colaborou foi a educação com somente 0,561 (IDESF, 2019).

Conforme estudo realizado por profissionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os investimentos na Polícia Federal e Receita Federal são insuficientes para que essas instituições cumpram um papel eficaz no combate ao narcotráfico. Constatou-se ainda que não existem regras claras para as competências, atribuições, objetivos, responsabilidades, direitos e deveres dos órgãos responsáveis pela segurança pública, seja na esfera federal, estadual e/ou municipal.

Para os moradores da região transfronteiriça, a falta de integração entre as políticas federais e os problemas dos municípios são questões-chaves dos problemas da fronteira. Um dos principais relatos ouvidos pelos pesquisadores do IPEA pelos moradores é “Nós somos pessoas esquecidas aqui”. O relato demonstra certa frustração dos moradores com relação às políticas públicas realizadas para aquele território.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/11/brasil-fica-em-73o-em-ranking-de-idh-da-onu-e-se-mantem-acima-da-media-mundial>. Acesso em: 24 mai. 2019.

O IDESF alerta também para a questão da saúde pública, pois, os habitantes dos dois lados da fronteira utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). “Existe assim, a urgência de reforçar os investimentos no SUS dessas localidades” (POMPEO, 2018).

Conforme estudos do IDESF, o contrabando de cigarros e o tráfico de drogas e armas oriundas do Paraguai, aumentam entre sete e oito vezes os índices de violência nos municípios fronteiriços, quando comparados com os grandes centros urbanos do Brasil, como o Rio de Janeiro. Os dados do IDESF alertam ainda que as atividades informais, como o contrabando, atraem muitas pessoas para a zona de fronteira. Essas pessoas são atraídas para a região em busca de melhores oportunidades de vida, como trabalho fácil e grandes lucros (POMPEO, 2018).

Os traficantes de drogas e armas e os contrabandistas se beneficiam com a pouca oferta de empregos formais e da baixa escolaridade da população fronteiriça para recrutarem essas pessoas para trabalharem como “mulas”, passadores, olheiros e transportadores dos produtos ilícitos pela fronteira. Esta conjuntura faz com que se amplie ainda mais trabalho informal e criminoso e precarize ainda mais a situação da segurança pública nesta região, que já sofre com as políticas públicas ineficientes e que geram grande impacto socioeconômico sobre este território.

É a falta de perspectiva econômica que faz muitos jovens dos municípios fronteiriços a aderirem às práticas criminosas. Há certa relação entre o abandono da escola e o aumento da violência, inclusive no trânsito. Em determinados municípios, existem muitos acidentes de trânsito ligados à situações de fuga de contrabandistas (IDESF, 2019).

No ano de 2016 o relatório do Ministério da Justiça afirmou que houve aumento nos investimentos em segurança pública nas cidades-gêmeas. Mas, que os recursos enviados para essas regiões ainda estão longe do ideal. O Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que a ausência de uma política nacional específica para a zona de fronteira deixa essa região mais frágil no que se refere a educação, saúde e trabalho e, conseqüentemente, à violência.

Um estudo do IDESF mostrou que as situações de educação, trabalho, saúde e segurança pública de mais de um milhão de brasileiros que vivem em trinta cidades-gêmeas estão abaixo da média nacional. Conforme o IDESF, a média de emprego formal entre a População Economicamente Ativa (PEA) foi de 33,5% em 2015, sendo 26% em Foz do Iguaçu e Barracão e 22% em Guaíra.

Ainda que o governo federal disponibilize recursos para a geração de políticas públicas para as cidades-gêmeas, os dados do IDESF mostram que as condições de vida nessas cidades estão abaixo do restante do país (POMPEO, 2018).

Historicamente, a logística do tráfico e contrabando operou na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A partir de 2006 a fiscalização em pontos cruciais de Foz do Iguaçu e da BR-277 foi reforçada, antes mesmo da inauguração de uma nova aduana da Receita Federal na Ponte da Amizade. Essa ação das forças de segurança forçou os contrabandistas e narcotraficantes a procurarem novas rotas em outros municípios, onde as forças policiais ainda não haviam sido reforçadas (GAZETA DO POVO, 2012). Essa condição explica, de maneira parcial, a criação do BPFron em municípios como Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Santo Antônio do Sudoeste.

A partir da próxima seção, serão abordados os municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Moreira Sales, Cidade Gaúcha, Rio Bonito do Iguaçu e Espigão Alto do Iguaçu. Todos pertencentes à faixa de fronteira paranaense e escolhido por seus altos índices de violência nos anos de 2015 e 2016, segundo levantamento do IPARDES. Os dados da violência nesses municípios são apresentados na Tabela 1 (seção 2.1.2).

Na seção, ainda serão apresentados os aspectos socioeconômicos dos municípios. Foram consultados os indicadores socioeconômicos desses municípios nos sites do IBGE, IPARDES e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), que é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de todos os municípios brasileiros.

### 2.2.1 Foz do Iguaçu

O município de Foz do Iguaçu se localiza na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e possui sua própria Região Imediata, com seis municípios em seu entorno<sup>20</sup>. Foz do Iguaçu está distante a 630 km da capital do estado (IBGE, 2018). Faz divisa com os seguintes municípios: Ao norte com Itaipulândia e São Miguel do

---

<sup>20</sup> Pertence a Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu: além do próprio município, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu (IBGE, 2017).

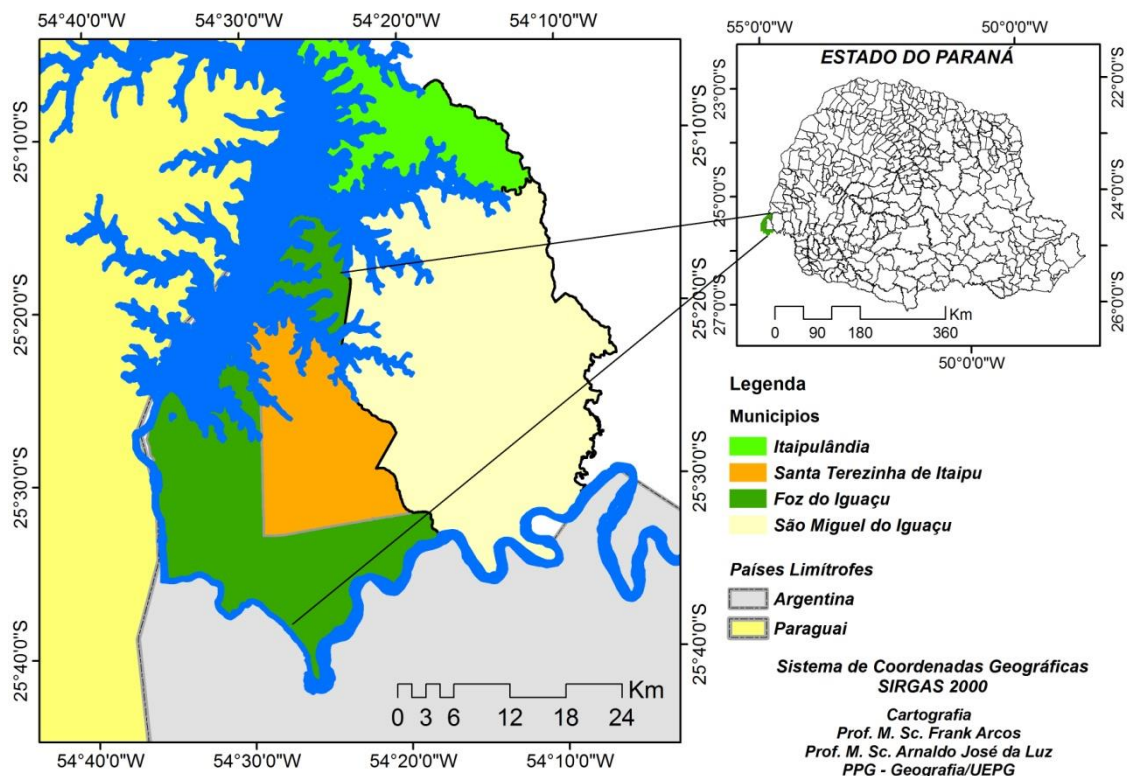
Iguaçu e, a leste com Santa Terezinha de Itaipu em território brasileiro, sendo limítrofe ao sul do país com a cidade argentina de Puerto Iguazú e, a oeste com a cidade paraguaia de Ciudad del Este (IBGE, 2018).

O município encontra-se em uma região caracterizada pela diversidade cultural. São oitenta nacionalidades diferentes residindo no município. A base da economia está no turismo, com destaque para o comércio e serviços. Está situado na fronteira com o Paraguai e a Argentina, sendo uma das primeiras rotas dos contrabandistas e narcotraficantes que transitam por esse município com os produtos ilegais e ilícitos que tem sua origem no Paraguai (IBGE, 2018).

A população cresceu rapidamente a partir dos anos 1970, quando se iniciou a construção da hidrelétrica de Itaipu (Brasil-Paraguai), fator que causou relevantes impactos demográficos e econômicos, sobretudo em Foz do Iguaçu. Em 1960 Foz do Iguaçu computava 28.080 habitantes passando para 33.970 na década seguinte. Em 1970 ocorreu uma explosão demográfica com um acréscimo populacional de 401,3% com relação aos habitantes já residentes. Em 1980 foram contabilizadas 136.320 pessoas no município, conforme censo do IBGE (2018).

A Figura 12 localiza espacialmente o município de Foz do Iguaçu.

Figura 12 - Localização do município de Foz do Iguaçu (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Ao analisar os problemas socioeconômicos de Foz do Iguaçu atualmente aponta-se como principal hipótese que suas raízes estão no rápido crescimento populacional do município. As pessoas chegaram atraídas pelo trabalho na construção de Itaipu e o turismo de compras, e compõem hoje a maioria dos novos habitantes do município, com baixos salários e pouca qualificação profissional. A minoria está empregada nos setores de produção de energia elétrica e no turismo (IBGE, 2018).

Em 2016, o salário médio/mês era de 2,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27.0%. Quando considerados os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, existia um terço dos habitantes nesta faixa de rendimento.

No ano de 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) classificou com nota média de 7,1 os alunos que iniciavam na rede pública. Para os alunos dos anos finais a nota caiu para 4,2. Em 2010, a taxa de escolarização, para pessoas de 6 a 14 anos, foi de 96,4% (IBGE, 2018).

Foz do Iguaçu apresenta uma taxa de mortalidade infantil de 13,5 para cada grupo de 1000 crianças nascidas vivas. Essa taxa comparada com os demais municípios do estado do Paraná se apresenta em 140ª entre os 399 municípios. Em nível de Brasil fica em 2371 entre os 5570 municípios brasileiros, segundo dados do IBGE (2018).

Quando comparada com as médias estadual e regional, Foz do Iguaçu apresentou em todos os anos estudados taxas de homicídios superiores. Entretanto, é importante ressaltar que ao longo dos anos conseguiu reduzir consideravelmente esses índices. Somente nos últimos seis anos, o município reduziu em 56% suas taxas de homicídios. De maneira parcial, esses bons resultados podem ser atribuídos aos investimentos na área da segurança pública e ao trabalho das forças de segurança no combate à criminalidade.

O município de Foz do Iguaçu iniciou os anos 2000 com elevadas taxas de homicídios, 64,59 em 2000 e 89,58 em 2005. No ano de 2010 apresentou taxa de 66,38 reduzindo para 37,51 em 2016 (IBGE, 2018). O Quadro 3 faz uma comparação entre as taxas de mortalidade no Paraná, no Oeste e em Foz do Iguaçu.



Quadro 3 - Taxa de mortalidade – homicídios (a cada 100 mil habitantes)

<b>Taxa de Mortalidade – Homicídios ( a cada 100 mil habitantes)</b>				
	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>
<b>Foz do Iguaçu</b>	<b>64,59</b>	<b>89,58</b>	<b>66,38</b>	<b>37,51</b>
Oeste	29,51	42,96	41,57	25,81
Paraná	18,29	28,74	33,41	25,96

Fonte: Observatório Territorial, 2017.

Apesar da redução na criminalidade, a taxa de homicídios em Foz do Iguaçu continua alta. As soluções para se reduzir de maneira tolerável estariam em um conjunto de fatores, que vão desde a repressão policial até a aplicação de políticas socioeconômicas integradas entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. Os governantes devem perceber que os reflexos da criminalidade não são somente sobre os municípios fronteiriços, mas em todo o país.

Para Luciano Barros, presidente do IDESF, uma saída para amenizar significativamente a violência na fronteira seria estimular o desenvolvimento próprio desses municípios, pois, as atividades econômicas realizadas (com destaque para o turismo) ainda são muito dependentes dos recursos da União e dos Estados. Os municípios da fronteira criam somente 27,6% de suas receitas. Muito inferior a receita das grandes cidades, como Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, que geram 65% (G1, 2019).

### 2.2.2 Guaíra

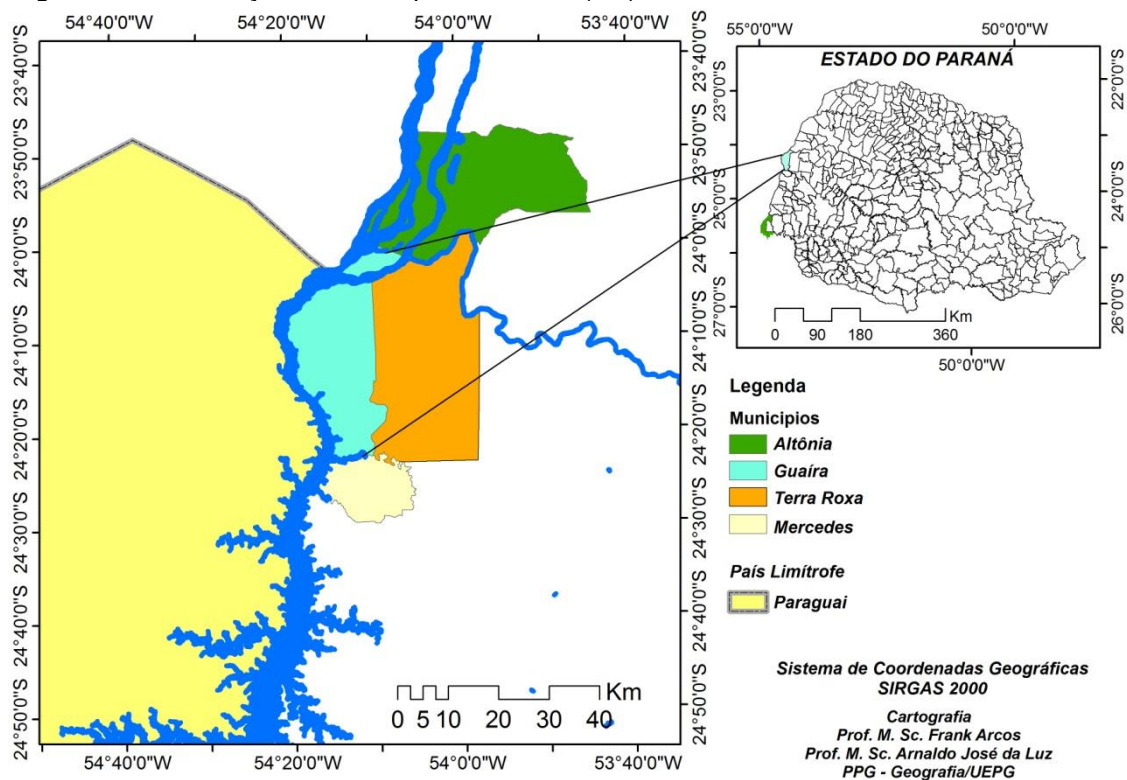
O município de Guaíra localiza-se na região oeste do Paraná. É um município de fronteira, fazendo divisa fluvial a oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul e com o Paraguai, tendo como marco divisor o Rio Paraná. Ao norte, limita-se com Terra Roxa, e ao sul Mercedes (ambos, municípios paranaense).

Em 2017, Guaíra contava com 32.974 habitantes, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Localiza-se à margem esquerda do Rio Paraná no

extremo oeste do Estado. Foi declarada como município em 1952, em alguma medida, resultando dos interesses do governo federal em aumentar o controle da divisa com Salto Del Guairá - Paraguai e com Mundo Novo, estado do Mato Grosso do Sul.

Os municípios de Guaíra (BR) e Salto Del Guairá (PY)<sup>21</sup> se destacam por serem áreas de economias informais, até mesmo ilegais. Esta situação é reflexo do baixo grau de industrialização na região. As atividades agropecuárias empregam trabalhadores em períodos temporários, as empreitadas, como em épocas de colheitas, por exemplo. A Figura 13 apresenta o município de Guaíra.

Figura 13 - Localização do município de Guaíra (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

<sup>21</sup> Salto Del Guairá possui uma população de cerca de 12.000 habitantes. Pertence ao departamento de Canindeyu e conta com aproximadamente 145.841 habitantes, estando 83% destes, também localizados nas áreas rurais. DGEE/STP, dados referentes ao ano de 2007. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>> . Acesso em 04 de outubro de 2010.

O município de Guaíra (BR) é considerado também uma cidade-gêmea<sup>22</sup> juntamente com Mundo Novo (MS) e com Salto Del Guairá, no Paraguai (PY). Além de fortalecer o comércio entre esses dois municípios, com a criação das cidades-gêmeas se fortalece políticas públicas conjuntas, que tratam de dificuldades e perspectivas comuns aos dois lados da fronteira.

A figura 14 mostra o posicionamento do município de Guaíra e de Salto Del Guairá, separados pelo rio Paraná.

Figura 14 - As Cidades-Gêmeas de Guaíra (BR) e Salto Del Guairá (PY)



Fonte: Gazeta do Povo, 2016.

Em trabalho de campo constatou-se que existem duas opções principais de acesso entre esses municípios: i) a travessia pela Ponte Ayrton Senna, que com veículo demora cerca de uma hora para percorrer os vinte quilômetros de Guaíra, percorrendo oito quilômetros pelo município de Novo Mundo (MS), até o Paraguai, sendo que esse tempo pode aumentar ou diminuir dependendo do

<sup>22</sup> O conceito de cidades-gêmeas, definido pelo Ministério da Integração (MI) do Brasil em 2014, reconhece municípios situados na linha de fronteira, seja seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural. A definição só é válida para as cidades que tenham, individualmente, uma população superior a dois mil habitantes.

congestionamento de veículos. A empresa Translago S.R.L. faz o transporte de ônibus saindo da rodoviária de Guaíra até o Centro de Lojas do Paraguai, com cinco rotas realizadas diariamente; e ii) a travessia de balsa leva cerca de vinte minutos, desde a margem esquerda do rio Paraná até atracar na margem direita em Salto Del Guairá. São seis travessias por dia.

Constatou-se que a fiscalização na travessia com a balsa é menos rígida do que pela Ponte Ayrton Senna, desde que não se esteja portando grandes volumes de mercadorias. Uma das fragilidades na segurança pública dessa localidade se revela justamente na travessia da balsa. Pois, uma vez estando cientes da menor rigidez da fiscalização policial, os contrabandistas e traficantes podem se arriscar mais para atravessar com drogas<sup>23</sup> e armas por esse meio de transporte fluvial.

A dimensão do rio Paraná, ao longo do município de Guaíra, é um facilitador para as atividades criminosas, pois o efetivo do policiamento não é suficiente para atender de toda demanda necessária para conter os crimes praticados ao longo do rio, com mercadorias ilícitas, como as drogas e armas, que entram no município de Guaíra. Uma parcela oriunda do tráfico e contrabando fica no próprio município e uma quantidade segue rumo para os demais municípios paranaenses. Toda essa dinâmica confere a Guaíra taxas de homicídios elevadas. O município apresentou taxas de 79,78 em 2015 e 64,06 em 2016 (IBGE, 2018).

### 2.2.3 Matelândia

O município de Matelândia fica situado na Região Geográfica Imediata de Cascavel. Entre 2000 e 2010, a população de Matelândia cresceu a uma taxa média anual de 1,15%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 70,77% para 72,23%. Em 2010 viviam, no município, 16.078 pessoas. Em 2017 viviam 17.640 pessoas no município (IBGE, 2018).

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) foi de 0,725, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,831,

---

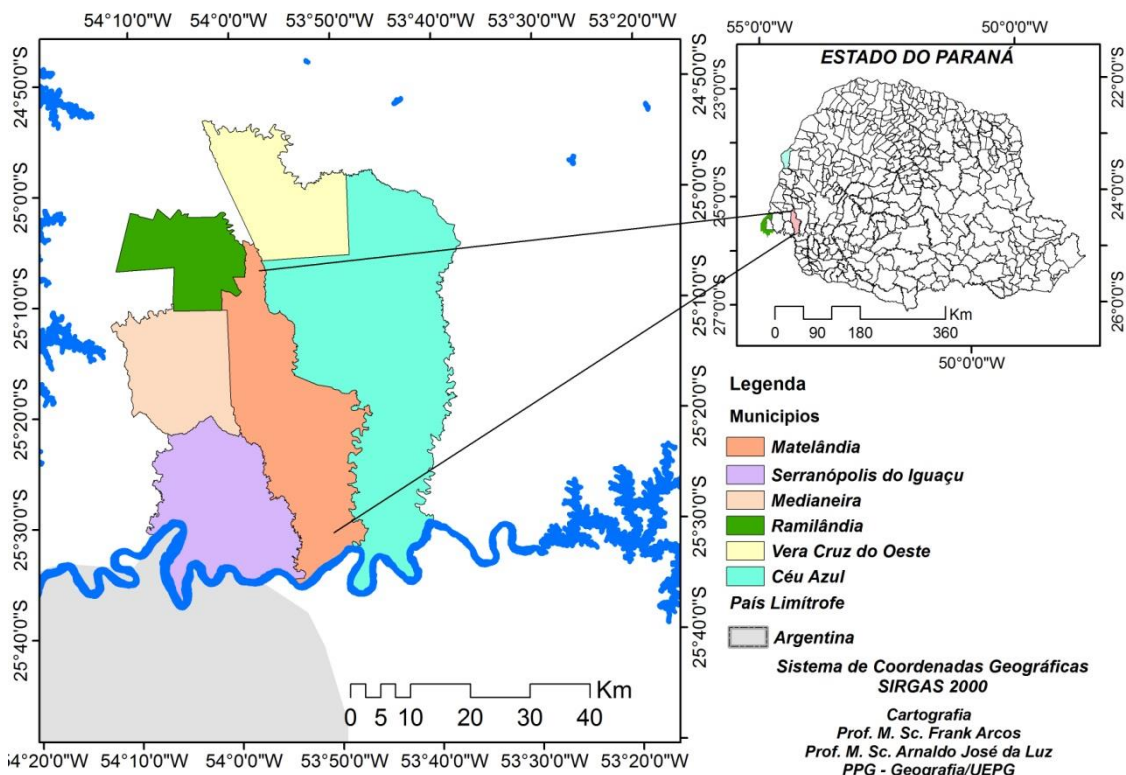
<sup>23</sup> Conforme a Polícia Federal (PF) 80% da maconha produzida no Paraguai é destinada ao Brasil.

seguida de Renda, com índice de 0,715, e de Educação, com índice de 0,642, conforme o PNUD e o IPEA.

O IDHM passou de 0,646 em 2000 para 0,725 em 2010 - uma taxa de crescimento de 12,23%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 77,68% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,091), seguida por Longevidade e por Renda (IBGE, 2018).

Em 2016, a renda média mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 49.1%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 263 de 399 dentre as cidades do estado (IBGE, 2018). A Figura 15 apresenta a localização do município de Matelândia.

Figura 15 - Localização do município de Matelândia (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na

comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 44 de 399. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 362 de 399. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98,8 em 2010. Isso posicionava o município na posição 83 de 399 dentre as cidades do estado (IBGE, 2018).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 27,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 12,9 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 43,1. Já na UF, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018).

A renda per capita média de Matelândia cresceu 121% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 308,21, em 1991, para R\$ 467,20, em 2000, e para R\$ 683,91, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,28%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,73%, entre 1991 e 2000, e 3,88%, entre 2000 e 2010 (IBGE, 2018).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (2010), passou de 37,74%, em 1991, para 21,45%, em 2000, e para 7,40%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,55, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,46, em 2010 (IBGE, 2018).

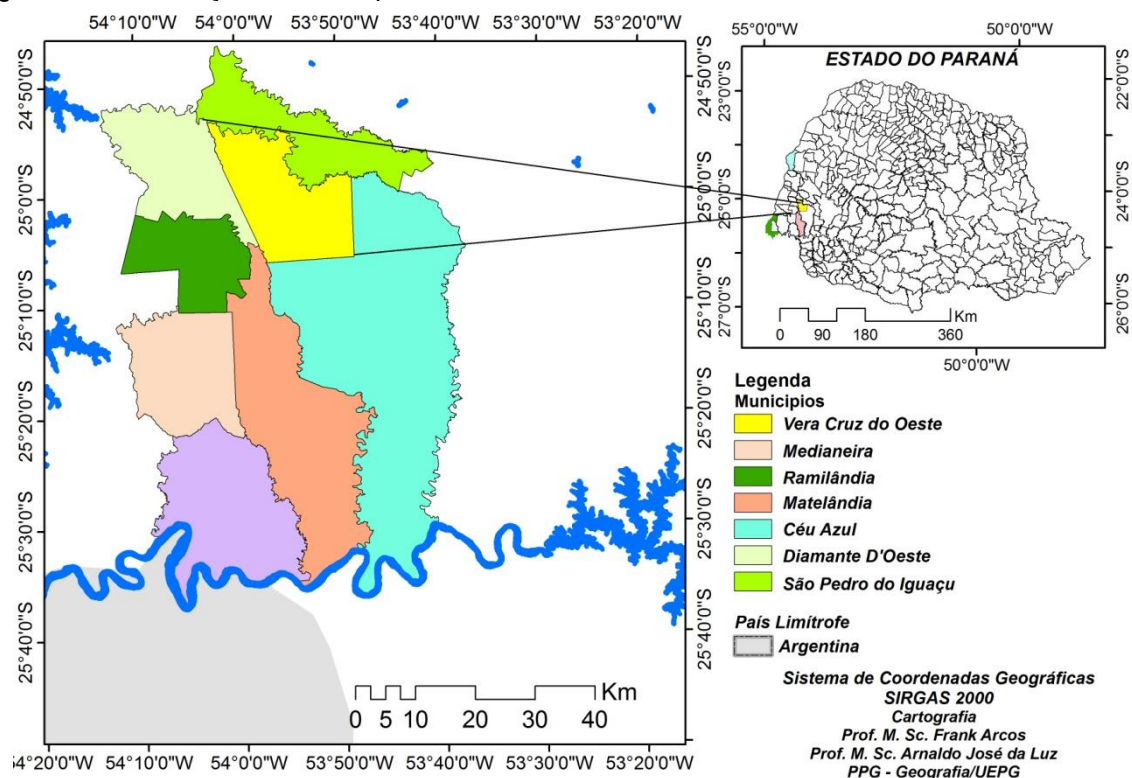
Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 23,75% trabalhavam no setor agropecuário, 0,14% na indústria extrativa, 15,51% na indústria de transformação, 5,50% no setor de construção, 0,47% nos setores de utilidade pública, 16,92% no comércio e 30,67% no setor de serviços (IBGE, 2018).

O município de Matelândia apresentou taxas de homicídios significativas nos últimos anos. No ano de 2015 apresentou taxa de 40,37 e com importante acréscimo para o ano seguinte de 51,46. Atribui-se ao aumento das taxas de homicídios a presença do narcotráfico no município (IBGE, 2018).

## 2.2.4 Vera Cruz do Oeste

O município de Vera Cruz do Oeste pertence à Região Geográfica Imediata de Cascavel. Possui 8.918 habitantes, conforme o censo de 2017 do IBGE. Em 2010 viviam, no município, 8.973 pessoas. Entre 2000 e 2010, a população de Vera Cruz do Oeste cresceu a uma taxa média anual de -0,73%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 72,18% para 76,49%. A Figura 16 mostra a localização do município de Vera Cruz do Oeste.

Figura 16 - Localização do município de Vera Cruz do Oeste - Paraná



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Em 2016, o salário médio mensal era de 1,9 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 93 de 399 dentre as cidades do estado (IBGE, 2018).

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 29,47% trabalhavam no setor agropecuário, 13,26% na indústria de



transformação, 7,90% no setor de construção, 0,69% nos setores de utilidade pública, 11,99% no comércio e 34,02% no setor de serviços (ATLAS BRASIL, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Vera Cruz do Oeste foi de 0,699, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,811, seguida de Renda, com índice de 0,702, e de Educação, com índice de 0,601 (ATLAS BRASIL, 2013).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 32,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 42,0. Já na UF, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos (ATLAS BRASIL, 2013).

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,99%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,72%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 71,91%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 37,12%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 70,29 pontos percentuais, 36,84 pontos percentuais, 40,84 pontos percentuais e 26,19 pontos percentuais, conforme o PNUD, IPEA e FJP.

Ao se analisar os dados estatísticos do município de Vera Cruz do Oeste percebem-se que houve uma melhoria no quadro socioeconômico do município. Entretanto, na contramão do desenvolvimento esteve o aumento das taxas de homicídios do município. Pois, Vera Cruz apresentou taxa de 33,34 em 2015 dobrando essa taxa no ano seguinte quando apresentou 66,98.

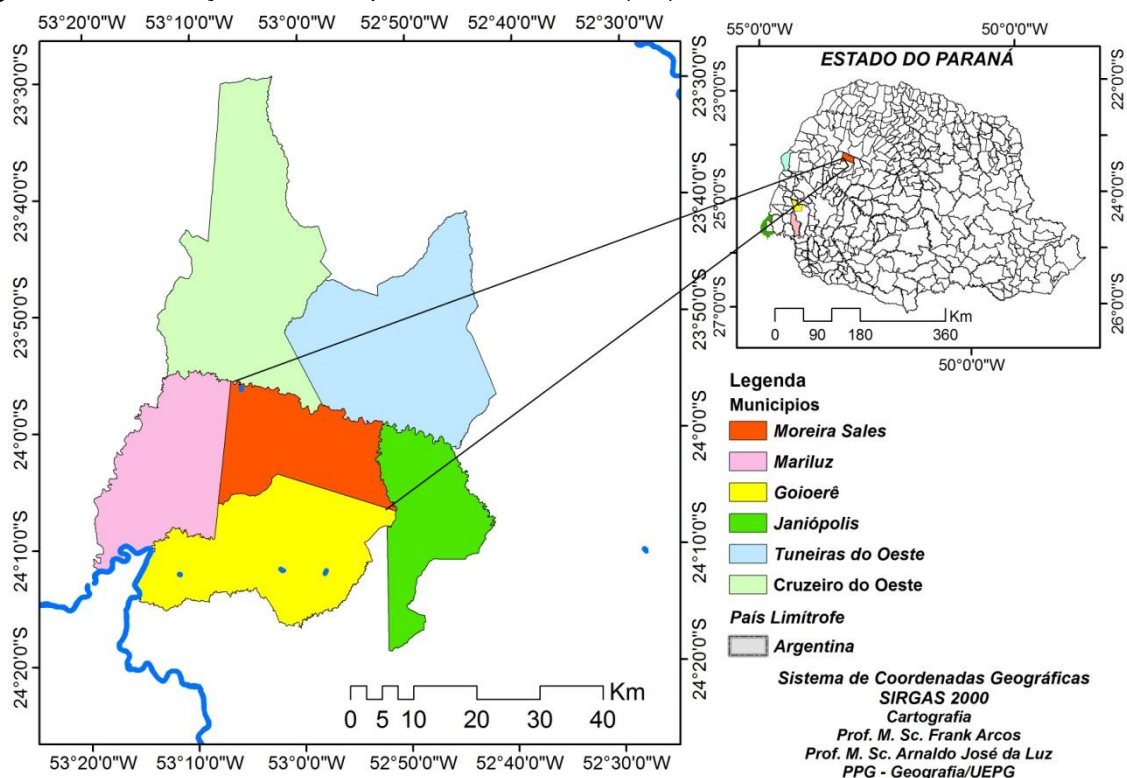
#### 2.2.5 Moreira Sales

O município de Moreira Sales está situado na Região Intermediária de Cascavel e na Região Geográfica Imediata de Campo Mourão. Possui uma população de 12.621 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2017.



Em 2016, o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 175 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3821 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A Figura 17 mostra a localização do município de Moreira Sales.

Figura 17 - Localização do município de Moreira Sales (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 35,66% trabalhavam no setor agropecuário, 26,95% no setor de serviços, 21,10% na indústria de transformação, 8,92% no comércio, 5,11% no setor de construção e 0,69% nos setores de utilidade pública.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Moreira Sales foi 0,675, em 2010. O que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,802, seguida de Renda, com índice de 0,673, e de Educação, com índice de 0,570.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 33,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 43,3. Já no Estado, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018).

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do Estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,59%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,80%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,97%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,76%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 67,42%, 41,26%, 48,07% e 33,86%.

As taxas de homicídios são consideradas altas no município, quando comparadas com as médias nacional e estadual, 30,30 e 25,96, em 2016. O município apresentou taxa de homicídios de 47,21 em 2015 e 47,38 no ano seguinte, conforme o IPARDES.

Houve um aumento importante no número de homicídios no município nos últimos anos. Em 2013, Moreira Sales havia apresentado uma taxa de 7,81, conforme levantamento elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

#### 2.2.6 Cidade Gaúcha

O município de Cidade Gaúcha fica localizado na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e na Região Geográfica Imediata de Umuarama. Possui uma população de 12.326 pessoas, conforme o censo de 2017 do IBGE.

Em 2016, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 76 de 399 e 51 de 399,

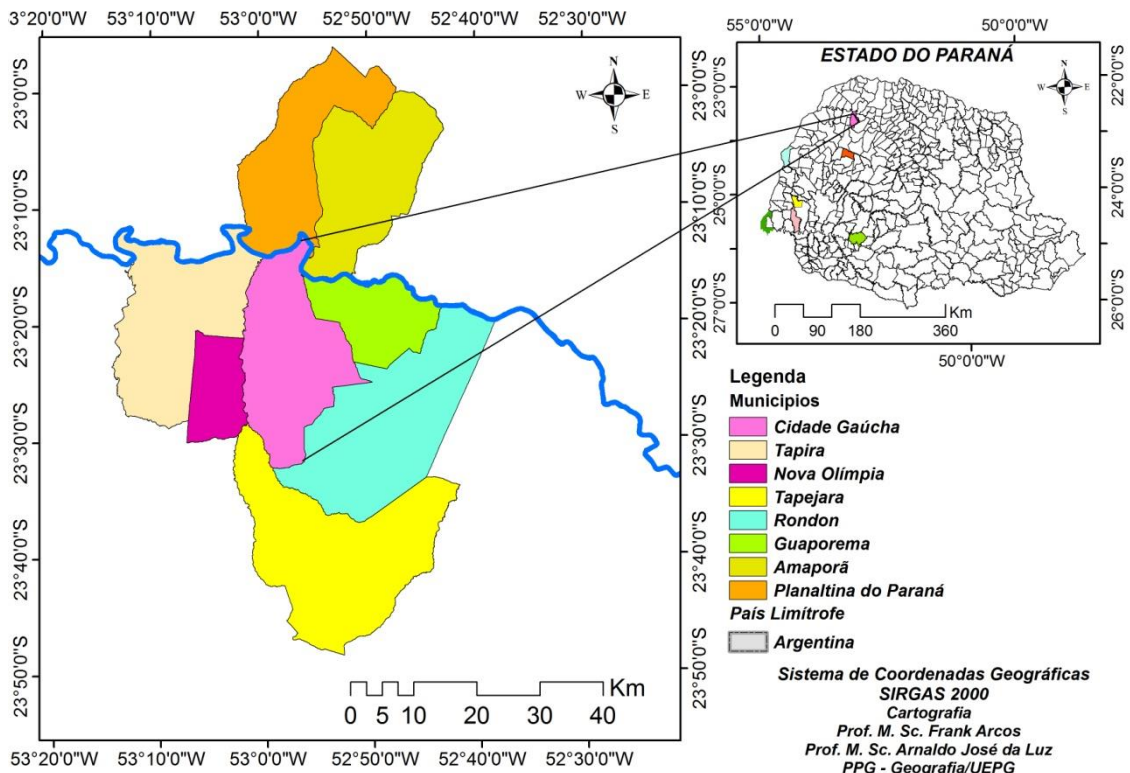
respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1080 de 5570 e 505 de 5570, respectivamente (IBGE, 2018).

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29% da população nessas condições, o que o colocava na posição 319ª de 399 dentre as cidades do estado e na posição 4878ª de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 203 de 399 (IBGE, 2018).

Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 309ª de 399. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 127ª de 399 dentre as cidades do estado e na posição 1288ª de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018). A Figura 18 mostra a localização do município de Cidade Gaúcha.

Figura 18 - Localização do município de Cidade Gaúcha (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11.56 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido às diarreias são de 6.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, Cidade Gaúcha fica nas posições 187ª de 399 e 35ª de 399, respectivamente (IBGE, 2018).

Apresenta 66,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 94,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 55º de 399, 151º de 399 e 232º de 399, respectivamente (IBGE, 2018).

A taxa de homicídios cresceu de maneira impactante no município nos últimos anos. Em 2015, Cidade Gaúcha apresentou uma taxa de homicídios de 16,57 para cada grupo de cem mil habitantes saltando para 81,97 no ano de 2016. O aumento da violência está relacionado à presença do tráfico de drogas no município, que gera disputas pela comercialização das drogas e acerto de contas, entre traficantes e usuários.

#### 2.2.7 Rio Bonito do Iguaçu

Rio Bonito do Iguaçu é um município que se localiza na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e na Região Geográfica Imediata de Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu. Entre 2000 e 2010, a população de Rio Bonito do Iguaçu cresceu a uma taxa média anual de -0,09%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 13,62% para 24,32%. Em 2010 viviam, no município, 13.661 pessoas, conforme o IBGE (2018).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 34,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 43,0. No estado, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018).

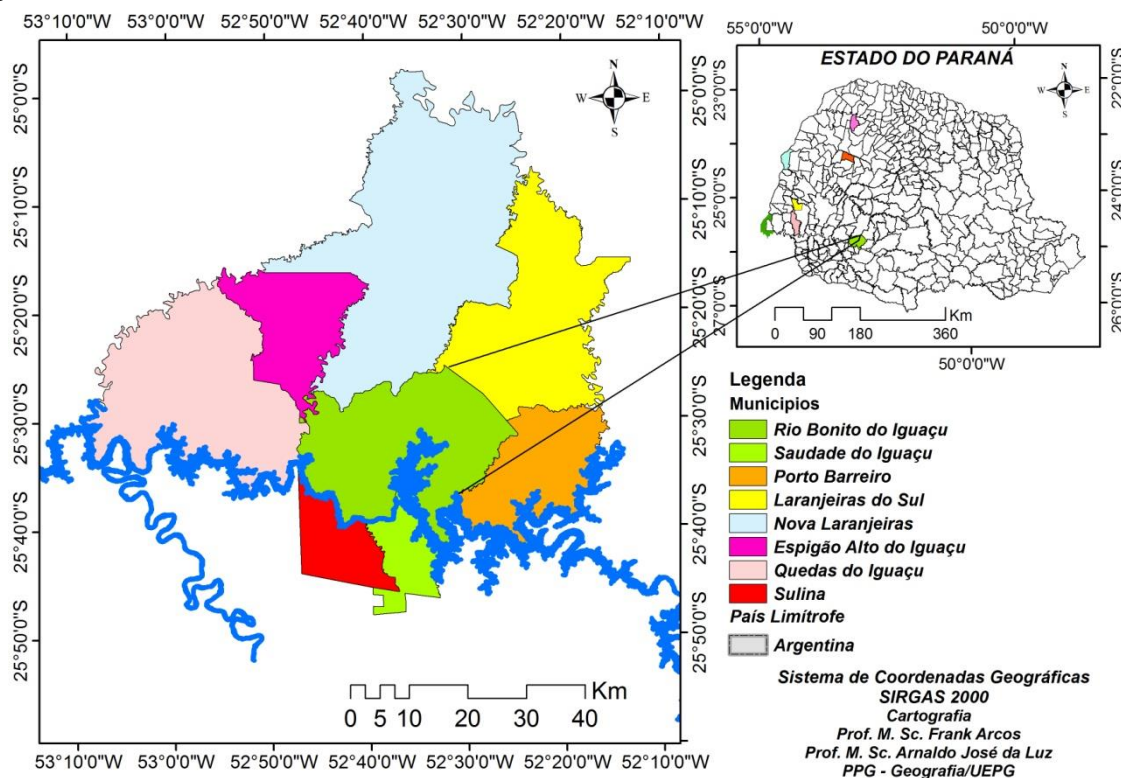
No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,6 anos na última década, passando de 66,9 anos, em 2000, para 72,5 anos, em 2010. Em 1991, era

de 64,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991 (IBGE, 2018).

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,19%, em 2010 (IBGE, 2018).

A Figura 19 apresenta a localização do município de Rio Bonito do Iguaçu.

Figura 19 - Localização do município de Rio Bonito do Iguaçu (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Ainda em 2010, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 93,00%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 56,55%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 27,85%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 66,27 pontos percentuais, 77,00 pontos percentuais, 52,68 pontos percentuais e 20,82 pontos percentuais (IBGE, 2018).

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 14,01% para 26,77%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF (IBGE, 2018).

A renda *per capita* média de Rio Bonito do Iguaçu cresceu 242,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 118,37, em 1991, para R\$ 246,86, em 2000, e para R\$ 405,76, em 2010. Isto equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 6,70%. A taxa média anual de crescimento foi de 8,51%, entre 1991 e 2000, e 5,09%, entre 2000 e 2010. Em 2016, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos (IBGE, 2018).

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 70,54% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 1,87% na indústria de transformação, 4,99% no setor de construção, 0,16% nos setores de utilidade pública, 5,48% no comércio e 14,76% no setor de serviços (IBGE, 2018).

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,58% em 2000 para 81,02% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 3,62% em 2000 para 2,68% em 2010 (IBGE, 2018).

Rio Bonito do Iguaçu, quando comparado com outros municípios da faixa de fronteira, não apresenta uma taxa de homicídios elevada. O município apresentou taxa de 36,93 no ano de 2015 com importante redução para 29,53 em 2016 (IBGE, 2018).

#### 2.2.8 Espigão Alto do Iguaçu

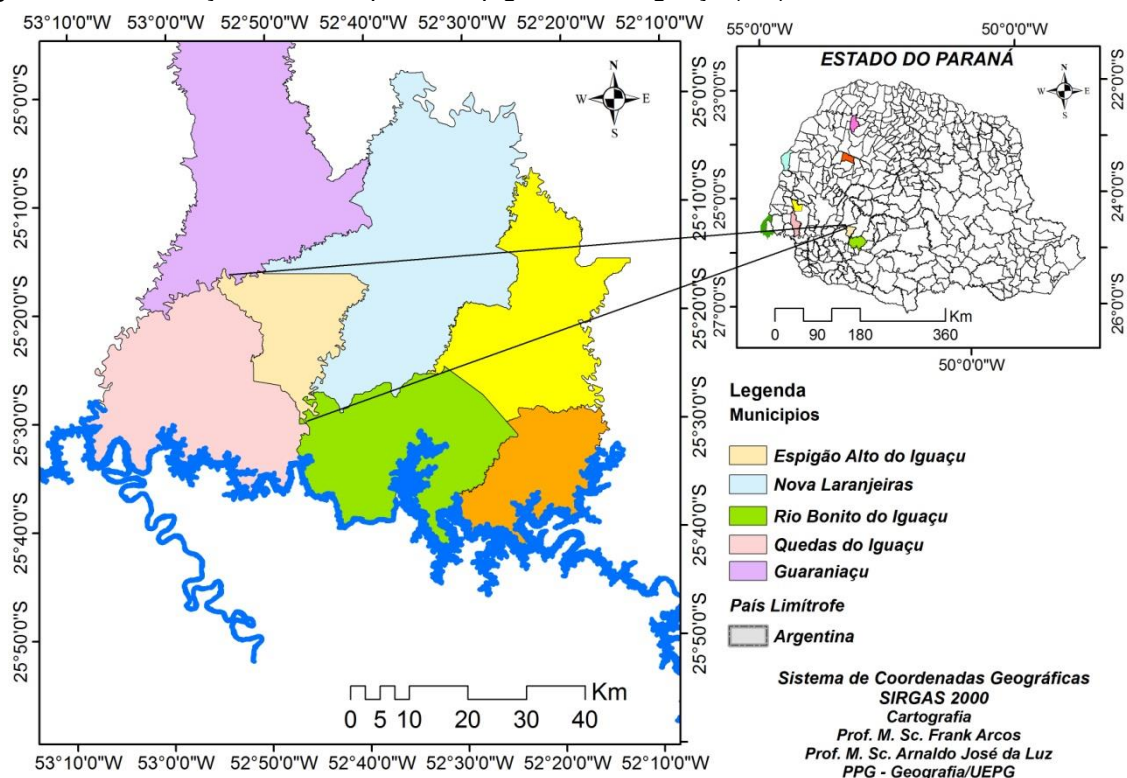
O município de Espigão Alto do Iguaçu se estende por 326,4 km<sup>2</sup> e contava com 4.677 habitantes no censo de 2017. A densidade demográfica é de 14,3 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

O município de Espigão Alto do Iguaçu faz divisa com os municípios de Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu. Espigão Alto do Iguaçu



se situa a 9 km a Norte-Leste de Quedas do Iguaçu, a maior cidade nos arredores. A Figura 20 mostra a localização do município de Espigão Alto do Iguaçu.

Figura 20 - Localização do município de Espigão Alto do Iguaçu (PR)



Fonte: base de dados do IBGE, 2016.

Em 2016, o salário médio dos habitantes era de dois salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas com relação ao total da população era de 14,2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 41.5% da população nessas condições (IBGE, 2018).

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.9% em 2010. Isso posicionava o município na posição 212º de 399 dentre as cidades do estado e na posição 2237º de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Apresenta 11.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 85.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado,

fica na posição 270º de 399, 243º de 399 e 385º de 399, respectivamente (IBGE, 2018).

Espigão Alto do Iguaçu apresentou taxas de homicídios elevadas nos últimos anos. Em 2015 a taxa de homicídios no município foi de 88,07 para cada cem mil habitantes aumentando para 89,01 no ano de 2016. O aumento considerável da violência, em um município considerado pequeno e sem histórico de criminalidade, pode ser atribuído ao tráfico de drogas que se instalou na região, inclusive com integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os bons resultados produzidos no Paraná nos últimos anos se devem em parte pelos investimentos em segurança pública, como a própria criação do BPFron, a integração das polícias (civil e militar), a compra de viaturas e de armamentos e a qualificação de profissionais (AEN, 2018).

### 2.3 COMPARATIVO ENTRE A VIOLÊNCIA NOS DEPARTAMENTOS DO PARAGUAI E EM ALGUNS ESTADOS BRASILEIROS

As forças de segurança do Paraguai e do Brasil devem unir forças para combater o rico negócio do narcotráfico que, segundo o ex-ministro do Interior do Paraguai, Rafael Filizzola, movimenta US\$ 1 bilhão no Paraguai (EXAME, 2017). Enfatiza-se que a comercialização seja ainda mais lucrativa para as facções criminosas fora do Paraguai.

Nas operações conjuntas, entre Brasil e Paraguai, são apreendidas e destruídas importantes quantidades de maconha, cargas confiscadas e plantações destruídas. Todavia, esses países ainda não apresentaram uma política consistente para estancar o narcotráfico.

Países próximos como o Uruguai e o Chile adotaram políticas próprias com relação ao consumo e uso medicinal da maconha. Mas o Paraguai, o maior produtor da América do Sul (EXAME, 2017), está distante dos debates políticos sobre o narcotráfico e a maconha. O Quadro 4 mostra as taxas de homicídios para cada departamento paraguaio.



Quadro 3 - Taxa de homicídios por departamento paraguaio para cada 100.000 habitantes – 2014

	<b>DEPARTAMENTO</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>TAXA</b>
1	Amambay	Pedro Juan Caballero	66,73
2	Canindeyú	Salto del Guairá	23,09
3	Concepción	Concepción	22,18
4	Presidente Hayes	Villa Hayes / Pozo Colorado	13,61
5	Caazapá	Caazapá	12,54
6	San Pedro	San Pedro de Ycuamandiyú	11,85
7	Alto Paraná	Ciudad del Este	10,27
8	Itapúa	Encarnación	7,01
9	Caaguazú	Coronel Oviedo	6,39
10	Alto Paraguai (*)	Fuerte Olimpo	6,39
11	Misiones	San Juan Bautista	4,14
12	Guairá	Villarrica	4,02
13	Cordillera	Caacupé	3,46
14	Central	Areguá	2,95
15	Paraguarí	Paraguarí	2,50
16	Boquerón (*)	Filadelfia	0,62
17	Ñeembucú (*)	Pilar	0,59
*	Distrito Capital	Assunção (capital do país)	6,24
	<b>PARAGUAI</b>		<b>17,3</b>

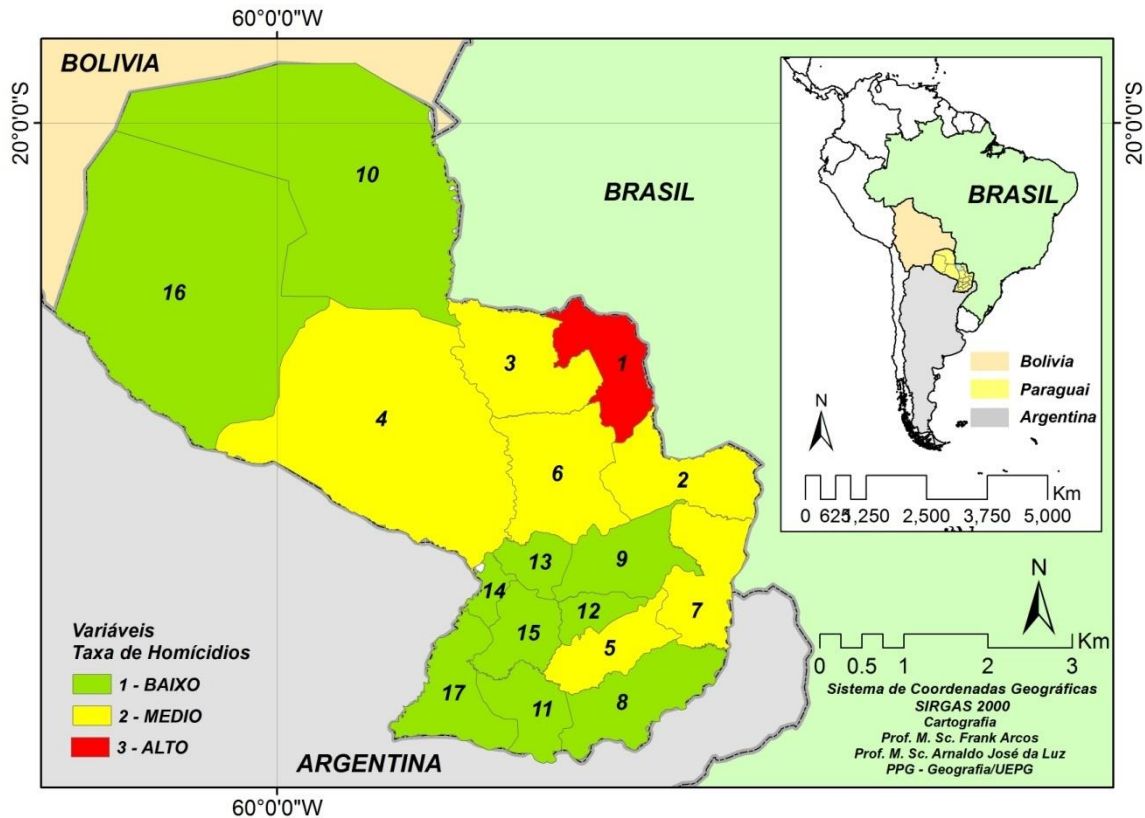
Fonte: Departamento de Estatísticas da Polícia Nacional do Paraguai, 2015.

(\*) Taxa por 10.000 habitantes.

Do lado paraguaio, em geral, existe uma menor taxa de homicídios quando comparado seus departamentos e municípios com os estados e municípios brasileiros.

Dos dezessete departamentos paraguaios, dez apresentam taxas de homicídios inferiores a 10 para cada grupo de cem mil habitantes, valores considerados toleráveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses dados ilustram que o país fronteiriço com o Brasil tem, em sua maior parte, um controle sobre a violência e sua segurança pública tem evoluído nos últimos anos. A figura 21 mostra a localização espacial dos departamentos paraguaios.

Figura 21 - Localização espacial dos departamentos paraguaios, e suas respectivas taxas de homicídios



Foram utilizadas três cores para diferenciar as taxas de homicídios nos departamentos paraguaios. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), as taxas de homicídios para cada grupo de cem mil habitantes são consideradas baixas ou toleráveis até o valor de 10/100.000. Na situação aqui representada, os valores inferiores a 10 são considerados baixos e estão na cor verde. Os valores acima de 10 e que compreendem até 25/100.000 são considerados intermediários e seguem na cor amarela. Acima de 25 são considerados altos e tem a cor vermelha.

Seis departamentos têm níveis intermediários de violência, sendo quatro deles com valores um pouco acima da média tolerada pela OMS, sendo Presidente Hayes com 13,61, Caazapá com 12,54, San Pedro 11,85 e Alto Paraná com 10,27.

O Paraguai apresenta apenas três departamentos com taxa de homicídios superior a 15/100.000, sendo Amambay com 66,73, Canindeyú com 23,09 e Concepción com 22,18. O índice mais alarmante é o de Amambay, fronteiro com o estado do Mato Grosso do Sul (MS), que tem suas taxas de homicídios alavancadas pelo município de Pedro Juan Caballero, cidade-gêmea com o município brasileiro de Ponta Porã (MS).

Conforme o ex-ministro do Interior do Paraguai, Rafael Filizzola, a grande onda de violência em Pedro Juan Caballero (com 80 homicídios para cada cem mil habitantes) ocorre em virtude da disputa pelo poder e controle do tráfico das drogas pelas facções brasileiras. O governo de Amambay acredita que existe uma luta pelo poder entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) pelos hectares de terras para o cultivo da maconha em território paraguaio.

As cidades na fronteira entre Paraguai e Brasil, como Capitán Bado e Pedro Juan Caballero, são as principais rotas regionais do narcotráfico. Servem como entreposto da cocaína, que tem como origem o Peru, a Colômbia e a Bolívia e como destino as principais cidades brasileiras, assim como os Estados Unidos e a Europa. Nestas cidades têm-se ainda as plantações e a distribuição da maconha, de acordo com a Secretária Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD).

A criminalidade em Amambay, principalmente ao norte do departamento, segundo as autoridades paraguaias, é de responsabilidade do crime organizado, que tem como ferramenta principal de ação a contratação de pistoleiros de aluguel, que são contratados a baixos preços. Um assassinato pode ser encomendado por cem reais na região. Para o ministro do Interior do Paraguai, Juan Ernesto Villamayor, o cenário da segurança pública no Paraguai é instável e que a melhor estratégia no combate a criminalidade está na prevenção.

Os departamentos de Canindeyú e Concepción apresentam taxas menores que Amambay, mas ainda altas quando comparados com os demais departamentos do Paraguai. A capital de Canindeyú, Salto del Guairá, cidade-gêmea com Guaira-PR, é uma importante rota da maconha e, por isso, local de disputa entre os narcotraficantes. Este fato aumenta as taxas de homicídios nos dois municípios e, conseqüentemente, nos departamentos do Paraguai e na fronteira paranaense.

Do lado brasileiro, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o país apresentou uma taxa de homicídios de 30,3 no ano de 2016 e de 31,6 no ano de 2017 tendo um aumento de 4,3%. O retrato da média nacional está na maioria dos estados. Todavia, alguns se apresentam muito abaixo dessa média, como os estados de São Paulo (10,3) e Santa Catarina (15,2) em 2017.

O Paraná apresentou taxas de 27,4 (2016) e 24,4 (2017), com uma redução de 10,9% em 2017. No estado, ocorre o contrário do Norte e Nordeste, houve redução nos conflitos entre as organizações criminosas.

Muitos estados brasileiros se depararam com taxas de homicídios muito acima da média nacional, que foi de 31,6, em 2017. O Rio Grande do Norte (62,8), Ceará (60,2), Sergipe (57,4) e Pernambuco com taxa de 57,2 se destacam no Nordeste. Enquanto o Acre (62,2), Pará (54,1) e o Amapá com taxa de 48 enfatizam o aumento da criminalidade na região Norte do Brasil, em 2017.

De acordo com Tadeu Brandão, pesquisador do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte, a melhora na economia do Nordeste ocorreu de maneira desordenada. Ou seja, existe a carência de infraestrutura em setores sensíveis à segurança pública, em especial, no sistema penitenciário e policial. O crescimento econômico dessas regiões também contribuiu para a formação de um novo mercado consumidor das drogas.

Ainda, conforme Tadeu Brandão, “a Justiça não se preocupou em combater as grandes redes criminosas, as facções. Ficou concentrada em prender pequenos traficantes, que vão para presídios em péssimas condições”. Conforme o pesquisador, esses jovens, longe das escolas e sem expectativas, são cooptados de maneira simples pelos traficantes e engrossam o quadro da criminalidade.

Conforme o FBSP, o aumento da violência em muitos estados do Norte e Nordeste ocorre devido à presença das facções criminosas, caso do Primeiro Comando da Capital – PCC e do Comando Vermelho – CV, que expandiram suas atividades, além do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, e disputam o poder de maneira violenta pelo controle dos territórios nortistas e nordestinos.

A presença do PCC e do CV no Norte e Nordeste gerou confrontos pelo domínio dos territórios urbanos, inclusive com armas de grosso calibre. Dentro desse contexto, fica evidente o despreparo dos estados, que não investiram em segurança pública, para lidar com esse fenômeno, incomum nessas regiões até alguns anos atrás.

A Tabela 2 apresenta as taxas de assassinatos para cada grupo de cem mil habitantes para cada estado brasileiro e no Distrito Federal.

Tabela 2 - Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes para cada estado brasileiro, mais o Distrito Federal

Estado	Ano	Ano	Acréscimo / Decréscimo
	2016	2017	
Rio Grande do Norte	53,4	62,8	17,6%
Acre	44,4	62,2	40,1%
Ceará	40,6	60,2	48,3%
Sergipe	64,7	57,4	11,3%
Pernambuco	47,3	57,2	20,9%
Pará	50,8	54,1	7,7%
Alagoas	54,2	53,1	-0,9%
Bahia	46,9	48,8	41%
Amapá	48,7	48	1,4%
Roraima	39,7	47,5	19,6%
Goiás	45,3	42,8	-5,5%
Amazonas	36,3	41,2	13,5%
Rio de Janeiro	36,4	38,4	5,9%
Espírito Santo	32	37,9	18,4%
Tocantins	37,6	35,9	-4,5%
Paraíba	33,9	33,3	-1,8%
Mato Grosso	39,7	32,9	-7,8%
Maranhão	34,6	31,1	10,1%
Rondônia	39,3	30,7	-21,9%
Rio Grande do Sul	28,6	29,3	2,4%
Paraná	27,4	24,4	-10,9%
Mato Grosso do Sul	25	24,3	-2,8%
Minas Gerais	22	20,4	-7,3%
*Distrito Federal	25,5	20,1	-21,2%
Piauí	21,8	19,4	-11,0%
Santa Catarina	14,2	15,2	7,0%
São Paulo	10,9	10,3	-5,9%
<b>Brasil</b>	<b>30,3</b>	<b>31,6</b>	<b>4,3%</b>

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base em números das secretarias de Segurança Pública (SSPs).

O aumento das taxas de homicídios, do ano de 2016 para 2017, em vários estados do Norte e Nordeste, ocorreu, dentre os fatores aqui analisados, em virtude que 2017 foi o auge da disputa pelas rotas nacionais e internacionais das drogas e armas.

A crescente violência em um estado da região norte chama a atenção em particular: a presença das milícias armadas no Pará. Os milicianos, ao disputar o

poder com traficantes em áreas urbanas da região metropolitana de Belém e também na área rural, atuando a favor dos fazendeiros nos conflitos de terras, tem contribuído para o aumento da criminalidade e, conseqüentemente, na elevação das taxas de homicídios no Pará (BBC, 2008).

A realização das políticas públicas e dos programas do governo na área da segurança pública não tem acompanhado a velocidade crescente da violência nos estados brasileiros. Fala-se da integração entre as polícias Ministério Público e da Justiça. Todavia, com o passar dos anos e com a mudança de governos, a pauta muda e os projetos ficam estagnados com a necessidade de se (re)organizarem. O que se observa na prática é que, atualmente no Brasil, existem muitas políticas de governo, não de Estado. Os projetos de governo atuam em curto prazo, não sendo eficazes para modificar a escalada da criminalidade nos estados brasileiros.

As variáveis da violência e de sua evolução envolvem fatores sociais e econômicos como pobreza, fome, desemprego, falta de renda e diversas frustrações frequentes; institucionais, como a ausência ou precária presença do Estado na prevenção e repressão da violência; prevenção, manutenção das escolas, moradias, saúde pública e melhoria dos transportes públicos; repressão, por meio da polícia, justiça e do sistema penitenciário.

Para conter o quadro da crescente violência nas áreas urbanas e fronteiriças são de fundamental importância por parte dos governantes a realização de planos de ação bem estruturados e transformações sociais e econômicas que impactem diretamente na vida das pessoas nos municípios em que residem.

## 2.4 CRIMES PRATICADOS NO BRASIL E NO PARAGUAI

No que se refere aos crimes praticados no Brasil e no Paraguai, considerou-se relevante para esta pesquisa realizar um quadro informativo sobre quais são as penalidades aplicadas para alguns tipos de crimes tanto em território brasileiro quanto em território paraguaio. No Quadro 5 foi realizada uma comparação entre as penalidades dos crimes cometidos no âmbito nacional e no Paraguai.

Quadro 4 - Penalidade para os crimes cometidos no Brasil e no Paraguai

Natureza do Crime	Pena / Tempo de reclusão (anos)	
	Brasil	Paraguai
Homicídio <sup>24</sup>	6 a 20	5
Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas	5 a 15	5
Lesão grave <sup>25</sup>	1 a 5	Até 10
Lesão culposa	Até 1	1 (ou multa)
Sequestro <sup>26</sup>	1 a 3	8 a 10
Roubo	4 a 10 (e multa)	1 a 15
Furto <sup>27</sup>	1 a 4 (e multa)	Até 5

Fontes: Código Penal do Brasil; Código Penal de Paraguay.

No caso de homicídio verifica-se que no Brasil a pena é maior, podendo chegar até 20 anos de reclusão para o autor. Da mesma forma, no que se trata do crime de tráfico de entorpecentes e drogas, crimes comuns na fronteira, a penalidade máxima no Brasil é superior à do Paraguai, podendo chegar a quinze anos.

Já no que se refere aos crimes de lesão grave, sequestro, roubo e furto, o Código Penal do Paraguai trata com mais rigor suas penalidades máximas, podendo chegar até 10 anos para os crimes de lesão grave e sequestro, quinze anos para roubo e cinco anos para furto.

Importante compreender o papel do Estado em garantir a segurança pública e suas deficiências em uma das suas principais atribuições. Devido às grandes taxas de criminalidade, a segurança pública tem se tornado ao longo dos anos um grave problema social-urbano.

Uma situação que deixa evidente a necessidade dos acordos de cooperação na área da segurança entre Brasil e Paraguai é o episódio ocorrido em 31 de setembro de 2015. Na ocasião, policiais militares brasileiros do BPFron perseguiram criminosos em fuga e adentraram o território paraguaio. A atuação da polícia brasileira foi recebida com reprovação por parte do governo paraguaio, que

<sup>24</sup> A pena poderá ser aumentada caso ocorram agravantes, como grau de parentesco, lucro, tortura, dores físicas desnecessárias, etc.

<sup>25</sup> Expor a vítima a perigo de morte, mutilação, enfermidade grave, reduzir consideravelmente o uso do corpo e seus sentidos, etc.

<sup>26</sup> No Brasil a pena pode ser aumentada para de 2 a 5 anos se existir grau de parentesco ou ultrapassar 15 dias e de 2 a 8 anos para maus tratos (físico e moral) e se existir condição análoga a de escravo.

<sup>27</sup> Poderá ser aumentada a pena em até dez anos, dependendo da gravidade. No Brasil a pena pode chegar a 8 anos, como, por exemplo, no caso de veículos automotores.

considerou um ato de desrespeito a soberania do país. Se existissem acordos na área da segurança transfronteiriça entre esses países, que permitissem a atuação na faixa de fronteira dos dois lados, não haveria o desgaste político-diplomático e facilitaria o trabalho com eficácia de ambas às polícias.

## 2.5 QUANTIFICAÇÃO DOS CRIMES COMETIDOS NA SÍRIA, NA AMÉRICA LATINA, NO BRASIL E NO PARANÁ

A circulação de uma grande diversidade de pessoas pela fronteira, especialmente aquelas com a intenção de obter lucros de maneira ilícita ou ilegal, como exemplo o transporte, distribuição e a comercialização das drogas e armas, acaba por aumentar a criminalidade e as taxas de homicídios pelos municípios fronteiriços.

A mobilização e as relações ocorridas pelo território transfronteiriço podem ser analisadas por meio daquilo que Santos (1996) chama de verticalidades. No que se referem aos impactos diretos sobre as fronteiras têm-se as verticalidades, que são as redes que se formam a partir das informações que partem do local para o global e do global ao local, o território que se conecta com outros pontos do mundo, mas que mantém seus interesses em comum.

A intensa movimentação pelo território da fronteira, assim como a formação das redes criminosas, gera a disputa por locais estratégicos sobre este território. Embora todo o território do Brasil, Argentina e Paraguai, e até mesmo de outros países, sejam afetados pela intensa distribuição e comercialização das drogas e armas, que em grande parte se originam no território paraguaio, são os municípios da região que têm visto nos últimos anos a violência aumentar consideravelmente.

A seguir serão quantificadas as taxas de homicídios, na Síria, na América Latina, No Brasil e no Paraná, e em alguns municípios da faixa de fronteira sob o domínio do BPFron. A intenção ao se apresentar os dados das respectivas regiões, guardadas as devidas proporções históricas, culturais, políticas e econômicas, é demonstrar por meio dos números as expressivas taxas de homicídios na faixa de fronteira paranaense e a urgência de se fortalecerem as políticas públicas de segurança na região.

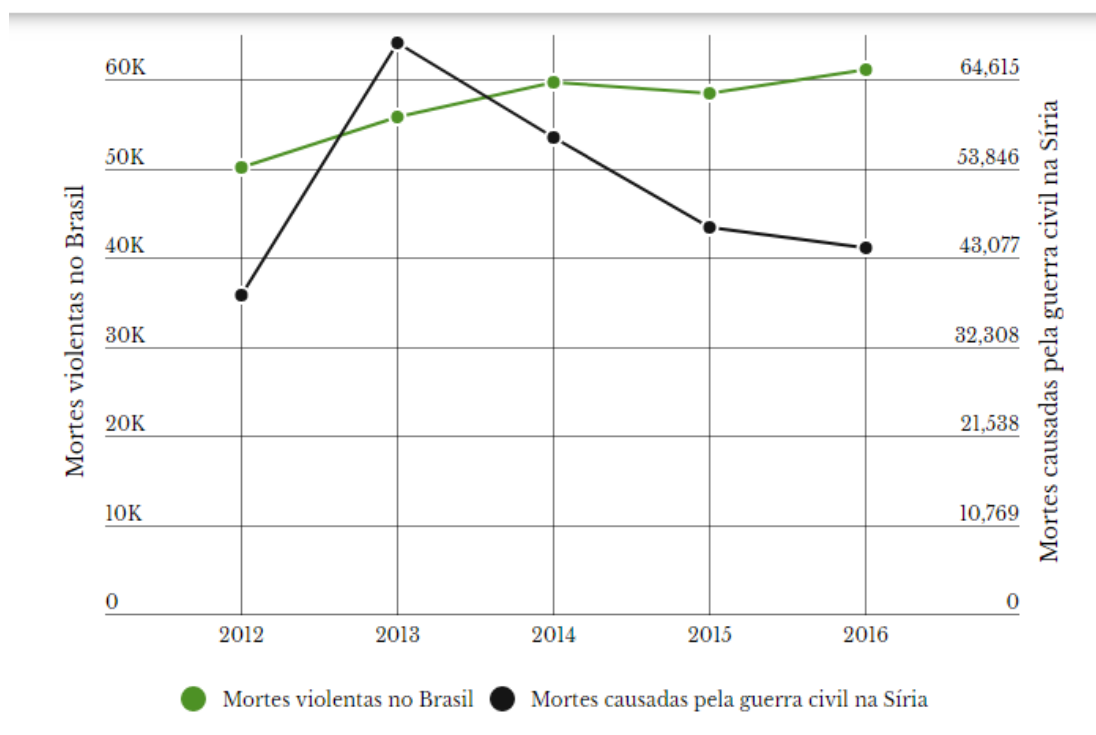


### 2.5.1 A guerra na Síria

No auge daquilo que se transformou rapidamente em uma guerra civil, as taxas de homicídios na Síria foram de 36 para cada 100 mil habitantes em 2012 e 63 em 2013, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>28</sup>. A partir do ano de 2013 houve recuo dessas taxas, com 53 em 2014, 43 em 2015 e 41 em 2016, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017.

A Figura 22 mostra um comparativo entre os assassinatos no Brasil e na Síria.

Figura 22 - Assassinatos no Brasil e na Síria entre os anos de 2012 e 2016



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa sobre Conflito e Paz da Universidade de Uppsala, 2017.

<sup>28</sup> A Síria é um país localizado na região conhecida como Oriente Médio ou Ásia Ocidental. O país entrou na onda da Primavera Árabe, iniciada em dezembro de 2010 a partir da Tunísia, e se estendeu pelos países do Norte da África e Oriente Médio. O objetivo dos países que entraram na Primavera Árabe era se livrarem de suas antigas ditaduras e melhorarem a sua qualidade de vida. Foi com essa aspiração que o povo sírio foi às ruas em uma terça-feira do dia 15 de março de 2011. O povo sírio pedia a saída do presidente Bashar al-Assad e a instauração de um regime político transparente. Como resposta aos motins, o presidente envia as tropas do exército que tentam conter as manifestações com força desproporcional.

Ao observar a figura 22 nota-se que a segurança pública no Brasil precisa ser olhada com prioridade pelos governantes. Dentre os anos estudados, apenas no ano de 2013 a Síria supera os assassinatos quando comparada com o Brasil. Entre os anos de 2013 e 2016 o Brasil tem um número superior de assassinatos em cada um dos anos.

No geral, e em números absolutos, o Brasil fecha o período abordado, ano de 2016, com 64.615 assassinatos contra 43.077 da Síria. Cabe ressaltar que o país sírio está em plena guerra civil<sup>29</sup> desde o ano de 2011. No Brasil, por outro lado, não existe uma guerra civil, de fato. Os dados alarmantes de assassinatos são apontados por Gergely Hideg, pesquisador da Small Arms Survey, em virtude de três fatores principais, como a falta do estado de direito<sup>30</sup> para uma parcela da população, a cultura da violência e o crime organizado<sup>31</sup> (O DIA, 2017).

Ao se realizar uma comparação com alguns países da América do Sul no ano de 2017, o Brasil apresentou taxas superiores à de vários países e se configurou como o segundo país mais violento da região. No que se refere às taxas de mortalidade para cada cem mil habitantes, o país ficou atrás apenas da Venezuela, que teve uma taxa de 89 no período estudado. O Quadro 6 faz um comparativo entre os homicídios no Brasil e demais países sulamericanos.

---

<sup>29</sup> Guerra civil é a guerra que acontece entre os grupos organizados que estão dentro da mesma república ou estado-nação, (...). O povo participa ativamente dos combates, o que acarreta na morte de muitos civis. Disponível em: <https://www.meusdicionarios.com.br/guerra-civil> Acessado em: 23/04/2018.

<sup>30</sup> Por Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder. Assim entendido, o Estado de direito reflete a velha doutrina [...] da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens, segundo a fórmula *lex facit regem* (Bobbio, 1990, p. 18).

<sup>31</sup> A definição de organização criminosa, que vem atender e complementar a legislação brasileira de 1995 (Lei n.º 9.034/1995) que estipulou os meios operacionais de repressão ao crime organizado, é estampada na **Convenção de Palermo**: grupo estruturado de 3 ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material. GOMES, Luiz Flávio. Definição de crime organizado e a Convenção de Palermo. Disponível em: <http://www.lfg.com.br> 06 de maio de 2009.

Quadro 5 - Comparativo entre a taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes) no Brasil e em alguns países sul-americanos – 2017

<b>País</b>	<b>Taxa de homicídios</b>
Venezuela	89
Brasil	28,6
Colômbia	24
Bolívia	13,6
Peru	9,6
Argentina	8,8
Paraguai	7,98
Uruguai	7,81
Chile	2,97

Fonte: ADNDIGITAL / Observatorio Nacional de Seguridad y Convivencia Ciudadana del Ministerio del Interior do Paraguay.

Dentre os países analisados, o Chile apresentou a menor taxa de homicídios com 2,97 e o Uruguai uma taxa de 7,81, sendo este o país mais armado da América Latina. A Bolívia apresentou uma taxa de 13,6, o Peru 9,6, a Argentina 8,8 e a Colômbia 24, a terceira maior taxa da região sul-americana. O Paraguai teve uma taxa de 7,98 em 2017. O país obteve um importante avanço no combate à criminalidade com vistas a reduzir suas taxas de homicídios.

O Paraguai enfrentou uma alta taxa de homicídios no início dos anos 2000, apresentando uma taxa de 24,63 no ano de 2002. Conforme destacado pelo Ministério do Interior, para o primeiro semestre de 2018 houve um aumento na taxa para 9,8 quando comparada com o mesmo período no ano anterior, que fechou com uma taxa de 7,13. As autoridades paraguaias se preocupam com o aumento da violência e alegam que ocorre pela crescente presença de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que espalham a violência extrema pelos locais em que atuam (ADN DIGITAL, 2018).

A Argentina apresentou uma taxa de homicídios de 8,8 para cada 100 mil habitantes em 2013, conforme divulgado pelo Ministério da Saúde do país. Quando comparada com o ano de 2012, houve um aumento de 16% na violência. O acréscimo nas taxas de homicídios ocorreu em virtude da crescente atividade do tráfico de drogas em escala regional no país.

A Figura 23 mostra a taxa de homicídios na América Latina.

Figura 23 - Taxa de homicídios na América Latina em 2017



Fonte: ADNDIGITAL, 2018.

Na América Latina a taxa de homicídios para cada cem mil habitantes foi de 15,2, em 2014, conforme o Observatorio Nacional de Seguridad y Convivencia Ciudadana. Quando comparado com a taxa da região da América Latina, o Brasil

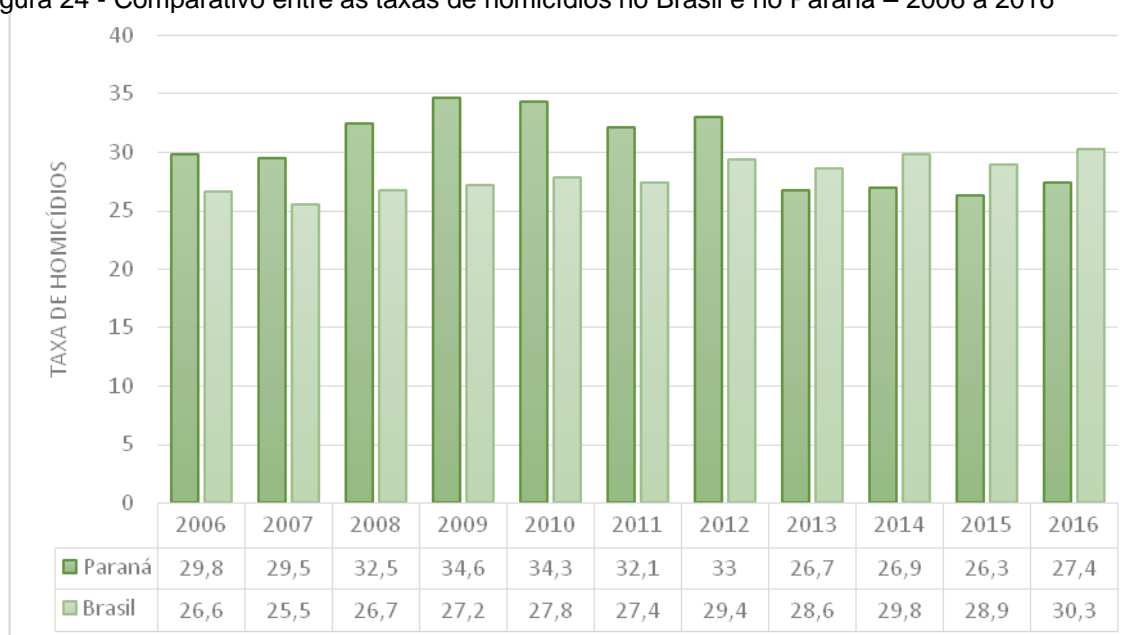
apresenta a 5ª maior taxa e, no contraponto, o Paraguai a 5ª menor taxa de homicídios. A apropriada colocação confere ao país paraguaio, que faz fronteira com o Brasil ao longo do rio Paraná, um índice de violência relativamente baixo e dentro dos níveis tolerados pela OMS.

Quando comparamos o Brasil e o estado do Paraná, a média nacional aumentou sua taxa de homicídios dentro do período analisado (2006-2016). O aumento das taxas fica mais evidente entre o ano de 2012 e 2016, quando as taxas se mantiveram acima de 28 para cada cem mil habitantes, fechando o período com a taxa de 30,3 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Com essa taxa de homicídios, o Brasil endossa mais de 10% dos números dos homicídios no mundo. O país se posiciona entre os doze mais violentos do planeta, quando contabilizada uma lista com 154 países (IPEA, 2014).

A Figura 24 mostra um comparativo entre as taxas de homicídios no Brasil e no Paraná na década que compreende os anos de 2006 a 2016.

Figura 24 - Comparativo entre as taxas de homicídios no Brasil e no Paraná – 2006 a 2016



Fonte: Atlas da Violência/FBSP, 2018.

A taxa de homicídios no Paraná esteve acima de 30 para cada 100 mil habitantes de 2008 até 2012. Esses valores são considerados extremamente altos quando comparados com a média mundial, que manteve uma média de 8 para cada 100 mil habitantes, nos anos de 2011, 2012 e 2013 (Atlas da Violência /FBSP,

2018). O estado conseguiu reduzir suas altas taxas de homicídios a partir do ano de 2013, fechando o ano de 2016 com uma taxa de 27,4.

Diante dos altos índices de violência no Brasil e na Faixa de Fronteira paranaense, o Capítulo 3 aborda quais são as políticas públicas de segurança (a nível nacional, estadual e para a fronteira) realizadas nas últimas décadas.

As políticas públicas atingem todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. Com a democracia expandindo os deveres do representante da população para promover o bem-estar da sociedade, que está relacionado às ações desenvolvidas e à sua execução áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, contemplando a qualidade de vida como um todo.

### 3 POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA EM DIFERENTES ESCALAS

O presente capítulo estuda as definições de políticas públicas e suas competências escalares, ou seja, a nível federal, estadual e/ou municipal. Debatem-se as leis e projetos em torno da segurança pública no país e no território transfronteiriço. Leis essas que levaram a criação do BPFron no âmbito das políticas públicas de segurança nacional e para a fronteira. Inicialmente, serão abordados alguns conceitos para embasar a compreensão das políticas públicas de segurança.

#### 3.1 AS DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

Para Souza (2006), as políticas públicas são instrumentos ou conjunto de ação dos governos. Já Secchi (2012) analisa como uma medida formulada na ânsia de combater um problema público ou um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731).

Para atingir esse princípio com êxito nos diferentes segmentos, os governos municipais, estaduais ou federal se utilizam das políticas públicas. As políticas públicas necessitam ser planejadas, criadas e executadas em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário (TODA POLÍTICA, 2018).

O Poder Legislativo ou o Executivo pode propor as políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes à política pública e o Executivo planeja a ação e aplica a medida. Enquanto o Judiciário controla a lei criada e confirma sua adequação ao objetivo proposto.

A execução das políticas públicas é muito importante para o funcionamento da sociedade. Desde 1989 existe a carreira de especialista em políticas públicas. A lei que criou esse cargo define o profissional especializado para a formulação, planejamento e avaliação de resultados de políticas públicas. Elas existem e são executadas em todas as esferas de governo no país (TODA POLÍTICA, 2018).

##### 3.1.1 Tipos de políticas públicas

Por serem programas relacionados com direitos que são garantidos aos cidadãos, as políticas públicas existem em muitas áreas. São exemplos: segurança,

educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia e transporte (TODA POLÍTICA, 2018).

A política pública pode ser parte de uma política de Estado ou uma política de Governo. Em geral, a política de Estado é definida pela Constituição Federal. Todavia, o governo também pode criar uma Política de Estado e aprová-la no congresso. A política de Governo depende da alternância de poder. Cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas (TODA POLÍTICA, 2018).

De acordo com Oliveira (2011) as políticas de governo são aquelas em que o poder executivo delibera em um procedimento embrionário de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, de maneira a atender as demandas da agenda política interna, ainda que as mesmas abarquem escolhas complexas.

Logo, as políticas de Estado são aquelas que abarcam mais de uma comissão do Estado. Decorrem, normalmente, pelo Parlamento ou por várias instancias de debate, concluindo em transformações de outras normas ou disposições prévias, com impactos em setores mais extensos da sociedade (OLIVEIRA, 2011). Sendo assim, as políticas públicas constituem um dos principais resultados da ação do Estado.

As políticas públicas, independentes se de governo ou de Estado, devem representar sempre os anseios da sociedade. O Estado é o maior responsável para atender as demandas da sociedade e deve fazer por meio de políticas públicas específicas. Sendo assim, em linhas gerais, podem-se definir políticas públicas como algo elaborado pelo Estado direcionado para a sociedade, que é a principal interessada. E, como tal, também deve participar na elaboração e formulação dessas políticas.

Santos (2005) debate a probabilidade de se construírem redes de políticas públicas no Brasil. O autor enfoca a inclusão do debate sobre o desenvolvimento da sociedade civil brasileira como fator condicionante para se consolidarem as redes de política públicas, em especial as políticas sociais. A relação entre o Estado e a sociedade civil no Brasil é recente (SANTOS, 2005).

De acordo com Diniz (1998), o Brasil tem caráter histórico de decisões do Estado sem consulta ou transparência. Somente tem acesso ao conteúdo das



políticas que vão (ou não) ser aprovadas aqueles que pertencem a um pequeno rol da alta burocracia estatal.

Para Diniz embora o Brasil tenha uma democracia consolidada, no que se refere à liberdade de expressão e participação eleitoral, é um regime deficitário “quanto à eficácia dos mecanismos de cobrança e de prestação de contas, inexistindo praticamente os instrumentos garantidores da responsabilização pública dos governantes diante da sociedade e de outras instâncias do poder” (DINIZ, 1998, p. 38).

Na atualidade, algumas leis, como a de responsabilidade fiscal, denotaram importantes avanços no sentido de maiores esclarecimentos e, certa, participação na formulação das políticas públicas. Contudo, o fato de maior relevância sempre vai ser o de incluir os mais vulneráveis dentro dos programas ou políticas específicas para cada município, região e/ou grupo de pessoas.

Para Santos (2005) rede de políticas públicas é a caracterização geral do processo de formulação de políticas onde participantes de comunidades políticas constroem uma relação interdependente. Marin e Mayntz (1991) complementam que redes de políticas públicas se definem ainda pela sua função, a saber, a formulação e implementação de medidas. Por meio da observação de agentes que participam das negociações e consultas antes que as decisões sejam tomadas.

Ao trabalhar com a rede de políticas públicas Schneider (2005) aconselha a noção de que a problematização, deliberação, implementação e processamento político de uma questão pública não é uma questão única para o Governo. Pois, em uma rede todas as pessoas estão envolvidas diante de um problema público, sejam as organizações públicas ou privadas.

Marin e Mayntz (1991) refutam a tese em que o Estado deva ser o único ator protagonista diante das políticas públicas. Para esses autores, a formulação das políticas através das redes não se alicerçaria em comando e ordem, mas, sim, em negociação e trocas. Reforçam ainda que ao se realizarem as trocas não significa necessariamente que todos se beneficiem de maneira igualitária.

Sendo a sociedade civil uma esfera de interação social entre o Estado e a economia. É composta pela família, pela esfera das associações, como as associações voluntárias, pelos movimentos sociais e formas de comunicação pública. Neste contexto, o da formulação das políticas públicas, o Estado passa a compartilhar sua relevância com a sociedade e seus atores sociais.

O conjunto de etapas de determinada política pública até que seja colocada em prática é chamado de ciclo de políticas públicas, seguindo as fases elencadas no Quadro 7.

Quadro 6 - Fases das políticas públicas

	<b>FASE</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>Identificação do problema</b>	Reconhecimento de situações ou problemas que necessitam de intervenção.
<b>2</b>	<b>Formação da agenda</b>	O governo define quais questões têm relevância social ou urgência.
<b>3</b>	<b>Formulação de alternativas</b>	Estudo, avaliação e escolha das medidas mais úteis ou eficazes para a solução dos problemas.
<b>4</b>	<b>Tomada de decisão</b>	Definir as ações a serem executadas. Levando-se em consideração as análises técnicas e políticas sobre as consequências e a viabilidade das medidas.
<b>5</b>	<b>Implementação</b>	Momento quando as políticas públicas são colocadas em prática pelos governos.
<b>6</b>	<b>Avaliação</b>	Momento em que se avalia a eficiência dos resultados alcançados e rever os ajustes necessários.
<b>7</b>	<b>Extinção</b>	É possível que depois de um período a política pública deixe de existir, pois pode acontecer de o problema deixar de existir ou das ações não serem eficazes para sua solução ou perdeu a importância diante de outras necessidades mais relevantes, ainda que não tenha sido resolvido.

Fonte: TODA POLÍTICA, 2018.

Uma política pública pode ser elaborada pelo Estado ou não. As instituições privadas também podem promovê-las, desde que haja um problema a ser resolvido e, em consonância, com a necessidade do povo, que é o que define uma política pública. No Brasil, é mais comum ocorrerem às chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP's), em torno das mais diversas Políticas Públicas<sup>32</sup>.

Como exemplo de parceria Público-Privada, tem-se o debate em torno da segurança privada e direitos humanos realizado em dezembro de 2019 pelo Instituto Ethos. Na oportunidade se permeou a atuação de empresas que contratam e fornecem esse serviço. O Instituto Ethos e a Comissão Arns promoveram uma

<sup>32</sup> Conforme a Lei 11.079/2004, Parceria Público-Privada (PPP) é um contrato administrativo de concessão, sendo patrocinada ou administrativa. A PPP administrativa é aquela em que o pagamento pelo serviço é oriundo dos cofres públicos. Na PPP patrocinada, o pagamento pelos serviços prestados vem de duas fontes: dos cofres do governo e de quem utiliza e dos usuários.

oficina estratégica com o objetivo de debater as principais questões de direitos humanos relacionados à segurança privada.

As ações do Instituto Ethos servem de auxílio para o governo e para a sociedade no combate a criminalidade. A intenção das discussões em torno desse assunto foi a de propor a construção de condições para as empresas que dispõem de serviços de segurança privada atuar com qualidade. A proposta tramita no Congresso Nacional.

Para Oliveira *et. al* (2014) o conceito de segurança está associado a noção de percepção. Ou seja, como uma pessoa percebe quando sua integridade está em risco ou não. Para os autores, desta forma, o conceito de segurança se torna subjetivo no que se refere à como um sujeito analisa uma situação que possa comprometer sua sobrevivência.

Conforme salienta Oliveira (2017) para se obter êxitos com a segurança pública, os municípios devem desempenhar importante papel nessa área. Os municípios devem se organizar e tratar o tema com toda a atenção merecida seja com as guarda-municipais, conselhos ou planos municipais de segurança pública.

### 3.2 POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NACIONAL

Em raros casos na história do Brasil a segurança pública esteve tanto em evidência quanto nos anos 2000. Os graves problemas relacionados à segurança pública em que passa o país, como aumento das taxas de homicídios, a degradação do espaço público, as barreiras encontradas diante da reforma judiciária, prisional e carcerária, a violência policial, a deterioração das condições de internação de jovens infratores, corrupção, vultosos custos operacionais do sistema público, problemas com a investigação criminal e das perícias policiais, entre outros, dão mostras dos desafios enfrentados para que se possam dar melhores condições de vida para a sociedade brasileira (OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA, 2018).

Conforme Giraldi (2018) Segurança Pública é toda condição que proporciona segurança ao cidadão. Tem-se como exemplo a manutenção dos criminosos encarcerados, iluminação pública, sinalização de ruas, avenidas e estradas, transformação de bairros problemáticos em bairros educadores, perícia forense, ministério público, punição aos criminosos, entre outros.

Em geral, Segurança Pública não é uma questão apenas policial. Giraldi (2008) assevera que a segurança deve passar pela questão social e educacional. A Segurança Pública deve ser um problema de todos, ou seja, é um problema da União, dos Estados, dos Municípios, da sociedade em geral, seja na figura das empresas ou das pessoas. O autor ainda assinala que Segurança Pública não deve ser uma política de governo, mas sim uma política de Estado. O fato se explica em razão de as políticas de governo, em geral, não terem a devida continuidade na próxima gestão. Já a política de estado tende a ter continuidade, mesmo com a troca de governo.

Todavia, para que se possa ter um debate que proporcione medidas mais eficazes sobre a relação das políticas públicas, de segurança, educacional e de geração de empregos e renda, precisa-se superar o caráter conservador dos gestores das políticas públicas, que tem predominado no país.

O conservadorismo dos políticos, acolhido por grande parte da sociedade, indica que a única forma de estancar o avanço da criminalidade é investindo grandes somas nas forças policiais. Conforme afirma Bertazza (2017) a onda conservadora perpassa pelo apoio a revogação do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal e o fortalecimento das atividades privadas de segurança.

Diante da crise da segurança pública no Brasil, e acompanhando o pensamento de Bertazza (2017), podem ser propostas duas soluções: aquela mais rápida e a mais utilizada apoiada no senso de urgência, que ataca diretamente os sintomas do problema, tem resultado no curto prazo, maior visibilidade política e demanda menores investimentos quando comparada com a segunda situação.

Nesta primeira saída estaria o investimento direto na estrutura policial, ou seja, aumento do efetivo representa mais policiais e viaturas nas ruas. A população enxerga essa resposta rápida dos políticos (gestores), todavia, não percebe que essas ações de curto prazo não reduzem a criminalidade.

Na Tese defende-se a segunda proposta, ou seja, àquela que se propõe a fazer uma reforma geral no quadro de segurança pública nacional e regional. A que vise corrigir todas as falhas do sistema de segurança pública e que tenha como aspecto principal a co-relação com as demais políticas públicas. Entretanto, essa teria seu retorno de maneira lenta e gradual. Mas, atuaria nas causas dos problemas da segurança pública.

Diante desse contexto, apresenta-se a seguinte indagação: qual político investiria em algo que se concretizasse na gestão de outro político? Uma vez que a agenda de qualquer político (quatro anos) é muito mais curta que o tempo que os projetos em segurança pública demandariam para se concretizarem.

Dentro da segunda proposta estaria ainda o abandono da repressão policial, que passaria pela valorização dos policiais a fim de se reduzir a letalidade. Trabalhar-se-ia, dessa forma, com uma estrutura policial mais preventiva. Haveria, nesse sentido, investimentos nas causas dos problemas ligados a segurança.

Na contramão da segunda solução apontada para reduzir a criminalidade em nosso país, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trouxe em seus estudos que os gastos com informação e inteligência diminuíram em 30,3%, entre 2014 e 2015. Contudo, no mesmo período, os custos com atividades policiais e defesa civil foram superiores. A queda nos investimentos na polícia investigativa vai ao encontro da antiga e tradicional política “investir naquilo que aparece mais”.

Não se defende nessa Tese o aumento no tempo do mandato eleitoral. Mas, aponta-se para um horizonte em que se precisa de firmeza política, um pensar mais no coletivo brasileiro a fim de produzir mudanças profundas nas instituições geradoras das políticas públicas sensíveis ao estado brasileiro.

Da parte da sociedade brasileira, é preciso ter paciência e se conscientizar de que as políticas públicas ao longo prazo, aquelas que manterão nossos jovens nas escolas, na preparação para o mercado de trabalho, um melhor acesso a saúde, lazer e inserção no mercado de trabalho, é que, de fato, estancarão a violência em nosso país.

Enquanto se optar pela primeira saída, a mais rápida e fácil, sempre teremos grandes desafios relacionados à segurança pública na faixa de fronteira e no território nacional como um todo.

Nesta Tese, optou-se por aplicar a teoria que defende que o aumento da criminalidade se deve a fatores conjunturais e estruturais, que incluem fatores socioeconômicos e de localização, nesse caso o incipiente desenvolvimento da faixa de fronteira paranaense. Esta corrente teórica é expressa em Fernandez e Pereira (2000) e aponta que o aumento da criminalidade se deve a fatores conjunturais e estruturais, como desemprego, analfabetismo e desigualdade social.

As próprias autoridades formadoras das políticas públicas de segurança relatam que somente os investimentos em segurança pública não são eficazes para conter a onda criminoso na faixa de fronteira e no Paraná como um todo. Estes gestores reconhecem que a manutenção das políticas ligadas à educação e saúde contribui para o progresso da segurança pública (VOITCH, 2008).

Segundo um estudo realizado por Killisberg et al. (2002), na América Latina a criminalidade está ligada a três principais causas a citar o desemprego dos jovens, educação e estrutura familiar. A discussão realizada pelos autores reforça-se nessa Tese salientando que para conter a onda de violência na região de fronteira é necessário investir em educação, na geração de empregos e proteção familiar.

A título de breve comparação e de se robustecer a hipótese apresentada nessa Tese cita-se o estudo de Araújo Júnior e Fajnzylber (2000). Os autores relacionaram as variáveis sociais e econômicas com as taxas de criminalidade no estado de Minas Gerais. Os resultados mostraram que quanto maiores forem os níveis de escolaridade das pessoas menor será o envolvimento delas com as práticas criminosas. Informaram ainda em seus resultados que as regiões com maiores desigualdades de renda têm taxas de homicídios mais elevadas.

Os estudos de Shikida e Borilli (2007) realizados nas penitenciárias paranaenses também reforçam a hipótese de que o baixo nível de escolaridade está diretamente associado ao aumento da criminalidade. Os autores entendem que com níveis educacionais mais altos se conseguem melhores empregos, com melhores remunerações e, conseqüentemente, inibem o ingresso à criminalidade.

Conforme ressalta Gomes (2002) a formação de espaços instáveis, onde o Estado não proporciona as mínimas condições que garantam os direitos das pessoas a sua integridade e propriedade, será ambiente propício ao aumento da criminalidade, afugentando, por sua vez, novos investimentos e, até mesmo, a não manutenção dos já existentes.

Os resultados dos estudos de alguns autores analisados corroboram que há uma urgência de se investir mais, além da segurança pública, na área social, em especial na educação, item sensível no combate a criminalidade. Demonstra-se nessa Tese que a criminalidade, aqui representada por meio das altas taxas de homicídios, na faixa de fronteira avançou muito nos últimos anos. As políticas públicas de segurança formuladas para a faixa de fronteira são tentativas de se reduzir a criminalidade nessa região, mas os resultados ainda são embrionários.

No que se refere à segurança pública, o Brasil tem definido como limite jurídico-administrativo a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), de 2010, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), de 2007, tendo como órgão integrador o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Droga (SINESP), criado pela lei Nº12681 de 2012.

O PRONASCI atua na prevenção, controle e repressão dos crimes, nas procedências sociais e culturais articulando ações de segurança pública com políticas sociais através da integração de todas as esferas políticas nacional, estadual e municipal. O PRONASCI orienta toda a política nacional de segurança pública do governo federal, desde 2011.

A segurança pública no Brasil trabalha na prevenção, controle e repressão de crimes. O governo executivo divide em diferentes pastas as responsabilidades e ações que devem levar a proteção para todos os brasileiros (CAIXETA; SUYAMA, 2016).

A questão da segurança pública é interna, intrínseca ao território nacional ou regional. Todavia, diante do contexto da globalização, de um mundo socialmente e economicamente integrado, os impasses se deslocam juntos com os fluxos proporcionando o surgimento dos crimes transnacionais, caso do tráfico e contrabando.

Os problemas com a segurança pública estão diretamente relacionados com a economia de um país. Conforme relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a insegurança na América Latina, inclusive no Brasil, tem funcionado como um entrave ao crescimento econômico e melhoria do quadro social nos países da região. O aumento na onda de violência é diretamente proporcional ao crescimento da desigualdade social, falta de oportunidades e aumento do analfabetismo e da falta de acessos aos bens de consumos.

Diante do crescente problema, os municípios brasileiros passaram a realizar ações coordenadas para combater a violência e a criminalidade. O território, nesse caso os municípios fronteiriços, desempenha papel fundamental para o provimento da segurança pública, principalmente com ações preventivas que devem ocorrer antes da atuação das forças policiais (OLIVEIRA, 2017).

Conforme o IBGE,

dos 5.564 municípios do país, 22,1% possuem algum tipo de órgão de gestão de segurança pública, sendo que 10,4% têm conselho municipal de segurança pública, 4,42% dispõem de um fundo municipal de segurança pública, 5,91% possuem um plano municipal de segurança pública e 15,50% contam com Guarda Municipal.

Ao se mapearem as áreas dos municípios mais atingidas pela violência e pelos graves problemas sociais, como regiões periféricas (bairros pobres, favelamentos) onde a criminalidade se instalou devido à ausência do poder público e de políticas de segurança pública, poderá se desenvolver nesses locais programas e projetos voltados para estancar a criminalidade. Estes lugares apresentam grande potencial para os investimentos em segurança, mas nem sempre recebem a merecida atenção por parte dos governos, que, ao longo dos tempos, não tem conseguido resolver os problemas relacionados à criminalidade.

Por muito tempo, o Brasil seguiu o modelo de policiamento ostensivo como principal estratégia de reação rápida às práticas da criminalidade. Com o crescimento das cidades, inchaço urbano, em vários países da Europa Ocidental, nos anos 1960 e 1970, houve a necessidade de buscar novas ações de combate aos crimes praticados nos países e nas grandes cidades. Neste contexto, surgiram os debates para uma adoção de política de segurança pública calcada na noção de polícia de proximidade (NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2009).

Guiados pela ideia de que é mais eficaz a certeza da punição do que o rigor da pena, os países europeus passaram a adotar, gradualmente, o policiamento comunitário<sup>33</sup>. Esse modelo de polícia passou a ser seguido pelo Brasil no final dos anos 1990 (BEATO; SILVA; TAVARES, 2008).

A segurança pública demanda que seja realizada diversas ações de enfrentamento desse problema. As políticas públicas em torno da segurança pública precisam ser um dos principais temas das agendas dos gestores públicos e das

---

<sup>33</sup>Policiamento comunitário é a modalidade de trabalho policial ostensivo e preventivo correspondente ao exercício da função policial definida pelo compromisso inalienável com a construção social da paz e com o respeito aos direitos humanos. Equivale também ao aperfeiçoamento profissional, uma vez que implica mais qualificação e mais eficiência na provisão da segurança pública. Os exemplos brasileiros e internacionais são ricos em experiências bem-sucedidas de policiamento comunitário, nas quais decrescem as taxas de crimes e as práticas violentas, enquanto cresce, na mesma proporção, a confiança popular na polícia. A memória da história recente ajuda a contextualizar a importância e o sentido da nova metodologia. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/pnsp.pdf>. Acesso em: 02/09/2018.



instituições privadas. Conforme o artigo 144 da Constituição brasileira “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2016).

Conforme a Constituição Brasileira os órgãos responsáveis pela segurança pública são: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. Os parágrafos 1º ao 5º do mesmo artigo descrevem quais são as competências de cada força de segurança pública no Brasil. O Quadro 8 discrimina as atribuições das forças de segurança pública brasileiras.

Quadro 7 - Atribuições das forças de segurança pública no Brasil

§	Força de segurança	Atribuições
1º	<b>Polícia Federal</b>	Instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; e IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
2º	<b>Polícia Rodoviária Federal</b>	Órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
3º	<b>Polícia Ferroviária Federal</b>	Órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
4º	<b>Polícias Civis</b>	Dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
5º	<b>Polícias Militares</b>	Cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Fonte: BRASIL, 1988.

À Polícia Federal (PF) cabe atender de práticas criminosas que ocorrem entre os Estados e entre os países, reprimindo o tráfico de entorpecentes e drogas, o contrabando e o descaminho, atua enfaticamente na área de fronteira.

À Polícia Rodoviária Federal (PRF) é encarregada de patrulhar e combater práticas criminosas nas rodovias federais. À Polícia Ferroviária Federal (PFF) tem as mesmas atribuições da PRF, só que nas ferrovias federais do país (BRASIL, 1988).

As Polícias Civis (PC) têm a responsabilidade de polícia judiciária, ou seja, apurar e investigar os crimes praticados. As Polícias Militares (PM) atuam de maneira ostensiva cuidando da manutenção da ordem pública, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas. Diferente da PC, a PM atua na prevenção, uma vez que a PC procura os culpados pelos crimes já cometidos. O BPFron é vinculado à polícia militar e especializado para atuar na região da fronteira. Trabalha em parceria com todas as demais forças de segurança, quando solicitada a sua atuação (BRASIL, 1988).

A violência indiscriminada em alguns estados brasileiros reacende a discussão sobre a (re)formulação de políticas públicas mais eficazes no combate à criminalidade dentro do território brasileiro. Debate-se, então, a ineficiência do poder público no âmbito estadual, a exemplo de estados como o Acre, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás e Espírito Santo, onde as taxas de violência superam as do Rio de Janeiro. Enquanto a taxa de homicídios no Rio de Janeiro foi de 32 por 100 mil habitantes em 2017, no Acre foi de 55 por cem mil e, no Rio Grande do Norte, de 69 por 100 mil (BBC-BRASIL, 2018).

No Ceará ocorreu um colapso no sistema penitenciário e as sucessivas rebeliões levaram a grandes massacres. O contexto proporcionou ao estado ter a maior chacina da sua história. No Rio Grande do Norte, forças de segurança entraram em greve, agravando o cenário de violência. Em Goiás ocorreu uma série de rebeliões no sistema prisional (BBC-BRASIL, 2018).

Diante da onda de violência, o governo federal, na figura do Presidente Michel Temer, decidiu agir estipulando que a melhor saída para o estado do Rio de Janeiro seria a intervenção militar. A intervenção federal é prevista na Constituição de 1988, mas nunca tinha sido utilizada no país. E, após ter sido aprovada pela maioria da Câmara e do Senado, entrou em vigor em fevereiro de 2018 e o Exército foi para as ruas do Rio de Janeiro.

Para liderar as operações é escolhido o General Walter Braga Neto e, dessa forma, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro entrega o cargo. Sob o comando de Braga Neto estão todas as forças de segurança do Estado, como a Polícia Civil, a Polícia Militar, os bombeiros e administração penitenciária (BBC-BRASIL, 2018). A intervenção divide opiniões, pois, estados com maiores índices de violência não são atendidos no mesmo patamar e coloca-se de lado a votação da Reforma da Previdência no ano de 2018.

Neste contexto ocorre ainda a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública que surge como uma alternativa para combater a violência no país. O novo ministério foi criado como Medida Provisória, com característica temporária, pelo governo Temer no dia 26 de fevereiro de 2018.

A cargo do Ministério da Segurança Pública ficará a coordenação de ações em parceria com as forças de segurança dos estados. Ficarão responsáveis por órgãos federais que atuam na segurança e no combate à criminalidade, que eram subordinadas ao Ministério da Justiça. Sendo assim, o Ministério da Justiça passa algumas de suas atribuições ao novo Ministério da Segurança Pública. A divisão desses ministérios fica ilustrada no Quadro 9.

Quadro 8 - Divisão das atribuições entre os Ministérios da Justiça e Segurança Pública

<b>Ministério da Justiça</b>	<b>Ministério da Segurança Pública</b>
Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON)	Polícia Federal
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	Polícia Rodoviária Federal
Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD)	Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Secretaria Nacional de Segurança Pública (Força Nacional)
Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)	
Arquivo Nacional	

Fonte: G1.

Diante da sociedade brasileira fica a dúvida e a seguinte indagação: a criação do Ministério da Segurança Pública vai resolver os problemas da violência e da criminalidade, que tem aumentado no Brasil nos últimos anos? Difícil responder ao questionamento devido à complexidade daquilo que se envolve e de ser algo embrionário. As hipóteses mais prováveis seriam para que a criação do novo Ministério não ficar apenas como fins eleitoreiros, uma vez que se tratou de ano

eleitoral (2018), e justificar mais gastos do dinheiro público, deverá haver um projeto integrado para todas as forças de segurança que atuam sobre o território nacional.

O novo Ministério de Segurança Pública deverá, acima de tudo, trabalhar na prevenção da criminalidade, ou seja, conter a entrada de armas e drogas no país. Entende-se que a violência gerada nos estados brasileiros, a exemplo do Rio de Janeiro, é aumentada em virtude dos armamentos que chegam pelas fronteiras, especialmente pela fronteira Paraguai-Brasil. É preciso existir uma política de fronteira, que integre a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal com a política dos Estados, na área operacional e de inteligência (UOL Notícias, 2018).

### 3.3 SEGURANÇA PÚBLICA PARA AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

A grande circulação de drogas e armas pelo espaço fronteiriço aumenta os índices de criminalidade pelo fato de, por si própria, a comercialização desses produtos já se caracterizarem como ilegais. E, sendo assim, todos os sujeitos envolvidos nessa rede praticam atos criminosos.

As causas que impõem os desafios para as regiões de fronteira são múltiplas e abarcam desde assuntos das áreas educacional, cultural e ambiental até as questões relacionadas à diplomacia, a defesa do território nacional e a segurança pública. No caso brasileiro, há grandes desafios diante da gestão do território fronteiriço, pois, ao fazer limite com dez países<sup>34</sup>, se faz necessária uma gestão de política pública distinta para cada fronteira, dada as diferentes realidades apresentadas.

Independente da extensão e políticas públicas dispensadas para a região de fronteira, conforme Foucher (2009), é dever do Estado garantir a segurança e bem-estar de todos que vivem dentro dos limites de suas fronteiras. Controlar as fronteiras é promover a segurança de seus cidadãos em detrimento dos demais. Regiões de fronteira exigem constante atenção dos Estados, que tem a obrigação de demonstrar sua capacidade de se fazer presente (FOUCHER, 2009).

---

<sup>34</sup> O Brasil faz fronteira com nove países sul-americanos, mais o território ultramarino da França, a Guiana Francesa. Os países fronteiriços com o Brasil são: Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A segurança pública para a região de fronteira demanda maior atenção e investimentos dos governos e das instituições privadas. Os municípios instalados na faixa de fronteira apresentam perfil diferenciado, pois, apresentam maiores taxas de homicídios, em grande parte por estarem nas rotas das drogas estipuladas pelas redes dos narcotraficantes<sup>35</sup>. Neste sentido, o apoio tecnológico é de grande relevância no combate aos crimes transfronteiriços.

### 3.3.1 SISFRON: A tecnologia no combate aos crimes transfronteiriços

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um sistema de sensoriamento e de contribuição à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, fortalecendo a atuação dos governos com responsabilidades sobre a região (EPEX, 2018).

O SISFRON foi criado por meio do empreendimento do Comando do Exército, em virtude da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa de 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a proteção do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. A implantação do SISFRON começou em 2013 e abrange atualmente uma faixa de seiscentos e cinquenta quilômetros no Mato Grosso do Sul, vizinho do Paraguai e da Bolívia. Isto equivale a somente 4% dos 16.686 quilômetros de fronteiras do país (UOL Notícias, 2018).

O SISFRON deve potencializar a função de monitoramento da faixa de fronteira brasileira e garantir o fluxo sem interrupções e com segurança dos dados entre as forças de segurança. Pode produzir informações com confiança e admissíveis para que sejam tomadas as decisões e dar suporte às ações de defesa ou contra crimes transfronteiriços e ambientais, conforme as leis em vigor. As operações podem ser isoladas ou em conjunto com as demais Forças Armadas (EPEX, 2018).

---

<sup>35</sup> Contabiliza-se aqui, em geral, os municípios fora da faixa de fronteira brasileira e que não compõem os grandes centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Região Metropolitana de Curitiba, Fortaleza, Natal, Rio Branco, Recife, Vitória e outras capitais.

A cobertura do SISFRON deverá ocorrer ao longo de toda a faixa de fronteira brasileira, 16.886 quilômetros (km) da linha de fronteira, que monitora 150 km de largura (a faixa de fronteira), com vistas a facilitar o emprego de outras forças militares, subordinadas aos Comandos Militares do Norte, da Amazônia, do Oeste e do Sul. Primeiramente, a previsão era que o sistema funcionasse em toda a linha fronteira brasileira a partir de 2022, mas atualmente a estimativa é que isto aconteça somente em 2035, segundo o Ministério da Defesa (UOL Notícias, 2018).

O propósito do SISFRON é ousado, uma vez que se propõe a controlar e coibir os crimes transfronteiriços pela extensa fronteira brasileira. Existe uma grande diversidade geográfica pela fronteira brasileira, tais quais os espaços das densas florestas, os extensos rios que chegam até as áreas urbanas e milhares de trilhas, que servem como vias para o narcotráfico e o contrabando.

Essa importante diversidade deve ser sempre considerada, pois, conforme o general Sérgio Duarte, gerente do programa, determina, quase como um norte, que se recorram aos recursos tecnológicos para monitoramento e comunicação de acordo com as particularidades de cada região de fronteira e da capacidade operacional de cada comando de polícia local.

Os trabalhos do SISFRON servem como importante suporte para a atuação de vários escalões da Força Terrestre, como patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos batalhões, brigadas, divisões, Comandos Militares de Área e chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília.

As modernas tecnologias utilizadas no SISFRON são de importante auxílio para o agente da força terrestre que vai operar com alta complexidade tecnológica, pois o combatente vai se adaptar às demandas para cada situação, que poderá ocorrer em regime de urgência, atrelada ao conceito da guerra centrada em redes.

O emprego do SISFRON admite ações de defesa externa, juntamente com as demais Forças Armadas e base para a atuação de órgãos de segurança pública, em operações contra delitos transfronteiriços.

O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (Decreto N° 8.903, de 16 de novembro de 2016) coopera para o incremento da capacitação tecnológica, da autonomia e da sustentabilidade da indústria de defesa, com a obtenção de itens de alto valor agregado e com a diversificação da pauta de exportação nacional, o que corrobora a criação de postos de trabalho e de renda nas áreas tecnológicas e de infraestrutura (EPEX, 2018).

A Figura 24 apresenta militares utilizando a tecnologia do SISFRON na fronteira do Mato Grosso do Sul.

Figura 24 - Militares atuam no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, com o apoio do SISFRON



Fonte: UOL Notícias, 2018.

O Programa reitera a relevância das ações de prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão dos delitos transnacionais e ambientais na faixa de fronteira. A diretriz principal desse diploma legal é a atuação integrada dos órgãos de segurança pública, das Forças Armadas, Vigilância Sanitária e da Receita Federal, além de outras agências federais, estaduais e municipais. O SISFRON, desde a sua concepção, está alinhado com o Programa (EPEX, 2018).

De 2016 para 2017, o investimento do governo federal no SISFRON sofreu séria redução, de 285,7 milhões de reais para 132,4 milhões, uma redução de 54%. Os dados são de um levantamento feito pelo UOL com base no Siga Brasil, sistema de informações sobre o orçamento público federal, coletados em fevereiro de 2018. Os valores foram atualizados pela inflação no período.

Um programa que envolve tamanha complexidade, e, acima de tudo, o controle de nossas fronteiras, não pode ter seus investimentos reduzidos, muito pelo contrário. A redução nas verbas destinadas não compromete só o SISFRON, mas toda a segurança nacional, pois, de maneira geral, muitas das variáveis causadoras da violência nos municípios brasileiros passam pelas fronteiras.

Conforme estudos da SENAD e da PF do Brasil, grande parte das drogas consumidas no país tem como origem o Paraguai, no caso da maconha, e Bolívia e

Peru, caso da cocaína. A maioria das armas utilizadas nos grandes centros urbanos também entra pelas fronteiras, especialmente as de grosso calibre.

As pistolas e os fuzis de assalto, similares ao AK-47, utilizados pelos narcotraficantes que atuam nos grandes centros urbanos brasileiros, caso do Rio de Janeiro e São Paulo, têm como origem os Estados Unidos. As armas são produzidas no Leste Europeu, Egito e China, comprada por lojas e cidadãos americanos e exportadas ilegalmente. São enviadas diretamente para o Brasil ou via Paraguai e Bolívia. O maior trânsito dessas armas é pela fronteira do Brasil com o Paraguai (EXAME, 2018a).

O SISFRON inclui materiais e redes de sensoriamento, centrais de comando e controle e visa à integração com os sistemas das polícias Federal e estaduais. Em 2018 o programa deverá atingir 1950 quilômetros, nas faixas de fronteira dos estados do Paraná e Mato Grosso. O consórcio Tepro, formado pelas empresas Savis e Bradar, controladas pela Embraer, é responsável pela implantação do sistema (UOL Notícias, 2018).

Até o término dessa Tese, início de 2020, o que se teve da presença do SISFRON na fronteira paranaense foram algumas visitas de técnicos a fim de angariar parcerias na região, a partir do Parque Tecnológico de Itaipu. Como previsto, a chegada do programa na fronteira paranaense era no ano de 2018. Todavia, houve inspeções na região somente a partir de junho de 2019, com pelo menos um ano de atraso. E, na prática, até o momento nada foi realizado.

A implantação do SISFRON teve início em 2013 e tem como previsão de término o ano de 2035. Muito ainda há o que fazer, pois, milhares de quilômetros das fronteiras necessitam de maior controle e fiscalização. Entretanto, sete anos depois da implantação, conforme alegado pelo deputado estadual Marçal Filho, do Mato Grosso do Sul (MS), não houve redução dos índices de criminalidade e de atuação dos grupos do crime organizado nesse estado, que faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Os dados estatísticos contrariam a tese do parlamentar, pois, houve certa redução nas taxas de homicídios no MS nos últimos anos, especialmente a partir de 2014, quando o estado apresentou taxa de 26,72 para cada cem mil habitantes, para 2017, com taxa de 24,29, conforme divulgado pelo IPEA/Atlas da Violência (2018). Porém, na contramão, houve crescimento no total de assassinatos de jovens entre 19 e 25 anos, 3,8% entre os anos de 2015 e 2016.



Além da presença do SISFRON no MS, colaboraram para a redução nas taxas de homicídios nos últimos anos outras variáveis, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), tais como: investimentos em armas, veículos, equipamentos e treinamentos, além das ações das forças de segurança<sup>36</sup>. Ao se analisar os dados estatísticos e as variáveis de segurança do FBSP, percebe-se que a implantação do SISFRON, que teve origem o MS, ainda não surtiu os devidos resultados, que é o de reduzir as taxas de criminalidade pelos estados fronteiriços.

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ESTADUAL

Conforme dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entre os anos de 2010 e 2017, o estado do Paraná teve um acréscimo de 217,5% sobre os volumes disponibilizados para a segurança pública. O valor investido em segurança passou de 1,26 bilhão de reais em 2010 para 4 bilhões em 2017. Foi investido o montante de 353,84 reais para cada habitante (em 2017), configurando em um aumento de 192% quando comparado com o ano de 2010. Como resultado, a taxa de homicídios caiu 33% no Estado, no mesmo período.

Quando comparado com os demais estados brasileiros, o Paraná foi o estado que mais investiu em segurança pública. Os investimentos aumentaram em 104% no Estado, no período 2010-2017. Como exemplo, o Estado ficou à frente do Distrito Federal, que teve crescimento real de 86%, e do Piauí (72,4%).

O Paraná não figura entre os estados com maiores índices de violência no Brasil, pois, quando consideradas as taxas de homicídios para cada cem mil habitantes, o estado ocupa a 20ª colocação. Todavia, assim como os demais estados brasileiros, o Paraná também enfrenta sérios desafios com a Segurança Pública (EXAME, 2018b).

Mesmo com os investimentos realizados nos últimos anos, o estado do Paraná tem se deparado com vários problemas no que se refere à segurança pública. A Secretaria de Segurança Pública enfrenta alguns problemas crônicos, como a demora na construção de novos presídios, a defasagem do efetivo nas

---

<sup>36</sup> Informações retiradas do site: <<http://www.acritica.net/editorias/policia/homicidios-no-brasil-tem-queda-de-104-em-2018-com-573-mil-casos/403289/>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

polícias civis e militares, a superlotação nas carceragens e a crise estrutural na Polícia Científica (GAZETA DO POVO, 2018).

Conforme o IPARDES, o Paraná aumentou seus investimentos em segurança mesmo com a crise econômica que atingiu o país. Já no estado de São Paulo a segurança pública teve um aumento real de 3,9%. No Rio de Janeiro o grande aumento da violência levou a intervenção federal e um aumento para 41,5% nos valores disponibilizados para a segurança pública, entre 2010 e 2017.

Os estados brasileiros que registraram as maiores taxas de homicídios em 2016 foram Sergipe (64 mortos para cada cem mil pessoas), Rio Grande do Norte (56,9 mortos para cada cem mil pessoas) e Alagoas (55,9 mortos para cada cem mil pessoas).

Já a Bahia lidera em números absolutos: 7.110 pessoas foram mortas no ano passado. Rio de Janeiro e São Paulo aparecem em seguida com 6,2 e 4,9 mil assassinatos registrados ao longo do ano, respectivamente (EXAME, 2018b).

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), para se ter uma segurança pública eficaz deve-se atuar na área social. É necessário realizar investimentos em setores como a geração de emprego e amenizando a falta de oportunidades com qualificação profissional e educação.

Durante a candidatura ao governo de Roberto Requião no ano de 2002 houve a proposta de uma medida que tinha como objetivo criar um sistema de geoprocessamento das ocorrências policiais. Tais medidas tornaram-se viáveis com a concretização da eleição, e a partir do ano de 2003 começaram as reuniões que visavam à viabilidade operacional e econômica para serem implantadas sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná (SEPL) e com apoio de técnicos do Instituto Paranaense e Pesquisa Econômica e Social (IPARDES). Anteriormente a esse novo modelo, a SEPL constatou que os sistemas da polícia operavam de maneira isolada (BORBA, 2010).

O sistema de informática da Polícia Militar do Paraná (PMPR) desenvolveu um programa computacional denominado Sistema de Controle Operacional (SisCOP) que realiza todo o acompanhamento de ocorrências policiais. O SisCOP vai ao encontro da proposta do governo, pois permite acompanhar toda a ocorrência policial, desde a ligação para o número 190 até a finalização da ocorrência por meio de um registro pós-processado e a realização das atividades de planejamento e

acompanhamento estatístico, além de um mapeamento das ocorrências em tempo real (BORBA, 2010).

Em 2003, a SEPL criou um grupo de trabalho com o objetivo de consolidar o geoprocessamento das ocorrências policiais. Tal projeto ficou nominado como “Mapa do Crime – Planejamento e Segurança”. O projeto elencou oito requisitos e propostas a serem aprovadas e implementadas, tais como: informatização das unidades policiais; unificação dos Boletins de Ocorrência (BO) das Polícias Civil e Militar; criação de um sistema de integração das bases de dados de Segurança Pública e unificação das áreas de atuação das Polícias Civil e Militar.

As propostas especificadas no projeto foram: proposta de adequação institucional da SESP para implantação e uso do sistema Mapa do Crime; reestruturação das bases cartográficas e de logradouros; capacitação e treinamento das Polícias Civil e Militar e dos demais órgãos da Segurança Pública e adequação do sistema para a manutenção da solução desenvolvida. Tais requisitos e propostas foram aprovadas pelo governador e implementadas entre os anos de 2004 e 2006. Os investimentos realizados em torno do projeto Mapa do Crime foram de oitocentos mil reais (BORBA, 2010).

No contexto das políticas públicas para o estado do Paraná, foi criado no ano de 2006 um Comitê Gestor de Segurança Pública para atender as demandas de gestão da SESP. A proposta fundamental do Comitê Gestor é promover um ambiente favorável de debates em torno das políticas de Segurança Pública no Paraná (BORBA, 2010).

Como exemplo de políticas públicas a nível estadual, as mesmas contribuíram para minimizar o número de homicídios no Espírito Santo, por meio do Programa Estado Presente, lançado em 2011. No Paraná ocorreu uma integração das polícias Civil e Militar que surtiram efeito no combate ao crime no estado (IPEA, 2014).

Dentre as políticas de segurança pública para a região de fronteira, foi assinado o termo de entendimento entre o Ministério da Justiça e o governo do Paraná para estabelecer a utilização do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e realização de ações integradas permanentes de segurança pública, prioritariamente em áreas de fronteiras e divisas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Como resultados parciais das ações, em três anos foram apreendidas cerca de seiscentas toneladas de drogas com o Plano Estratégico de Fronteiras. Também já foram apreendidas 2.913 armas e realizadas mais de 42 mil prisões. O

investimento total dos últimos três anos para ações de segurança na fronteira contabiliza R\$ 930 milhões. O Plano integra ações de segurança dos ministérios da Justiça (polícias Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional) e Defesa (Forças Armadas) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

No ano de 2011 foi instalado no município de Foz do Iguaçu o Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado, que deve abarcar todas as esferas políticas do país: a União, por meio do Ministério da Integração, o Estado e os municípios da Faixa de Fronteira. O Núcleo de Fronteira prevê acima de tudo o planejamento e execução de ações voltadas para o desenvolvimento da região (AEN-PR, 2011).

Conforme discurso proferido pelo então governador Beto Richa, no dia 24/11/2011, o Núcleo de Fronteira consentirá explorar as ricas potencialidades da região, por onde passam muitos turistas, revertendo em empregos e qualidade de vida para a população local. Foz do Iguaçu é a segunda cidade do País que mais é visitada por turistas estrangeiros, atrás apenas do Rio de Janeiro (AEN-PR, 2011).

O grande potencial de crescimento da região fronteiriça também foi destacado pelo então ministro da Integração Nacional, Fernando Coelho Bezerra (em 2011), que pretende criar projetos visando o desenvolvimento dessa região. Segundo o ministro, é preciso investimentos para combater o contrabando e o narcotráfico e assim diminuir a violência na Faixa de Fronteira (Agência de Notícias do Paraná, 2011). O plano de ação do Núcleo de Fronteira tem projetos para os 139 municípios da Faixa de Fronteira paranaense e será administrado por um grupo formado por inúmeras instituições governamentais e da sociedade em geral (ANP, 2011).

O Núcleo de Fronteira proporciona grandes possibilidades de novos projetos e políticas públicas para a Faixa de Fronteira, com espaço para as parcerias empresariais e comerciais. A Faixa de Fronteira paranaense, com 2.372.942 habitantes (IBGE, 2010), é a mais populosa entre todas no Brasil. Conforme o superintendente da Polícia Federal do Paraná, delegado José Alberto legas, é extremamente importante a integração de todas as forças de segurança com o Núcleo, pois, desta forma, contribuirá com a segurança da região. Importante ressaltar que diversas ações policiais que ocorrem na fronteira já estão integradas, pois fazem parte de um acordo entre os governos federal e estadual (AEN-PR, 2011).

A criação do Núcleo de Fronteira se junta com outras ações adotadas no ano de 2011, como a criação do Gabinete de Gestão Integrada de Foz do Iguaçu, o primeiro em área no Brasil, e a instalação do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), com sede em Marechal Cândido Rondon.

### 3.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PARA A FRONTEIRA

As fronteiras brasileiras com os demais países sulamericanos se configuram em rotas de acesso de bens e pessoas que impactam diretamente na condição da segurança pública nacional. Quanto mais vulneráveis as vias de entrada e saída do país, maior será a criminalidade pelos municípios brasileiros.

Segundo o Ministério da Justiça, a cada ano são roubados ou furtados quatrocentos mil veículos e trinta e três mil pessoas desaparecem no país. Grande parte dos veículos e pessoas é levada para outros países através das fronteiras. Pelas mesmas fronteiras circulam narcotraficantes, armamentos, drogas, evasão de divisas, crimes ambientais, pistolagem e exploração sexual.

#### 3.5.1 Policiamento Especializado de Fronteiras – PEFRON

De maneira a combater os crimes e delitos transfronteiriços e minimizar a criminalidade na faixa de fronteira brasileira, o Ministério da Justiça criou no ano de 2009 o Projeto Especializado na Fronteira (PEFRON). O Projeto vai auxiliar os onze estados brasileiros que possuem fronteiras com outros países: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Paraná e Santa Catarina.

O PEFRON foi aperfeiçoado a partir das atividades anteriormente desenvolvidas pelo Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), criado pelo governo do Mato Grosso, em 2002. Para o PEFRON houve incrementos no potencial dos impactos das ações executadas pelo policiamento de fronteira do Mato Grosso (POLÍCIA DE FRONTEIRA, 2018).

O maior objetivo com a criação do PEFRON é evitar a entrada ilegal de drogas e armas no Brasil. Todavia, caberá aos Estados determinarem suas prioridades conforme os crimes mais cometidos em seus territórios e suas fronteiras. Os Estados que aderirem ao Projeto junto ao Ministério da Justiça poderão

disponibilizar quarenta e seis policiais para receberem treinamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Estado poderá aumentar o efetivo inicial, dependendo de sua demanda.

A inovação do PEFRON é a coligação entre todas as forças de segurança, como as polícias Federal, Rodoviária Federal e as polícias militares e civis estaduais, as guardas municipais e outros órgãos das prefeituras.

O Ministério da Justiça disponibilizou praticamente setenta milhões de reais no primeiro ano de funcionamento do PEFRON. O Policiamento de Fronteira usufruirá ainda dos investimentos já realizados, como a estruturação de uma política nacional de aviação em segurança pública, área que já foram investidos cento e sessenta milhões de reais nos últimos dezoito meses (POLÍCIA DE FRONTEIRA, 2018). A Figura 25 ilustra a área de cobertura do PEFRON.

Figura 25 - Área de cobertura do PEFRON



Fonte: Disponível em: <<http://policiadefronteira.blogspot.com/2011/04/o-que-e-o-pefron-policimento.html>>. Acesso em 04/09/2018.

Dentre outras ações previstas para o PEFRON está à articulação com as polícias do governo federal (PF e PRF), capacitação concentrada e padronizada por

meio da Força Nacional, bases móveis de trabalho com suporte de equipe de perícia com possibilidade de exames diretamente nos locais de intervenção, suporte da Polícia Judiciária Civil nas ações de ofício, suporte aéreo e fluvial para as ações itinerantes do PEFRON, uso de tecnologias não-letais e novas alternativas tecnológicas para integração das comunicações (POLÍCIA DE FRONTEIRA, 2018).

O PEFRON contará inicialmente com 828 policiais operando nas 18 unidades fixas que deverão ser construídas no primeiro ano do projeto nos onze estados. Cerca de 10,9 milhões de pessoas serão atendidas pelo projeto PRONASCI Fronteiras, que deverá ser implantado nos onze Estados Fronteiriços do Brasil.

O Policiamento de Fronteira tem como metas principais realizar a promoção intergovernamental e interinstitucional em segurança pública, nas áreas de planejamento, atividades de formação, atuação tático-operacional e intercâmbio de dados, informações e conhecimento, por meio de ações preventivas e itinerantes, com vistas a alcançar resultados satisfatórios.

Após uma década de implantação do PEFRON, poucos resultados foram obtidos no que se refere ao combate efetivo da criminalidade. Uma vez que, colocar policiais militares dos estados, ainda que recebam algum treinamento, que já tem demasiada incumbência em seus municípios, e ainda terem que combater crimes na fronteira, não se considera, aqui, uma política das mais corretas.

Ainda que haja apreensões e prisões seriam de pequeno montante, não representariam, nem de longe, um combate efetivo ao narcotráfico. O projeto PEFRON não envolve as estruturas cruciais nesse segmento, caso do Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional. Ademais, que para o pleno e eficaz funcionamento precisa de um custeio permanente, e se indaga se o governo federal conseguirá manter esse investimento.

Outra situação que se coloca são os acordos de cooperação internacional. Se não houver o robustecimento desses acordos, em especial, para conter a produção das drogas nos países produtores, todo o trabalho do governo e daqueles que atuam direto na fronteira ficará comprometido.

Notadamente, vislumbra-se algum empenho do poder estatal, seja na esfera federal ou estadual, para conter os problemas nas fronteiras brasileiras. Tem-se a exemplo desses esforços o SISFRON, o PEFRON e o BPFron. Todavia, diante da problemática histórica das fronteiras, as políticas ainda são muito incipientes e realizadas com precário planejamento.

Acredita-se, que em um horizonte a médio e longo prazo, com melhores planejamentos, manutenção e distribuição correta dos investimentos e fortalecimento das parcerias com os países envolvidos o PEFRON e os demais programas de segurança para as fronteiras trarão resultados mais eficientes.

### 3.5.2 Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras– ENAFRON

O projeto da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) foi instituído em junho de 2011 por meio de um decreto da presidente da República Dilma Rousseff e evoluiu do PEFRON (Policiamento Especializado de Fronteira), que havia sido criado em 2009. Todavia, o planejamento das ações relativas à proteção da faixa de fronteira já vem sendo desenvolvido há bem mais tempo, pelo menos no extremo oeste catarinense (CDIF, 2018).

A criação da ENAFRON parte da necessidade de propiciar efetividade da prevenção e repressão aos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira, especialmente nas cidades "Gêmeas", áreas das "tríplices fronteiras", demais cidades da linha de fronteira, rios e lagos penetrantes da costa oeste brasileira, bem como às rodovias estaduais utilizadas para escoamento de drogas, armas, contrabando e descaminho e cometimento dos crimes de homicídios, roubos e tráfico de pessoas.

A ENAFRON prevê a execução de inúmeras ações e projetos com foco nos órgãos estaduais de segurança pública, buscando o aprimoramento da prestação de segurança pública e consequente fortalecimento da cidadania e melhoria das condições de vida das pessoas que residem nos municípios localizados na faixa de fronteira.

Cada um dos Arcos (Norte, Central e Sul) que envolvem onze estados e fazem fronteira com dez países em mais de 16 mil quilômetros de extensão tem características próprias quanto ao clima, desenvolvimento econômico, populacionais e crimes cometidos. O Brasil apresenta 9 mil km de fronteiras próximas a rios e lagos e mais de 7 mil km de fronteiras secas.

No Norte, a maior parte da droga que é produzida em países vizinhos como Peru, Colômbia e Bolívia chega ao Brasil em embarcações que ancoram em portos clandestinos. Já no Sul, a droga atravessa fronteiras secas e molhadas, mas



percorrem a maior parte do seu trajeto pelas rodovias, até chegarem a seus pontos de distribuição.

As redes são estruturadas pelos territórios por meio de investimentos públicos e privados, como a pavimentação de estradas e os diversos canais de informações (telecomunicações), que permitem o trânsito da droga pelas fronteiras. Estas redes são formadas pelo conjunto das rotas pelas rodovias e hidrovias, dependendo do território de atuação. É de extrema importância que as forças de segurança se mobilizem para atuar dentro do território constituído pelas redes dos narcotraficantes.

É o fluxo das informações político-econômicas e sociais que servem de suporte para o poder. Esse poder é exercido por meio das redes, que são criadas, constituídas pelos sujeitos que circulam tanto dentro do território transfronteiriço quanto fora dele. Estes sujeitos ao mesmo tempo em que estão em condições de exercer o poder, também podem sofrer as consequências impostas por esse poder.

Conforme Raffestin (2011) são as relações entre as pessoas, intercedidas pelas estruturas de materialização da sociedade no território que permitem vislumbrar as modificações no espaço, sendo que a disputa de forças que age sobre o território fronteiriço pode passar despercebida diante daquela paisagem. Conforme Raffestin (2011, p. 47): “o poder se manifesta por ocasião da relação”.

De maneira geral, o conceito de território é abordado como uma área administrada pelo Estado sobre o qual exerce soberania. Contudo, mediante as formas que os grupos têm se organizado, analisar o território a partir de modelo conceitual tradicional já não é mais suficiente. Pois, o conceito tradicional elimina enquanto atores formadores e constituintes do território os mais diferentes grupos que o compõem e que formam os territórios informais. Sugere-se, então, analisar o território diante do mundo atual e globalizado, valorizando os sujeitos e grupos que participam da formação desses territórios.

Ratzel (1993) salienta que o território é uma porção do espaço orientada pela posse, sendo uma região de domínio de uma sociedade ou Estado. Todavia, a posse de uma região pode gerar conflitos de distintos interesses que, por sua vez, proporcionam a criação das fronteiras entre países, estados, municípios, bairros e áreas de influência de um determinado grupo. O território pode ser o espaço concreto em si, apropriado por um determinado agente ou grupo social, tendo em

vista que a noção de apropriação empregada no conceito ilustra a existência de uma relação de poder construída pelo homem sobre um espaço delimitado.

Por outro lado, o território pode se referir a uma relação de poder ou somente a uma prática de vivência sobre um local do espaço geográfico. O conceito de território normalmente se direciona para uma área do espaço demarcada por uma relação de posse, soberania ou poder. O território nacional de um país é um limite delimitado pela soberania desempenhada pelo Estado, seguindo o perfil meramente político.

Ao conceito de rede se pressupõe uma sociedade inserida em um contexto onde os indivíduos estão integrados de maneira sistêmica constituídos de múltiplas relações. A rede propicia uma realidade complexa onde tudo está conectado. Na rede está intrínseca a realidade social, econômica e política em que se destacam as relações dos indivíduos e as zonas de concentração na rede (SCHNEIDER, 2005, p. 52).

Assim, podem-se perceber as redes como um conjunto de locais da superfície terrestre conectado ou interligado entre si. Estas conexões podem ser materiais, digitais e culturais, além de envolver o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros. Este conceito servirá para entender, acima de tudo, como se formam e se difundem as redes do narcotráfico pela Tríplice Fronteira.

Importante analisar como a concepção de redes de políticas públicas, assim como a rede do tráfico e contrabando, se desenvolveu acompanhado do aparecimento de novas tecnologias do conhecimento. A Era Digital oferece uma grande potencialidade de expansão da comunicação entre os mais diversos sujeitos e a transposição das fronteiras transnacionais (KENIS & SCHNEIDER, 1991).

Segundo declaração do diretor nacional da ENAFRON, capitão Alex Jorge das Neves, por muitos anos no Brasil não foram desenvolvidas ações direcionadas particularmente para as regiões de fronteira, de maneira a conter as redes formadas pelos narcotraficantes. Conforme o diretor “há um histórico de atuação fragmentada e de ausência de uma estratégia indutora” precisando modificar com a reestruturação proposta pelo novo projeto (CDIF, 2018).

No projeto da ENAFRON estão previstos a integração, a cooperação, a articulação, os investimentos em políticas de pessoal, a inovação tecnológica dos órgãos de segurança pública da faixa de fronteira para o enfrentamento e a

repressão à entrada de ilícitos transfronteiriços e para eliminar algumas das grandes dificuldades da fronteira: a falta de infraestrutura, de efetivo e de política de pessoal (CDIF, 2018).

Merece destaque as Comissões Permanentes para o Desenvolvimento e a Integração das Fronteiras (CDIFs) que precisam procurar alternativas para desenvolver a região fronteira em geral. Entende-se que as melhorias na segurança pública transfronteiriça devam passar por setores sensíveis, como os aspectos econômicos e educacionais.

Conforme a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Ministério da Justiça, em 2010 foram investidos nove milhões de reais (na época ainda PEFRON). EM 2011 A ENAFRON recebeu investimentos de sessenta milhões. Em 2012 os investimentos evoluíram para cento e cinquenta milhões com expectativas de duzentos e vinte milhões para o ano seguinte.

A distribuição dos recursos obedece a critérios como o número de pessoas residentes na faixa de fronteira, o número de municípios existentes, repasses anteriores de recursos, taxa de homicídios, extensão da faixa, apreensões de armas e drogas. Entretanto, a SENASP enfrenta desafios para acessar os dados dos homicídios e apreensões em cada município e enxerga a possibilidade de se modernizar o sistema (CDIF, 2018).

### 3.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA

A presente seção aborda os acordos de cooperação e integração entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Os acordos visam combater a criminalidade nas fronteiras entre esses países. Ainda serão feitas comparações das tipologias dos crimes praticados no Brasil e no Paraguai. E, ao final da seção, realizar-se-á uma comparação quantitativa dos crimes cometidos no mundo, no Brasil, no Paraná e na faixa de Fronteira.

#### 3.6.1 Acordos de cooperação internacional para as fronteiras

Na atualidade, as fronteiras entre os países são acometidas pelos mais diversos tipos de crimes, como o contrabando, o descaminho, o tráfico de drogas e

de armas, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Os chamados crimes transfronteiriços são difíceis de combater por sua complexidade, como o rápido avanço da globalização, que permite a utilização dos mais variados instrumentos tecnológicos por parte dos criminosos que atuam na fronteira.

Visando os problemas da criminalidade na fronteira entre os países, a Assembleia Geral da ONU determinou a criação de um comitê para discutir a formação de uma comissão internacional para o enfrentamento dos crimes fronteiriços (ESTUDOS AVANÇADOS, 2007).

No ano de 1999 realizou-se em Palermo, na Itália, uma reunião para a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional/Transfronteiriço – a Convenção de Palermo. O documento expressa a necessidade de os países se unirem para combaterem os mais diversos ilícitos transfronteiriços, que acabam assolando a economia e a qualidade de vida dos países como um todo<sup>37</sup> (ESTUDOS AVANÇADOS, 2007).

Ao se tratar das relações entre os países, muitos temas tornam-se delicados na agenda dos governos, entre eles está a defesa e segurança. Ainda que seja complexo, dentre os acordos de cooperação está o trabalho conjunto das forças policiais e militares dos diferentes países a fim de combater as ameaças que podem assolar as fronteiras e a soberania dos territórios nacionais.

No tocante à defesa e segurança internacional estão os crimes transnacionais, a imigração ilegal, o terrorismo, o tráfico de drogas, de armas, de seres humanos, o contrabando de migrantes e a lavagem de dinheiro.

No mundo contemporâneo, as maiores ameaças não partem mais dos estados, mas sim de entidades com maior liberdade de ação, caso do crime organizado e grupos terroristas. Estes grupos se aproveitam das fronteiras mais flexíveis da globalização, que permitem um maior fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e recursos e atuam diante da fragilidade de controle e cooperação entre os países.

---

<sup>37</sup> A Convenção de Palermo adotada pelas Nações Unidas no ano 2000 tem três documentos que abordam áreas específicas de atuação do crime organizado: i) protocolo para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; ii) protocolo contra o contrabando de imigrantes por terra, ar e mar; e iii) protocolo contra a fabricação ilegal e o tráfico de armas de fogo, incluindo peças, acessórios e munições.

Sob o olhar voltado para a melhoria da segurança pública na Tríplice Fronteira, autoridades que representam o Brasil, Argentina e Paraguai se reuniram em Assunção para a assinatura de um Termo de Cooperação. O Termo, assinado na capital paraguaia em 07 de setembro de 2019, objetiva a realização de ações integradas para a prevenção e o combate ao crime organizado transfronteiriço.

Conforme relatado pelo ministro da Defesa interino do Brasil, Joaquim Silva e Luna,

“um acordo de cooperação é sempre um compromisso que se firma entre países, no caso, Argentina, Paraguai e Brasil, no sentido de combater ameaças que sejam comuns, nas suas faixas de fronteira, e, neste caso, na tríplice fronteira. Sobretudo, os crimes transnacionais, onde se incluem o tráfico de arma, de drogas, ilícitos de um modo geral e os descaminhos”.

O Ministério da Defesa do Brasil tem interesse na integração transfronteiriça, pelo fato de suas Forças Armadas atuarem diariamente na fronteira (DEFESA.GOV, 2019). Faz parte do acordo de cooperação assinado entre os países da Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai e Argentina:

- intensificação da cooperação na área de Inteligência, com particular ênfase na formação e intercâmbio de dados;
- promoção de acordos que permitam o estabelecimento de Comandos Bipartidos nas áreas de fronteira, a fim de ampliar as áreas de cooperação e fortalecer as tarefas preventivas e operacionais;
- promoção do uso de tecnologia que contribua para a prevenção e o combate ao crime organizado transnacional;
- definição de metodologias compatíveis, compartilhamento de informações e estatísticas, para os estudos de focalização do problema das fronteiras, que permitam elaboração de políticas públicas no tocante à segurança; e
- fortalecimento e intensificação de atividades e programas de treinamento para agentes das agências de segurança competentes (DEFESA.GOV, 2019).

Durante a política externa do governo Lula, a questão relacionada à segurança e defesa passa de uma posição reativa para um posicionamento propositivo. A política de segurança nacional torna-se mais transparente no que se refere aos seus objetivos e princípios e mais estruturado quanto à postura das forças armadas, observa-se assim uma internacionalização da agenda de segurança, que contrasta com a antiga política regional (CAIXETA; SUYAMA, 2016).

### 3.6.2 Acordos de cooperação bilateral: Brasil e Paraguai

Brasil e Paraguai são signatários da Convenção de Palermo. No Paraguai o texto foi aprovado em 2003, através da Lei 2.298. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Decreto n.5.015, de 12 de março de 2004, sacramentou a adesão do Brasil a esse documento do Direito Internacional (PARAGUAY, 2003; BRASIL, 2004).

Visando combater a criminalidade no território fronteiriço, Brasil e Paraguai realizam acordos de cooperação na área de segurança. Como exemplo, os ministros da Defesa brasileiro e paraguaio inauguraram em abril de 2016, o Mecanismo 2+2 de Consulta Política e Avaliação Estratégica. O acordo tem como objetivo aprofundar as relações de defesa e segurança entre os dois países (BRASIL, 2018).

Dentro da proposta do Mecanismo 2+2 estão à realização de operações combinadas ou simultâneas na fronteira, capacitação e treinamento, troca de informações, desenvolvimento de iniciativas conjuntas para melhorar o controle do espaço aéreo, dentre outras iniciativas (BRASIL, 2018a).

Do ponto de vista de ambos os governos, brasileiro e paraguaio, esses países têm se esforçado para manter uma substancial cooperação, tanto na área do desenvolvimento quanto na área da segurança. Dentro do 2+2 existe também a atuação da Marinha dos dois países, para a realização da missão naval.

Em agosto de 2017, o ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Torquato Jardim, estabeleceu o acordo de cooperação entre a Polícia Federal do Brasil (PF) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Paraguai. Ficou estabelecido um auxílio mútuo no desenvolvimento de ações coordenadas contra os narcotraficantes e crimes relacionados, como o cultivo da maconha. O termo visa o aumento dos esforços na busca e apreensão de foragidos que tenham envolvimento com o tráfico internacional de drogas (BRASIL, 2018b).

Em determinados períodos e visando o combate aos crimes transfronteiriços, as forças de segurança recebem o mesmo treinamento, pois, a ação conjunta das forças de segurança brasileira e paraguaia se configura em um grande diferencial no combate à criminalidade transfronteiriça (BRASIL, 2018b).

### 3.6.3 Acordos de cooperação bilateral: Brasil e Argentina

Apesar de a Argentina não ser uma grande produtora de maconha e nem a rota principal dos criminosos, por se tratar de região transfronteiriça apresenta os fenômenos da ilegalidade específicos da fronteira. Diante dessa questão, o governo brasileiro tem demonstrado esforços na área da cooperação da defesa e segurança com o país argentino.

Em junho de 2019 foi assinado pelos Ministros da Defesa do Brasil e da Argentina uma Declaração de Intenções. Diante desse documento firmou-se o compromisso de melhorar as iniciativas de pesquisa e estudos para o desenvolvimento e intercâmbio de tecnologias; incentivar programas bilaterais para o emprego de meios da indústria de defesa para manutenção de equipamentos e sistemas militares; incrementar os esforços voltados para a instrução e adestramento combinados entre as Forças Armadas; trabalhar em uma abordagem combinada sobre as fronteiras comuns; fomentar intercâmbios entre Instituições Acadêmicas e Centros de Formação Militar para desenvolver uma postura binacional em ciberdefesa, espaços comuns globais e missões de paz; estudar as oportunidades de cooperação combinadas para a vigilância e controle do Atlântico Sul; aprofundar a cooperação binacional na área de submarinos convencionais; avançar nos acordos em trâmite para o desenvolvimento e modernização das aeronaves militares; e explorar as potenciais vias de cooperação na Antártida (ENFOQUE-MS, 2019).

Conforme o Ministério da Defesa do Brasil, as áreas de maior importância para as indústrias de defesa brasileira e argentina são a aeronáutica, espacial, nuclear e de construção naval. Ampliar a parceria que envolve a cadeia logística do avião multipropósito KC-390, desenvolvido pela Embraer, com a Argentina, é de interesse do governo brasileiro.

Conforme anunciado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro, em visita ao município paraguaio de Pedro Juan Caballero, no início do mês de junho de 2019, a Argentina vai fazer parte da Nova Aliança. A Operação já é realizada há cinco anos por Brasil e Paraguai e visa combater o narcotráfico na fronteira (BRASIL, 2019).

Brasil e Argentina desenvolvem conjuntamente o veículo leve de emprego aerotransportado. E na esfera da UNASUL existem dois importantes projetos com participação brasileira, a se pontuar: i) o UNASUL 1 (Argentina, Brasil, Equador e Peru), uma aeronave de treinamento a ser utilizada por pilotos nas escolas militares

das forças aéreas dos países da região; e ii) o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) regional, um veículo aéreo não tripulado para uso em tarefas de vigilância e patrulha de fronteiras (possui aplicações tanto militares quanto civis) (CAIXETA; SUYAMA, 2016).

Sérgio Moro informou que ocorrerá a participação da Argentina na Operação Nova Aliança com auxílio do Brasil, que disponibilizará, inicialmente, dois helicópteros para melhorar o combate ao tráfico de drogas na fronteira Brasil-Argentina. As aeronaves denotam grande relevância no controle das fronteiras, pois atingem locais em que os automóveis e, até mesmo, as embarcações não alcançam.

As parcerias com os países fronteiriços, não conferem ao Brasil e seus vizinhos apenas melhorias na área da segurança. Os ganhos para esses países atingem diversos setores, como a geração de empregos, gerando desenvolvimento, qualificação profissional, melhoria na qualidade de vida das pessoas, diminuição de custos e eficiência na logística da produção de mercadorias para ambos e fomento ao comércio bilateral e regional.

O Capítulo 4 terá como enfoque o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron). O BPFron será apresentado a partir do contexto de sua criação, assim como suas atribuições, dificuldades de atuação, avanços e retrocessos e suas áreas de domínios na figura de suas três companhias.

Analisar-se-á, no próximo Capítulo, quais são os outros batalhões de fronteira que estão em atividade no Brasil e se realizam trabalhos similares aos do BPFron, guardadas as devidas proporções geográficas e culturais. A partir das experiências desses batalhões, de implantação mais antiga, o BPFron poderia, como hipótese aqui levantada, trabalhar com essas informações na busca por melhorias a serem implantadas na faixa de fronteira paranaense.



## 4 BATALHÃO DA POLÍCIA DE FRONTEIRA – BPFron: UM ESTUDO DE CASO

Neste Capítulo será analisado como ocorreu a criação do BPFron e como o Batalhão atua em suas principais áreas de domínio, assim como, de que maneira o Batalhão realiza suas estratégias de combate e cerco ao narcotráfico. Experiências em outros batalhões de polícia de fronteira pelo território brasileiro também serão abordadas no sentido de conhecer práticas e ações similares.

O presente Capítulo realizará ainda uma análise comparativa da criminalidade na região oeste do Paraná com outras regiões fronteiriças, caso do MS com o Paraguai e do Brasil com o Peru e a Colômbia. A intenção a partir dessas buscas é a de verificar quais são os índices da criminalidade nas respectivas regiões, que apesar de fronteira apresentam uma condição geográfica diferenciada, e verificar o que o governo federal e os gestores das políticas públicas estaduais e locais tem feito no combate à criminalidade nas respectivas regiões.

### 4.1 A CRIAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE FRONTEIRA – BPFron

A realização de investimentos e estratégias para as regiões de fronteira são fundamentais para garantir a segurança do Estado e do país, nesse caso impedindo o avanço da criminalidade no Paraná e no Brasil com um todo.

É comum que os países sulamericanos coloquem suas soberanias acima da responsabilidade administrativa de proteção e gestão do território. Ao verificar os incipientes investimentos e acordos de cooperação regional e bilateral na região de fronteira, nota-se que os acordos não são tratados como prioridade nas agendas dos governantes, mesmo com a preocupação geral diante dos índices alarmantes de criminalidade e dos discursos políticos em torno da segurança pública (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Um dos fatores dos frequentes debates sobre a securitização transfronteiriça é o avanço da globalização, que permite cada vez mais um maior trânsito dos fluxos. Ao perceber as fronteiras brasileiras como áreas sensíveis à criminalidade, o tema entrou em debate nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Os debates trouxeram a tona o quanto estão desprotegidas nossas fronteiras, em sua grande extensão (SALLA; ALVAREZ; OI; ROCHA, 2014).

Diante dos debates, merece ênfase o Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), composto pelos municípios brasileiros de Barracão (Paraná), Bom Jesus do Sul (Paraná), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, na Argentina). O Consórcio propiciou a confecção de um planejamento para o desenvolvimento da fronteira, especialmente, em temas sensíveis como a educação, turismo (para geração de mais empregos e renda), agroecologia e produtos locais (SANTOS; BARROS, 2016).

A grande vantagem do Consórcio é que permite a realização de investimentos públicos e privados, a fim de que os projetos possam atender aos vários municípios do território transfronteiriço. Assim, tem-se a possibilidade de levar o desenvolvimento e melhoria dos índices sociais de vários municípios da fronteira. A questão desfavorável é que o funcionamento do CIF só pode ocorrer em território brasileiro, ainda que o planejamento seja realizado por todos. Desta forma, devido à falta de acordos de cooperação na área da legislação entre os países da Tríplice Fronteira, o município argentino não pode ser beneficiado (SANTOS; BARROS, 2016).

No contexto sobre os esforços dos governantes para melhorar a segurança pública para as fronteiras brasileiras, e a partir da Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras (ENAFRON), foi criado o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron). O BPFron foi criado para atuar na fronteira paranaense e combater o tráfico de drogas e armas, e a criminalidade em geral.

O trabalho do BPFron reflete na segurança pública tanto dos municípios fronteiriços quanto nos grandes centros do país, como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao combater a criminalidade na fronteira, quiçá, em sua origem, a atuação do BPFron evita que muitos crimes ocorram pelo território brasileiro, pois reitra de circulação criminosos, drogas e armas.

A criação do BPFron está inserida no contexto político do estado do Paraná. Os debates acerca da criação do Batalhão remontam o ano de 1998 quando o então deputado estadual Elio Rusch (DEM) conseguiu aprovar o projeto de lei na Assembleia Legislativa do Paraná. Todavia, a implantação, de fato, do BPFron ocorreria apenas quatorze anos mais tarde (PORTAL TERRA ROXA, 2018).

A criação do BPFron, pelo Decreto-Lei nº 4.905 de 06 de junho de 2012, além da ENAFRON, está vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tendo como um de seus principais objetivos integrar a atuação de outras

forças policiais, como a Polícia Federal, nos delitos e crimes transnacionais e/ou transfronteiriços.

O BPFron se configura em uma unidade da Polícia Militar do Estado do Paraná preparada para atuar no território transfronteiriço, na faixa de fronteira brasileira. É considerado o primeiro Batalhão de Polícia de Fronteira do país, resultado dos investimentos da ENAFRON, estabelecido pela Presidência da República via Decreto nº 7.496/11. Para a criação do BPFron houve uma parceria com o Governo do Estado do Paraná e subordinado diretamente ao Subcomandante Geral da Polícia Militar do Paraná.

Os problemas de segurança pública enfrentados pelos países do Hemisfério Norte, são a criação de controle populacional. Em diversos países europeus e nos Estados Unidos há um intrincado fluxo de imigrantes, o que torna a mobilidade populacional um grande problema nesses países. A condição estabelecida leva os governos a criarem muros fronteiriços (MOREIRA-LIMA; FERRARI, 2017).

Na América do Sul, especialmente no Brasil, as políticas de segurança nacional estão organizadas para combater o crime organizado transfronteiriço (MOREIRA-LIMA; FERRARI, 2017). A criação do BPFron para atuar na fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina está no contexto nacional e internacional de segurança pública para as fronteiras.

Em geral, os Estados têm problemas para definir a ação do crime organizado transnacional ou transfronteiriço. Isso ocorre pela falta de políticas públicas de segurança com vistas a reprimir esses crimes, seguido pela frágil consciência da opinião pública sobre seus malefícios, se tornam um terreno fértil para seu avanço e consolidação. As redes ilícitas transitam pelas fronteiras na forma de crimes transnacionais enquanto o controle e repressão se mantêm restritos às nações (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2013). Como resultado das políticas de segurança pública para as fronteiras, o BPFron realiza o controle e repressão na fronteira paranaense.

O trabalho das forças de segurança e do BPFron visa combater diariamente a criminalidade, que impõe sua lógica de funcionamento a partir do conhecimento do território fronteiriço, mas que também mantém pontos de ligação com outros territórios, por meio da formação das redes. Conforme Gemelli (2012, p. 20), “[...] a dispersão espacial existente nas operações do tráfico é o que o torna articulado em redes, sendo essas essenciais para o seu funcionamento”.

A partir das políticas de segurança pública do programa ENAFRON e da SENASP, em parceria com a SESP-PR, percebe-se que a segurança brasileira tem direcionado seus investimentos para uma maior presença de militares e de tecnologia nas fronteiras.

Há um esforço do Estado brasileiro em garantir um controle cada vez maior das fronteiras, com a presença de todos os agentes das forças de segurança equipados com as mais variadas tecnologias, apreendendo armas, drogas e criminosos. É diante deste panorama da segurança pública para as fronteiras que ocorre a criação do BPFron.

Anteriormente à discussão sobre a atuação do BPFron no território transfronteiriço, a pesquisa mostrará na próxima seção alguns outros batalhões que existem no território brasileiro e que, da mesma forma, atuam na fronteira, a fim de conhecer práticas e ações similares.

## 4.2 OUTROS BATALHÕES DE FRONTEIRA QUE REALIZAM TRABALHOS SIMILARES AOS DO BPFron

### 4.2.1 Criação das polícias militares estaduais: breve histórico

As polícias militares são criadas no Brasil a partir de 1809, tendo como ponto de partida a Guarda Real de polícia, que se transformaria futuramente nas polícias militares estaduais. São subordinadas ao Ministério da Guerra e Justiça Portuguesa, e sua estrutura é similar ao modelo atual.

Todavia, o fato crucial para a solidificação da polícia militar em nosso país se deu após a abdicação de Dom Pedro I e a instalação do período regencial. Naquela data, em 1831, o Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó destituiu os corpos policiais e cria um corpo único: a Guarda Municipal de Voluntários por Províncias, conhecido como Corpo de Guardas Municipais Permanentes. A função era “exercer as funções da extinta Guarda Real, bem como as tarefas de fiscalização da coleta de impostos” (MUNIZ, 2001, p. 192).

Com relação às Guardas Municipais é importante salientar o perfil daqueles que poderiam ser recrutado para esta função. Conforme Sodré:

“o recrutamento é uma singularidade: feito na base dos “cidadãos em condições de serem alistados eleitores” correspondia a premeditada e rigorosa seleção por cima, de vez que o eleitorado era constituído à base da

renda e a restrição da área eleitoral era dos traços definidores do domínio daquela classe. Tratava-se, pois, de força constituída por elementos de posses” (SODRÉ, 1979, p. 118).

Entretanto, as Guardas Municipais não conseguem atender as demandas daquele período abrindo precedentes para se criar outra organização que provesse essa lacuna. Assim, ainda em 1831, foi criada a Guarda Nacional, que se define da seguinte forma: “segundo a lei que a criou, uma organização permanente, consistindo o seu serviço ordinário, dentro e fora dos municípios, em destacamentos à disposição dos juizes de paz, criminais, presidentes de províncias e ministro da Justiça” (SODRÉ, 1979, p. 119).

A Guerra do Paraguai promove uma importante transformação na polícia militar brasileira. A partir do período da Guerra (1864-1870), as polícias passaram a atuar nas infantarias e os policiais se inserem no interior de um movimento de quartel.

A Guerra do Paraguai ocorre em um período que algumas nações sul-americanas buscavam um melhor posicionamento na geopolítica global, caso do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Dentre as causas dessa guerra estavam várias questões fronteiriças, logística da navegação e a expansão, especialmente paraguaia que pretendia acessar portos para escoação de mercadorias. O Paraguai almejava ainda fortalecer sua posição regional como terceira potência e disputava territórios fronteiriços com Brasil e Argentina<sup>38</sup>.

A aproximação entre a polícia e o exército permite colocar em prática uma série de técnicas comuns que estão presentes nas duas organizações. Conforme Mezzomo: “observa-se que sempre tiveram grande proximidade com o próprio Exército, com destaque para a adoção do modelo militar, a estrutura organizacional e empregadas como “forças auxiliares do Exército regular”” (MEZZOMO, 2005, p. 31).

---

<sup>38</sup> A Guerra tem seu marco em 11 de novembro de 1864, quando o navio brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado no Rio Paraguai por uma embarcação armada paraguaia. A esse episódio, seguiu-se o rompimento de relações entre os países e, em 23 de dezembro do mesmo ano, iniciaram-se as operações de guerra, com uma ofensiva de Solano López ao Mato Grosso brasileiro. CARTA CAPITAL (2015). **O que motivou a Guerra do Paraguai?** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-motivou-a-guerra-do-paraguai/>> Acesso em: 06 fev. 2020.

A partir da estreita relação com o exército, a polícia militar operava tanto nas guerras quanto “nos conflitos internos, como rebeliões, motins, revoltas populares, além evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle de fronteiras da nação” (MUNIZ, 2001, p. 182).

A partir da concepção da constituição da República de 1891, os estados obtêm mais autonomia. Paralelamente são criadas as forças públicas, responsáveis pela segurança nos Estados, que cuidava da defesa do governo estadual perante os desmandos do governo federal. Assim, a força pública se posiciona como uma organização militar dos estados e inicia o cotidiano de se viver em quartéis (MEZZOMO, 2005).

#### 4.2.2 Grupo Especial de Fronteira – GEFRON

Um exemplo das ações sobre a condição da segurança pública no Brasil em área de fronteira foi ilustrado com a criação do policiamento de fronteira, denominado Grupo Especial de Fronteira (GEFRON). Este policiamento atua principalmente na fronteira Brasil-Bolívia, a partir do estado do Mato Grosso.

Diante de sua enorme fronteira, o Brasil precisa dispor de pessoal especializado na segurança dessas regiões a fim de evitar a criminalidade nessas áreas de grande sensibilidade política. Neste contexto está a fronteira oeste do país que apresenta fator considerável nas estatísticas criminais do Mato Grosso e de outros estados da federação que estão em regiões fronteiriças.

A fronteira oeste do Mato Grosso tem 980 quilômetros de extensão, sendo 750 quilômetros de limite seco e 230 quilômetros de limite aquático. O Mato Grosso possui 28 municípios na faixa de fronteira e 11 municípios na linha de fronteira.

Decorre daí uma necessidade de intervenção imediata, intensa e capaz de conter a criminalidade desenvolvida na região. O GEFRON foi criado no Estado de Mato Grosso no dia de 13 de março de 2002, através do Decreto Estadual nº 3994, que prevê a instalação e implementação de sua estrutura no prazo máximo de dois anos. No decreto, está previsto ainda o trabalho integrado da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar (SESP/PMMT, 2016).

O GEFRON tem a missão de apoiar os órgãos federais responsáveis pela segurança na fronteira do Brasil com a Bolívia, a partir do Estado do Mato Grosso. Assim, desencadeando na região operações sistemáticas de prevenção e repressão

ao tráfico de drogas, contrabando e descaminho de bens e valores, roubo e furto de veículos e invasões de propriedades (SESP/PMMT, 2016). A Figura 26 mostra o Organograma do GEFRON.

Figura 26 - Organograma do GEFRON



Fonte: SESP/PMMT, 2016.

Dentro do estado do Mato Grosso o GEFRON conta com quatro bases. A base central fica em Porto Esperidião. Tem ainda as bases de Vila Cardoso, Matão e Avião Caído. O GEFRON conta com cem homens em seu efetivo. Dispõe de trinta viaturas para fazer a ronda e combater a criminalidade na fronteira.

Em 2010 o GEFRON contava com um efetivo de 90 policiais militares. Em 2014 aumentou para 140 e em 2017 para 158 policiais. Em cinco anos, as ações do GEFRON levaram ao incremento de 1.000% no volume de veículos recuperados, 3.300% no volume de drogas apreendidas e 400% no número de armas apreendidas na zona de fronteira do estado do Mato Grosso. Ademais a estes indicadores de aperfeiçoamento da eficácia da atuação policial, cabe salientar ainda alguns indicadores de impacto direto sobre a qualidade de vida da população residente na região de fronteira.

Devido à situação de insegurança que imperava antes da implantação do GEFRON, de 1996 a 2001, ocorreu uma redução de 10% na população residente nos municípios desta região (DEPRO-SENASP, 2009-10).

A partir do conhecimento das principais falhas e sucessos da ação do GEFRON, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) aperfeiçoou alguns itens que levaram a um incremento no potencial de impacto nas fronteiras:

- Mais foco nas comunidades de fronteiras e abrangência nacional do projeto;
- Constituição de Gabinetes de Gestão Integrada para articulação de estratégias em âmbitos locais, regionais e nacional;
- Perspectiva de valorização profissional com novas ferramentas de trabalho e pagamento de gratificações para policiais que atuarão na faixa de fronteiras;
- Previsão de (re)investimento, após o segundo ano de implantação do projeto;
- Articulação com as ações das polícias do governo federal;
- Articulação com outros ministérios (fazenda, saúde, meio ambiente, integração nacional, etc)
- Capacitação concentrada e padronizada por meio da Força Nacional;
- Bases móveis de trabalho com suporte de equipe de perícia com possibilidade de exames diretamente nos locais de intervenção; e suporte da Polícia Judiciária Civil nas ações de ofício;
- Suporte aéreo e fluvial para as ações itinerantes do PEFRON;
- Uso de tecnologias não-letais; e
- Novas alternativas tecnológicas para integração das comunicações.

Somente de janeiro a setembro de 2019, o GEFRON apreendeu cinco toneladas de drogas, em grande parte a pasta base de cocaína. A apreensão é a maior desde a criação do GEFRON, em 2002. As grandes apreensões são de fundamental importância, pois, somente nesse caso, causou um prejuízo de sessenta e cinco milhões de reais aos narcotraficantes, enfraquecendo seu poder de atuação (PM-MT, 2019).

Nos nove primeiros meses de 2019, o GEFRON recuperou ou apreendeu cento e setenta e seis veículos, prendeu ou conduziu duzentas e vinte e duas pessoas, apreendeu dezessete armas e novecentas e vinte e oito munições e retirou cento e vinte e oito mil dólares que estavam em poder dos criminosos. Quando contabilizado os valores que compreendem os anos de 2014 a 2019, foram retirados das mãos dos narcotraficantes nove milhões e oitocentos mil dólares. Além das



drogas e armas, a retirada de dinheiro tende a retardar a maneira de atuar dos criminosos (PM-MT, 2019)<sup>39</sup>.

#### 4.2.3 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira (BPAF)

Criado por Decreto Oficial, em 23 de novembro de 2005, o 4º Batalhão de Polícia de Área de Fronteira (BPAF) derivou do 39º Batalhão de Polícia Militar (BPM). O 4º BPAF foi criado através da Portaria nº 212 do Estado Maior da Brigada Militar, e é subordinado ao Comando Regional de Policiamento Ostensivo-Fronteira Noroeste (ESTADO, 2018).

O BPAF está situado no município de Santa Rosa, no Noroeste do estado do Rio Grande Sul (RS). Sua área de abrangência são os vinte municípios da região de fronteira noroeste do RS, divididos em quatro Companhias. Abrange a área total de 4.721,30 km<sup>2</sup>, com 140 km de fronteira internacional e uma população de 213.304 habitantes (4º BPAF, 2018). A fronteira Noroeste é considerada uma das mais críticas do estado. A intenção da criação do BPAF é estancar o contrabando e narcotráfico nessa região que faz fronteira com a Argentina.

São subordinados ao BPAF os Órgãos Policiais Militares de Santa Rosa, Cândido Godói, Campina das Missões, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Santo Cristo, Alecrim, Três de Maio, Independência, Alegria, Boa Vista do Buricá, São José do Inhacorá, Nova Candelária, Dr. Maurício Cardoso, Horizontina, Tucunduva, Novo Machado, Tuparendi e Porto Mauá (ESTADO, 2018).

O 4º BPAF é resultado das políticas públicas de segurança do governo do Estado do Rio Grande do Sul. O combate diário a criminalidade traz mais segurança aos habitantes dessa região de fronteira do Brasil. O Quadro 10 destaca algumas das ações do 4º BPAF, que realiza trabalho similar aos do BPFron e do GEFRON, e que tem a responsabilidade de fazer o patrulhamento ostensivo pelos municípios fronteiriços apreendendo armas, drogas e pessoas.

---

<sup>39</sup> Polícia Militar do Mato Grosso – PM-MT (2019). **GEFRON**: Novo comandante e prejuízo de R\$ 65 milhões ao narcotráfico. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/-/13134083-gefron-novo-comandante-e-prejuizo-de-r-65-milhoes-ao-narcotrafico>. Acesso em: 07 fev. 2020.

Quadro 9 - Alguns resultados dos trabalhos do 4º BPAF

Data	Localidade	Tipologia do Crime	Resumo da matéria
19/08/2010	Campina das Missões	Tráfico e consumo de drogas	[...] após receber denúncia anônima, fez a apreensão de 03 (três) plantas de maconha que estavam sendo cultivadas em uma horta nos fundos de uma casa na Vila Kennedy, em Campina das Missões. A proprietária da casa, uma senhora de 70 anos foi presa em flagrante.
03/10/2011	Alecrim	Tráfico de drogas	[...] no cumprimento de mandado judicial em apoio a Polícia Civil efetuou a apreensão de 3.334 kg de uma erva esverdeada assemelhada a maconha. No local foram localizados diversos elementos que indicavam o tráfico: sacolas plásticas fragmentadas de onde se confeccionavam as “buchinhas” de maconha e algumas prontas para serem comercializadas. Foram presos em flagrante um homem e uma mulher e um adolescente.
03/10/2012	Santo Cristo / Santo Ângelo	Contrabando	[...] a guarnição de serviço abordou o veículo Fiat tipo sendo que no interior do mesmo foram encontrados 790 pacotes de cigarro oriundos da Argentina. Foi dada voz de prisão ao condutor e encaminhado para a Delegacia de Polícia Federal de Santo Ângelo.
06/10/2012	Alecrim	Tráfico de drogas	[...] Em revista ao interior do veículo fora encontrado uma bolsa aos pés da passageira, identificada pelas iniciais J.L.L. de Eldorado do Sul, RS, e dentro dela os 3 tijolos de maconha. Foi dada voz de prisão a acusada sendo conduzida em flagrante à Delegacia de Polícia para registro.
01/12/2013	Três de Maio	Captura de foragido	[...] No local foram identificados dois homens, sendo constatado que um deles, M. A. M. encontrava-se na condição de foragido do sistema carcerário, sendo preso e encaminhado à DP local, e posterior ao Presídio Estadual de Santa Rosa.
20/03/2014	Porto Mauá / Santa Rosa	Descaminho	O 4º BPAF abordou um veículo furgão Sprinter [...] com 14532 frascos de desodorante de diversas marcas de procedência estrangeira. O motorista foi preso, e juntamente com a mercadoria foram apresentados na Polícia Federal de Santo Ângelo.

Fonte: Disponível em: <<http://4batalhaodefronteirasantarosa.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Os batalhões de fronteira, como o BPFron, GEFRON e BPAF, foram criados com o objetivo de terem um maior controle e apreenderem criminosos, drogas e armas nas regiões de fronteira do Brasil com outros países.

A experiência do GEFRON em sua realidade fronteiriça serviu para que os demais batalhões de fronteira implantassem trabalhos semelhantes em outros estados, caso do BPFron na fronteira paranaense e do BPAF no Rio Grande do Sul. A criação dos demais batalhões de fronteira, após o GEFRON, surtiu importantes resultados diante da segurança pública regional.

O trabalho dos Batalhões de Fronteira já instalados em algumas regiões é de extrema importância, tanto para a segurança pública regional quanto para todos os municípios brasileiros. Em sua maior parte, os trabalhos convergem, pois, ainda que não haja o contato cotidiano entre os batalhões, todos têm tarefas com dinâmicas específicas: combater o crime transfronteiriço.

Contudo, ainda que se trate de crime transnacional, cada fronteira tem sua própria dinâmica. Somado aos tradicionais problemas típicos da fronteira, como o combate ao tráfico de drogas e armas, a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina conta com um número elevado de pessoas que transitam pela região diariamente. Conforme a Receita Federal do Brasil, cerca de cem mil pessoas e quarenta mil carros circulam pela Tríplice Fronteira todos os dias. Deste montante, oitenta e duas mil pessoas pela Ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) e dezenove mil pessoas pela Ponte Tancredo Neves (Brasil-Argentina). Esse fluxo diário faz com que essa Tríplice Fronteira seja a mais habitada entre todas as outras fronteiras do Brasil.

O BPFron nasce a partir das experiências do GEFRON. E, desta forma, teve implantado muitas estratégias e táticas a partir da experiência do GEFRON. Diante do elevado fluxo populacional, o BPFron combate diariamente todo tipo de crimes e contravenções, que vão desde o crime do descaminho, contrabando de cigarros ao tráfico de pessoas, drogas e armas.

Além das questões ligadas diretamente ao narcotráfico, o BPFron pode transmitir novas experiências tanto para o GEFRON quanto para os demais batalhões existentes e outros que ainda podem ser criados a partir dessa experiência. O BPFron combate os crimes tanto em área terrestre (rodovias, estradas, campo e área de mata fechada) quanto fluvial (rios e lagos). Atua com parcerias com as demais forças de segurança do Brasil, do Paraguai e da Argentina

disponibilizando sua infraestrutura e usando também a estrutura dos órgãos parceiros, como aeronaves e drones de longo alcance.

### 4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ COM OUTRAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS

#### 4.3.1 Mato Grosso do Sul: Fronteira com o Paraguai

O estado do Mato Grosso do Sul (MS) faz fronteira com dois países sulamericanos: o Paraguai e a Bolívia. Por estar situado nessa região transfronteiriça, o MS fica em uma passagem estratégica para o trânsito de produtos ilegais, como drogas e armas. Essa condição faz com que a criminalidade aumente devido às disputas entre os narcotraficantes que se instalam pelo Estado.

Embora, a taxa de mortes violentas no MS foi de 22,7 para cada grupo de cem mil habitantes em 2016, abaixo da média nacional que foi de 29,9, segundo o FBSP, o Estado tem graves problemas com o contrabando e o narcotráfico.

O contrabando de cigarros é um dos crimes mais combatidos pelas forças de segurança pelas fronteiras brasileiras, e também se faz presente no MS. A partir do Paraguai, o cigarro entra no Brasil, especialmente, pelas fronteiras do MS e do Paraná (PR) (ISTO É, 2018).

Os criminosos utilizam como rota a BR 163 para chegar com o contrabando até o município de Mundo Novo/MS, após passar pela linha de fronteira que fica entre os municípios de Salto del Guairá (PY) e Mundo Novo (BR). A distância é de vinte e três quilômetros entre esses dois municípios.

Já a distância entre os municípios de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) é de apenas alguns metros, pois, para estar do lado brasileiro ou voltar para o lado paraguaio basta cruzar uma rua. Essa região é mais utilizada pelos criminosos em razão de ter menor (ou nenhuma) fiscalização por parte dos governos (MIDIAMAX, 2018).

Com o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro nos últimos meses de 2018, o Governo e a sociedade brasileira voltaram suas atenções para essa grave e pontual questão de segurança pública. Houve, então, investimentos e a presença do exército em pontos estratégicos, como entradas e saídas dos morros e limites do município.

Todavia, é um grande equívoco pensar que o enfrentamento direto da polícia e do Exército contra o narcotráfico vai melhorar a segurança pública no Rio de Janeiro. A fórmula mais eficaz para solucionar essa questão é o reforço da segurança pelas fronteiras brasileiras. Enquanto ocorrem os combates nos morros cariocas, mais armas e drogas atravessam pela fronteira em um ciclo vicioso e interminável.

A fronteira do MS com o Paraguai possui 1.300 quilômetros de extensão e trata-se de um território fronteiriço com pouca presença do Estado. É por essa fronteira que circula a maior parte da maconha e cocaína e das armas utilizadas pelos narcotraficantes para aumentar a violência no Rio de Janeiro. Criminosos presos em ação conjunta das polícias brasileira e paraguaia informaram que usavam essa fronteira para despachar as drogas e armas para os comparsas no Rio de Janeiro (CAMPO GRANDE NEWS, 2018).

Por uma grande extensão das fronteiras brasileiras, inclusive do MS, as estradas permitem o deslocamento com grande dificuldade, pois apresentam buracos e atoleiros, que na maior parte do tempo apenas camionetes e demais veículos com trações conseguem circular (CAMPO GRANDE NEWS, 2018).

Pela fronteira do MS ocorre a falta de qualquer tipo de policiamento sendo que nem o próprio Exército se faz presente. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)<sup>40</sup> apresenta grandes dificuldades para avançar pela falta de recursos e ainda não produziu nenhum resultado para a segurança pública regional. Conforme informado pelos moradores da região, não há presença dos sensores e radares e nem de militares fardados. A presença do Exército está apenas nos quartéis de Ponta Porã e Amambai (CAMPO GRANDE NEWS, 2018).

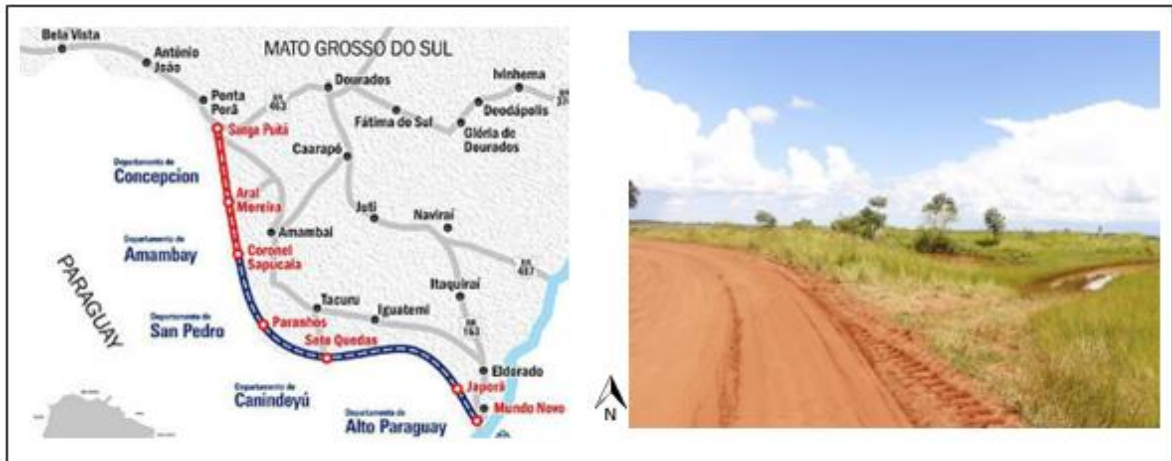
A figura 27 espacializa a Rodovia Internacional MS-165, que fica na fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai. A Rodovia não dispõe de muita infraestrutura e tão pouco de vigilância em diversos pontos. O descaso facilita o

---

<sup>40</sup> O SISFRON foi criado a partir do decreto que institui o Plano Estratégico de Fronteiras, de 2011, e é baseado em três eixos: projeto de sensoriamento e apoio à decisão (área de tecnologia), obras e infraestrutura e projetos de apoio e atuação. Só na área de tecnologia para monitoramento das fronteiras a estimativa é que sejam investidos R\$ 5,93 bilhões até 2021. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/17674-sisfron-atua-na-defesa-e-no-desenvolvimento-da-fronteira-terrestre-do-brasil> > Acesso em: 08/02/2020.

trânsito das mercadorias ilegais e de criminosos e da realização de crimes, como os homicídios na região.

Figura 27 - Rodovia Internacional MS-165, Fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai



Fonte: Dourados Agora / Campo Grande News.

Um grande trecho da Rodovia MS-165 não está pavimentado. A MS-165 faz parte do Projeto Integração que deve asfaltar trezentos e trinta e oito quilômetros, entre o distrito de Sanga Puitã, passando pelos municípios de Coronel Sapucaia, Paranhos e Sete Quedas, até o município de Mundo Novo. O custo total da pavimentação é de trezentos e quarenta milhões de reais (DOURADO AGORA, 2018).

Ademais, a questão da segurança pública está intrinsecamente ligada às obras de infraestrutura. Pois, com o asfaltamento haverá mais mobilidade facilitando o transporte de mercadorias entre os municípios sul-mato-grossenses e paraguaios. A integração entre Brasil e Paraguai nesse território gera o aumento do comércio e possibilita um maior escoamento da produção agrícola do MS.

Mesmo com todas as adversidades encontradas na fronteira do MS com o Paraguai, como os cortes de verbas pelo governo federal, a Polícia Militar Rodoviária (PMR) aumentou as apreensões de drogas e armas. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) tem registros de apreensões de cento e três toneladas de drogas somente no primeiro semestre de 2017.

#### 4.3.2 Tríplice Fronteira: Brasil, Peru e Colômbia

As fronteiras das jurisdições não são concretas, disseminam-se por todos os lugares, são desterritorializadas do ponto de vista político e social. Conforme Houtum e Naerssen (2002), as fronteiras não se caracterizam como um ponto fixo no espaço e no tempo, mas a representação distinta da prática social.

As fronteiras não são naturais aos espaços, elas são construções sociais que impõem uma nova verdade sobre a anteriormente existente, a verdade da realidade nacional sobre o território (DIENER; HAGEN, 2012; HOUTUM, 2011).

A Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia tem um panorama diferente da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. O fator que impõe essa distinção entre as duas tríplexes fronteiras é a floresta amazônica. Essa fronteira tem 1.632 km de extensão e é cortada por rios e, praticamente, desabitada. Nesta fronteira do Brasil, em específico, estão os dois maiores produtores de cocaína do mundo: o Peru e a Colômbia (BBC-BRASIL, 2018b).

O Brasil faz fronteira com os três países que possuem as maiores plantações de coca do mundo. A Colômbia fica com 43% da produção, o Peru 38% e a Bolívia 19%. O Brasil se apresenta como uma das mais relevantes rotas dessa droga. Enquanto uma parte é comercializada pelo narcotráfico brasileiro, a outra parte segue para a África Ocidental, Europa e Estados Unidos (JORNAL GGN, 2018).

Um dos municípios brasileiros com maior trânsito da coca é Tabatinga (AM). O município conta com pouca presença do Estado e menor infraestrutura ainda e se caracteriza como um dos mais pobres daquela região. O trânsito dos narcotraficantes por Tabatinga, com possantes lanchas e armas de grande calibre, é frequente e os moradores próprios definem esse território como “fundo de quintal” da FDN<sup>41</sup> (BBC-BRASIL, 2018b).

Em Tabatinga faltam oportunidades de emprego, saneamento básico, estrada pavimentada e adequada infraestrutura para que a população tenha uma razoável qualidade de vida. Sem trabalho e estudo, os jovens são vítimas fáceis do

---

<sup>41</sup> A sigla se refere à facção criminosa Família do Norte, que ficou conhecida mundialmente no início de 2017, quando dezenas de homens foram decapitados e esquartejados em presídios de Manaus. A origem dos massacres nas prisões, segundo autoridades, é justamente a disputa pelo controle dessa rota amazônica da coca (BBC-BRASIL, 2018b).

narcotráfico. A maioria dos jovens trabalha como transportadores dos produtos ilegais, como drogas e armas, e fazem dessa situação seu meio de vida. O “trabalho” rende de 1.000 até 5.000 mil reais por mês, sendo um ganho rápido e fácil, mas, por outro lado, extremamente perigoso (AMAZONIA.ORG, 2018).

As duas principais forças de segurança que atuam na região são a Polícia Federal (PF) e o Exército. O problema de chegarem poucos recursos, pouco efetivo policial e pouca infraestrutura dificultam o controle e a apreensão de drogas, armas e criminosos. Somados aos tradicionais problemas das fronteiras brasileiras, nesse território em particular existem ainda a grande extensão da selva e dos rios (AMAZONIA.ORG, 2018).

Agentes da PF informam que enfrentam grandes dificuldades para combater o narcotráfico pela imensidão do rio Solimões e centenas de novos caminhos abertos por igarapés e pequenos rios que aparecem com as chuvas na época das cheias. Para atender toda essa extensão fluvial existe apenas um posto policial e dezoito homens da PF. Além de mais homens, os policiais precisariam de lanchas mais potentes e um helicóptero para realizar um combate mais igualitário com os criminosos, que dispõem de grande aparato (BBC-BRASIL, 2018b). A Figura 28 mostra uma patrulha do Exército pelo rio na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia.

Figura 28 - Patrulhamento do Exército ao longo da rede fluvial da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia



Fonte: BBC BRASIL / Foto de Felipe Souza.



O Exército responsável pelo controle dessa região fronteiriça é o 8º Batalhão de Infantaria de Selva. Existem trinta e seis barcos à disposição do Batalhão. Todavia, o coronel Júlio César Belaguarda Nagy de Oliveira, compara os barcos do Exército com potência similar aos dos pescadores e ribeirinhos, ou seja, muito inferior aos barcos que os criminosos utilizam (AMAZONIA.ORG, 2018). Nestas condições, há uma grande dificuldade para controlar o trânsito das drogas e armas que entram no território brasileiro por essa fronteira.

Mesmo com as barreiras encontradas, existem grandes apreensões de drogas na região. Em janeiro de 2018, o Exército brasileiro apreendeu em Vila Bitencourt (AM), fronteira com a Colômbia, 919,7 kg da droga Skank<sup>42</sup>. Somente em 2018 foram apreendidas praticamente quatro toneladas de drogas. Conforme o Exército, essa foi a quarta maior apreensão de Skank realizada pelo Comando Militar da Amazônia na Faixa de Fronteira em 2018.

Os problemas enfrentados nas fronteiras brasileiras são similares, como o combate à criminalidade com pouco efetivo e uma necessidade de se melhorar os investimentos na infraestrutura policial. Entretanto, a implicação do quadro natural desenhado em cada região de fronteira demanda um controle e investimentos específicos. No caso da Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia, região incrustada na selva Amazônica e com uma hidrografia complexa, o treinamento policial e investimentos em infraestrutura devem ser diferenciados das fronteiras secas, por exemplo.

Todavia, o combate ao narcotráfico da cocaína nessa fronteira brasileira depende de esforços não somente do governo brasileiro. Os governos da Colômbia e do Peru têm papel preponderante, pois, devem existir os combates ao narcotráfico a partir de seus territórios. Fato esse que diminuiria a quantidade das drogas que entram no Brasil. É fundamental ainda, aos governos agirem de maneira cooperada no combate ao tráfico de cocaína e armas nesse território. Na próxima seção serão apresentadas as principais formas de atuação do BPFron pela região da Faixa de Fronteira paranaense.

---

<sup>42</sup> Skank (também conhecida como supermaconha e skunk) é uma droga mais potente que a maconha. As duas são extraídas da espécie *Cannabis sativa* e, por isso, possuem em suas composições o mesmo princípio ativo - THC (Tetra-hidro-canabinol). Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150216\\_maconha\\_pesquisa\\_hb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150216_maconha_pesquisa_hb)> Acesso em: 08 fev. 2020.

#### 4.4 O BPFron E OS CRIMES TRANSNACIONAIS/TRANSFRONTEIRIÇOS

O Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) é responsável pelo policiamento ostensivo preventivo fardado, para a preservação da ordem pública e operações diversas para emprego em região de fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina. Também atua no recobrimento das unidades já instaladas e apoia outras forças de Segurança Pública. O objetivo principal é prevenir e reprimir a prática de crimes transfronteiriços, conforme diretrizes do Comandante-Geral da Polícia Militar (SESP/PMPR, 2016).

A discussão sobre os crimes transnacionais ou transfronteiriços é relativamente recente e tem mais ênfase com o fortalecimento do avanço da globalização, do pós-1990. Todavia, a prática desses crimes é antiga, tanto quanto são os governos nacionais e o comércio global (EDWARDS & GILL, 2003).

A denominação transnacional pode ser compreendida como aquilo que se concretiza entre as nações (EVANS; NEWNHAM, 1998). Os autores reiteram ainda que são as ações desenvolvidas através das fronteiras dos Estados, que transportam objetos, pessoas, informações, dinheiro e créditos.

O Serviço Europeu de Polícia (Europol) elaborou onze critérios para reconhecer grupos organizados, do crime organizado e do crime organizado transnacional/transfronteiriço, evidenciando a ação em esfera supranacional; a utilização de violência ou outros tipos de intimidação; a utilização de estruturas comerciais ou similares e o exercício de influência sobre os meios políticos, na Administração Pública, no Poder Judiciário por meio da corrupção, bem como sobre a economia formal e nos meios de informação (WERNER, 2009).

O controle e combate ao crime organizado transfronteiriço retrata como alguns dos trabalhos mais complexos para as forças de segurança. Este tipo de crime é penoso para controlar, em razão de sua complexidade, que é disperso, subversivo, corruptor, resistente e com capacidade de empreender e inovar. Esta espécie de crime não carrega consigo nenhum vínculo com a segurança seja internacional, nacional ou local. Detém forte influência política, econômica e social, uma vez que sua atuação emperra o avanço social, adultera o mercado formal com sua ilegalidade e corrompe os agentes públicos, sendo uma ameaça real aos sistemas democráticos (EDWARDS & GILL, 2003; WERNER, 2009).

O crime organizado é visto como parte integrante da esfera social, sendo um verdadeiro parasita no interior dessa estrutura. Seu crescimento tem impacto direto e negativo sobre a condição do Estado em gerir segurança para a sociedade (CEPIK; BORBA, 2011).

Em nosso país ainda é introdutório o debate sobre o crime organizado transfronteiriço. O tema ainda é abordado de maneira superficial, sem o aprofundamento necessário. Percebe-se que, apesar da demora em obter prioridade nas agendas governamentais, dada a repercussão e os riscos à segurança nacional, os debates acerca do crime organizado transnacional adquirem espaço cada vez maior na política nacional (WERNER, 2009).

#### 4.4.1 A conjuntura política e socioeconômica da faixa de fronteira paranaense e a atuação do BPFron

O BPFron é exemplo da urgência de se criarem políticas públicas eficazes para combater crimes transnacionais/transfronteiriços. Caracteriza-se como um Batalhão de implantação recente, e devido a isso ainda em fase de aperfeiçoamento. É um dos vinte e sete Batalhões vinculados da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Batalhão é criado e colocado em ação em um momento crítico do ponto de vista das políticas públicas realizadas para a faixa de fronteira paranaense. Historicamente, essas políticas apresentam importante *déficit* em seu contexto de criação e eficácia. A ineficiência das políticas atinge todos os setores, especialmente os sensíveis e estratégicos, tais como a educação, a qualificação profissional, a geração de emprego e renda e segurança, que culmina com o colapso da criminalidade regional.

Ademais, a Tese trás como uma de suas hipóteses a necessidade de debater com mais vigor o papel da educação no seio das políticas públicas realizadas para as fronteiras. Entende-se que com um olhar mais atencioso dos gestores das políticas públicas para essa área, não supriria somente a demanda momentânea dos problemas com a segurança e de mercado, todavia, engrossaria a sociedade fronteiriça em longo prazo com cidadãos mais comprometidos com os empregos formais e, ainda, comprometidos com o bem-estar e o estado de direito das pessoas.

Ao se analisar os índices alarmantes e crescentes de reprovação e evasão escolar no ensino fundamental e médio nas escolas das fronteiras, superiores à média nacional, e a comprovada e enraizada violência, que afeta em grande parte esses jovens, tem-se o panorama completo montado.

Se, realmente, os gestores almejam colocar a segurança pública como prioridade na fronteira, deverão, antes, (re)pensar quais são as variáveis que permitiram tamanha escalada da violência pelos municípios fronteiriços. E, entender, que a variável da educação está entre os mais intensos fatores, senão o mais relevante. Com baixa escolaridade fica comprometida a inserção dos jovens nas empresas e ramo de comércio e de serviços formal. Assim, o que sobra para a maioria são as vagas informais, até mesmo da ilegalidade.

Na prática o que tem se visto é à banalização no trato com os inaceitáveis dados estatísticos educacionais e da criminalidade. Como fato ilustrativo, um estudo do FBSP informa que os níveis de emprego e renda das cidades-gêmeas sofreram mudança irrisória entre os anos de 2008 e 2016. Os níveis dos empregos formais em relação a População Economicamente Ativa (PEA) nos municípios fronteiriços ficam abaixo da média nacional e das capitais brasileiras.

Em 2015, a taxa dos empregos formais em relação à PEA foi de 23,55% com declínio para 23,01%, em 2016. A urgência que o tema demanda, fica estampada por meio dos dados estatísticos. Ademais, das execráveis taxas dos empregos formais, existem anos que, na contramão do desenvolvimento, ocorrem retrocessos, o que piora ainda mais o nada animador quadro social e econômico na fronteira.

E é nessa contramão do crescimento e desenvolvimento econômico vivenciado na fronteira, que o BPFron precisa atuar: é como se construísse uma represa e deixasse as comportas abertas. Apesar dos esforços do Batalhão, e alguns incipientes investimentos nas corporações, notadamente, mal-remuneradas, com pouca tecnologia e pouco efetivo, dificilmente se controlará a criminalidade na fronteira.

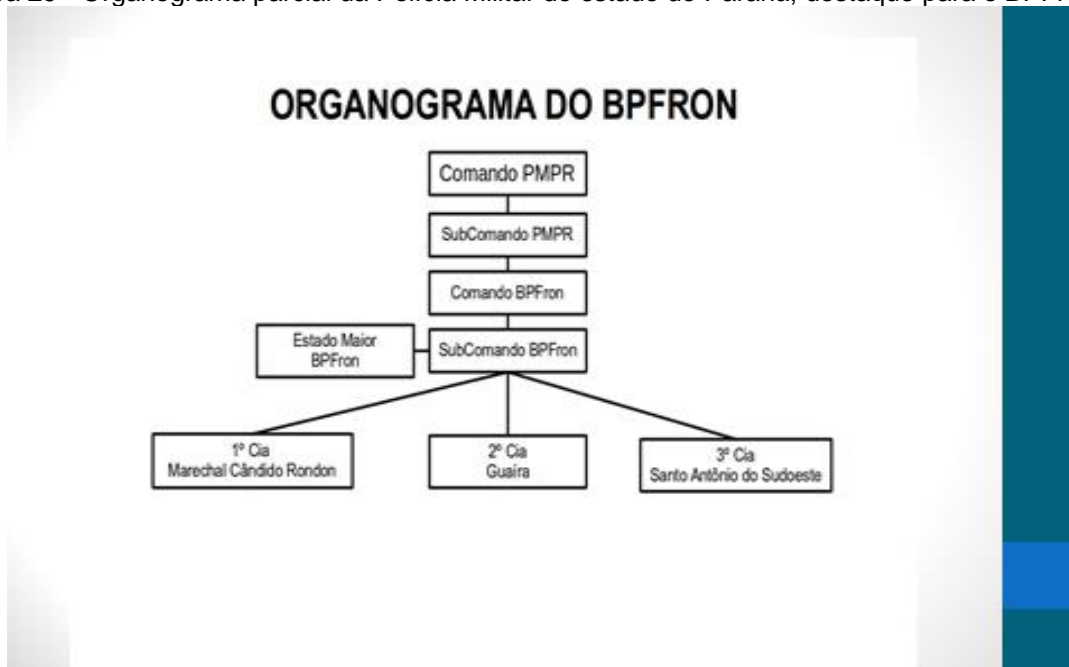
Já, o narcotráfico atua em uma rede complexa de colaboradores e lugares e, diferentemente, das corporações legais, usufruem de grandiosos investimentos, pois, movimentam milhões de reais na clandestinidade. Ainda, cooptam esses jovens que, diante da ineficiência do poder público, estão fora das escolas e distante dos postos de trabalho.

Se, as políticas públicas devem gerar o bem-estar social de uma sociedade, onde estão as falhas dos graves problemas da fronteira? Provavelmente, no contexto histórico de abandono e/ou de *déficit*. E, perpassa, ainda, pela má gestão dos investimentos públicos e a não priorização dos setores considerados estratégicos, como os já mencionados: educação, formação e empregos. Sem o direcionamento das verbas públicas para os setores sensíveis, não se conseguirá estancar a violência nos municípios fronteiriços, o que respinga em todo o território nacional.

A dualidade educação e mercado de trabalho precisam ser superados, vista como estratégica no combate ao crime. A partir daí, de maneira lenta e gradual, ano a ano, com o aumento do número de jovens nas escolas e nas empresas, sequencialmente, haverá a redução nas taxas de homicídios fato que tornará os municípios da faixa de fronteira mais seguros para seus cidadãos.

O organograma a seguir (Figura 29) proporciona melhor visibilidade dessa estrutura.

Figura 29 - Organograma parcial da Polícia Militar do estado do Paraná, destaque para o BPFron



Fonte: SESP/PMPR, 2016.

O BPFron é responsável pela segurança na Faixa de Fronteira paranaense e está dividido em três Companhias, duas situadas no oeste e uma no sudoeste do Estado. A população residente na Faixa de Fronteira sob a cobertura do BPFron é

de dois milhões trezentos e setenta e dois mil oitocentos e quarenta e seis (2.372.846) habitantes (Censo - IBGE 2010). As próximas seções caracterizam cada uma das três companhias do BPFron.

#### 4.4.2 Primeira Companhia do BPFron: Marechal Cândido Rondon (Oeste/PR)

No que se tange o quadro populacional, o oeste paranaense apresentou uma população de 1.291.492 habitantes em 2015, com crescimento de 1% quando comparado com 2014 (1.283.707 habitantes). A população do oeste paranaense corresponde a 11,5% do total do estado, que é de 11,2 milhões de habitantes (IPARDES, 2016).

Os municípios do oeste do estado apresentam, em geral, uma economia com forte presença na agropecuária. Conforme o IPARDES (2016), no ano de 2014, somente na produção de soja, o Oeste produziu o equivalente a 21,5% da produção total do estado do Paraná, chegando a 61,99% da produção agrícola do interior da região em 2015.

O milho é o segundo na produção agrícola do oeste paranaense. O produto apresentou 37,07% em 1995 e 29,99% em 2015 do total do Estado. O valor bruto da produção do milho foi de 1.670.104 reais em 2015 (IPARDES, 2016). Na agricultura da região oeste merecem destaque ainda produtos como a cana-de-açúcar, feijão, mandioca e o milho.

Na pecuária alguns municípios merecem destaque no oeste paranaense. Conforme o IBGE, o município de Toledo é o terceiro maior produtor de suínos do Brasil. Marechal Cândido Rondon e Toledo estão entre os vinte maiores produtores de leite do país. Os municípios de Toledo, Palotina e Cascavel se destacaram entre os vinte municípios brasileiros com os maiores efetivos de aves.

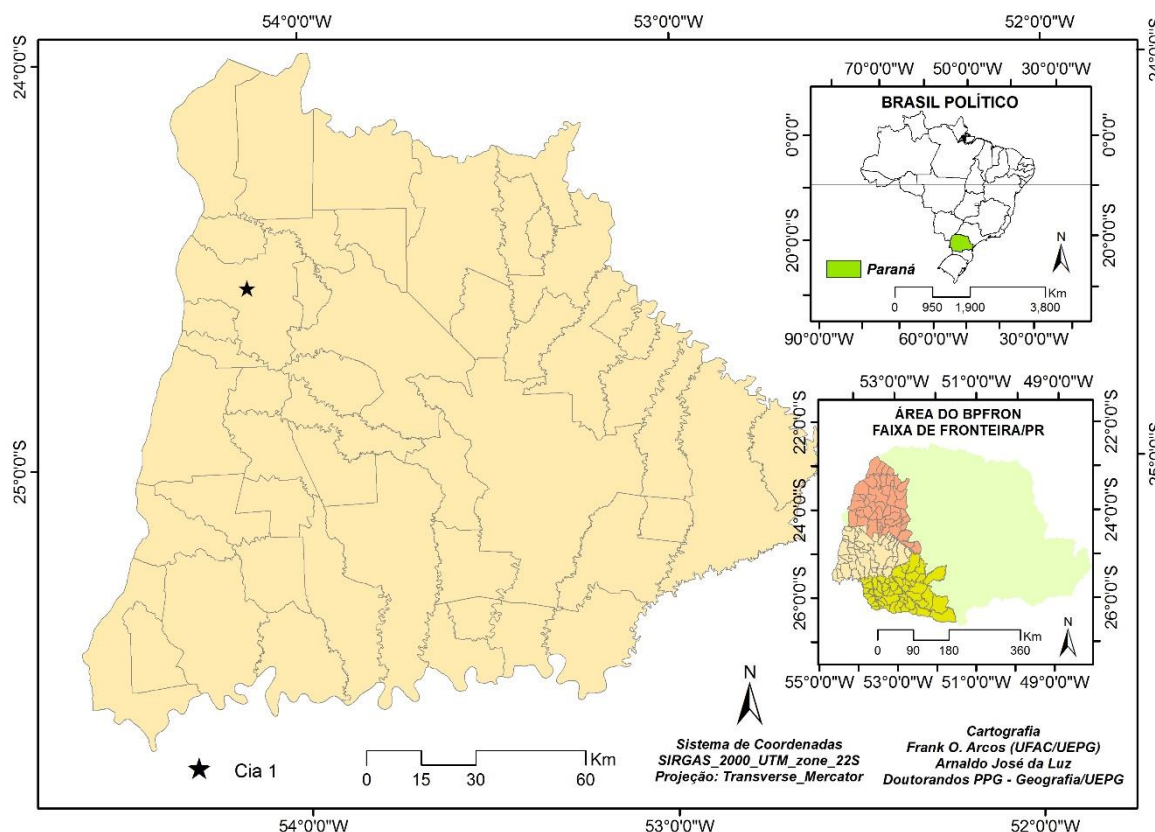
No município de Marechal Cândido Rondon foi instalada a Sede do BPFron e respectiva 1ª Companhia em julho de 2012. Os municípios sob o domínio da 1ª Companhia apresentam importantes desigualdades socioeconômicas entre si e com índices de criminalidade bastante diferenciados. Alguns dos municípios mais violentos do Estado estão nessa área de atuação.

Foz do Iguaçu revelou uma taxa de 41,32 homicídios para cada cem mil habitantes em 2015 e 37,51 em 2016. Matelândia ficou com uma taxa de 40,37 em 2015, e fechou o ano de 2016 com um aumento significativo para 51,46 homicídios.

O município de Guaíra, no oeste do estado, que sedia a 2ª Companhia do BPFron, apresentou significativa taxa de homicídios com 79,78 em 2015, mas com importante retrocesso no ano seguinte fechando 2016 com taxa de 64,06.

A Figura 30 localiza espacialmente os municípios atendidos pela 1ª Cia do BPFron e destaca a 2ª Cia em Guaíra.

Figura 30 - Municípios pertencentes à área de atuação da 1ª Companhia do BPFron – Marechal Cândido Rondon, PR



Fonte: IBGE (2016).

O município de Vera Cruz do Oeste apresentou uma taxa de homicídios de 33,34 em 2015 e o dobro da taxa de homicídios em 2016 com 66,98. O município de Espigão Alto do Iguaçu dentre os municípios da faixa de fronteira paranaense foi o que apresentou as mais elevadas taxas de homicídios. Em 2015 a taxa foi de 88,07 aumentando para 89,01 no ano de 2016.

Dentre os municípios analisados na Tabela 1 aqueles que apresentaram taxas não tão expressivas perante os demais e mais próximas da média nacional e estadual foram: São Miguel do Iguaçu, com 33,09 em 2015 e 21,95 em 2016, Marechal Cândido Rondon, sede da 1ª Companhia do BPFron, em 2015 apresentou taxa de 9,84 e em 2016 com significativo aumento para 23,39 e o município de

Santa Helena que apresentou taxa de 15,74 em 2015 e 27,27 em 2016. O Quadro 11 mostra os municípios que pertencem a 1ª Companhia do BPFron.

Quadro 10 - Municípios pertencentes à área de atuação da 1ª Companhia do BPFron

	<b>Municípios</b>
Abriga a Sede e 1ª Companhia do BPFron.	Marechal Cândido Rondon
Abriga a 2ª Companhia do BPFron	Guaíra
Demais municípios	Anahy, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante d'Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste.

Fonte: SESP/PMMPR, 2016.

#### 4.4.3 Segunda Companhia do BPFron: Guaíra (Oeste/PR)

Os municípios atendidos pela 2ª Companhia do BPFron pertencem às regiões oeste, noroeste e centro-ocidental do estado do Paraná. Devido à grande quantidade de municípios da faixa de fronteira, foi instalada a 2ª Companhia no município de Guaíra, no oeste do estado.

Guaíra, no Brasil, é considerada também uma cidade-gêmea<sup>43</sup> de Salto del Guairá, no Paraguai. Além de fortalecer o comércio entre esses dois municípios, com a criação e a legalização do conceito de cidades-gêmeas fortalece o potencial para políticas públicas conjuntas, que tratam de dificuldades e de perspectivas comuns aos dois lados da fronteira. Infelizmente, em diversos casos, as políticas

---

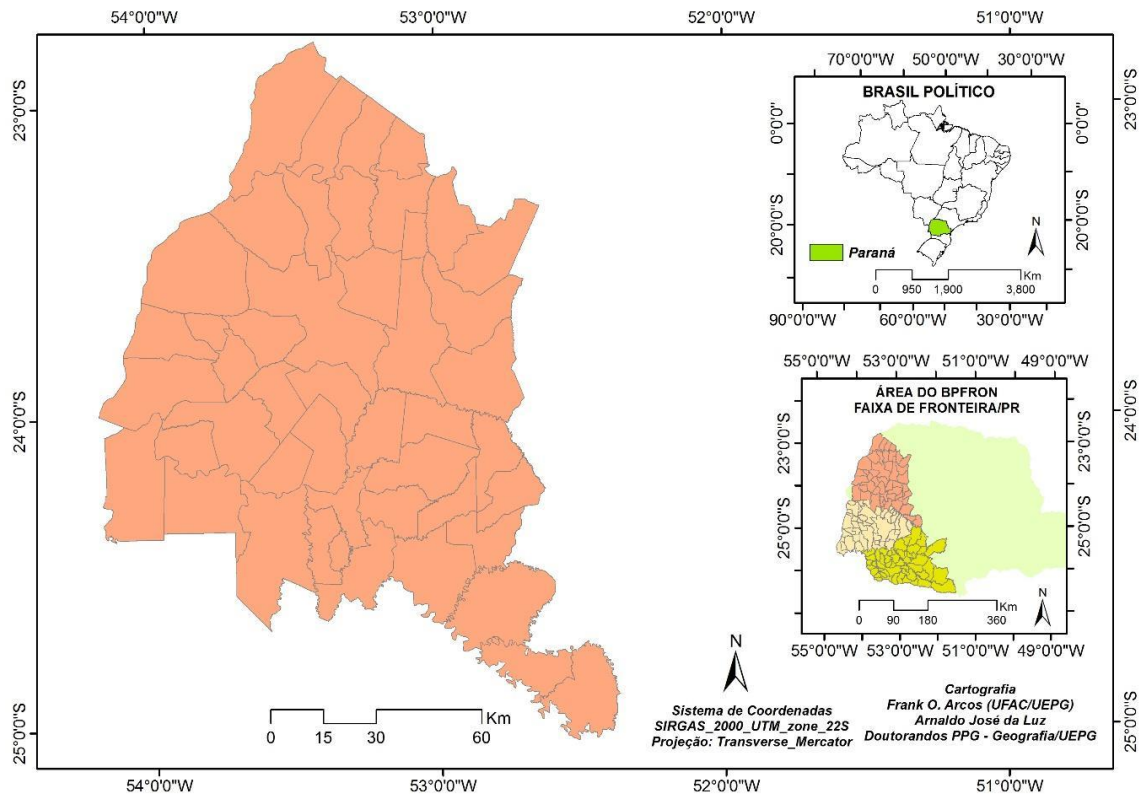
<sup>43</sup> O conceito de cidades-gêmeas, definido pelo Ministério da Integração (MI) do Brasil em 2014, reconhece municípios situados na linha de fronteira, seja seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural. A definição só é válida para as cidades que tenham, individualmente, uma população superior a dois mil habitantes.



acabam não se complementando. Elas se iniciam em um país e não recebem a devida continuidade no outro.

A Figura 31 localiza espacialmente os municípios que são atendidos pela 2ª Companhia do BPFron, em Guaíra.

Figura 31 - Municípios pertencentes à área de atuação da 2ª Companhia do BPFron – Guaíra, PR



Fonte: IBGE (2016).

Em relação aos municípios que pertencem a área de cobertura do BPFron encontram-se desigualdades no quadro socioeconômico e nos índices de criminalidade. O município que obteve destaque pelos altos índices de homicídios, quando se contabiliza a taxa de assassinatos para cada 100 mil habitantes, foi o município de Cidade Gaúcha, com taxa de 16,57 em 2015 e 81,97 em 2016, taxas consideradas endêmicas pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

O Quadro 12 nomina todos os municípios que estão sob a área de domínio da 2ª Companhia do BPFron.

Quadro 11 - Municípios pertencentes à área de atuação da 2ª companhia do BPFron

	<b>Municípios</b>
Os municípios em destaque são atendidos pela 2ª Cia. em Guaíra.	Alto Paraíso, Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Assis Chateaubriand, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Icaraíma, Iporã, Iracema do Oeste, Ivaté, Janiópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Maria Helena, Mariluz, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Olímpia, Perobal, Perola, Quarto Centenário, Querência do Norte, Rancho Alegre do Oeste, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São Jorge do Patrocínio, Tapejara, Tapira, Tuneiras do Oeste, Ubitatã, Umuarama, Xambrê.

Fonte: SESP/PMPR, 2016.

Os demais municípios da 2ª Companhia do BPFron apresentam taxas de homicídios próximas da média estadual, sendo que nesses municípios a atuação das forças de segurança deve ser para conter o avanço da criminalidade. As redes do tráfico têm aumentado a sua atuação nos últimos anos em áreas consideradas menos vigiadas pelas forças de segurança pública, o que contribui para o aumento das taxas de homicídios.

#### 4.4.4 Terceira Companhia do BPFron: Santo Antônio do Sudoeste (Sudoeste/PR)

A região do sudoeste paranaense contou com uma população de 622.874 pessoas no ano de 2016, distribuída em 42 municípios (IBGE, 2016). Ao todo representam 5,54% de toda a população do Paraná, estimada em 11,2 milhões de habitantes.

O sudoeste foi uma das últimas regiões a serem ocupadas no Estado. É a região de menor urbanização e de menor população quando comparada com as demais regiões. Não apresenta um relevo favorável para a mecanização da agropecuária, com 42,1% da sua população economicamente ativa no campo (IBGE, 2016).

Os produtos que se destacam na região são a soja, o milho, o trigo e a criação de aves. As indústrias também estão presentes pela região. Os municípios de maior importância regional são: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. O município de Santo Antônio do Sudoeste possui 18.912 habitantes e abriga a 3ª

Companhia do BPFron. É um município fronteiriço com o município argentino de San Antonio e, juntos, são classificados pelo Ministério da Integração (MI) como cidades-gêmeas.

A Figura 32 exibe a localização espacial da região do sudoeste paranaense. Os municípios dessa região pertencem à área de atuação da 3ª Cia do BPFron.

Figura 32 - Municípios pertencentes à área de atuação da 3ª Companhia do BPFron – Santo Antônio do Sudoeste



Fonte: IBGE (2016).

O Quadro 13 nomina todos os municípios pertencentes à área de cobertura da 3ª Companhia do BPFron no sudoeste paranaense. Em geral, os municípios sudoestinos não apresentam elevadas taxas de homicídios. Porém, há municípios que são exceção quando considerado o número de homicídios para cada cem mil habitantes.

Quadro 12 - Municípios pertencentes à área de atuação da 3ª Companhia do BPFron

	<b>Municípios</b>
Abriga a 3ª Companhia do BPFron	Santo Antônio do Sudoeste
Demais municípios sob o domínio da 3ª Companhia	Ampére, Barracão, Bela Vista do Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Candói, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Laranjeiras, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Perola do Oeste, Pinhal do São Bento, Planalto, Porto Barreiro, Pranchita, Quedas do Iguaçu, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santa Lúcia, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Três Barras do Paraná, Verê, Vitorino.

Fonte: SESP/PMMPR, 2016.

Quando comparadas as três regiões que abrigam as Companhias do BPFron e considerando o número de homicídios para cada cem mil habitantes, a região que apresentou nos anos de 2012 e 2013 os municípios mais violentos, foi a região da 1ª Companhia em Marechal Cândido Rondon, tendo municípios como Cascavel, Foz do Iguaçu e Santa Helena apresentado altas taxas. Já a região que apresentou o menor número dos municípios com taxas de homicídios elevadas foi a região da 3ª Companhia, em Santo Antônio do Sudoeste.

Assim, os destaques negativos, ou seja, com elevadas taxas de homicídios são: Saudade do Iguaçu, que apresentou 98 assassinatos em 2012 e 37,7 em 2013; Rio Bonito do Iguaçu, que ficou com taxas de 53 em 2012 com aumento para 59 em 2013; e Santo Antônio do Sudoeste, que apresentou, em 2012, uma taxa de homicídios de 36,7, sendo que em 2013 os dados não foram divulgados. Os demais municípios apresentaram taxas compatíveis ou abaixo da média estadual.

#### 4.5 ATUAÇÃO DO BPFron EM SUAS ÁREAS DE DOMÍNIO

Existem cento e trinta e nove municípios a serem atendidos por cada Companhia do BPFron. Vislumbra-se aí uma dificuldade para o Batalhão, ou seja, atender de uma grande área com efetivo considerado insuficiente, especialmente, pelo grande território a ser vigiado.

Há que se ressaltar que existem diversos tipos e níveis de controle do território (HAESBAERT, 2004). Se o território é delineado a partir das relações de poder, ele envolverá também o controle de uma área (SACK, 1986). O controle dependendo do tipo, se mais funcional ou mais simbólico, assim como dos agentes que o permeia, se são as grandes empresas ou os Estados, alcança diferentes níveis de intensidade (HAESBAERT, 2004).

No que se refere ao controle territorial, pode-se assegurar, ainda que de maneira generalizada, que o sistema capitalista se funde sob dois modelos territoriais. Aquele que é controlado pelo Estado, que fiscaliza os fluxos pelo controle das áreas, normalmente contínuas e de fronteiras bem definidas. E o modelo empresarial, que da mesma forma que o estatal também controla os fluxos, todavia, especialmente, pela sua regulação, que ocorre por certos canais de conexão, a exemplo das redes (HAESBAERT, 2004).

Conforme Haesbaert (2004), historicamente, a propriedade da terra é que fundamenta o território. Todavia, esse entendimento é transposto pela noção de soberania, que é a ação de poder sobre o território, seja real ou imaginado. Não estando amarrada a propriedade, a noção de território aparece com mais ênfase enquanto “espaço de relações políticas entre as distintas representações que legitimam as ações de domínio sobre ele” (*ibidem*, p. 17). Por essa razão é que em qualquer território se depara várias formas de dominação, históricos e intrincados. Os sentidos, normalmente, são realizados fora das fronteiras locais, o que minimiza a natureza livre, e que fica condicionada às questões jurídicas.

Neste contexto a condição de domínio se desloca junto com os sujeitos que marcam os locais em que se fazem presentes. Desta forma, se apresentam as jurisdições guerrilheiras, paramilitares, grupos dos narcotraficantes, municipais, indígenas, afro-colombianas, ecológicas, judiciais e eclesiásticas. Juntas no mesmo local têm-se a configuração particular para as disputas territoriais (HAESBAERT, 2004).

Diante das disputas pelo território entre os diversos grupos ali presentes se depara o BPFron. O Batalhão vem atuando nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Cascavel desde 2012. Após três anos de atuação o BPFron divulga os primeiros resultados de suas ações.

O Quadro 14 apresenta um balanço dos trabalhos realizados nas suas áreas de domínio.

Quadro 13 - Três anos de atuação do BPFron (06/2012-06/2015)

<b>Agentes / Produtos</b>	<b>Apreensões/prisões (quantidade)</b>
Agentes	300 mil abordagens
Agentes	1.237 prisões de suspeitos
Veículos (motocicletas, caminhões, carretas, embarcações, etc.)	753 apreensões
Veículos (motocicletas, caminhões, carretas, embarcações, etc.)	12 recuperados
Armas de fogo – simulacros	192 armas - 75 simulacros
Cigarros contrabandeados	23.894 caixas ou 1.194.706 pacotes
Produtos diversos contrabandeados	9.267 volumes de produtos
<b>Drogas ilícitas (entorpecentes)</b>	<b>Quantidade (apreensão em kg)</b>
Maconha	8.912,16
Crack	72,46
Haxixe	23,36
Cocaína	21,11

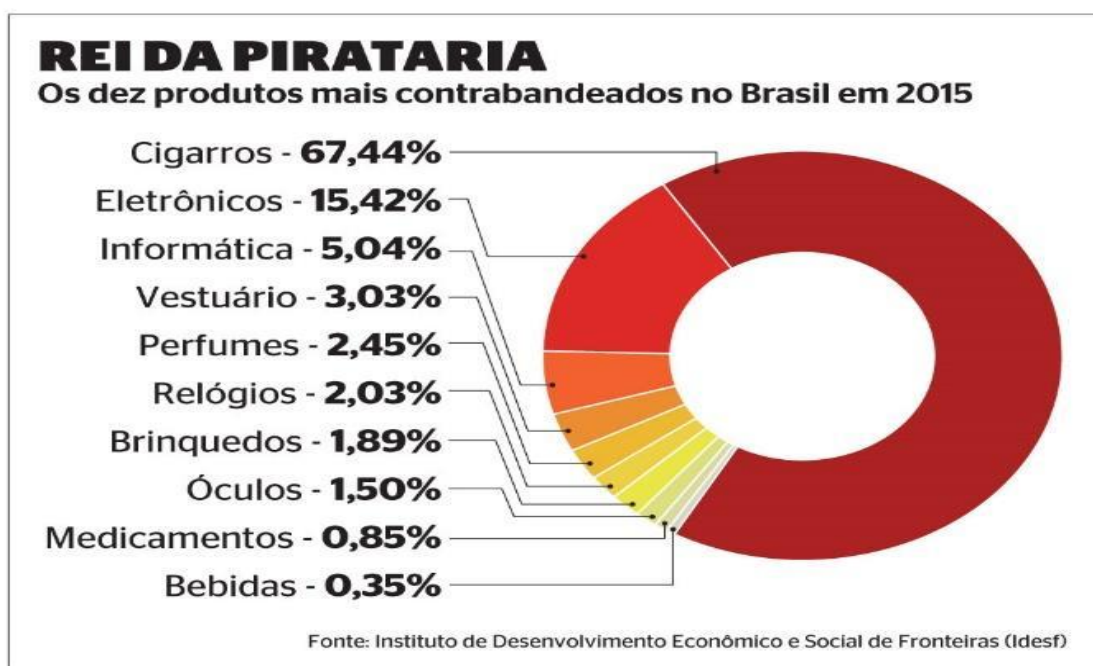
Fonte: Disponível em: <<http://www.oparana.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

No Quadro 14 verifica-se um balanço dos primeiros três anos de atuação do BPFron (2012-2015). Além das abordagens, apreensões e prisões, destaca-se a apreensão de armas de fogo que poderia aumentar a criminalidade assim como o número de pessoas vítimas dessas armas. Importante ressaltar também a grande apreensão das drogas ilícitas, como a maconha, crack, haxixe e cocaína.

As apreensões enfraquecem a rede do tráfico, que atingiriam grandes somas de recursos financeiros com essas vendas. Evita ainda que pessoas sejam mortas, feridas ou se tornem novos usuários de drogas, em suas regiões de destino.

Constatou-se ainda um enorme volume de apreensões de cigarros, com mais de um milhão de pacotes desses produtos apreendidos. Dependendo da situação, o cigarro pode se enquadrar no crime de contrabando ou descaminho. A Figura 33 mostra os dez produtos mais contrabandeados no Brasil em 2015.

Figura 33 - Os dez produtos mais contrabandeados no Brasil em 2015



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF

Mesmo com as importantes apreensões de cigarros pela fronteira paranaense, um volume muito grande chega aos municípios brasileiros para serem comercializados. Segundo o IDESF, 67,44% dos produtos contrabandeados para o Brasil são os cigarros. Esse número é mais do que o quádruplo do setor que está em segundo lugar, o de eletrônicos com 15,42%.

Os contrabandistas passam com os cigarros pela Ponte da Amizade, fronteira entre Ciudad Del Este, sem enfrentarem grandes dificuldades nos postos policiais das Aduanas paraguaia e brasileira. Do lado brasileiro, o cigarro é embarcado em automóveis ou caminhões com direção, principalmente, aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, para serem comercializados. O governo do Brasil calcula um prejuízo anual de 6,4 bilhões de reais, somente com os cigarros contrabandeados (ISTO É, 2018).

A Figura 34 ilustra uma das formas como são feitas o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil.



Figura 34 - Carregadores em porto clandestino de Ciudad Del Este



Fonte: ISTO É, 2018.

Na Figura 34 observa-se a movimentação de vários contrabandistas, que realizam o transporte de grandes volumes de mercadorias, em especial as caixas de cigarros, a partir do Paraguai. Dada a fiscalização na aduana brasileira, eles optam por levar as caixas de cigarros para a margem do rio Paraná, em pontos situados distante da visão dos fiscais e policiais que, numericamente, trabalham em situação desvantajosa, dada a quantidade de criminosos e a grande extensão do rio. Nestes pontos são realizados os carregamentos em pequenas embarcações, que seguem para o lado da margem brasileira, que são carregados nos veículos que lá aguardam e, a partir disso, seguem para os seus destinos, os diversos municípios brasileiros.

Conforme o Fórum Nacional Contra a Pirataria, o Brasil tem um efetivo muito reduzido para atender seus cerca de dezessete mil quilômetros de fronteiras. Segundo estudo, para cuidar dessa grande extensão, o país dispõe apenas de três mil policiais. Existe a necessidade de realizar mais contratações para atender as demandas que as fronteiras brasileiras exigem (ISTO É, 2018).

No Quadro 15 são apresentados dados comparativos que foram coletados na Secretaria de Segurança Pública do Paraná e organizados referente às apreensões de drogas em 2014 e 2015 nos municípios que sediam as Companhias do BPFron: Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Santo Antônio do Sudoeste.



Quadro 14 - Apreensões de drogas (em toneladas) nos municípios que sediam as Companhias do BPFron – 2014 e 2015

Drogas	Ano	Municípios		
		Marechal Cândido Rondon	Guáira	Santo Antônio do Sudoeste
Maconha	2014	1057,23	1085,39	101,41
Cocaína		0,04	3,24	0
Crack		0,10	2,68	0,10
Ecstasy		0	137	0
LSD		0	32	0
Maconha	2015	1217,79	1504,14	8,406
Cocaína		0,065	0,38	0,011
Crack		0,753	0,25	0,008
Ecstasy		0	0	0
LSD		0	93	0

Fonte: SESP/PMPR, 2016.

De maneira geral, nota-se que houve aumento nas apreensões das drogas nos três municípios-sedes do BPFron, especialmente das apreensões de maconha com destaque para os aumentos de apreensões nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Guáira.

O município de Guáira se destaca ainda no aumento das apreensões de LSD, tendo apreendido um volume quase três vezes maior em 2015 com relação ao ano anterior. Essas apreensões representam uma maior eficiência do trabalho do BPFron no cerco ao tráfico e as redes estipuladas pelos traficantes na região fronteiriça.

Além das abordagens, apreensões e prisões realizadas pelo BPFron, destaca-se a apreensão de armas de fogo e de munições. Estes itens em circulação poderiam aumentar a criminalidade, bem como vitimar um maior número de pessoas, inocentes em geral. Importante ressaltar também o grande volume de apreensão das drogas ilícitas, como a maconha, crack, haxixe e cocaína.

A Figura 35 mostra o balanço dos resultados da atuação do BPFron no ano de 2017, cinco anos após a criação do Batalhão.

Figura 35 - Apreensões do BPFron em 2017



Fonte: BPFron, 2018.

Constatou-se ainda um enorme volume de apreensões de cigarros, com seiscentos e setenta e sete mil pacotes desses produtos apreendidos. Dependendo da situação, o cigarro pode se enquadrar no crime de contrabando ou de descaminho.

Periodicamente, o comando do BPFron passa por mudanças. Durante o período de transmissão do comando do BPFron ao major André Cristiano Dorecki, o tenente-coronel Saulo de Tarso Sanson Silva concedeu uma entrevista ao jornal O Presente (Conforme APÊNDICE B), momento em que fez uma análise de sua gestão (21/09/2018-30/12/2019).

Em 2020 Sanson foi convidado para integrar a equipe de Sérgio Moro, em Brasília, atuando na Diretoria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O tenente-coronel da Polícia Militar vai atuar na Coordenação Geral de Fronteira (CGFron) que tem alcance em todo o território nacional (O PRESENTE, 2020).

Sanson aponta o balanço de sua administração à frente do BPFron e fala sobre sua expectativa em seus trabalhos no CGFron. Conforme o tenente-coronel, sua ida à Brasília deve ser favorável às pretensões de evolução do BPFron na fronteira paranaense.

Segundo Sanson, durante sua gestão ocorreram grandes volumes de apreensões por parte do BPFron. Os importantes números das apreensões só são possíveis graças ao trabalho cotidiano dos policiais do Batalhão. Sabe-se que, apesar do relevante trabalho dessa polícia fronteira, a criminalidade continua e se mantém articulada com suas estratégias de distribuição das drogas e armas pela fronteira. O tenente-coronel Sanson ainda expôs um balanço das apreensões realizadas pelo BPFron durante a sua gestão, conforme o Quadro 16.

Quadro 15 - Apreensões do BPFron durante a gestão do tenente-coronel Sanson - 21/09/2018 a 30/12/2019

<b>Produtos do narcotráfico/Contrabando</b>	<b>Quantidade</b>
Maconha	18,5 toneladas
Cocaína	100 quilos
Crack	31 quilos
Pacotes de cigarros	1.744.175
Volumes de contrabando	16.420
Veículos recuperados	120
Pneus	2.923
Agrotóxicos	3.352 quilos
Mandados de prisão cumpridos	110
Pessoas detidas	741
Menores apreendidos	85
Armas de fogo	92
Munições	4.024
Rádios comunicadores	110

Fonte: Jornal O Presente, acesso em 02/01/2020.

Ao observar o Quadro 16 nota-se o importante volume das apreensões realizadas pelo BPFron, desde setembro de 2018 até dezembro de 2019. No período foram apreendidos dezoito mil e quinhentos quilos de maconha, cem quilos de cocaína e trinta e um quilos de crack. Foram retiradas de circulação noventa e duas armas de fogo e quatro mil munições. Diversos produtos de contrabando saíram de circulação, a exemplos de um milhão e setecentos mil pacotes de

cigarros, dois mil novecentos e vinte e três pneus e cento e dez rádios comunicadores. O grande volume das apreensões enfraquece a atividade dos traficantes e contrabandistas.

Contudo, por maior que sejam os esforços do Batalhão, sozinho não conseguirá conter todas as ações realizadas pelos criminosos. As ações coordenadas e diversificadas pelos vários órgãos de segurança é que poderão conter a criminalidade e estabelecer a segurança nos municípios fronteiriços.

Dentre os investimentos necessários para conter o avanço da violência e da criminalidade na fronteira, é citado na entrevista a aquisição de um terreno para a sede definitiva do BPFron. Além disso, houve a incorporação do Pelotão Cobra (que atuará no rio Paraná e no Lago de Itaipu) ao BPFron e a parceria com a Itaipu Binacional. Ainda existe a possibilidade da atração de novos investimentos para a fronteira paranaense com a ida do ex-comandante do BPFron à Brasília.

Desde a criação do BPFron, em 2012, até o final do ano de 2019, houve grandes apreensões de drogas, armas e munições e produtos de contrabando, caso do cigarro. Se compararmos as apreensões dos três primeiros anos de criação do Batalhão (2012-2015) com o período de 09/2018 até 12/2019 notou-se que, sequencialmente, houve aumento significativo nos volumes. As apreensões de maconha mais que dobraram, de 8.912 kg para 18.500 kg. As apreensões de cocaína mais que quadruplicaram, com um crescimento de 21,11 kg para 100 kg. Já as apreensões de cigarros contrabandeados aumentaram de 1.194.706 para 1.744.175 pacotes.

Este aumento expressivo nas apreensões do BPFron, desde 2012, conforme o tenente-coronel Sanson, se deve à união dos esforços de todas as forças de segurança, como a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, Receita Federal e Estadual, Exército, Marinha e Guardas Municipais. No início, as operações eram isoladas, dificultando bastante a ação policial, pois, era mais fácil para a criminalidade prever e desviar as barreiras existentes. De maneira conjunta, com grande efetivo, em grandes períodos e em diversos pontos da fronteira é dificultada a ação dos narcotraficantes e contrabandistas.

Como fato ilustrativo das alianças entre as polícias está a Operação Hórus. A Operação Hórus incorpora o Programa VIGIA.<sup>44</sup>, que é coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com a função de reprimir os crimes transnacionais/transfronteiriços. A Operação é executada de forma integrada pela Receita Federal do Brasil, Polícia Federal (PF), Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná (BPFron), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) e Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre) da Polícia Civil do Paraná, Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro, com apoio da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) (SSP, 2020).

No âmbito da Operação Hórus, o BPFron apreendeu 3,37 toneladas de maconha em uma única ação. A apreensão ocorreu em Foz do Iguaçu, já nos últimos dias do ano de 2019. Além da apreensão, houve a prisão do responsável pela droga.

O ocorrido se deu quando os policiais do BPFron em patrulhamento abordaram um veículo suspeito saindo de uma casa. Ao parar o veículo, o motorista empreendeu fuga pela cidade, mas foi localizado em seguida. No veículo foram encontrados oitocentos quilos de maconha. Em vistoria na casa do suspeito foram localizadas mais 2,53 toneladas da droga.

As apreensões realizadas na fronteira pelas forças de segurança, inclusive o BPFron, não repercutem positivamente apenas nos grandes centros do Paraná, mas no Brasil como um todo. Pois, diminuindo a quantidade das drogas em circulação, diminui a incidência de criminalidade, como homicídios, assaltos, roubos e furtos. O cerco policial na fronteira tem dificultado a ação da rede do tráfico que precisa se mobilizar de outras formas seja procurando rotas alternativas ou buscando novos meios para passar com as drogas nas barreiras policiais.

A figura 36 ilustra a maior apreensão de maconha já realizada pelo BPFron.

---

<sup>44</sup> O Programa VIGIA atua no combate ao crime organizado e na repressão aos crimes nas fronteiras do país. Com Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia, está presente nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 36 - Apreensão de maconha - a maior apreensão já realizada pelo BPFron



Fonte: SSP, 2020.

Conforme demonstrado na figura 36, essa é a maior apreensão de maconha desde a criação do BPFron, em 2012. O BPFron fechou o ano de 2019 com a apreensão de 17,3 toneladas de maconha: “Anteriormente o nosso recorde era 1,6 toneladas em uma única ocorrência, agora nós fechamos o ano com essa apreensão significativa”, relatou o capitão Nairo (SSP, 2020).

A presença do efetivo policial controlando as principais rotas do tráfico e realizando um número significativo de apreensões e prisões enfraquecem e dificultam a atividade do tráfico nos municípios da faixa de fronteira e nos grandes centros urbanos do país.

A Polícia Federal (PF) tem registros de cerca de três mil trilhas ou portos clandestinos utilizados para o transporte de produtos ilegais. Em geral, são locais no meio da vegetação, aonde as embarcações que vem do Paraguai atracam para entrar no Brasil. O Sindicato das Polícias Federais assegura que carecem de efetivo para atuar na fiscalização da fronteira com o Paraguai, tanto na Ponte da Amizade quanto no lago de Lago de Itaipu. Somente no Lago precisariam de pelo menos quinhentos agentes. Como outro fator de dificuldade do BPFron está a realização de

operações que não condizem com as práticas da polícia de fronteira, como o trabalho em grandes eventos e patrulhamento urbano.

Diante do atual quadro político que envolve a segurança pública brasileira tem-se a questão das milícias pelos grandes centros urbanos do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro. Os milicianos têm atuado também com as drogas, ou seja, os milicianos também são traficantes<sup>45</sup>. O tráfico alimenta, sobremaneira, a estrutura organizacional das milícias<sup>46</sup>.

Há denúncias na imprensa da relação do governo Bolsonaro com milicianos, inclusive seus filhos já homenagearam alguns deles no parlamento. E o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, faz parte do governo Bolsonaro. Diante desse contexto, parecem contraditório as crescentes apreensões de drogas e apoio do governo às forças policiais e militares no combate ao tráfico.

De acordo com Alves<sup>47</sup>, a intervenção realizada no Rio de Janeiro não desempenhou nenhuma ação nas áreas controladas pelas milícias. A Baixada Fluminense é uma das regiões do Rio de Janeiro com os mais altos índices de violência e pouco o governo tem feito a respeito. Uma melhoria na qualidade de vida para os moradores dessas áreas abandonadas pelo governo seria a realização de políticas públicas. Por meio das políticas públicas haveria a realização de investimentos em áreas sensíveis como a educação, qualificação profissional e a geração de empregos. Ainda que gradualmente amenizaria a dependência que muitos moradores dessas localidades têm do dinheiro do tráfico.

---

<sup>45</sup> Ao comercializar as drogas, alguns milicianos se transformam também em traficantes. Entretanto, nem todos os milicianos trabalham com os entorpecentes e, portanto, nem todos podem ser enquadrados como tal. Conforme o Artigo 33, do Código Penal, o traficante de drogas é aquele que tem em suas condutas: importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, [...] ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

<sup>46</sup> A palavra milícia tem sua origem no latim. Militia 'Miles' (soldado) e 'itia' estado, condição ou atividade. A junção sugere o serviço militar. No Brasil, o termo menciona policiais e ex-policiais, pessoas com treinamento militar específico e que assumem a condição de "proteger" e levar "segurança" aos moradores das comunidades, que em geral são assolados pelos traficantes. Conforme um estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI), unido ao Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os milicianos realizam diversos serviços nas comunidades e cobram dos moradores pelas atividades realizadas, que vão desde a segurança até os serviços de internet e gás (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

<sup>47</sup> Entrevista cedida pelo sociólogo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro José Cláudio Souza Alves à Revista Exame, no ano de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/alves-da-ufrj-milicia-tem-poder-maior-que-o-trafico-no-rj/>> Acesso em: 09 fev. 2020.

O maior problema é que o Estado não realiza os investimentos necessários. Como ocorre no caso do Rio de Janeiro, muitas vezes os milicianos têm representação dentre os partidos políticos atuantes. Sendo assim, a segurança pública brasileira apresenta um quadro desfavorável no combate ao crime organizado. O que se pode fazer é apontar para a complexidade e sofisticação que está embutida nessa estrutura e perceber que o problema é maior do que se parece.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tese procurou dar sentido à fronteira sob o ponto de vista da segurança, analisando quais foram as principais ações governamentais, realizadas por meio das políticas públicas e acordos de cooperação, para o território da Tríplice Fronteira nos últimos anos.

A Tese apresentou como objetivo geral analisar a segurança pública na fronteira paranaense e o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) nesse contexto. Para atender ao objetivo proposto foram visitadas diversas fontes de pesquisas, tais como sites dos órgãos de segurança, autores que já se debruçaram sobre a temática e visitas àquele território, com a aplicação de entrevista e questionário.

Em um esforço para atender ao objetivo proposto, constatou-se que controlar a segurança pública na fronteira a fim de torná-la um lugar seguro para os que lá residem, ou transitam, perpassa pelo atraso histórico de abandono, o que gerou graves *déficits* das políticas públicas, impactando na atualidade em altos níveis de criminalidade, aqui representados pelas elevadas taxas de homicídios.

Para que se tenha uma segurança pública eficiente no território transfronteiriço é preciso investir, além das políticas públicas de segurança, em educação, qualificação profissional e geração de emprego e renda. Concluiu-se que se não houver investimentos adequados, visto nesse trabalho como estratégicos, em políticas públicas voltadas para a educação a fim de reter os jovens nas escolas e promissores para as empresas, comércio e serviços, para que tenham perspectivas futuras, dificilmente os governantes amenizarão os problemas da violência na fronteira.

Por estarem situados em um corredor de passagem das drogas, que em geral saem do Paraguai e têm como destino os grandes centros urbanos do Brasil, os municípios fronteiriços também recebem parte das drogas e, por consequência, têm a criminalidade aumentada e acabam sendo mais suscetíveis aos problemas relacionados com a segurança pública.

Sendo a criminalidade recorrente na fronteira, a presença marcante de todas as forças de segurança na região é de fundamental importância para a manutenção da ordem, da paz e para garantir que o fluxo dos cidadãos ocorra normalmente sobre esse território.

Ademais, ao reforço das forças da segurança já instaladas na fronteira, para melhor controlar e combater a criminalidade, é fundamental criar ferramentas de integração e desenvolvimento da região fronteira, como instrumento para reduzir as desigualdades sociais. O Brasil necessita de políticas públicas próprias para as fronteiras e de políticas públicas de cooperação com os demais países.

Os investimentos na área de Segurança Pública, como na área operacional, de informatização e de inteligência, são essenciais para melhorar a segurança e diminuir a violência no Estado, e na região de fronteira. A integração das forças de segurança, a atualização da base cartográfica e o acompanhamento dos dados estatísticos sobre os crimes ocorridos nos municípios, principalmente naqueles onde a incidência é maior, permitem às forças policiais agirem de maneira mais localizada e obterem mais êxito nas operações.

Nos últimos anos houve políticas públicas voltadas para a segurança na Tríplice Fronteira, como mostrado neste trabalho, mas há muito ainda o que se trilhar para conseguir reduzir, de maneira acentuada, as atividades do narcotráfico na fronteira e evitar que mais pessoas percam suas vidas de maneira violenta nos municípios fronteiriços e nas demais regiões brasileiras. Seria muito mais produtivo, por exemplo, se os investimentos, antes de chegarem à segurança, passassem pela área de educação, de geração de empregos e de bem-estar social da população, seja a nível nacional ou em região de fronteira.

Embora muitas pessoas estejam expostas a violência, é inegável que as camadas sociais mais baixas da população acabam sofrendo maiores riscos. Pois, com baixos índices de alfabetização, a pobreza absoluta, como más condições de moradia, e o desemprego, acaba se tornando vítimas fáceis do narcotráfico, sejam como usuários ou trabalhando na distribuição das drogas e/ou garantindo que os usuários paguem pelo que consumiram.

Todas as atividades criminosas verificadas neste trabalho afetam diretamente a segurança pública da região fronteira, que precisa ser revista periodicamente. É fundamental a realização de investimentos e parcerias entre o governo do estado, prefeitos dos municípios, instituições privadas e com os governos dos países envolvidos, Argentina e Paraguai.

Os dados da pesquisa mostram a grande criminalidade na fronteira e a urgência de se aplicarem políticas públicas de segurança para a região. Com a criação do BPFron, influenciado pela ENAFRON, muitos crimes já foram combatidos

e diversos outros evitados de maneira preventiva, com o policiamento nas estradas e nas principais rotas dos narcotraficantes e contrabandistas.

Com investimentos em políticas públicas para a área de segurança se consegue colocar um cerco policial na fronteira, o que dificulta a ação da rede do tráfico, que precisa se mobilizar de outras formas, como a busca por rotas alternativas ou novos meios para passar com as drogas pelas barreiras policiais.

Como parte integrante das políticas públicas realizadas para a faixa de fronteira paranaense criou-se o BPFron. O Batalhão tem como meta conter os avanços das ações dos narcotraficantes e contrabandistas. Por mais que se utilize de suas estratégias e treinamentos específicos para combater crimes transfronteiriços, o BPFron apresenta dificuldades para atuar diante da grande extensão territorial, pois, tem sobre seu domínio 139 municípios distribuídos pela Região Geográfica Intermediária de Cascavel, na faixa de fronteira paranaense.

Após a instalação das Companhias do BPFron passou a ocorrer um significativo número de prisões e de apreensões de produtos do narcotráfico e do contrabando. Essas operações enfraquecem a rede do tráfico, que, caso não ocorressem, os criminosos somariam grandes montantes financeiros com a comercialização. O enfraquecimento do tráfico também evita que pessoas sejam mortas, feridas ou se tornem novos usuários de drogas, em suas regiões de destino.

As estratégias do BPFron contribuem para amenizar a criminalidade na faixa de fronteira. Todavia, não é suficiente para estancar a violência em uma maior magnitude. Pois, precisa atender das complexas redes utilizadas pelos criminosos nas rodovias, nas estradas secundárias e/ou clandestinas e pelo Lago de Itaipu. Para tal tarefa, o Batalhão necessita de um maior efetivo para controlar o crime, dada a extensão da região. Necessita, ainda, de parcerias com demais forças de segurança, tanto no lado brasileiro quando paraguaio e argentino.

O trabalho se propôs a fazer uma análise comparativa com outras regiões de fronteira, a título de mostrar que as dificuldades apresentadas na Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina) são semelhantes aos problemas das demais fronteiras brasileiras, como no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, na região Amazônica, entre outras.

O combate ao tráfico de drogas por parte das forças de segurança nas fronteiras ainda é incipiente. E, nesse ritmo, não se consegue diminuir a quantidade de drogas e armas que entram no território brasileiro e proporcionar segurança

pública aos cidadãos que vivem na fronteira e nos grandes centros urbanos do Brasil.

Ademais, as apreensões realizadas na fronteira não repercutem positivamente apenas nos municípios da faixa de fronteira. Elas têm impactos positivos também nos grandes centros do Paraná, caso de Curitiba e de sua Região Metropolitana, e no Brasil como um todo, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, sem desconsiderar muitas outras cidades da região leste do Brasil. As ações das forças de segurança decorrentes das políticas públicas para o setor visam diminuir a quantidade de drogas em circulação e minimizar a incidência da criminalidade, como homicídios, assaltos, roubos e furtos.

Desta maneira, a maior parte da violência ocorrida nos grandes centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros, tem como origem as fronteiras mal vigiadas de nosso país. É necessário o governo investir em infraestrutura, como pavimentação das estradas, aduanas para o controle da passagem de pessoas, maior efetivo policial, treinamento específico, aparato tecnológico, etc.

Para combater a criminalidade na fronteira, além de uma integração entre os países vizinhos, em diversas áreas, como segurança pública, educação, saúde e ciência e tecnologia, os governos e empresários devem oportunizar negócios, como empreendedurismo, que gerarão empregos para a população local. Gerar infraestrutura em torno do ramo de comércio e serviços, incluindo o turismo, também serve como fator desenvolvimentista regional.

Com relação à ENAFRON, tem-se o grande desafio de efetuar a coordenação de diferentes órgãos governamentais nos temas da segurança pública em região de fronteira. E, vinculado à questão nacional, há os investimentos desiguais (inferiores) dos outros países fronteiriços, que servem como entrave aos processos de aproximação na região.

Conforme Caixeta e Suyama (2016), o combate a criminalidade sai oneroso para o país sob todos os aspectos, sejam sociais, políticos ou econômicos. Apesar de alguns avanços na integração da polícia com a sociedade, visualiza-se uma expansão do crime organizado transfronteiriço na América do Sul. A produção e circulação das drogas, cocaína e maconha, se acentuam pelos países sul-americanos. O combate ao narcotráfico deve ocorrer em uma força conjunta entre os países para que se consiga restringir a entrada das drogas no país.

As maiores barreiras enfrentadas pela política externa brasileira no que se refere à sua agenda fronteiriça são a obrigação de tornar o debate como prioridade para a política externa do Brasil. Assim como a superação de desconfiança com os países vizinhos para assuntos delicados e a construção progressiva da confiança, o entendimento mútuo sobre as fronteiras comuns com os vizinhos, a resolução conjunta de crises políticas, migratórias, econômicas e outras que possam se estender para os países vizinhos e a superação dos obstáculos legais e políticas que atrapalham ou impossibilitam melhores aprendizados de cooperação e integração fronteiriça.

Compreender a realidade da fronteira requer entender as redes formadas por todos os agentes sociais direta ou indiretamente envolvidos. Neste contexto estão os governos, representados pelas forças de segurança, inclusive o BPFron, os moradores dos municípios fronteiriços, os milicianos e os narcotraficantes, ambas as organizações realizam suas operações criminosas a partir do Paraguai até chegar aos morros do Rio de Janeiro.

A Geografia é essencial para entender a criação e o funcionamento das redes que se formam sobre os territórios, assim como a lógica da produção, distribuição, comercialização das drogas e armas, que chegam aos mais diferentes municípios brasileiros.

Para entender a realidade da segurança pública, em qualquer escala espacial, é necessário analisar a atuação do Estado à luz dos governos atuais. As ações dos agentes públicos são imprescindíveis no combate à criminalidade, porém é fundamental que as instituições que representem efetivamente a sociedade estejam também presente.

## REFERÊNCIAS

ADN DIGITAL. **En 2017 Paraguay tuvo la más baja tasa de homicidio en 10 años.** Disponível em: < <http://www.adndigital.com.py> >. Acesso em: 9 jul. 2018.

AEN-PR. Agência Estadual de Notícias - Estado do Paraná. **Paraná instala Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.** AEN-PR, 2011.

AGÊNCIA Estado. **Líder do PCC é expulso do Paraguai e entregue à polícia brasileira.** Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/> >. Acesso em: 4 abr. 2019.

AMARAL, A. B. do. 2007. O nexu crime-terror na Tríplice Fronteira e os novos rumos da política de segurança dos EUA. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), I, São Paulo, 2007. Anais... São Paulo, 2007, 1:1-26.

AMAZONIA.ORG. **Três dias na nova 'fronteira da coca':** como drogas e armas entram livremente pela Amazônia. Disponível em: < <http://amazonia.org.br/> >. Acesso em: 17 set. 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, A. F.; FAJNZYLBER, P. 2000. Crime e Economia: um estudo das microrregiões mineiras. Revista Econômica do Nordeste, 31(Nº Especial):630-659.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).** Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013> >. Acesso em: 29 ago. 2018.

BARBOSA, M. de M. R. 2004. A faixa de fronteira e a segurança nacional: perspectiva estratégica e questões de inteligência. In: SEMINÁRIO FAIXA DE FRONTEIRA: NOVOS PARADIGMAS, Brasília, 2004. Anais... Brasília, 2004, p. 1-108.

BARTOLOMÉ, M. C. 2003. A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no cone sulamericano. Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC/milreview/portuguese/2ndQtr03/bartalome.PDF>. Acesso em: 15/09/2008.

BATALHÃO de Polícia de Área de Fronteira (BPAF, 4º). Disponível em: < <https://www.blogger.com/> >. Acesso em: 11 set. 2018.

BBC-BRASIL. **Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa.** Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/> > Acesso em: 27 fev. 2018a.

BBC-BRASIL. **Três dias na nova 'fronteira da coca':** como drogas e armas entram livremente pela Amazônia. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/> >. Acesso em: 17 set. 2018b.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BERTAZZA, J. M. Os caminhos da segurança pública no Brasil: entre o fácil e o necessário. **Justificando**, 2017. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, Paris, v. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

BORBA, M. A. W. **Segurança pública**: uma análise crítica sobre o modelo de gestão do Paraná. Trabalho de Conclusão (Curso Superior de Polícia), Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2010.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**. Barcelona: Taurus, 1997

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008.

BRASIL (2011) Decreto nº 7.496 de 8 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. 2018a. **Brasil e Paraguai inauguram mecanismo 2+2**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/>>. Acesso em 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil e Argentina intensificam cooperação na área de Defesa**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. 2018b. **Brasil e Paraguai assinam acordo sobre segurança na fronteira e tráfico de drogas**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **MJ e Paraná assinam acordo para utilização do CICC na segurança de fronteira**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1998.

CAIXETA, M. B. ; SUYAMA, B. A Cooperação Sul-Sul na Agenda dos Ministérios. 2016. (Relatório de pesquisa).

CAMPO GRANDE NEWS. **Fronteira de MS com Paraguai é “deserto” aberto para o crime**. Disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/> >. Acesso em: 16 set. 2018.

CANO, I.; SANTOS, N. 2001. Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro, 7 Letras, 96 p.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. **Projeto do Enafon cria condições para combater criminalidade**. Disponível em: < <http://faixadefronteira-cdif.blogspot.com/> >. Acesso em: 5 set. 2018.

CEPIK, M., BORBA, P.. Organized crime, the state and international security. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 375-405, 2011.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **The Global Regime for Transnational Crime**. 2013. Disponível em: . Acesso: em 3 set. 2013

CONGRESSO EM FOCO – UOL. **Criação do Ministério da Segurança Pública divide a Polícia Federal**. Disponível em: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/> >. Acesso em: 12 mar. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DANTAS, J. S.; LONADORNI, M. **A “pirataria” e sua contextualização social**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Paraná, 2011.

DEFESA.GOV. **Defesa assina acordo de cooperação mútua com o Paraguai e a Argentina para prevenção e combate ao crime organizado transnacionais**. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/> >. Acesso em: 16 ago. 2019.

DEPRO-SENASP. Departamento de Políticas Programas e Projetos-Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Escopo de projeto – Pefron**. Ministério da Justiça, 2009-10.

DIENER, Alexander C.; HAGEN, Joshua. **Borders: a very short introduction**. GreatBritain: Oxford University Press, 2012.

DOURADO AGORA. **Sudeco vai disponibilizar R\$ 43 milhões para Rodovia Sul-Fronteira**. Disponível em: < <https://www.douradosagora.com.br/cidades/> >. Acesso em: 17set. 2018.

EDWARDS, A.; GILL, P. **Transnational Organized Crime: Perspectives on Global Security**. European Journal of Probation, 2003.



ENFOQUE-MS. **Argentina fará parte de operação de combate ao tráfico na fronteira, diz Moro.** Disponível em: < <https://www.enfoquems.com.br> >. Acesso em: 12 jun. 2019.

EPEX. Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras.** Disponível em: < <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron> >. Acesso em: 2 set. 2018.

ESTADO do Rio Grande do Sul. **Governador em exercício cria o 4º BPAF de Santa Rosa.** Disponível em: < <https://estado.rs.gov.br/> >. Acesso em: 11 set. 2018.

EVANS, G.; NEWNHAM, J. **The Penguin Dictionary of International Relations.** Penguin Books. Londres, 1998.

EXAME (2017). **Os estados mais violentos do Brasil.** Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/> >. Acesso em: 3 set. 2018.

EXAME (2017). **EUA são principal fonte de armas para o crime no Brasil.** Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/> >. Acesso em: 2 set. 2018a.

FAJNZYLBER, P.; ARAÚJO JÚNIOR, A. F. 2001. Violência e criminalidade. Texto de discussão do CEDEPLAR/UFMG, n. 167, 50 p. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20167.pdf>. Acesso em: 15/09/2008.

FERNANDEZ, J. C.; PEREIRA, R. 2000. A criminalidade na região policial da grande São Paulo sob a ótica da economia do crime. Revista Econômica do Nordeste, 31 (número especial): 898- 918.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: EACH/USP, 2016.

FBSP. Finanças Públicas e o Papel dos Municípios na Segurança Pública. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP, 2012.

G1. **Exército apreende quase uma tonelada de droga na fronteira do AM com a Colômbia.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/> >. Acesso em: 18 set. 2018.

GAZETA DO POVO. **4 pontos críticos da gestão da segurança pública do Paraná.** Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/> >. Acesso em: 3 set. 2018.

GAZETA DO POVO. **Taxa de homicídio na fronteira com Paraguai beira o absurdo.** Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/> >. Acesso em: 20 dez. 2016.

GEMELLI, W.; SOUZA, E. B. C. de. A fronteira da ilegalidade: Brasil e Paraguai no cenário das redes das drogas ilícitas. **Revista da Anpege**, v. 8, p.109-121, 2012.

GIRALDI, N. **Segurança pública e polícia.** Disponível em: < <http://www.pmpr.pr.gov.br/> >. Acesso em: 3 set. 2018.

GOMES, C. A. C. 2005. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 11:57-67.

GONÇALVES, J. M.; CASSUCE, F. C. C.; GALANTE V. A., A influência das regiões de fronteiras e de variáveis socioeconômicas na criminalidade. *PERSPECTIVA ECONÔMICA* V. 6, n. 2:23-44, jul./dez. 2010.

GREGORY, V. Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras. **Ideação**, v. 14, n. 1, p. 43-65, 2012.

**G1. Cidades de fronteira têm os maiores índices de homicídios, aponta estudo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/>. Acesso em: 24/09/2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOUTUM, H, V.; NAERSSSEN, T, V. Bordering, Ordering and Othering. **Tijdschriftvoor Economische Social e Geografie**, vol. 93, n.2, pp. 125-136, 2002.

IBGE. **Foz do Iguaçu**: panorama das cidades. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/> >. Acesso em: 27 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Faixa de fronteira**. 2016.

IPARDES. BDEweb - Base de dados do estado. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

IPARDES. **Paraná lidera alta nos investimentos em segurança no País**. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/> >. Acesso em: 3 set. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Taxa de homicídios no Brasil atingiu recorde em 2014**. IPEA, 2014.

ITAIPU. **Com apoio da Itaipu, segurança na fronteira recebe reforço concentrado**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2019.

ISTO É. **Crime sem fronteiras**. Disponível em: < <https://istoe.com.br/> >. Acesso em: 12 set. 2018.

JORNAL GGN. **A produção de coca no mundo**. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/> > Acesso em: 17 set. 2018.

JORNAL O PRESENTE. **Nossa ida à Brasília será benéfica ao BPFron, afirma Sanson**. Disponível em: < <https://www.opresente.com.br/> >. Acesso em: 22 jan. 2020.

KENIS, P.; SCHNEIDER, V. Policy Networks and Policy Analysis: Scrutinizing a New Analytical Toolbox. In: MARIN, Bernd; MAYNTZ, Renate (Eds.). **Policy Networks. Empirical Evidence and Theoretical Considerations**. Frankfurt: Campus, 1991.

KERN, A. A. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. **História e Diversidade**, v. 8, p. 10-14, 2016.

KLLIKSBERG, B.; MEDEIROS, M.; OLIVEIRA, F. E. B.; BENECKE, D.; ARAÚJO U. C. 2002. Políticas sociais: instrumentos de justiça social. Salvador, Fundação Luís Eduardo Magalhães, 75 p. (Cadernos Flem II – Políticas Sociais).

KRUGER, C. et. al. Analysis of public policies for developing the brazilian border strip. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 20, p. 39-60, 2017.

MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da; COSTA, M. C. N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health**, São Paulo, v. 35, n.6, p. 515-522, 2001.

MEDEIROS, L. A. de. **A CPI da pirataria: os segredos do contrabando e da falsificação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MEZZOMO, S. R. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, 2005.

MIDIAMAX. **Na fronteira com mundo novo, cidade paraguaia concorre com Pedro Juan**. Disponível em: < <https://www.midiamax.com.br/> > Acesso em: 16 set. 2018.

MOREIRA-LIMA, L.; FERRARI, M. Fronteira e políticas de segurança: uma análise a partir da instituição da Polícia de Fronteira (BPFron) no estado do Paraná. In: XII Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas de Marechal Cândido Rondon, 2017, Marechal Cândido Rondon. XII Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas de Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2017. v. 1.

MOURA, V. A.; MOURA, C. A. Sociedade em redes: informação e ensino a distância. In: V Simpósio Nacional do ABCiber, 2011, Florianópolis. Educação, processos de aprendizagem e cognição, 2011.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and defense Studies Review**, Rio de Janeiro, p 192, v.1, p. 177-198, 2001.

NEVES, A. J. das; et. al. (Org.) **Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. 591 p.

NUNES, M. Dinâmicas transfronteiriças e o avanço da violência na fronteira sul-mato-grossense. **Boletim regional, urbano e ambiental**. IPEA. 16 jan.-jun. 2017.

O DIA. **Brasil é o país com o maior número de mortes violentas no mundo**. Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/> >. Acesso em: 23 abr. 2018.

O PARANÁ. Disponível em: < <http://www.oparana.com.br> >. Acesso em 05 jul. 2016.

OBSERVATÓRIO DA FRONTEIRA. **Fronteira brasileira com o Paraguai enfrenta guerra por controle do tráfico**. Disponível em: < <https://observatoriodafronteira.wordpress.com/> >. Acesso em 22 jan. 2017.

OLIVEIRA, A. B. C. de; *et. al.* Unidades Paraná Seguro e segurança pública no município de Curitiba: uma avaliação quantitativa local da implementação das unidades. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 18, p. 497-510, 2014.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr/jun. 2011

OLIVEIRA, W. J. M. de. Segurança pública e território. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 203-223. jan/jun. 2017.

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Paraná Seguro (2018)**. Disponível em: < <http://www.seguranca.pr.gov.br/> >. Acesso em: 5 ago. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Segurança Pública. Polícia Militar do Estado do Paraná. Curitiba, 2016.

PERALVA, A. Democracia, violência e a modernização por baixo. *Lua Nova*, v. 1, p. 217-240, 1997.

PERRIER BRUSLÉ, L. **Comunicação pessoal**, 2015.

POLÍCIA DE FRONTEIRA. **O que é o PEFRON - Policiamento Especializado de Fronteiras**. Disponível em: < <http://policiadefronteira.blogspot.com/> >. Acesso em: 4 set. 2018.

POLITIZE. **Parcerias Público-Privadas (PPP'S)**. Disponível em: < <http://www.politize.com.br/> >. Acesso em: 23 set. 2018.

POMPEO, C. **Vida nas cidades-gêmeas da fronteira são piores do que na média do país**. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/> >. Acesso em: 28 maio 2018.

PORTAL TERRA ROXA. **Polêmica**: políticos discordam das críticas de Requião ao BPFron. Disponível em: < <http://portalterraroxa.com.br/> >. Acesso em: 6 set. 2018.

QUARLERI, L. **Rebelión y guerra en las fronteras del Plata**. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do Homem (antropogeografia). Traduzido por Fátima Murad. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: \_\_\_\_\_. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. (2 v.)

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: CUP, 1986.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; OI, A. H., ROCHA, T. T. da. **Violência e a gestão das fronteiras brasileiras**. Segurança, Justiça e Cidadania. Brasília: Ministério da Justiça, Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), ano 4, n.8, 2014.

SANTOS, B, R, V. S.; BARROS, P. S. A Política Externa Brasileira e as Fronteiras no Processo de Integração da América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 22, 2016.

SANTOS, H. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. 2008. Economia e Criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias empíricas. *Revista Economia*, 9(2):343-372.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan.-jun. 2005.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SERPA, Â. S. P. Políticas públicas e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 37-47, 2011.

SHIKIDA, P. F. A.; BORILLI, S.P. 2007. Economia do crime: estudo de casos nas penitenciárias paranaenses. Texto para discussão, UFRGS. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007\\_06.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007_06.pdf). Acesso em: 15/09/2008.

SILVA JUNIOR, R. F. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. **Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM)**, v. 1, p. 14-34, 2007.

SILVA, V. R.; UGOSKI, D. R. A política de assistência social em cidades gêmeas da fronteira gaúcha. In: Lucia Cortes da Costa; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Vini Rabassa da Silva. (Org.). A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. 1 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2013, v., p. 219-232.

SODRÉ, N. W. **A História Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington: AAG/CCG, 1971.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SSP. Secretaria de Segurança Pública. **BPFron apreende mais de três toneladas de maconha durante a Operação Hórus em Foz do Iguaçu (PR)**. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: KEWIN, R. C. (Ed.) **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York/London: The Guilford Press, 1997.

TODA POLÍTICA. **O que são as políticas públicas?** Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 529-550, 2008.

TRIBUNA POPULAR. **Argentina anuncia nova lei que criará faixas de fronteira no país**. Disponível em: <<http://www.jtribunapopular.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

UOL Notícias. **Governo anuncia criação do Ministério da Segurança Pública e confirma Jungmann como titular**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em 3 mar. 2017.

UOL Notícias. **Governo corta pela metade investimento em monitoramento de fronteiras**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 set. 2018.

UOL. **Após 2017 com 134 assassinados, PM é baleado no Rio; por que essa é a 1ª de muitas mortes**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

VAINER, C. B. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR, UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e

Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – v. 15, n. 2, ago./dez. 2001; v. XVI, n. 1, jan./jul. 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

VOITCH, G. 2008. Paraná no fim da fila da segurança. Gazeta do Povo. Disponível em:

[http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=816055&tit=Para na-no-fim-da-fila-da-seguranca](http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=816055&tit=Para%20na-no-fim-da-fila-da-seguranca). Acesso em: 25/10/2008.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Estadual de São Paulo – USP. São Paulo, 2009.

ZALUAR, A; CONCEIÇÃO, I. S. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?** São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

## **APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO APLICADO NA 1ª CIA DO BPFron, EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG - Programa de Pós-Graduação  
– *Stricto Sensu* Nível de Doutorado em Geografia.**

**Pesquisa de Tese de Doutorado:**

**A SEGURANÇA NA FRONTEIRA: O PAPEL DO BPFron NO ESTADO DO  
PARANÁ**

**Doutorando:** Arnaldo José da Luz

**Orientador:** Profº Drº Edson Belo Clemente de Souza

### **Entrevista**

**1- Qual é o número de policiais que compõem o efetivo do BPFron em  
Marechal Cândido Rondon? Qual é a sua área de abrangência?**

R: O número de policiais em nosso batalhão é informação restrita. Segue anexo mapa da área de abrangência do BPFron (ANEXO B).

**2- Quais são as principais políticas do BPFron?**

R: Segundo o artigo 3º do Decreto 4.905 de 06/06/2012 que cria o BPFron:

“**Art. 3º.** Fica criado o 24º Batalhão de Polícia Militar, denominado “Batalhão de Fronteira”, com sede em Marechal Cândido Rondon, Unidade de Polícia Militar especializada responsável, perante o 7º CRPM - “Comando de Operações e Eventos”, pelo policiamento ostensivo, preservação da ordem pública e operações diversas para emprego em região de fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Argentina, com esforço de recobrimento e apoiada por outras unidades especializadas, conforme diretrizes do Comandante-Geral.”

**3- Existe ligação/cooperação entre as companhias de Marechal Cândido  
Rondon, Guaíra e Santo Antônio do Sudoeste?**

R: Sim, todas executam atividades em cooperação.



**4- Existem trabalhos conjuntos entre o BPFron e órgãos da Receita Federal e Estadual, Polícia Rodoviária Federal e Estadual e o Exército?**

R: Sim, diversas operações são realizadas em conjunto com outros órgãos, visando somar experiências, técnicas e efetivo. A operação Muralha, que foi realizada na região de Foz do Iguaçu/ Santa Helena é um exemplo de operação conjunta.

**5- Existe cooperação entre os policiais do BPFron no Brasil e agentes da SENAD no Paraguai no combate ao tráfico e contrabando?**

R: Informação Restrita.

**6- Quais são os maiores crimes combatidos na região da fronteira?**

R: Contrabando e Descaminho, tráfico de drogas, tráfico de armas e furto/roubo de veículos.

**7- É possível estabelecer uma rota contendo as principais cidades por onde há grande passagem de drogas, armas e materiais ilícitos? Quais?**

R: Não.

**8- Quais são os principais horários de movimentação das drogas e armas sobre a região da fronteira?**

R: Informação Restrita

**9- É possível saber quais são os principais destinos das drogas e armas apreendidas?**

R: Não existe um único destino.

**10- É possível saber a origem dessas drogas e armas apreendidas?**

R: Não.

**11- Houve aumento da criminalidade na região da fronteira nos últimos quatro anos? Houve aumento do tráfico de quais drogas?**

R: Não podemos afirmar se houve ou não aumento, tendo em vista que o batalhão é especializado em crimes transfronteiriços.

**12- Quais são os agentes sociais envolvidos no contrabando? São jovens, pais de família, desempregados, trabalhadores rurais, etc?**

R: A Polícia Militar por meio do BPFron realiza inúmeras prisões e apreensões. No entanto, não possui uma base suficiente para responder a pergunta em questão

**13- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo BPFron no combate à criminalidade?**

R: cabe a Polícia Militar a manutenção da ordem pública, e assim o BPFron aplica os recursos humanos e materiais disponíveis da melhor forma na atividade policial.

**14- Os crimes como tráfico de pessoas, de crianças, de órgãos e exploração sexual e infantil são combatidos com que frequência em média?**

R: Informação Restrita

**15- A instalação das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro trouxe impactos para a região de fronteira entre Brasil e Paraguai? Quais? Há a possibilidade de o principal foco de tensão com os traficantes, antes localizados nas favelas pacificadas, estar se movendo para a fronteira?**

R: Informação Restrita

**16- Quais os principais resultados até agora do trabalho realizado pelo BPFron?**

R: Estatística anexa (ANEXO A).

**17- Há a possibilidade de disponibilização de dados de apreensões, prisões e abordagens dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 por parte do BPFron?**

R: Estatística anexa (ANEXO A).

**APÊNDICE B. ENTREVISTA DO EX-TENENTE-CORONEL DO BPFron,  
SANSON, AO JORNAL O PRESENTE**

**O presente (OP): Que avaliação o senhor faz dos trabalhos desenvolvidos neste um ano e três meses à frente do comando do BPFron?**

Saulo Sanson (SS): A minha avaliação é muito positiva. O país viveu um contexto político de transição a eleger um presidente mais conservador e com linha de apoio às forças policiais, o que gerou mudança de paradigma. Com isso percebemos o apoio de Brasília às operações das forças policiais estaduais, cuja integração potencializou muito mais o número de apreensões. No nosso caso, do BPFron, apreendemos 18,5 toneladas de maconha, ou seja, só tenho a comemorar porque estamos no caminho certo.

**(OP): A que o senhor credita a mega apreensão do BPFron na última quinta-feira (26), em Foz do Iguaçu, com a retirada de circulação de 3,3 toneladas de maconha, que se configurou na maior ação individual do BPFron desde o início das atividades?**

(SS): Fruto da junção do trabalho de inteligência com a operação policial. Nos últimos 30 dias o BPFron apreendeu seis toneladas de maconha, essa de 3,3 toneladas foi o recorde, cujo destaque vai aos valorosos policiais que atuam incansavelmente na fronteira, com muita determinação.

**(OP): Houve crescimento expressivo no número de ações policiais, especialmente de apreensões. A que se deve a nítida evolução nas apreensões de drogas, armas e produtos contrabandeados?**

(SS): É a resposta do Estado frente ao crime organizado. Não podemos tapar nossos olhos e achar que está tudo certo, porque o crime usa nossas fronteiras para repassar seus produtos e atingir seu lucro. Com a união de esforços das instituições, a exemplo da PM, polícias Civil, Federal, rodoviária Federal, Receita Federal, Exército, Marinha, Guardas Municipais e outros órgãos embutidos na Operação Hórus, por sugestão do ministro Sérgio Moro, foi registrado esse desenvolvimento. Antes as operações eram pontuais, por conhecer algumas pessoas ou autoridades, quando agora têm regência e os instrumentos são tocadas de maneira clara. Existe junção de esforços e estamos participando desse processo de superação.

**(OP): A tão pregada integração entre as polícias e os serviços de segurança têm de fato se concretizando e proporcionando resultados satisfatórios?**

(SS): Sim. Sempre digo que hoje o crime organizado não sabe de onde vem a apreensão, se é BPFron, PF, PRF. Com esta Operação Integração estamos articulados no terreno e não há sobreposição de esforços. Existe equipe no local X, enquanto há uma equipe da PF no local Y, para facilitar atuamos de forma coordenada, essa é a diferença! Hoje os planos de aplicações de policiais na barranca, na água e nas rodovias são totalmente coordenados e não há sobreposição, o que gera este resultado positivo.

**(OP): A estruturação do Pelotão Cobra na antiga base náutica em Entre Rios do Oeste será fundamental ao combate dos grupos criminoso na fronteira?**

(SS): Conversei recentemente com o coronel Erich Osternack, que coordenou a implantação do BPFron, e ele comentou que naquela época, há mais de sete anos, tratava disso com a Itaipu, ou seja, já pleiteava por ser algo estratégico. Que bom termos conseguido efetivar a transferência do Pelotão Cobra e firmado convênio com a Itaipu, o que ocorreu sob o nosso comando. Já ocupamos a Base Náutica, onde o BPFron estará em 2020 em um local imprescindível e estratégico para que as ações e operações sejam bem-sucedidas, dessa vez com o major Dorecki, novo comandante.

**(OP): Em que estágio se encontra o projeto de construção da sede definitiva do BPFron? A sua saída do comando da corporação atrapalha de alguma maneira o andamento dos trabalhos ou ações seguem o cronograma?**

(SS): Seguem o cronograma, que está indo muito bem. A previsão de entrega do projeto é para o final de fevereiro, uma vez que no mês de março deve ser realizada a licitação para na sequência iniciar as obras. Com o projeto aprovado e iniciado queremos fazer uma solenidade para dar o pontapé inicial na obra em um terreno de seis mil metros quadrados e investimento de R\$ 20 milhões, através de empréstimo do Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**(OP): A sua ida a Brasília vai favorecer as operações do BPFron ou a nossa região de fronteira em termos de viabilização de recursos, equipamentos ou outras frentes?**

(SS): A nossa ida a Brasília será benéfica ao BPFron e vamos trabalhar em três frentes. A primeira nas operações interagências, para aumentar o sucesso das apreensões; depois ampliar cursos com a Embaixada Americana, Força Israelense, para fomentar informações e instruções aos operadores de fronteira; por fim a proposta de trazer equipamentos aos operadores. Sabemos que sem equipamento, treinamento e sem operação de coordenação fica difícil trabalhar na fronteira (Jornal O Presente, 02/01/2020).

## APÊNDICE C. MOSAICO – NOTÍCIAS SOBRE A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE



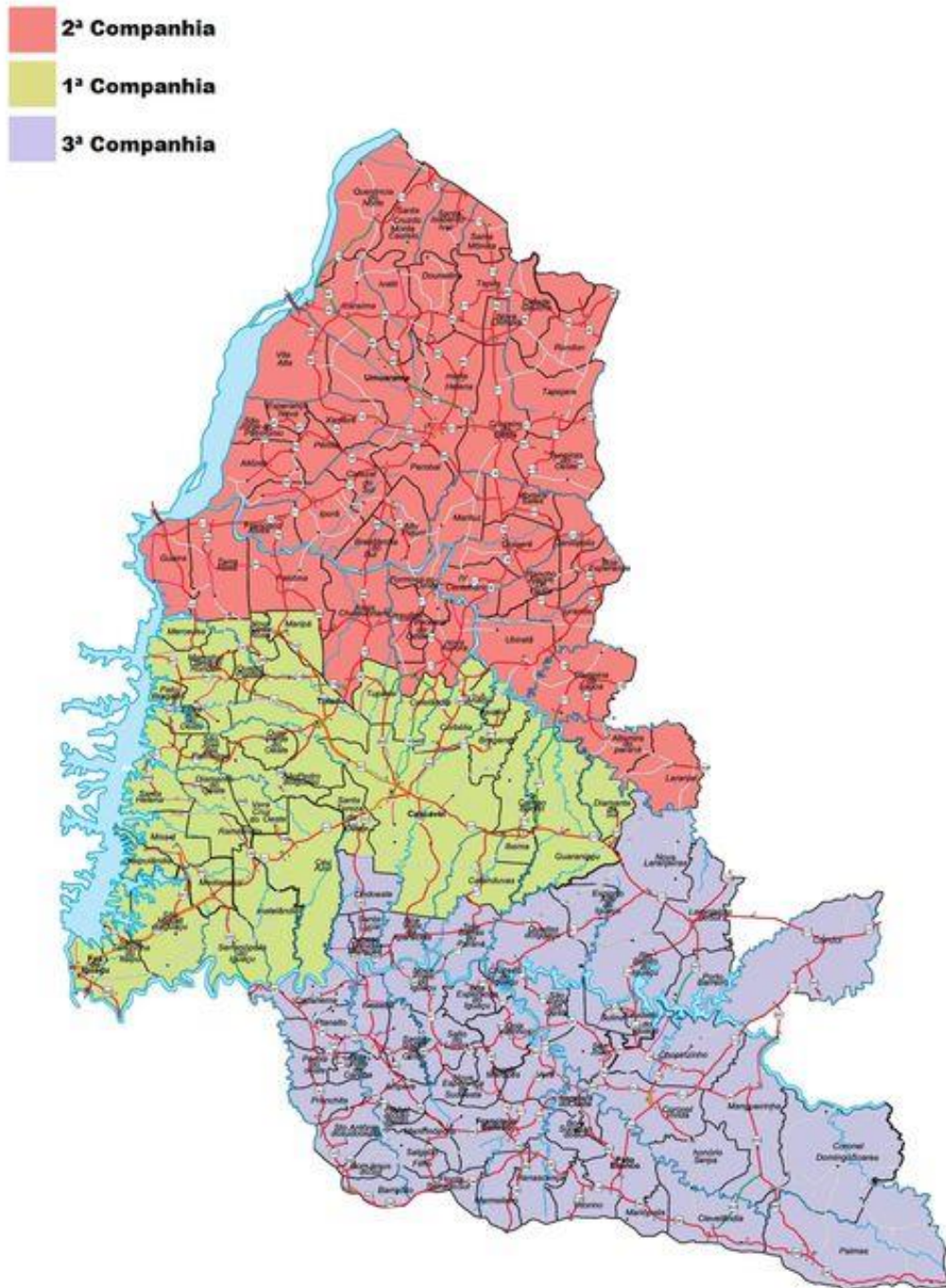
Organização: O Autor.

**ANEXO A. APREENSÕES, PRISÕES E ABORDAGENS POR PARTE DO BPFron**

<b>RESUMO DE RESULTADOS DO BPFron</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
PESSOAS ABORDADAS	26.939	56.672	75.398	71.741
PESSOAS DETIDAS	88	156	265	686
VEÍCULOS ABORDADOS	7.941	19.423	21.755	17.566
EMBARCAÇÕES APREENDIDAS			2	38
VEÍCULOS RECUPERADOS / APREENDIDOS	87	313	241	458
ARMAS APREENDIDAS	18	33	103	79
MUNIÇÕES APREENDIDAS	506	984	1.678	1.238
RÁDIOS COMUNICADORES APREENDIDOS	14	45	50	102
MACONHA APREENDIDA (KG)	600	2.006	1.439	5.725
CRACK / HAXIXE / COCAÍNA / PASTA BASE (KG)	3,663	38,015	37,510	72,943
ECSTASY / LSD / LANÇA PERFUME (UNID)	0	1.086	145	7.141
MEDICAMENTOS (UNIDADES)		43.943	950	5.448
CIGARRO APREENDIDO (PACOTES)	136.950	268.600	293.646	434.973
CONTRABANDO APREENDIDO (PNEUS, ELETRÔNICOS, ROUPAS... - VOLUMES/UNIDADES)	177	6.374	1.589	3.040
AGROTÓXICO APREENDIDO (LT/KG)				671

Fonte: BPFron.

## ANEXO B. MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO BPFron



Fonte: BPFron.



**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continua)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
1	Altamira do Paraná	4100459	faixa de fronteira	4.306
2	Alto Piquiri	4100707	faixa de fronteira	10.179
3	Altônia	4100509	faixa de fronteira	20.516
4	Ampére	4101002	faixa de fronteira	17.308
5	Anahy	4101051	faixa de fronteira	2.874
6	Assis Chateaubriand	4102000	faixa de fronteira	33.025
7	Barracão	4102604	cidade-gêmea	9.735
8	Bela Vista da Caroba	4102752	faixa de fronteira	3.945
9	Boa Esperança	4103008	faixa de fronteira	4.568
10	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	faixa de fronteira	2.764
11	Boa Vista da Aparecida	4103057	faixa de fronteira	7.911
12	Bom Jesus do Sul	4103156	linha de fronteira	3.796
13	Bom Sucesso do Sul	4103222	faixa de fronteira	3.293
14	Braganey	4103354	faixa de fronteira	5.735
15	Brasilândia do Sul	4103370	faixa de fronteira	3.209
16	Cafelândia	4103453	faixa de fronteira	14.662
17	Cafezal do Sul	4103479	faixa de fronteira	4.290
18	Campina da Lagoa	4103909	faixa de fronteira	15.394
19	Campo Bonito	4104055	faixa de fronteira	4.407
20	Candói	4104428	faixa de fronteira	14.983
21	Capanema	4104501	linha de fronteira	18.526

**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continuação)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
22	Capitão Leônidas Marques	4104600	faixa de fronteira	14.970
23	Cascavel	4104808	faixa de fronteira	286.205
24	Catanduvas	4105003	faixa de fronteira	10.202
25	Céu Azul	4105300	faixa de fronteira	11.032
26	Chopinzinho	4105409	faixa de fronteira	19.679
27	Cidade Gaúcha	4105607	faixa de fronteira	11.062
28	Clevelândia	4105706	faixa de fronteira	17.240
29	Corbélia	4106308	faixa de fronteira	16.312
30	Coronel Domingos Soares	4106456	faixa de fronteira	7.238
31	Coronel Vivida	4106506	faixa de fronteira	21.749
32	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	faixa de fronteira	4.278
33	Cruzeiro do Oeste	4106605	faixa de fronteira	20.416
34	Diamante d'Oeste	4107124	faixa de fronteira	5.027
35	Diamante do Sul	4107157	faixa de fronteira	3.510
36	Dois Vizinhos	4107207	faixa de fronteira	36.179
37	Douradina	4107256	faixa de fronteira	7.445
38	Enéas Marques	4107405	faixa de fronteira	6.103
39	Entre Rios do Oeste	4107538	linha de fronteira	3.926
40	Esperança Nova	4107520	faixa de fronteira	1.970
41	Espigão Alto do Iguaçu	4107546	faixa de fronteira	4.677
42	Flor da Serra do Sul	4107850	faixa de fronteira	4.726

**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continuação)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
43	Formosa do Oeste	4108205	faixa de fronteira	7.541
44	Foz do Iguaçu	4108304	cidade-gêmea	256.088
45	Francisco Alves	4108320	faixa de fronteira	6.418
46	Francisco Beltrão	4108403	faixa de fronteira	78.943
47	Goioerê	4108601	faixa de fronteira	29.018
48	Guaíra	4108809	cidade-gêmea	30.704
49	Guaraniaçu	4109302	faixa de fronteira	14.582
50	Honório Serpa	4109658	faixa de fronteira	5.955
51	Ibema	4109757	faixa de fronteira	6.066
52	Icaraíma	4109906	faixa de fronteira	8.839
53	Iguatu	4110052	faixa de fronteira	2.234
54	Iporã	4110607	faixa de fronteira	14.981
55	Iracema do Oeste	4110656	faixa de fronteira	2.578
56	Itaipulândia	4110953	linha de fronteira	9.026
57	Itapejara d'Oeste	4111209	faixa de fronteira	10.531
58	Ivaté	4111555	faixa de fronteira	7.514
59	Janiópolis	4112207	faixa de fronteira	6.532
60	Jesuítas	4112751	faixa de fronteira	9.001
61	Juranda	4112959	faixa de fronteira	7.641
62	Laranjal	4113254	faixa de fronteira	6.360
63	Laranjeiras do Sul	4113304	faixa de fronteira	30.777

**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continuação)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
64	Lindoeste	4113452	faixa de fronteira	5.361
65	Manfrinópolis	4114351	faixa de fronteira	3.127
66	Mangueirinha	4114401	faixa de fronteira	17.048
67	Marechal Cândido Rondon	4114609	linha de fronteira	46.819
68	Maria Helena	4114708	faixa de fronteira	5.956
69	Mariluz	4115101	faixa de fronteira	10.224
70	Mariópolis	4115309	faixa de fronteira	6.268
71	Maripá	4115358	faixa de fronteira	5.684
72	Marmeleiro	4115408	faixa de fronteira	13.900
73	Matelândia	4115606	faixa de fronteira	16.078
74	Medianeira	4115804	faixa de fronteira	41.817
75	Mercedes	4115853	linha de fronteira	5.046
76	Missal	4116059	faixa de fronteira	10.474
77	Moreira Sales	4116109	faixa de fronteira	12.606
78	Nova Aurora	4116703	faixa de fronteira	11.866
79	Nova Esperança do Sudoeste	4116950	faixa de fronteira	5.098
80	Nova Laranjeiras	4117057	faixa de fronteira	11.241
81	Nova Olímpia	4117206	faixa de fronteira	5.503
82	Nova Prata do Iguaçu	4117255	faixa de fronteira	10.377
83	Nova Santa Rosa	4117222	faixa de fronteira	7.626
84	Ouro Verde do Oeste	4117453	faixa de fronteira	5.692

**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continuação)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
85	Palmas	4117602	faixa de fronteira	42.888
86	Palotina	4117909	faixa de fronteira	28.683
87	Pato Bragado	4118451	linha de fronteira	4.822
88	Pato Branco	4118501	faixa de fronteira	72.370
89	Perobal	4118857	faixa de fronteira	5.653
90	Pérola	4118907	faixa de fronteira	10.208
91	Pérola d'Oeste	4119004	linha de fronteira	6.761
92	Pinhal de São Bento	4119251	faixa de fronteira	2.625
93	Planalto	4119806	linha de fronteira	13.654
94	Porto Barreiro	4120150	faixa de fronteira	3.663
95	Pranchita	4120358	linha de fronteira	5.628
96	Quarto Centenário	4120655	faixa de fronteira	4.856
97	Quatro Pontes	4120853	faixa de fronteira	3.803
98	Quedas do Iguaçu	4120903	faixa de fronteira	30.605
99	Querência do Norte	4121000	faixa de fronteira	11.729
100	Ramilândia	4121257	faixa de fronteira	4.134
101	Rancho Alegre D'Oeste	4121356	faixa de fronteira	2.847
102	Realeza	4121406	faixa de fronteira	16.338
103	Renascença	4121604	faixa de fronteira	6.812
104	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	faixa de fronteira	13.661
105	Rondon	4122602	faixa de fronteira	8.996

**ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA  
PARANAENSE**

(continuação)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
106	Salgado Filho	4122800	faixa de fronteira	4.403
107	Salto do Lontra	4123006	faixa de fronteira	13.689
108	Santa Cruz de Monte Castelo	4123303	faixa de fronteira	8.092
109	Santa Helena	4123501	linha de fronteira	23.413
110	Santa Isabel do Ivaí	4123709	faixa de fronteira	8.760
111	Santa Izabel do Oeste	4123808	faixa de fronteira	13.132
112	Santa Lúcia	4123824	faixa de fronteira	3.925
113	Santa Mônica	4123956	faixa de fronteira	3.571
114	Santa Tereza do Oeste	4124020	faixa de fronteira	10.332
115	Santa Terezinha de Itaipu	4124053	faixa de fronteira	20.841
116	Santo Antônio do Sudoeste	4124400	linha de fronteira	18.893
117	São João	4124806	faixa de fronteira	10.599
118	São Jorge d'Oeste	4125357	faixa de fronteira	9.085
119	São Jorge do Patrocínio	4125209	faixa de fronteira	6.041
120	São José das Palmeiras	4125456	faixa de fronteira	3.830
121	São Miguel do Guaçu	4125704	linha de fronteira	25.769
122	São Pedro do Guaçu	4125753	faixa de fronteira	6.491
123	Saudade do Guaçu	4126272	faixa de fronteira	5.028
124	Serranópolis do Guaçu	4126355	linha de fronteira	4.568
125	Sulina	4126652	faixa de fronteira	3.394
126	Tapejara	4126801	faixa de fronteira	14.598

## ANEXO C. MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM A FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE

(conclusão)

	<b>Paraná (PR)</b>	<b>Código IBGE</b>	<b>Classificação</b>	<b>População 2010</b>
127	Tapira	4126900	faixa de fronteira	5.836
128	Terra Roxa	4127403	faixa de fronteira	16.759
129	Toledo	4127700	faixa de fronteira	119.313
130	Três Barras do Paraná	4127858	faixa de fronteira	11.824
131	Tuneiras do Oeste	4127908	faixa de fronteira	8.695
132	Tupãssi	4127957	faixa de fronteira	7.997
133	Ubiratã	4128005	faixa de fronteira	21.558
134	Umuarama	4128104	faixa de fronteira	100.676
135	Vera Cruz do Oeste	4128559	faixa de fronteira	8.973
136	Verê	4128609	faixa de fronteira	7.878
137	Alto Paraíso	4128625	faixa de fronteira	3.206
138	Vitorino	4128708	faixa de fronteira	6.513
139	Xambrê	4128807	faixa de fronteira	6.012

Fonte: IBGE.